

Alfio Brandenburg

ONGs E A AGRICULTURA FAMILIAR:
A Experiência da RURECO no Desenvolvimento da Agricultura Familiar
na Região Centro-Oeste do Paraná

Tese apresentada no Programa de Doutorado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais
Área de concentração: Agricultura e Questão Agrária.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) **Maria de Nazareth Baudel Wanderley**
Universidade Estadual de Campinas

Campinas

Dezembro de 1997

ALFIO BRANDENBURG

ONGs E A AGRICULTURA FAMILIAR:
A Experiência da RURECO no Desenvolvimento da Agricultura
Familiar na Região Centro Oeste do Paraná

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Doutorado em Ciências
Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da **Prof.(a)**
Dr.(a) Maria de Nazareth Baudel
Wanderley.

Este exemplar corresponde à redação final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em

_____/_____/_____

Banca:

Prof.(a) Dr.(a) Maria de Nazareth Baudel Wanderley - Orientadora

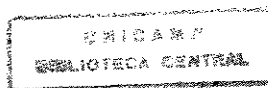
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Prof. Dr. Ivaldo Ghelen

Prof.(a) Dr.(a) Leila da Costa Ferreira

Prof.(a) Dr.(a) Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Dezembro/1997



9811803

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

B 727 o **Brandenburg, Alfio**
 ONGs e a agricultura familiar : a experiência da
 RURECO no desenvolvimento da agricultura familiar na
 Região Centro - Oeste do Paraná / Alfio Brandenburg. - -
 Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Maria de Nazareth Baudel Wanderley.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Organizações não - governamentais. ✕ 2. Famílias
 rurais. ✕ 3. Desenvolvimento sustentável - Paraná. ✕
 4. Projetos de desenvolvimento agrícola. ✕ 5. Meio ambiente. ✕
 I. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. II. Universidade
 Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
 Humanas. III. Título.

“A verdadeira paciência, associada sempre à autêntica esperança, caracteriza a atitude dos que sabem que, para fazer o impossível, é preciso torná-lo possível. E a melhor maneira de tornar o impossível possível é realizar o possível de hoje”.

Paulo Freire (1921 - 1997) educador, lutou pela organização dos movimentos populares.

“Os agricultores precisam se sentir donos da sua entidade e se identificar com a sua entidade: Essa é nossa! A entidade defende o agricultor e o agricultor defende a sua entidade. Precisamos chegar nesse ponto. Isso seria meu grande sonho”

Bernardo Hakvoort, (1949 - 1997) agricultor, articulou o movimento que fundou a RURECO.

A Paulo Freire e Bernardo Hakvoort (In Memoriam)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o resultado de um esforço conjunto de várias entidades e amigos, que de qualquer forma contribuíram com a sua realização. Em especial devo aos agricultores a matéria prima desta pesquisa: as informações sobre “o mundo de sua vida”. Sem dúvida foram eles que desde o início me inspiraram e me levaram a tratar deste tema.

Agradeço as instituições:

Universidade Federal do Paraná, pelo apoio concedido desde o início da realização do Programa de Doutorado;

CAPES, pela bolsa concedida através do PICD, e pela bolsa-sanduiche, através do acordo CAPES/COFECUB que me possibilitou a experiência de desenvolver parte deste trabalho em contato com professores e instituições de pesquisa na França;

Groupe de Recherches Sociologiques/Centre National de la Recherche Scientifique/Université Paris X - Nanterre, pelo apoio recebido durante minha estada na França.

Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural do Centro-Oeste do Paraná/RURECO, por ter facilitado a realização da pesquisa de campo.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH/UNICAMP, pelo apoio recebido na confecção deste trabalho.

Agradecimentos a pessoa de:

Maria de Nazareth Baudel Wanderley, com a qual compartilho este trabalho. Nazareth, foi mais que orientadora, foi a mestra que me incentivou desde os primeiros momentos, me inspirou nas horas mais difíceis e me tranquilizou quando sobrevinha a ansiedade.

Angela Duarte D. Ferreira, co-autora de outros trabalhos, pela leitura crítica das primeiras versões desta tese, e pelas sugestões realizadas.

Magda Zanoni e Lovoís Miguel pelo apoio e incentivo recebido durante nosso período de permanência em Paris.

Nicole Eizner e Hugues Lamarche pela coorientação recebida .

Maria do Carmo Rolin, Osvaldo Heller de Souza e Silvia Maria Pereira Araujo, Dimas Florianí pela leitura criteriosa e discussões realizadas.

Fernando Lourenço, pela orientação prestada no uso do SPSS

Sérgio Luiz Ignácio, pela orientação prestada na análise estatística dos dados

Ari Frozza, coordenador e assessor da RURECO, por intermediar com sua instituição nossa solicitação de realização desta pesquisa e o apoio institucional

Maria do Carmo Ramos Fasiaben, Claudio Luiz Guimarães Marques, Jorge Augusto Schanuel, Christophe de Lanoy, Ilário Horodonski, Milton Vandressen, Simone Proche Rocha, Josias Lech, Jovânia Muller, Geraldo Schipper e Waldir José da Rocha, pelo apoio e auxílio fornecido durante a pesquisa de campo.

Maria da Graça Solter, pela versão do resumo em Inglês.

Finalmente, a Ilze, Elisa, Olívia e Elena, que em muitos momentos foram privados de realizar seus interesses, sonhos e desejos, devo este trabalho.

Recordando o Passado

Benito Leite-agricultor

*Mil novecentos e cinqüenta e dois
muito bem ainda me lembro
foi na véspera de natal
vinte e quatro de dezembro
chegamos no Paiquerê
já estava anoitecendo*

*como nós não tinha casa
arrumamos com um vizinho
não era por muito tempo
a nossa estava facinho
que era do seu Luizinho*

*pra mudar pra este lugar
a barra foi pesada
pois nós não tinha cavalo
nem arreio nem nada
só tinha boa vontade
comida comprava fiado*

*lembrar tudo bem certo
o quanto era custoso
pois carro de boi só vinha
até ali no Rio Veloso
prá cá era só carreiro
muito ruim e pedregoso*

*quando nós entramos aqui
nem conhecia sertão
o seu Caetano nos trouxe
por ser bom de coração
começamos a trabalhar
com bastante animação*

*indústria aquí não tinha
bem, vou contar como é que era
pois eu fiquei conhecendo
e até botei muita fé
nos polacos tinha forma
nos caboclos monjolo de pé*

*algum ponto era difícil
médico ninguém pensava
até não tinha maneira
transporte nem se falava
quando ficava doente
a natureza é que curava*

*e depois foi melhorando
foi chegando a evolução
foi entrando carrocinha
e tinham por tradição
carregar uma gurizada
pra fazer um barulhão*

*o seu Caetano fornecia
coisas de necessidade
e meu pai sempre pagava
com muita honestidade
a mãe trabalhava por dia
pra nos dar tranquilidade*

*e o tempo foi passando
e a coisa ia mudando
caça que existia
nosso povo terminou
nem pra meus filhos conhecerem
um bicho sequer ficou*

*a coisa que eu recordo
até com muita tristeza
é o ar puro que nós tinha
que era a maior riqueza
com a derrubada das matas
terminou a natureza*

*hoje é outro o sofrimento
nos deixa desanimado
é o êxodo rural
o povo sendo forçado
a deixar os seus costumes
e sair desesperado*

*o pequeno produtor
está vivendo em aflição
com esta política agrícola
que é uma exploração
vai embora pra cidade
e abandona a tradição*

*conheço amigos meus
que foram embora pra cidade
analfabeto e sem emprego
partiram para a maldade
por sair de seus costumes
perderam a felicidade*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. O problema de pesquisa e a definição de seu objeto.....	3
2. Orientação teórico-metodológica.....	10
2.1.Sociologia, modernidade e sujeito.....	11
2.2.Procedimentos de pesquisa.....	19
2.3 Procedimentos analíticos.....	25

CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR, MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO

1. A questão ambiental como uma questão global.....	33
1.1. Meio ambiente e agricultura no Brasil.....	38
1.2. O retorno ao desenvolvimentismo e a questão ambiental.....	45
2. Agricultura familiar e sustentabilidade socioambiental.....	51

CAPÍTULO II - A AGRICULTURA E OS AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ

1. As condições de formação social dos atores.....	56
1.1. A região centro-oeste do Paraná: um pólo de atração de imigrantes.....	59
1.2. As transformações recentes.....	66
2. Os agricultores pesquisados, sua relação com o sistema e o mundo da vida rural.....	76
2.1. Os agricultores e o mundo da vida rural.....	76
2.2. Os agricultores, a unidade produtiva e a relação com o sistema.....	99

CAPÍTULO III. - A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO OESTE DO PARANÁ- RURECO:A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

1. A rede ONGs no sul do Brasil: Rede T.A./SUL.....	119
2. A Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná-RURECO: a construção de uma entidade.....	122
3. Os programas de ação e as práticas difundidas.....	129
4. As ONGs mantenedoras e sua relação com as ONGs da Rede RURECO.....	135
4.1. A política de ação das ONGs mantenedoras: o público-alvo,as estratégias,	

as condições de financiamento dos projetos, o futuro e as prioridades das ONGs do Norte da Europa.....	136
4.2. As ONGs mantenedoras e o Desenvolvimento da agricultura.....	142
5. A construção do projeto RURECO e sua estratégia.....	145
5.1.As políticas de ação: programas ou planos de desenvolvimento.....	146
5.2. O papel da RURECO: assessoria ou execução.....	147
5.3. O dilema dos agentes locais: cumpridores de metas ou mediadores.....	149
5.4. A caminho da maturidade: negação ou reconhecimento de outras entidades.....	152
6.A continuidade do projeto RURECO: dilemas e desafios.....	155
6.1.Desenvolvimento: regional ou local.....	155
6.2.Agricultura alternativa: agroecologia ou agricultura sustentável.....	159
6.3.O papel da RURECO: assessoria ou execução.....	160
6.4. A negação com o Estado: negação ou parceria.....	161
6.5. Formação de líderes: renovação ou consolidação dos mais experientes.....	162
6.6.Os rumos da autosustentação: integração social ou exclusão.....	164

CAPÍTULO IV - O AGRICULTOR FAMILIAR ALTERNATIVO: ELEMENTOS PARA FORMAÇÃO DE UM PERFIL

1. O âmbito da racionalidade.....	168
1.1. O trabalho.....	168
1.2. A produção (alternativa).....	182
2. O âmbito da subjetividade.....	195
2.1. As condições de vida campo-cidade.....	195
2.2. O opção pela vida no campo e as aspirações imediatas dos agricultores.....	196
3. A construção do projeto de vida	200
3.1. As aspirações básicas de um projeto de vida.....	201
4. A emergência de um outro personagem: elementos para formação de um perfil do agricultor familiar alternativo.....	209
5.Condições ou elementos de transição para uma agricultura alternativa-sustentável.....	218

CONCLUSÕES

1. Sobre as conclusões desta pesquisa.....	224
2. Sobre a agricultura e o desenvolvimento.....	229

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	241

ANEXOS

Anexo I - Dimensionamento da amostra e o teste de hipóteses.....	3
Anexo II - Tabelas e quadros.....	8
Anexo III - Objetivos, público, programas e princípios de ação da RURECO, de 1989 a 1996.....	12
Anexo IV - Questionário.....	20

LISTA DE FIGURAS

Introdução.

Figura 1. Região centro-oeste do Paraná e municípios de atuação da RURECO.....21

Capítulo II.

Figura 1. Mapa do Estado do Paraná: região centro-oeste e correntes migratórias.....60.

Figura 2. Mapa do Estado do Paraná e a região de Guarapuava, em 1938.....67

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo II.

Gráfico 1. Composição da força de trabalho dos agricultores entrevistados.....102

Capítulo IV.

Gráfico 2. Variáveis definidoras do perfil dos agricultores alternativos e respectivos valores dos testes de diferenças e proporções.....217

LISTA DE QUADROS

Introdução

Quadro 1. Os municípios pesquisados e número de famílias entrevistadas.....23

Capítulo III.

Quadro I. Fonte e volume de recursos obtidos pela RURECO (US\$ 1.000).....129

LISTA DE TABELAS

Capítulo II.

Tabela 1. Origem étnica da população do Centro-Oeste, 1989.....70

Tabela 2. Número de estabelecimento e estrato de área, nos municípios de atuação da RURECO.....71

Tabela 3. Variação do quadro de associados das cooperativas que atuam na região centro-oeste, período 1985-1995.....74

Tabela 4. Origem étnica dos agricultores entrevistados, segundo os municípios e grupos orientados(%)......78

Tabela 6. Agricultores entrevistados, segundo a posse da terra, estrato de área, forma de aquisição de propriedade, área adquirida nos últimos 5 anos	86.
Tabela 7. Condições de vida dos agricultores entrevistados.....	89
Tabela 8. Agricultores entrevistados segundo o acesso a infra-estrutura comunitária.(%).....	92.
Tabela 9. Participação dos agricultores entrevistados em organismos sociais (%).....	93.
Tabela 10. Agricultores entrevistados e força de trabalho.....	101.
Tabela 11. Equipamentos de produção, conforme agricultores entrevistados (%).....	108
Tabela 12. Práticas agrícolas, segundo agricultores entrevistados (%).....	109.
Tabela 13. Agricultores entrevistados, natureza dos investimentos realizados nos anos 93/94/95.....	110
Tabela 14. Agricultores entrevistados segundo culturas e destino da produção (%).....	112
Tabela 15. Agricultores entrevistados segundo criações e destino da produção (%).....	112

Capítulo III.

Tabela 1. Data de fundação, filiação e número de sócios das entidades associadas a RURECO.....	125
Tabela 2. Alternativas comerciais introduzidas pela RURECO (%).....	132

Capítulo IV.

Tabela 1. Auto-definição de identidade e profissionalização dos agricultores, segundo as categorias entrevistadas.....	171
Tabela 2. Dados de rentabilidade e gestão da unidade produtiva, segundo as categorias entrevistadas (%).....	175
Tabela 3. Agricultura alternativa, segundo as categorias entrevistadas.(%).....	183
Tabela 4. Equipamentos, práticas agrícolas e lógica da adoção, segundo as categorias entrevistadas (%).....	189
Tabela 5. Agricultura alternativa como estratégia, segundo as categorias de produtores(%).....	193
Tabela 6. A vida no campo, segundo as categorias entrevistadas (%).....	197
Tabela 7. Aspirações fundamentais de um projeto de vida, segundo as categorias entrevistadas (%).....	202
Tabela 8. Proporção de agricultores orientados/RURECO e OUTROS, e, nível de significância do teste segundo diferentes variáveis.....	210
Tabela 9. Proporção de agricultores alternativos/RURECO e OUTROS agricultores não alternativos e nível de significância do teste segundo diferentes variáveis.....	212

SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

ACT- Vereniging voor Technische Samenwerking

AFATRUP - Associação de Famílias e Trabalhadores Rurais de Pinhão.

AGRÁRIA- Cooperativa Agrária de Entre Rios.

APROFAR- Associação de Promoção de Famílias Rurais de Nova Tebas/

CAIS- complexos agroindustriais

CAMILAS- Cooperativa Mista de Laranjeiras do Sul.

CEBEMO- Organização Católica de Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina.

CERCCOPA- Central de Comercialização da Região Centro-Oeste do Paraná.

COAMIG- Cooperativa Mista de Guarapuava.

COAGRI- Cooperativa Agrícola

COAMIL- Cooperativa Agrícola Mista de Laranjeiras do Sul

COAMO- Cooperativa Agrícola de Campo Mourão.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores

COPROCEL- Cooperativa de Produtores de Sementes

CUT- Central Unica dos Trabalhadores

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FASE- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação -FASE.

IAPAR- Instituto Agrônômico do Paraná.

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

ICCO- Organizacion Interclesiastica para Cooperacion al Desarrollo

IICA-Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura.

INCOFIN- Cooperativa Internacional de Financiamentos.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INGO- Organização Não-Governamental Internacional.

IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento

MARIPA- Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul.

MST - Movimento dos Sem Terra.

OCEPAR- Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

ONU - Organização das Nações Unidas

PDRI- Programa de Desenvolvimento Regional Integrado.

PIB- Produto Interno Bruto.

PRONAF- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar.

PTA- Projeto Tecnologias Alternativas.

REDE T.A./SUL - Rede de Tecnologias Alternativas/Sul.

RURECO- Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná

UBM- Unidade de Beneficiamento do Mel.

ZWD- Missão e Diaconato Mundial das Igrejas Reformadas da Holanda.

ABREVIATURAS

Entr. - entrevistado

/Q - anotações de questionário.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central investigar a contribuição de uma Organização Não-Governamental, mediante sua relação com agricultores familiares, visando a construção de um projeto de vida rural. A partir da análise de sua proposta de desenvolvimento e das práticas de sustentabilidade socioambiental, implementada pelos agricultores, verifica-se qual o personagem que emerge desta interrelação.

A investigação é metodologicamente orientada pela teoria crítica da modernidade, sendo a ONG que representa o movimento dos agricultores considerada como sujeito de uma construção coletiva de atores sociais. Tomou-se como base empírica de análise a área de ação da Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná-RURECO. Os dados foram coletados nos municípios com mais de 5 anos de ação, segundo uma amostragem estatística que abrangeu 50 agricultores orientados/RURECO e 50 agricultores categorizados como OUTROS, tomados como grupo de controle, totalizando um universo amostral constituído de 100 famílias. A análise dos dados foi realizada com o auxílio dos microsoft DBASE, SPSS E SAEG comparando os orientados/RURECO e OUTROS agricultores, segundo o teste de hipótese envolvendo proporções.

As informações relacionadas com a formação social da área estudada indicam um pólo regional de atração de imigrantes de origem étnica diversa, embora os agricultores sejam em sua maioria descendentes de caboclos. Com uma estrutura fundiária concentrada, uma agricultura diversificada e tecnicamente heterogênea, a região apresenta índices de um processo crescente de diferenciação social. Este processo tem em sua raiz dois movimentos: um de expropriação e outro de exclusão social de pequenos agricultores familiares. Foi este processo que motivou a formação da entidade que analisamos a qual visa integrar socialmente os agricultores não beneficiados pela modernização da revolução verde.

Nesse contexto, os atores que formam o universo desta pesquisa são agricultores familiares com pequena área de terra (81% com área até 20 alqueires). Vivem um mundo rural organizado socialmente através de comunidades dotadas de uma infra-estrutura, capaz de satisfazer graus de sociabilidade que reforçam uma identidade sociocultural específica e reproduzem condições tradicionais de uma campesineidade. Da população entrevistada 11 % convive com uma infra-estrutura de comunicade precária. Sob o ponto de vista político é

expressivo o percentual de agricultores que participa de associações cooperativas e sindicatos, sendo relevante que 36 % dos agricultores sejam filiados a partidos políticos.

No âmbito interno do sistema produtivo, os agricultores familiares diversificam a produção combinando práticas convencionais com manejo de recursos naturais. Externamente, articulam-se com diversos agentes de comercialização, beneficiamento e transformação da produção, não havendo vínculo exclusivo com a agroindústria.

A análise da trajetória da RURECO e de sua relação com a sociedade revela uma organização com um projeto alternativo para a agricultura familiar, isto é, inspirada nos conceitos de desenvolvimento sustentável. Sua ação conduz a resultados significativos na formação técnica dos agricultores e na organização de um sistema sustentável de produção, podendo-se concluir que contribui com a construção de um projeto de vida alternativo/sustentável dos agricultores familiares. Esta construção gera um personagem agrícola que, no momento, é dotado de um perfil que se distingue significativamente dos outros agricultores em função da participação em cursos profissionalizantes; da gestão de um estabelecimento agrícola que prioriza a diversificação da produção e o manejo de recursos naturais; do uso de adubação verde, de equipamentos manuais e de tração animal. Este personagem define a agricultura alternativa-sustentável como uma opção definitiva de um projeto de vida, milita em prol da construção coletiva de um projeto alternativo, participa de atividades políticas e justifica a prática de uma agricultura alternativa-sustentável por razões econômicas e de sobrevivência.

A conduta deste personagem emergente pode ser definido como de um agricultor que, ao construir um projeto de vida no campo, subordina a racionalidade técnico-instrumental aos interesses relacionados com o “mundo da vida rural”. Em síntese, trata-se de um agricultor que tende a construir um projeto de vida segundo uma razão ecossocial, ou socioambiental.

Não obstante a entidade promotora do movimento alternativo contribua com um projeto de permanência dos agricultores no campo, com a afirmação da identidade sociopolítica dos agricultores e com a organização da sociedade civil, a análise dos dados e informações identificam uma “crise institucional”. Esta crise, traduzida na forma de desafios a serem enfrentados, tem como principal dilema a sustentabilidade econômica financeira da organização, colocando em risco a continuidade da execução de um projeto alternativo de desenvolvimento. Como conclusão, ainda, este trabalho realiza uma reflexão crítica do processo de modernização e desenvolvimento, com contribuições para o que se entende como modernidade social da agricultura.

SUMMARY

The main objective of this research is to study the contribution of one NGO (Non Governmental Organization) to the building of an alternative project for rural life, through its relationship with peasant families. Beginning with an analysis of the organization's proposal on the development and practice of sustainable agriculture as implemented by peasant-farmers, I then turn to look at the actors that emerge from this process.

My research is theoretically informed by a critical theory of modernity. I consider the NGO that represents the peasant-farmers to be a result of the collective efforts of these social actors. My empirical analysis is based on the *Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná RURECO (Foundation for the Rural Economic Development of the Western Central Region of Paraná)* area of involvement. The data was collected in municipalities with at least five years of involvement, with a sample that included 50 peasant families belonging to the RURECO program and 50 "others" forming a control group. Data was analyzed with the assistance of DBASE, SPSS and SAEG software programs, comparing the above-mentioned groups of producers....

Information on the social formation of the area under study reveal that the area has historically attracted immigrants from a wide variety of ethnic backgrounds, although the majority are descendants of *caboclos*, that is, an ethnicity emerging from the intermarriage of indigenous peoples and Portuguese settlers. Characterized by heavily- concentrated forms of landholding and ownership and a technically heterogeneous and highly diversified agriculture, the region is currently undergoing a growing process of social differentiation . This process is rooted in two different movemnts: one, the expropriation of lands and two, the growing social exclusion of small, family-based agriculture. Concern with this situation was, in fact, what motivated the formation of the organization under study here, whose goal it is to promote the social integration of peasants and farmers who have not been benefitted by the "Green Revolution".

The rural population studied here is comprised of family farmers with small landholdings (81% with less than 484000m²). They inhabit a rural world that is socially organized around basic community infrastructure and sustains a level of social intercourse which reinforces a specific sociocultural identity, linked to traditional peasant ways of life. Eleven percent of those interviewed possess only precarious community infrastructure. With

regard to political activity and integration, a large number of my interviewees participate in cooperative associations and unions, with a significant 36% belonging to political parties.

In relation to the productive sphere, the family farmers studied here diversify their production by combining conventional practices and the use of natural resources. They are linked externally to diverse agents involved in the processing and commercialization of their products, and do not link themselves exclusively to agro-industry.

The study of RURECO, its trajectory and its relationship with society reveal an organization with an alternative project for family agriculture, inspired by concepts of sustainable development. There have been significant results in terms of the technical training of farmers and the organization of a sustainable production system, making it possible to conclude that it has made a valuable contribution to the construction of an alternative/sustainable life project for family farmers. This has led to the emergence of a group with a particular profile, distinguishing it significantly from other farmers along the following lines: participation in training programs; management of agricultural establishments that prioritize the diversification of production and management of natural resources; use of organic fertilizers, manual equipment and animal traction. Furthermore, these farmers have defined sustainable/alternative agriculture as a definitive life choice and project, and they work together in the collective project of developing an alternative, participating in political activity and linking the practice of sustainable/alternative agriculture to economics and survival.

This new type of peasant/farmer can be defined as someone whom, in the construction of an alternative project of rural life and work, subordinates technical-instrumental rationality to interests related to the “world of rural life”. In short, s/he is a farmer whose life and work choices incorporate and prioritize social and environmental concerns.

Although the organization promoting this alternative movement has put together a project aimed at keeping farmers in the countryside (rather than promoting exodus to urban areas), fomenting the development of farmers’s socio-political identity as well as the organization of civil society, my data analysis points in the direction of an “institutional crisis”. This crisis, generating a series of challenges that must be faced, has at its center the problem of the economic and financial sustainability of the organization, constituting a serious threat to the continuity of the project. In conclusion, my research also engages in critical reflections on the processes of modernization and development, making a contribution to current debates on social modernity in agriculture.

INTRODUÇÃO

O interesse em melhor conhecer o mundo rural e as questões relativas à agricultura familiar surgiu no Serviço de Extensão Rural, quando, com auxílio da sociologia, começamos a entender que os elementos relacionados com o desenvolvimento agrícola não eram apenas de natureza técnica. Foi, no entanto, apenas na Universidade que a agricultura familiar se colocou como tema de pesquisa. Assim, inicialmente procuramos entendê-la no seu estágio mais avançado da modernização tecnológica, estudando sua relação com a agroindústria¹. A decisão de investigar a ação de uma ONG foi tomada durante a realização desta pesquisa.

O estudo dos integrados nos colocava várias questões à medida que identificávamos o caráter seletivo da contratualização da produção agrícola. A primeira delas se referia à possibilidade de integrar socialmente agricultores através de uma outra via que não a agroindústria. A segunda tratava de um questionamento oriundo da leitura de grande parte de textos cujas interpretações sobre as transformações recentes nesse setor (do nosso ponto de vista) eram unidimensionais, isto é, realizavam-se a partir da ótica exclusiva do progresso tecnológico e da agroindustrialização. Uma terceira questão (decorrente da segunda) dizia respeito à organização socioespacial da produção. Considerando a base natural do ambiente em que se realiza esta prática, indagávamos das consequências socioambientais do agroindustrialismo. Estas questões nos levavam a pensar na necessidade de realizar estudos que considerassem a inserção social dos agricultores², e nos conduziram à formulação de um projeto de pesquisa, desta vez como requisito para ingressar no Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Assim, elaboramos um projeto que visava, em princípio, estudar as propostas técnicas para a agricultura que considerassem a questão ambiental, analisando comparativamente atores sociais³ que representassem o Estado, a comunidade e o mercado. Contudo, à medida que cumpríamos os requisitos do programa de doutorado e revisávamos a

¹ Subprojeto de pesquisa desenvolvido em conjunto com Angela Ferreira, como parte do Projeto Reestruturação do Sistema Agro-alimentar, desenvolvido pelo Grupo de Estudos Agricultura e Sociedade/ GEAS, do Departamento de Ciências Sociais/UFPR

² Inspiravam-nos os trabalhos de Maria de Nazareth WANDERLEY(1989), Maria Ignez PAULILO(1990) e as discussões em torno do projeto de pesquisa que deu origem ao trabalho recente de Angela FERREIRA (1995).

³ A noção de atores sociais está relacionado com a teoria social do sujeito, desenvolvida por Alain Touraine. Será apresentada no item dois deste capítulo.

bibliografia relacionada à teoria sociológica e à agricultura familiar, ficava mais clara a necessidade de rever o projeto.

A respeito da teoria sociológica, a que se relacionava com a modernidade social era a que mais nos atraía, e, da bibliografia referente à agricultura familiar, os estudos sobre campesinato e sua transformação recente, os aspectos relacionados com as raízes agrárias da sociedade foram as que mais nos instigaram à leitura. O tema de nossa pesquisa nos conduzia ainda para um outro tipo de bibliografia: a que relacionava agricultura e meio ambiente. Paralelamente surgia o questionamento acerca da validade da atuação das ONGs, através dos meios de comunicação de massa.

Após ter cumprido os créditos disciplinares e realizado o exame de qualificação, equacionamos o projeto de pesquisa. Ao redirecionarmos a temática de estudo, optamos por analisar o projeto de um dos atores que representassem o movimento ambientalista comunitário e elegemos uma Organização Não-Governamental: A Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural do Centro-Oeste do Paraná/RURECO.

Com apoio do convênio CAPES-COFECUB e dos professores da Universidade Paris X - Nanterre, na França, começamos a desenvolver a metodologia de pesquisa. Lá, tomamos a distância necessária para definir nosso objeto de investigação. Além das reflexões já realizadas, descobrimos outras contribuições que nos permitiram compreender criticamente a relação agricultura, meio ambiente e modernidade. Estávamos em contato com produções teóricas mais recentes sobre a modernidade social e diante da experiência de um país moderno e que preservava e preserva uma agricultura familiar fortemente organizada. Tínhamos condições de melhor avaliar o sentido de modernidade.

Retornando ao Brasil, iniciamos o trabalho de pesquisa de campo, quando então, entrevistamos diversos agricultores, componentes da nossa amostra. Entre os vários depoimentos que enriqueceram nossa pesquisa, um deles definiu de forma bastante particular o sentido da modernização da agricultura brasileira. O senhor Benito Leite mostrou-nos um de seus poemas (apresentado nas páginas preliminares), que repassa a vida no campo.

Os versos do senhor Benito resumem o problema dos “seus amigos” na agricultura e define uma questão socialmente relevante, tanto para a investigação como para a ação pública, pois...

“...é o êxodo rural
o povo sendo forçado
a deixar os seus costumes

e sair desesperado

o pequeno produtor
está vivendo em aflição
com esta política agrícola
que é uma exploração
vai embora pra cidade
e abandona a tradição

conheço amigos meus
que foram embora pra cidade
analfabeto e sem emprego
partiram para a maldade
por sair de seus costumes
perderam a felicidade”.

Entre os vários temas que a questão agrária suscita, o da ação visando conter o processo de exclusão social, dada a conjuntura atual, certamente constitui um das mais prementes. Daí a razão de se estudar a ação de uma ONG.

Além de traduzir a situação do homem do campo, os mesmos versos do Sr. Benito também definem o caráter da modernização da agricultura, e resumem as principais categorias que permitem pensar e analisar este trabalho: o mundo rural, seus valores, suas dificuldades, sua transformação, a relação com a natureza, com a sociedade do progresso tecnológico. Define, enfim, um novo mundo e a perda de identidade do agricultor.

1. O PROBLEMA DE PESQUISA E A DEFINIÇÃO DO OBJETO

Entre os estudiosos da questão agrária brasileira parece haver um consenso: a agricultura está modernizada.

Em que pesem as divergências quanto à qualificação ou intensidade da modernização da agricultura, o atingimento desse padrão de organização técnico-produtivo, ocorreu após um intenso processo de transformação socioeconômica pelo qual passou a sociedade brasileira, em razão da expansão da indústria e do progresso tecnológico que hoje atinge patamares ainda mais elevados em função de um mercado globalizado. A sociedade, de modo geral, está inserida neste processo de modernização, cujo significado, numa concepção ocidental e

tradicional, reside em participar de um processo de enriquecimento material e de uma visão de mundo governada pela razão.

Em relação à agricultura, a modernização tem sido tratada por diversos autores sob óticas distintas: uma primeira linha de estudo a analisa a partir do setor hegemônico da economia, isto é, da indústria e do progresso tecnológico. Para esta, a modernização é definida pela “mudança na base técnica de produção” (KAGEYAMA, 1985), sendo as técnicas tradicionais de cultivo, de uso de sementes, de implementos tracionados por animais substituídas por insumos de origem industrial e por máquinas agrícolas, dada a “baixa eficiência econômica” dos instrumentos tradicionais de produção. A modernização, definida pela mudança nas relações técnicas de produção, apresenta uma trajetória que tem origem na chamada crise do complexo agrário e expressa seu padrão agrícola mais recente nos chamados complexos agroindustriais-CAIS. Nessa análise, que destaca a dimensão econômica das atividades que poderiam ser chamadas agroindustriais, situa-se grande parte dos estudos recentes (SILVA, 1996; MULLER, 1989; WILKINSON, 1986). Conclui-se que a modernização da agricultura, enquanto modificação de sua “base técnico-econômica”, atingiu sua “maturidade”. Nesse sentido, “a incorporação de inovações tecnológicas deixa de depender tão-somente de políticas de créditos subsidiados,...e passa a ser assegurada pelos padrões tecnológicos impostos pela agroindústria processadora e pela concorrência entre indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas” (KAGEYAMA, 1985, p. 215).

Ainda na perspectiva da relação agricultura-indústria, uma outra abordagem analisa a modernização a partir do outro pólo, ou seja do agricultor. PAULILO (1990), no seu trabalho “Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos”, analisa a relação do suinocultor e do fumicultor com a agroindústria “tomando como ponto de partida a sua [desses produtores] própria visão de mundo”. Entre outras conclusões, o autor destaca que “a agroindústria não é vista pelo agricultor como pólo dominante da relação, mas como elo que lhe permite pertencer ao círculo dos que “não ficaram para trás”, dos que “se modernizaram”. A relação com agroindústria é vista ainda como uma forma segura de obter rendimentos, mesmo “pagando pouco”.

O estudo da modernização considerando outros âmbitos expostos acima, ou seja, o “interno da organização da produção e externo da subordinação à agroindústria” é realizado por Maria de Nazareth Wanderley. Para WANDERLEY (1989) essa é uma relação contraditória, pois os mesmos elementos que estão na base da produção familiar autônoma estão na relação subordinada aos interesses da indústria. Assim, por exemplo, ocorre com a

categoria de rendimento econômico: o agricultor não pratica um cálculo contábil visando apurar custos de produção ou taxas de lucro, mas se orienta pelo que denomina “sobras”; seu trabalho, organizado com a família, visa à construção de um patrimônio familiar, e não remunerar individualmente a força de trabalho; a utilização de modernas técnicas e práticas de produção pelos produtores de algodão não exclui o “saber camponês”; pelo contrário, reforça-o. Nessa mesma perspectiva poderíamos citar o trabalho recente de FERREIRA(1995), que estuda a relação contratual entre suinocultores e agroindústria no Paraná. Reconhecendo o “papel modernizador” da agroindústria, o estudo coloca em evidência “a existência de espaços construídos” pelos agricultores numa rede de relações cuja dinâmica essencial escapa ao seu controle, resultando daí os “espaços de adaptação” da indústria à forma de produzir dos agricultores, e dos agricultores à dinâmica da indústria.

Entre os trabalhos que analisam as implicações decorrentes do processo de modernização podemos citar MARTINE (1990). Esse autor, além de realizar uma periodização da modernização da agricultura, analisa o que denomina “faces” da modernização, questionando algumas inferências realizadas a partir da leitura de trabalhos sobre a agroindustrialização. Uma delas, a de que “a ênfase colocada por alguns autores na associação entre a escala, modernidade e eficácia favorece a inferência, pelos setores mais conservadores de que (entre outras) o pequeno, o não integrado e o informal devem necessariamente desaparecer no curto ou médio prazo” (MARTINE,1990), quando, na verdade trata-se de uma “falácia” deduzir como “corolário do avanço do capitalismo integrado e das grandes escalas de produção” que a pequena produção desaparecerá necessariamente.

A implícita assumpção da superioridade empresarial de grupos econômicos, vinculados aos complexos agroindustriais, fica mais clara no trabalho de PALMEIRA(1989), que aborda a presença do Estado no processo de modernização e nas sucessivas transformações de seus aparelhos. O que é fenômeno novo, segundo o autor, é que o controle de interesses a partir da década de 70 não passa mais pela mediação de chefes locais, como no domínio coronelista, mas pelo controle que se exerce “sobre determinados postos na máquina do Estado”.

É necessário destacar também os estudos que tratam da exclusão social enquanto um processo decorrente da modernização. Estes estudos emergem com mais força nesta década, e adquirem maior relevância à medida em que a sociedade passa para uma outra fase da modernização, o da economia globalizada. Contraditoriamente, quanto mais a modernidade se globaliza, maior a exclusão social, que parece ser a marca deste final de século. No Brasil

moderno, a violência dos marginalizados, a miséria dos favelados, o motim dos presidiários, a revolta dos sem-teto, dos beneficiários da Previdência Social e o Movimento dos Sem Terra-MST entre outras são manifestações desta exclusão.

No meio rural, nenhum movimento adquiriu maior expressão política que o “movimento de luta pela terra”. Entre os estudos dessa temática, vale mencionar o trabalho de SALES (1993), que situa a luta pela terra como uma “luta pelo direito à sobrevivência” isto é, “pelo direito à vida”. Como “direito elementar da cidadania”, entre nós a conquista deste direito se apresenta de forma paradoxal, à medida que...

[...] “o mesmo Estado que concede dádivas a uma população que assim assimila nosso Welfare State(posto que não alcançou ainda a cidadania civil e tem portanto como mediação fundamental a dádiva), coloca-se na prática como o principal contendor para os movimentos populares que se organizam à sombra de seus programas (SALES, 1993, p. 56).

Se, por um lado, o Estado teve um papel fundamental na modernização, por outro, se contrapõe a mobilizações que visam conquistar direitos elementares, e postergar a solução dos problemas sociais cujas raízes se encontram no controle da propriedade da terra que datam do período colonial. Nessa linha de investigação, a terra é colocada no centro da problemática da questão agrária por WANDERLEY (1992), para quem “a modernização foi incapaz de incorporar a propriedade da terra ao processo de acumulação pela via da produção”, além do que ela não produziu uma homogeneização dos processos na unidade produtiva (BRANDENBURG e FERREIRA, 1995), nem elevou os índices de produtividade de todas as culturas, caso típicos dos produtos destinados à alimentação (MARTINE, 1990)

Ao se analisar a trajetória do processo de modernização da agricultura e da sociedade, conclui-se que uma dívida precisa ser resgatada: a dívida social. Para resgatá-la, faz-se necessário repensar o sentido de modernidade, à medida que entendemos que o enfrentamento dos problemas sociais no campo só pode ser feito numa concepção de “modernidade social” (WANDERLEY, 1989). Antes, porém, de definirmos como nos propomos enfrentar esta tarefa, uma outra linha de pesquisa que trata das implicações da modernização precisa ser colocada. Trata-se dos estudos que abordam a questão do meio ambiente.

Constata-se que a agricultura atingiu um padrão técnico-organizativo de produção tido como moderno. No entanto, pode-se afirmar que esse mesmo padrão é reiteradamente contestado, já a partir dos fins da década de 70, seja pelos agricultores que se vêem excluídos

do processo de modernização, seja por técnicos e estudiosos da questão agrária. Entre os agricultores, entidades representativas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores - CONTAG (CONTAG, 1985) questionam as modernas técnicas de produção à medida que geram custos de produção que não são compensados pelos preços de venda dos produtos agrícolas. Entre os técnicos, a Federação dos Engenheiros Agrônomos⁴, questiona o padrão técnico hegemônico sob o ponto de vista social e ecológico. Pesquisadores como GRAZIANO NETO (1982), ROMEIRO e ABRANTES (1981) analisam as consequências da tecnologia agrícola para os solos brasileiros, para o desequilíbrio biológico dos ecossistemas agrícolas, para a produtividade e qualidade de alguns produtos, mais especificamente para produtos alimentícios. Agricultores, técnicos e pesquisadores formam o movimento que na época foi denominado de **agricultura alternativa**, que apontava para a construção de um paradigma baseado nas condições ecológicas e socioeconômicas da agricultura brasileira. ABRAMOVAY (1985), iria refletir, então, sobre a possibilidade de um “outro caminho” para a tecnologia agrícola que não a industrial. CARVALHO (1982), embora entendendo que “oportunizar a participação do pequeno produtor nas estruturas econômicas seria articulá-las à produção capitalista sob hegemonia do grande capital nacional e internacional”, veria a tecnologia socialmente apropriada como alternativa de redução da dependência de tecnologias geradas a partir de interesses de países desenvolvidos. A agricultura alternativa reforçaria o processo de organização e resistência, ou de estratégias de sobrevivência do agricultor na concepção de PINTO (1981)

A tese da agricultura alternativa também tem seus críticos. SILVA (1987) a analisa como um “retrocesso histórico ao avanço das forças produtivas”, ou, quando muito, uma proposta para um “capitalismo verde”. Argumenta que a tese da agricultura alternativa como resistência à dominação capitalista é falsa à medida que a inserção do camponês no mercado não se inicia com o aumento de compras, mas com o aumento de vendas”. Nesse sentido, o aumento de vendas só seria obtido com o aumento da produção agrícola, através de índices de produtividade proporcionado pelas inovações tecnológicas. Demonstra assim a superioridade técnica do padrão moderno em relação ao padrão alternativo.

No debate teórico dos padrões tecnológicos, identifica-se em primeiro lugar uma perspectiva que analisa o progresso técnico como parte de paradigmas científicos que se sustentam na lógica da dominação técnica da natureza. Uma outra vertente teórica coloca em

⁴ Conforme ANAIS III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em Cuiabá/MT de 12 a 17/04/87

questão a universalização de um padrão moderno de produção diante da “depleção” dos recursos naturais do crescente processo de diferenciação social e desintegração cultural. Embora se tenham diferentes tratamentos para a questão ambiental a partir dessas duas vertentes, ambas colocam-na como um problema à medida que se constata suas consequências biofísicas e sociais da tecnologia. No debate concreto, é a partir do crescimento dos movimentos socioambientais (VIOLA, 1992) e de um conjunto de eventos de caráter ambiental, desde a Conferência da ONU em Estocolmo em 1972 até a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento - RIO 92, que a problemática ambiental influencia os diversos atores sociais, tanto no âmbito do Estado como da sociedade civil. Além disso, deve-se registrar a contribuição do Relatório Brundtland (NOSSO FUTURO COMUM) para a formação de condutas ecologizantes. Em que pese a interpretação diversa nos vários círculos ambientalistas do conceito de *sustentabilidade*, que fundamenta a noção de desenvolvimento, o relato coloca diretrizes e princípios que ultrapassam a concepção de desenvolvimento fundado exclusivamente na razão econômica.

Na agricultura, como em toda a sociedade, o movimento ambientalista avançou, passando da fase da denúncia para a de execução e propostas (VIOLA, 1992). Este avanço, no entanto, não se fez sem uma confusão conceitual quando se tratou de definir o padrão técnico que se propõe para a agricultura. Agricultura alternativa, regenerativa, biológica, orgânica, ecológica, entre outras, diferenciando-se ainda daquelas que se convencionou chamar moderna e tradicional, colocam-se hoje sob o “guarda-chuva conceitual de sustentável” (GUIVANT, 1995). Mesmo a noção de *sustentável*, através dos “múltiplos setores” do movimento ambientalista, expressa na prática uma diversidade de posições quando se trata de definir estilo de desenvolvimento ou de padrões tecnológicos.

Em outro campo, entre os atores sociais, além do Estado e dos movimentos populares, também a indústria passou a incorporar a preocupação ambiental, seja no controle da poluição, nas práticas de restabelecer o verde ou no seu processo produtivo. Com o avanço da engenharia genética, a biotecnologia apresenta produtos alternativos que podem ser adquiridos no mercado. Assim, a tecnologia dita sustentável, entendida como uma via alternativa à convencional, ultrapassa os limites de um único padrão tecnológico que pretende ser expressão de um novo paradigma.

As análises da modernização da agricultura, realizadas a partir do seu duplo processo integração/exclusão e do que denominamos implicações da modernização da agricultura, certamente não se esgotam na bibliografia citada, mas nos permitem definir ao nosso objeto

de pesquisa através de dois pontos de vista: o da exclusão social e o do meio ambiente. No que tange à exclusão social, percebe-se que esse processo ocorre na medida em que a modernização se realiza. Assim, pode-se dizer que no meio rural os movimentos sociais emergentes, a partir do fim da década de setenta (BONIN, 1987) são movimentos de resistência, de luta pela sobrevivência de uma categoria ameaçada de perder suas raízes e sua identidade: os pequenos agricultores familiares. É nessa conjuntura de crise, de quase perda de identidade, que alguns grupos passam a ser atendidos pelas chamadas organizações não-governamentais, ligadas à Igreja, ou a agências de cooperação internacional (SCHERER-WARREN, 1995). O surgimento destas organizações ocorre ao mesmo tempo em que o Estado se instrumentaliza, através de órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, visando dar suporte técnico ao desenvolvimento da agricultura modernizada. No entanto, a prioridade dada aos agricultores que têm maior capacidade de resposta a estímulos modernizantes reforça o processo de exclusão, inerente aos instrumentos modernizantes, de forma que exclusão social e meio ambiente fundem-se neste momento, em uma só questão (socioambiental), à medida que as organizações vinculadas ao movimento popular optam por uma tecnologia alternativa à tecnologia convencional. É a esse tipo de questão que este trabalho se dirige.

Pretende-se compreender qual o sentido dessas organizações que emergem a partir dos interesses dos agricultores que foram excluídos da primeira fase da modernização mas que, “teimosamente”, se esforçam para se fazerem agricultores, como categoria profissional de competência reconhecida. É nessa perspectiva que colocávamos, anteriormente, que este trabalho se propõe a realizar um estudo, o da modernidade social, considerando o novo sentido da modernização.

O caráter heterogêneo e conservador da modernização agrícola requer que se faça uma análise não a partir da organização econômica, que se baseia nos processos agroindustriais recentes (o que levaria a uma unidimensionalização⁵ da análise) mas a partir das organizações que não são controladas pelos “complexos agroindustriais”⁶. Isto não significa dizer que os processos de integração agricultura-indústria, serão desconsiderados, mas sim que se opta por

⁵ A unidimensionalização do homem da sociedade industrial é analisada por MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁶ A noção de complexos agroindustriais vem sendo utilizada nas análises recentes do processo de agroindustrialização da agricultura por KAGEYAMA (1985), SILVA(1996), entre outros.

compreender a modernização a partir daqueles agricultores que foram excluídos pela fase da modernização subsidiada da agricultura, em que o Estado se instituiu como agente promotor.

Qual a perspectiva desses agricultores, que no dizer de um deles, “perderam o primeiro bonde”, mas que, através das chamadas ONGs, lutam por sobreviver enquanto categoria produtiva? Estariam essas organizações se afirmando como uma alternativa de uma outra estratégia de integração social? Ou as condições em que atuam, mais uma vez, estariam levando os agricultores a viverem à margem do progresso técnico, a se proletarizarem, a migrarem para centros urbanos com ofertas de empregos cada vez menores e com exigências cada vez maiores em relação a qualificação profissional?

Para responder a essas questões, pretende-se investigar a ação da Fundação para o Desenvolvimento Econômico da Região Centro-Oeste do Paraná - RURECO, na construção de um projeto de permanência de agricultores no campo, mediante sua relação com os atores orientados. Essa Organização Não-Governamental, que congrega uma rede de organizações regionais, tem como projeto desenvolver uma agricultura alternativa-sustentável na região. Indagaremos portanto, a partir de sua ação, qual a sua contribuição na formação dos agricultores, na construção de um projeto de vida rural e qual o personagem resultante da construção deste projeto?

2. ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A crise dos paradigmas de análise nas ciências sociais que tanto se discutiu nestes últimos tempos, significou um questionamento da sociologia tradicional. No lugar das metateorias das abordagens clássicas do marxismo e do funcionalismo, hegemônicas durante um período de grandes avanços para as ciências sociais, surge uma diversidade de abordagens que procuram apreender as múltiplas dimensões da realidade social. Hoje, se a tarefa do investigador torna-se mais complexa e mais desafiante, é, ao mesmo tempo, mais rica e menos reducionista.

A crise dos paradigmas que surge no apogeu da modernidade traz consigo a dúvida de que a “razão universal deva triunfar sobre a tradição e os interesses particulares” (TOURAINE, 1992), e essa dúvida gradativamente cede espaço a uma concepção de ciência que articula realização dos atores, enquanto indivíduos sociais e interesses societários. Nessa

direção, com uma posição teórica que traduz uma sociedade moderna fragmentada, propomos a compreender a realidade social tratando seus personagens, como sujeitos de sua construção, inspirando-nos, fundamentalmente, nas recentes formulações da teoria do sujeito social. Faremos na seqüência um breve apanhado dos principais elementos da teoria social que traduzem o sentido da sociedade moderna e dos conceitos centrais que orientam a presente investigação.

2.1. Sociologia, modernidade e sujeito.

Um dos pilares fundamentais da modernidade, a indústria, desde o fim o século XIX, necessitava de crescentes inovações tecnológicas visando aumentar a produtividade de trabalho, principalmente nos países capitalistas avançados. Nesse sentido, dois aspectos devem ser mencionados: 1) a crescente intervenção do Estado visando assegurar a continuidade e estabilidade do sistema e 2) o desenvolvimento de uma interdependência entre a técnica e a pesquisa que transformou a ciência na principal força produtiva (HABERMAS, 1975). Por um lado, em todas as sociedades modernas, é inegável o papel do Estado no processo de modernização; por outro, o desenvolvimento tecnológico, ou aquilo que Habermas denominou de *cientifização da técnica* é traduzido como sendo a própria ideologia da modernidade. O progresso tecnológico, que ocorreu neste século, confundido com o processo de modernização, atinge um patamar de desenvolvimento (e consequências sociais) que tem levado os estudiosos a identificar as sociedades que promoveram esse desenvolvimento como sociedades pós-industriais, ou até pós-modernas. Divergências a parte, parece evidente que a produção de bens simbólicos, denominados pelos estudiosos da Escola de Frankfurt de *indústria cultural*, ocupam a posição central no processo produtivo de um sistema cujas bases organizacionais ainda permanecem a mesma desde o início da era industrial. Entre os bens culturais, ressalta-se o avanço em especial nos meios de comunicação que vêm revolucionar as noções de espaço e tempo.

A modernidade tem sido definida, desde Weber, como sendo o mundo governado pela racionalidade econômica, o mundo desencantado, aprisionado simbolicamente pela jaula de ferro (WEBER, 1967). Quanto maior o desenvolvimento tecnológico, mais a racionalidade se faz instrumental, dominando a esfera da atividade econômica. Todavia, o avanço da racionalidade instrumental, não dá a noção completa da modernidade, como demonstra Habermas; à expansão da racionalidade instrumental nos âmbitos do poder e da economia, se

contrapõe o “mundo da vida”, *Lebenswelt*, estruturado em termos de uma cultura, de regras sociais e de personalidades (HABERMAS, 1988). Nesse sentido, a modernidade não é apenas definida pelo império único da razão instrumental, até porque esta levaria a um processo de desintegração social, atingindo a cultura e o sistema de personalidade e provocando “fenômenos de alienação e de coisificação da prática comunicativa”.

A modernidade é hoje definida em termos de duas dimensões, na formulação de Touraine: racionalização e subjetivação. “Il n’y a pas une figure unique de la modernité, mais deux figures tournées l’une vers l’autre et dont le dialogue constitue la modernité: la rationalisation et la subjectivation” (TOURAINÉ, 1992, p. 240).

Racionalização e subjetivação, na visão de Touraine, sistema e mundo da vida, na concepção de Habermas, polarizam as dimensões de uma sociedade que hoje é tida como segmentada, multifacetada, impossível de ser compreendida como “unidade social” como na sociologia clássica, na época do capitalismo concorrencial.

A racionalização pode ser entendida como a raiz comum da racionalidade cognitivo-instrumental e da racionalidade econômica, como evidencia GORZ (1988). O desenvolvimento da racionalidade, que atinge a sua expressão máxima no capitalismo, é medido quantitativamente pela sua eficácia. O indicador dessa eficácia é a taxa de lucro, diretamente relacionada com a produtividade do trabalho. A expansão da racionalidade, então, movida pela lógica de maximizar continuamente a sua eficácia, é circular ou ilimitada.

“La rationalité économique n’a donc jamais, dans son principe, été au service d’aucun but déterminé. Elle a pour objet...la maximisation de ce type d’efficacité qu’elle sait mesurer par le calcul. Le principal indicateur de cette efficacité est le taux de profit. Et le taux de profit dépend en dernière analyse de la productivité du travail. La poursuite d’un maximum illimité d’efficacité et de profit allait donc exiger la croissance la plus élevée possible du rendement du travail et, par conséquent, de la production. Il fallait accumuler des quantités croissantes de capital dans des machines de plus en plus efficaces et nombreuses et rentabiliser ce capital pour pouvoir installer des machines plus efficaces encore, etc” (GORZ, 1988, p.144).

Para a racionalidade econômica não há limites, nem de “suficiência,” nem do “muito”, como diz Gorz. Sua expansão, porém, engendra sua própria crise. O aumento contínuo da produção, exige um aumento de consumo. Para que o consumo aumente, há necessidade de se criar demandas crescentes e, por isso, a expansão da racionalidade acaba por invadir todas as esferas da atividade humana (cultura, lazer, arte..). Os meios de comunicação de massa, através da publicidade, são seus aliados e fazem com que o consumo esteja a serviço da

produção. Mas a sua lógica revela sua própria irracionalidade. O desenvolvimento científico-tecnológico acaba por rarificar o trabalho; e advém então uma crise, de um lado, pela ausência do trabalho e, por outro, provocado pela expansão da racionalidade que ao seu extremo acaba provocando um processo de objetivação do próprio homem, reduzindo-o a uma única dimensão. Ocorre assim uma reação, que em última instância diz respeito à preservação da vida ou da expressão das múltiplas dimensões relacionadas com o mundo da vida.

A oposição à expansão ilimitada da racionalidade não ocorre nas esferas do sistema, das quais faz parte o mundo do trabalho, mas fora dele, no âmbito do “mundo da vida”, ou na esfera da “subjetividade”, onde as iniciativas de interesses individuais para satisfazer suas múltiplas dimensões ocorrem livremente. Nasce daí uma mobilização que caminha para a construção de uma outra racionalidade: a *ecossocial* (GORZ, 1991), relacionada à afirmação dos indivíduos que lutam para se fazer sujeitos de sua plena realização.

Para Touraine, o sentido da modernidade só se define pela polarização das esferas da racionalização e da subjetivação, cuja separação crescente é mediada pela figura que, nas últimas décadas, esteve ausente nas análises da sociologia: a figura do sujeito enquanto entidade social. O sujeito é mesmo essa figura emblemática que reaparece, como fruto de resistências aos poderes autoritários do nosso século. Contraditoriamente, a idéia de sujeito aparece após à queda das utopias socialistas, na versão do socialismo real e recoloca a análise no centro de uma sociedade que embora massificada, e cada vez mais globalizada, procura resgatar valores culturais tidos como impeditivos do processo de modernização social.

2.1.1. A idéia de sujeito

Praticamente todas as sociedades passaram para a modernidade, seja via liberalismo, social democracia ou socialismo. Após a derrocada dos regimes socialistas, a modernização das sociedades como um estilo de desenvolvimento capitalista acelerou-se ainda mais, globalizando-se. O capitalismo passa a ser reconhecido como uma das quatro instituições básicas da modernidade, segundo GIDDENS (1991), e o triunfo da economia de mercado, é marcado pelo consumo de bens, cujas necessidades são provocadas pelos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, o sujeito, condicionado a agir conforme a lógica do sistema econômico que o leva a consumir cada vez mais, deve se opor à lógica dominante do sistema, se pretende defender sua identidade cultural ameaçada pela dominação ou pela colonização dos sistemas racionalmente organizados.

Entre os mundos separados da racionalidade e da subjetividade, o sujeito retorna não como elemento reunificador, mas como gerenciador de relações ao mesmo tempo complementares e opostas da “ racionalização e subjetivação”.

“Le sujet ne doit pas être conçu comme un moyen de réunifier les éléments éclatés de la modernité: la vie, la nation, la consommation et l’entreprise; mais c’est lui qui les relie entre eux, tissant de l’un à l’autre un réseau serré de relations de complémentarité et d’opposition. L’idée de sujet reconstruit le champ culturel éclaté et qui ne pourra jamais, après les critiques de Marx, de Nietzsche et de Freud, retrouver la clarté et la transparence qu’il avait eues au moment de la philosophie des Lumières.” (TOURAINÉ, 1992, p.256)

O sujeito, ao mesmo tempo que deseja o progresso técnico, quer seja para produzir mais ou para aliviar o peso de trabalho físico, luta contra a racionalidade instrumental à medida que o transforma em instrumento ou o reduz a objeto. É por isso que o sujeito da modernidade luta por liberdade, por independência, pelo exercício de suas crenças e pela prática de seus valores, enfim, uma liberdade que supõe escolhas e ao mesmo tempo a possibilidade de operá-las, face às restrições do mundo exterior; de programar um **projeto de vida**, e construí-lo enquanto constrói-se a si mesmo como sujeito. O indivíduo torna-se sujeito à medida que reclama por um projeto de vida. Segundo Touraine, “Le “projet de vie” est [...] un idéal d’indépendance et de responsabilité qui se définit plus par la lutte contre l’hétéronomie, l’imitation et l’idéologie que par un contenu” (TOURAINÉ, 1994, p.178) A busca de uma autonomia como um atributo de modo de vida do agricultor familiar, a ser analisado mais adiante, já foi claramente demonstrado nos estudos de NAZARETH WANDERLEY(1989) e PAULILO (1990). Mesmo produzindo de forma modernizada e integrados nos chamados complexos agroindustriais, esses produtores consideram a autonomia com um dos aspectos importantes a serem preservados na relação com a agroindústria, mesmo que muitas vezes à custa de sacrifícios.

O sujeito somente se afirma na relação interpessoal com o outro à medida que o considera e obtém reconhecimento do outro enquanto sujeito. A conquista de liberdade não é um processo fechado em si mesmo, mas se constrói tendo o outro como referência e ao mesmo tempo como sujeito. **“Resistência a dominação”, “luta por liberdade”, “reconhecimento do outro como sujeito”,** são elementos fundamentais na construção do sujeito.

“L'idée de sujet combine en fait trois éléments dont la présence est également indispensable. Le premier est la résistance à la domination,[...] le deuxième est l' amour de soi, par lequel l'individu pose sa liberté comme la condition principale de son bonheur et comme en objectif central ; le troisième est la reconnaissance des autres comme sujets et l'appui donné aux règles politiques et juridiques qui donnent au plus grand nombre le plus de chances possible de vivre comme des sujets” (TOURAINÉ, 1994, p. 178).

Na sua prática de construção, o sujeito combina diversas lógicas e racionalidades, à medida que participa de uma sociedade que não se apóia em um único princípio de integração social. Nesse sentido, o ator se orienta por várias razões sem qualquer hierarquização rígida (DUBET, 1995). Na sua experiência há momentos de ação que se situam exclusivamente no âmbito da ação instrumental, outros na esfera da cultura, ou mesmo da subjetivação, e outros combinam interesses com razões de natureza diversa. Este trabalho de construção que o sujeito realiza a partir de uma situação social, e de onde François Dubet extrai uma sociologia da experiência, jamais encontra um limite ou “jamais se realiza enquanto sujeito histórico social” (DUBET, 1995).

2.1.2. Sujeito e ator

Uma das dimensões da formação do indivíduo como sujeito se dá na e através da sua ação. No seu trabalho de construção, o sujeito, no caso o agricultor familiar, atua modificando tanto o meio material, como o social e o cultural . Ao atuar rumo aos seus propósitos, o ator se depara com conflitos ou restrições que poderão trazer dificuldades principalmente ao se colocar como "autor", e não apenas como reprodutor de relações sociais. Desse modo, o sujeito se define em termos de conflito e de ação social.

São as interações entre indivíduos que produzem as relações sociais, embora a sociedade, através de suas normas e valores, aja sobre os indivíduos transformando-os em indivíduos sociais, com determinados padrões culturais (MORIN, 1995). O sujeito, então, não constitui uma entidade que paira acima da sociedade, nem se reduz a um indivíduo na sua particularidade, fechado em si: o sujeito é um "ator social", que se afirma à medida que se reproduz enquanto produtor de uma situação e não, simplesmente, como um produto social. O sujeito é sobretudo transformador de relações de dominação, à medida que a sociedade moderna é o lugar do ator refratário a qualquer tipo de totalitarismo.

Visto na modernidade emergente, o sujeito não atua para negar o progresso técnico, mas para dar sentido à sua identidade dentro de um sistema presidido pela razão instrumental.

Ele não é, exclusivamente, nem razão e nem cultura, mas razão e cultura, racionalização e subjetivação (TOURAINÉ, 1992).

2.1.3. Sujeito e movimento social

Uma outra dimensão da realização do ator enquanto sujeito acontece através do movimento social. Sem este não existe sujeito, pois somente um tal movimento é capaz de alimentar um processo de construção de sua identidade e levá-lo ao reconhecimento pelos outros atores, e pela sociedade, quer seja enquanto contestador, como um simples reivindicador do direito de ser ator, ou como realizador de um propósito. Por um lado, o sujeito existe à medida que o movimento social atuar como instrumento de sua defesa contras os poderes regulamentados da economia e do Estado, por outro, o movimento social existe se expressar os interesses de realização do sujeito e se o sujeito estiver engajado na sua formulação.

“Le sujet se construit à la fois par la lutte contre les appareils et par le respect de l'autre comme sujet; le mouvement social est l'action collective de défense du sujet contre le pouvoir de la marchandise, de l'entreprise et de l'État. Sans ce passage au mouvement social; le sujet risque de se dissoudre dans l'individualité; sans ce recours à un principe non social d'action dans la vie sociale, l'idée de mouvement social tombe dans la tentation aliénante de se conformer au sens de l'histoire. Pas de sujet sans engagement social; pas de mouvement social sans appel direct à la liberté et à la responsabilité du sujet” (TOURAINÉ, 1992, p. 331).

Um movimento social enquanto realizador do sujeito se expressa mediante um conflito social, podendo, este conflito, tornar-se mais explícitos em determinados momentos. É o caso dos movimentos contestatórios e reivindicatórios, mais comum em uma sociedade como a nossa. Contudo, na sua trajetória, o movimento social passa de contestador, ou de reivindicador, a realizador de um projeto. Chega-se, então, no seu estágio de maturidade quando passa do discurso para o campo da formulação e da execução de propostas. Esta fase exige um maior engajamento e responsabilidade do sujeito, principalmente da liderança que se encontra na direção do movimento. No Brasil, os movimentos sociais de cunho ecológico que contestam o modelo tecnológico implementado entraram na fase de realização prática, na década passada (VIOLA, 1992).

Um sujeito é entendido como movimento social, isto é, atinge sua fase madura, quando “fala em nome de valores da sociedade industrial” (TOURAINÉ, 1992). Nestes termos, os

movimentos sociais não existem quando os trabalhadores de uma sociedade industrial se opõem ao próprio processo de industrialização e resistem ao avanço tecnológico.

2.1.4. Sujeito e democracia

O que define melhor a modernidade “não é o progresso técnico nem o consumismo, mas a exigência de liberdade e a defesa contra tudo o que transforma o ser humano em instrumento, em objeto” (TOURAINÉ, 1992). Nesse sentido, há que se ter condições para a reação à dominação e a realização do sujeito. Essas condições não são dadas mas conquistadas coletivamente. A democracia, uma das instituições que parece se afirmar neste século, assegura ao indivíduo a possibilidade de se formar sujeito e, por isso, ela não é simplesmente outorgada por uma constituição de um regime político; ela é obtida através do esforço e de uma vivência que passa a ser assimilada enquanto cultura. A democracia é o ambiente social e político onde é possível ao indivíduo gerir as duas dimensões de sua ação e que se encontram segmentadas na sociedade: razão instrumental e mundo da vida “Lebenswelt”, um “universo técnico” e outro “simbólico”.

“L’idée démocratique impose de reconnaître le pluralisme culturel encore plus que le pluralisme social. La démocratie doit aider les individus à être des sujets, à réussir en eux, dans leurs pratiques comme dans leurs représentations, l’intégration de leur rationalité, c’est-à-dire de leur capacité à manier des techniques et des langages, et de leur identité, qui repose sur une culture et une tradition qu’ils réinterprètent constamment en fonction des transformations du milieu technique” (TOURAINÉ, 1994, p.182).

Num mundo globalizado pela razão instrumental, a manutenção de tradições locais e nacionais, do comunitarismo, de sociedades multiculturais é possível à medida que a identidade se constrói com cultura, com criação ou subjetivação. A democracia é assim vivificada pela diversidade cultural, assim como pelos movimentos de defesa de minorias, pelos movimentos ecológicos que propugnam tanto a diversidade étnica como a de espécies animais e vegetais e o restabelecimento da relação homem-natureza. Ela é o espaço da diversidade, da razão múltipla, onde as dimensões do técnico e do simbólico jamais se confundem em um único princípio de ação.

2.1.5. Sujeito e desenvolvimento

O conceito de modernização tem sido frequentemente confundido com o desenvolvimento. Nesse sentido, pensa-se, modernizar a sociedade seria desenvolvê-la. Desde o início da era moderna se pretendia vencer o tradicional, o arcaico e ultrapassar o mundo das crenças. Em outras palavras, o mundo moderno seria o mundo desencantado, o mundo dominado pela técnica e pela sua razão. Essa idéia, no entanto, é incompatível com uma visão humanista de transformação social, já que “o indivíduo social”, não se expressa exclusivamente através da razão, mas através de dimensões próprias de sua natureza. Ou seja, uma modernidade sob o imperativo de uma expansão unilateral da racionalidade instrumental, através da tecnificação, da reificação e da monetarização das relações sociais, levaria a uma objetivação do indivíduo incapaz de se reconhecer enquanto sujeito, ou seja, levaria à formação de uma civilização fria (GORZ, 1988).

À medida que a concepção tradicional de desenvolvimento vincula-se a um reducionismo racionalista, é preciso repensá-la, como fazem os críticos da modernidade. A história demonstra que não há desenvolvimento sem transformação social, e nem transformação social sem vontade individual de mobilização política. O desenvolvimento, em sua concepção renovada, diferente daquela da modernização tradicional, associa racionalidade econômica e integração social (TOURAINÉ, 1992; HABERMAS, 1988). Uma integração social que só é possível a partir da mobilização de atores políticos. Por isso, o desenvolvimento é um processo interno de construção social de uma sociedade, através de vários atores que se realizam enquanto sujeitos desta construção. Segundo essa perspectiva, desenvolver não significa progredir em direção ao reino da razão, mas possibilitar a expressão da multidimensionalidade da natureza humana, através da construção de sociedades livres e integradas a uma ordem social diversa.

Contudo, um desenvolvimento multidimensional requer um conhecimento sobre nossas raízes, vocações e potencialidades, e também sobre nossas debilidades (FURTADO, 1992). Acima de tudo, requer que sejamos originais e inovemos na forma de pensar, que olhemos para dentro da sociedade brasileira, sem cairmos no intelectualismo chauvinista. Como diz Cristovam Buarque, “é preciso pensar o Brasil com os olhos de brasileiros” (BUARQUE, 1991). Como referência para este procedimento, temos as obras clássicas de Gilberto Freire e Sérgio Buarque, que ousaram ir além de um pensamento liberal ou marxista, ou de Caio Prado e Celso Furtado, que ultrapassam uma interpretação economicista da sociedade, além de muitos outros. Não nos falta, portanto, referência para reconstruir um modo de pensar que não se limite à repetição de teorias já consagradas classicamente, ou

àquela produção do tipo colonial que parece mais preocupada em transmitir uma superioridade intelectual, do que tentar mergulhar na complexidade da realidade social para explicá-la (HOLANDA, 1978).

2.2. Procedimentos de pesquisa

O movimento que constitui objeto de nossa análise, - A Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste/RURECO, enquanto movimento que articula uma rede de entidades - encontra-se numa fase organizacional relacionada com a execução de uma proposta de desenvolvimento de uma agricultura alternativa-sustentável.

Conforme a exposição introdutória, o movimento pela agricultura alternativa surgiu contestando o processo de modernização no campo, por entender ser ele excludente. Desse modo os agricultores recorreram à práticas tradicionais visando manter a sua própria reprodução. Por isso, negavam o crédito agrícola, por entendê-lo que sua prática levaria ao endividamento, seguido de expropriação. Pode-se entender então que sua conduta está orientada muito mais para preservar-se enquanto categoria do que para rejeitar o progresso técnico. A atitude dos agricultores, hoje encontra-se em outro estágio, conforme se verificará mais adiante.

A negação do progresso técnico, não deve ser analisada como irracional, pois são decisões tomadas após a experiência da inovação tecnológica. Essa posição dos agricultores deve ser interpretada como uma reação típica de defesa de identidade, que se situa no âmbito da subjetivação, ou como diria Habermas, do “**mundo da vida**”, fora do controle do sistema. Por outro lado, a instância formalmente organizada do movimento - A RURECO - mobiliza-se para encontrar formas de integração social, atuando no âmbito do sistema econômico, do jogo do mercado de troca ou da razão instrumental. Dessa forma, retornamos à bipolaridade do sujeito enquanto movimento coletivo. De um lado, o sujeito reage por que dominado, com tendência a ser excluído do processo de modernização; de outro, busca articular-se com o sistema, segundo uma estratégia que mais lhe convém.

Na perspectiva do nosso trabalho, o lado racional-instrumental é definido pela organização formal do movimento - A FUNDAÇÃO RURECO, constituído por agricultores-dirigentes e assessoria técnica; o lado subjetivo do sujeito é definido pelo seu corpo de agricultores associados, que mantêm a organização através do engajamento de atores que

desempenham atividades agrícolas. O sujeito enquanto um movimento coletivo- A RURECO e o sujeito como indivíduo social - O AGRICULTOR - se realiza de modo articulado através de duas dimensões: racionalidade e subjetividade.

As duas dimensões de análise, no entanto, frequentemente dão margens à interpretações excludentes, uma economicista e outra culturalista, próprias de uma sociedade moderna que distingue mundos diferentes. A abordagem que faremos procura integrá-las conduzindo implicitamente à formulação de três hipóteses centrais:

1. A RURECO como entidade promotora e executora de um projeto de desenvolvimento de agricultura alternativa-sustentável contribui para a construção de um projeto de permanência no campo, levando seus orientados a optarem por viver na agricultura, nela desenvolver suas atividades de trabalho e produção e se realizarem enquanto sujeitos sociais.
2. Como consequência, a ação da RURECO contribui para a formação de um agricultor alternativo cujo perfil se diferencia em relação aos demais agricultores da região pesquisada.
3. O agricultor alternativo constrói um projeto de vida sob orientação de uma racionalidade socioambiental, cuja natureza preserva os interesses de sua identidade, racionaliza os meios de produção e privilegia o manejo de recursos naturais visando a manutenção do equilíbrio ecossistêmico.

2.2.1. O universo de investigação e procedimentos de pesquisa

A pesquisa tem como referência empírica o universo composto por agricultores da Região Centro-Oeste do Paraná, que compreende a área de ação da Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste. A atuação da entidade abrange os municípios de Turvo, Nova Tebas, Pinhão, Laranjeiras do Sul, Pitanga, Cantagalo, Virmond, Santa Maria, Rio Bonito e Nova Laranjeiras.



Figura 1. Região Centro-Oeste do Paraná e municípios de atuação da RURECO

No entanto, em função dos objetivos desta pesquisa, elegeu-se apenas os municípios em que a entidade atuava há mais de cinco anos e que apresentassem uma certa continuidade no trabalho desenvolvido, até a época de realização da pesquisa de campo. Com base nesses critérios, foram selecionados os agricultores dos municípios de Turvo, Nova Tebas, Pinhão e Nova Laranjeiras.

A coleta de informações envolveu diferentes instrumentos e materiais de informação e abrangendo os níveis: agricultor, região, instituição e as relações institucionais.

2.2.2. O nível dos agricultores: desenho amostral.

Uma amostra desse universo possibilitou o cálculo estatístico. Para o cálculo da amostra tornou-se necessário definir inicialmente o número de famílias de agricultores da população a ser pesquisada. Adotou-se como uma boa descrição da população, as listagens de agricultores orientados, compostas de 423 famílias dos municípios eleitos, segundo os critérios acima definidos.

Como foi inviável obter informações relativas a cada família da população, lançou-se mão de uma amostra que teve, por seu desenho e processo de seleção, a propriedade de bem representar a população.

Para determinação do número mínimo de unidades amostrais (neste caso o número de famílias) que permitisse estimar os parâmetros a serem estudados pela pesquisa, com um erro e uma confiabilidade pré-determinadas, adotou-se o método de amostragem por proporções, cujo dimensionamento se encontra no anexo I.

Conforme cálculo realizado, tomou-se como tamanho amostral o número de 50 famílias de orientados/RURECO. Dado que o procedimento analítico se realiza comparativamente em relação a um grupo de controle, denominado OUTROS agricultores, adotou-se igual número de unidades para esse grupo, ficando o conjunto da amostra final definido em 100 unidades amostrais ou famílias.

2.2.3. *Seleção da amostra*

A amostragem calculada - 100 famílias - compreende o que denominamos *plano horizontal* de pesquisa, cujos dados são suscetíveis de serem quantificados. Para completar a nossa análise, ao nível dos agricultores, coletamos informações visando aprofundar a investigação verticalmente. O *plano vertical* refere-se a informações qualitativas e só foi possível definir as unidades de investigação após coletar informações do primeiro plano.

No plano **horizontal**, a seleção dos agricultores orientados pela RURECO se deu através da utilização das listagens das famílias orientadas existentes nos arquivos das associações dos municípios pesquisados.

Com intuito de evitar o viés subjetivo que surge da escolha pessoal de unidades amostrais, bem como possibilitar a mesma oportunidade de escolha a cada uma destas unidades na composição da amostra, utilizou-se a amostragem aleatória simples para sortear as famílias.

Em primeiro lugar, distribuiu-se a amostra de forma proporcional ao número de famílias assistidas por municípios (Quadro 1) para em seguida proceder o sorteio das unidades a serem investigadas. Em seguida, cada unidade da população foi numerada fazendo-se coincidir os números da listagem com os dígitos sorteados aleatoriamente. Na listagem final das unidades amostrais incluiu-se um adicional de 10 %, prevendo-se possíveis entraves.

Quadro 1. Os municípios pesquisados e número de famílias entrevistadas.

	Turvo		Nova Tebas		Pinhão		Laranjeiras do Sul		Nova Laranjeira		TOTAL	
	Orie	Entr	Orie	Entr	Orie	Entr	Orie	Entr	Orie	Entr	Orie	Entr
N.de Grupo	6	6			10	10	10	10	4	4	30	30
U.Familiar*	60	10	51	7	169	19	100	10	43	4	423	50

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Foram entrevistados igual número para a categoria OUTROS agricultores

Para os OUTROS agricultores, pensou-se inicialmente proceder da mesma forma, utilizando-se as listagens de agricultores existentes nos sindicatos locais. Esse procedimento porém, demonstrou-se inviável, em função do grande número de dados desatualizados sobre os agricultores que faziam parte das listagens e dos cadastros. Aproveitou-se, então, um evento regional que avaliámos ajustar-se aos interesses da pesquisa: este evento tratava da distribuição de um recurso, como subsídio à compra de sementes, para as diferentes categorias de produtores, através da EMATER, em todos os municípios da região. Desta feita, com a colaboração do chefe local da EMATER, entrevistamos aleatoriamente os agricultores não atingidos pela RURECO.

Na definição dos agricultores a serem entrevistados, tanto da categoria orientados/RURECO como os OUTROS agricultores, contamos com a colaboração dos técnicos locais para garantir a obtenção de uma amostra com representantes de agricultores com diversos padrões técnico-organizativos. Para isso solicitávamos aos técnicos que classificassem os agricultores segundo um contínuo que variava do menos ao mais organizado sob o ponto de vista de sua base técnica. Como a escolha das unidades foi realizada de forma aleatória, constatamos que todas as amostras incluíram as mais diversas categorias.

As entrevistas foram realizadas aplicando-se um questionário (conforme modelo - Anexo IV) constituído de questões previamente estruturadas e questões abertas, dependendo da natureza das perguntas. Ao mesmo tempo, foram anotadas observações e comentários de entrevistados nem sempre previstas no questionário, mas que tinham relação direta com o tema de pesquisa. Em razão da pesquisa ter sido realizada praticamente pelo autor deste trabalho, foi possível dar um tratamento qualitativo ao processo investigatório.

O questionário aplicado foi submetido a um pré-teste, por ocasião do cálculo da amostragem na área piloto, quando se realizaram os ajustes das questões formuladas. As informações de campo foram coletadas entre setembro de 1995 a março de 1996.

No plano **vertical**, foram realizadas entrevistas de caráter aberto, dirigidos a unidades constitutivas de uma subamostragem, definido após o processo investigatório de caráter horizontal. O fato de haver um só pesquisador de campo facilitou o mapeamento daqueles agricultores que mais se enquadravam como alternativos. Elegeu-se dois desses elementos representantes desta amostra para melhor aprofundar a reflexão e compreender o sentido desta vivência. Para orientar esse processo investigatório, construiu-se um roteiro composto por variáveis observadas durante a pesquisa mais as contribuições de teóricos já referidos anteriormente. Essas entrevistas, que permitiram uma reflexão mais profunda qualitativamente e ao mesmo tempo de aferição das informações quantificadas, foram todas gravadas em fitas com posterior transcrição.

2.2.4. O nível regional

Foram coletadas informações documentais e bibliográficas sobre a região centro-oeste, seu processo de ocupação e transformações sociais recentes. Incluem-se neste nível o contato com lideranças, professores da Universidade Estadual de Guarapuava, técnicos de entidades de assistência técnica como EMATER, cooperativas e IAPAR.

2.2.5. O nível institucional.

Situam-se no plano institucional os primeiros contatos que visavam, através de uma pesquisa exploratória, delimitar o universo de pesquisa, definir a amostra e ajustar o plano de trabalho. Cumprida esta etapa, realizaram-se entrevistas com as principais lideranças da entidade, bem como com seus assessores, com objetivo de coletar informações relacionadas com a trajetória de construção da entidade e seu projeto para a agricultura. Um roteiro foi utilizado para as entrevistas que foram registradas em fitas magnéticas.

2.2.6. O nível das relações inter-institucionais

Neste nível, foram obtidas informações com entidades que mantêm relação direta com a entidade, como as ONGs mantenedoras, e entidades que participam de realização de atividades específicas. Foram entrevistados representantes das principais mantenedoras,

segundo um roteiro e transcritos depoimentos de entidades reunidas em encontro de avaliação da RURECO, em março de 1997.

2.3.Procedimentos analíticos.

Os dados coletados em questionários foram submetidos a vários tipos de análise. Após a análise de consistência, os dados quantitativos foram transferidos para o DBASE, para sistematização inicial. Dois questionários foram eliminados por problemas de preenchimento. As questões abertas foram sistematizadas e categorizadas para, quando possível, serem valoradas e igualmente transferidas para o DBASE. As observações e comentários foram organizados em um quadro de observações, sendo utilizados durante a interpretação e análise.

Os dados registrados em DBASE foram submetidos ao tratamento do microsoft SPSS e SAEG para análise de frequência e cruzamento de variáveis. Os dados processados e transferidos para tabelas construídas com Word 6 para Windows receberam a interpretação e análise segundo orientação teórica, anteriormente explicitada. As variáveis foram analisadas comparando os orientados/RURECO e OUTROS agricultores. Em algumas situações, no entanto, os dados referentes aos OUTROS agricultores foram subdivididos com objetivo de melhor qualificá-los. A análise tabular recebeu ainda dois tipos de tratamento: 1) uma análise de “tendência”, tomando-se como referência os dados brutos fornecidos pela tabela (Capítulo II); 2) os dados foram submetidos a um teste de hipótese envolvendo proporções (conforme explicitação no anexo II), no sentido de avaliar a significância ou não de determinadas afirmações e a veracidade das hipóteses principais desta pesquisa (Capítulo IV).

Tomados no seu conjunto os dados e informações desta pesquisa foram organizados segundo os capítulos:

Capítulo I - Trata de uma reflexão teórica dos conceitos centrais que orientam este trabalho.

Capítulo II - Analisa a região estudada, considerando a sua formação socioeconômica e as transformações sociais recentes. Identifica os agricultores pesquisados e analisa, ainda, sua relação com o sistema societário e o mundo da vida rural.

Capítulo III - Apresenta a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste - RURECO -, como organização portadora de um projeto para o desenvolvimento de uma agricultura alternativa/sustentável para a região.

Capítulo IV - Os dados e informações são aqui analisados e interpretados segundo a teoria crítica da modernidade, considerando as hipóteses centrais deste trabalho.

Conclusões. Resume as principais conclusões apresentadas em cada capítulo e a partir das constatações retoma uma reflexão sobre o desenvolvimento da agricultura.

CAPÍTULO I

AGRICULTURA FAMILIAR, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo procuraremos desenvolver teoricamente a articulação das categorias que definem a direção metodológica deste trabalho, anunciadas anteriormente. Nossa reflexão, seguindo a ordem inversa do título acima, inicia questionando a noção de desenvolvimento para repensá-lo diante da questão ambiental, considerando a agricultura e a produção familiar.

“Desenvolvimento ” sempre constituiu tema importante de discussão, principalmente para a economia, e, nesse sentido, traz a idéia implícita de que as dimensões sociais, políticas, culturais ou antropológicas são conseqüências do desenvolvimento econômico ou determinadas por ele. Além disso, as avaliações de progresso, realizadas principalmente através dos indicadores do tipo “facilmente mensuráveis” (PIB, renda per capita), sempre fizeram com se relacionasse desenvolvimento a crescimento econômico. A própria organização que analisamos traz no seu nascedouro essa idéia, a ponto de denominar-se Fundação para o Desenvolvimento *Econômico* Rural da Região Centro-Oeste do Paraná. Qual a razão para se difundir esta noção?

Desenvolvimento, crescimento econômico, progresso, modernização: essas são diferentes formas de expressar um movimento de concepção evolucionista, que tem por base uma ciência cujas raízes se encontram no movimento iluminista de século XVIII. A partir do Iluminismo, supunha-se, o mundo seria governado pela razão e sua expansão viria a emancipar o homem e libertá-lo da servidão física. O século XIX e XX viria expressar o que seria a sociedade sob a hegemonia da racionalidade científica e do progresso técnico. A economia, através da sua racionalidade, seria a área do conhecimento que arbitraria o papel da

ciência e da técnica, e o desenvolvimento passaria a ser sinônimo de crescimento econômico e capacidade de investimento em inovações que aceleram a produção de riquezas materiais de forma ilimitada. Produtividade, eficiência, rentabilidade e lucro, entre outras, seriam as categorias chaves para a economia. Assim, como ciência está para o progresso técnico, este está para o desenvolvimento ou para o crescimento econômico.

Segundo Castoriadis, não somente ao nível ideológico mas também ao nível do imaginário social, a idéia de desenvolvimento se consubstancia em um grupo de “postulados teóricos e práticos”, cujos componentes principais são

[...]“1) a onipotência virtual da técnica; 2) a ilusão assintótica relativa ao conhecimento científico; 3) a racionalidade dos mecanismos econômicos; 4)[...]homem e sociedade são naturalmente predestinados ao progresso ao crescimento etc[...] ou - que é muito mais apropriado a essência do sistema - que eles podem ser manipulados de diversas maneiras para serem levados a ele” (CASTORIADIS, 1977, p. 216).

O crescimento econômico, tendo o industrialismo como motor propulsor, e sua conseqüente expansão da racionalidade para os âmbitos da sociedade, já fora interpretado de forma pessimista na visão de Adorno e Horkheimer, nos anos 40. Foi Habermas que, ao reinterpretar a sociedade ocidental contemporânea, forneceu uma visão mais apropriada à modernidade, estabelecendo relações entre o sistema e mundo da vida. Assim, é possível compreender as manifestações da crise da modernidade como uma “crise cultural da civilização” (MORIN, 1977). Esta não é apenas resultante do crescimento dos monopólios econômicos, da concentração de riquezas, da internacionalização dos mercados, da robotização do trabalho, da exclusão social, do crescimento da marginalidade e do desemprego que se verifica inclusive nos países centrais. É uma questão que extrapola a sobrevivência material e biológica dos grupos sociais, e por isso afeta a satisfação dos indivíduos na sociedade. Em resumo, é uma crise de bem-estar pessoal, uma crise de felicidade.

Uma das primeiras manifestações dessa crise surge nos anos sessenta, com a insatisfação da juventude, através dos movimentos da contracultura. Os participantes destes movimentos não eram filhos de desempregados e excluídos, mas jovens cuja sobrevivência material não estava em jogo e, no entanto, procuravam outras formas de realização que não o estilo de vida urbana. Hoje, ao se observarem os acontecimentos sociais, verifica-se que a

violência social está prestes a virar rotina mesmo entre os jovens de classe média e alta⁷. O estilo de desenvolvimento pelo qual passam as sociedades modernas conduz-nos a presenciar não a uma expansão da individualidade, manifestação da criatividade e realização, mas uma insatisfação com o sistema em que se vive. É esta insatisfação que leva os homens de todas as categorias sociais a encontrarem prazer em atos que ferem a dignidade humana ou a procurarem terapias psicológicas, ou alternativas que visam proporcionar felicidade plena. Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade se moderniza e racionaliza os sistemas regulamentados pelo poder e mercado, cresce o número de atos desumanos, de consultórios psicológicos para orientação física e mental, como assiste-se também à multiplicação de religiões. A tensão do mundo moderno produz doenças psicossomáticas, que se refletem na síndrome do estresse ou do desequilíbrio físico-mental, e leva milhares de pessoas que sofrem de males como a insônia e depressão ao consumo crescente de psicotrópicos⁸.

Os fatos indicados revelam que vivemos um tipo de desenvolvimento que, segundo MORIN (1977), suscita um subdesenvolvimento psicológico, moral e afetivo. Este mesmo desenvolvimento, que promete uma sociedade mais moderna e eficaz, não consegue integrar um contingente cada vez maior de expropriados e trabalhadores rurais e urbanos. Ao promover o esvaziamento do campo e a modernização da indústria de consumo, acaba abrindo novas fissuras sociais. Além da exclusão, a homogeneização provocada pela massificação cultural, acaba por destruir culturas locais e étnicas, provocando uma crise de identidade social. Esta crise leva vários grupos sociais, principalmente os de origem rural, a uma perda de sentido à medida que se destrem as formas de vida tradicional sem conservar sua substância comunicativa (HABERMAS, 1988). Destrói as formas de vida anterior sem dar condições de reintegrá-los a uma vida social que permita realizarem-se satisfatoriamente (versos nas páginas preliminares - "Recordando o Passado"). Daí as reações múltiplas que retratam um sistema que, se não está prestes a desintegrar-se, submete-se a uma colonização culturalmente estéril sem dar condições aos atores sociais de reagirem aos meios de comunicação de massa regidos pela indústria cultural. O grande contingente populacional, vindo dos campos nos últimos anos, indica uma população urbana de origem agrária que ainda não se definiu

⁷ Neste particular são emblemáticos os filmes como "La haine" e "Kids", produção francesa e americana respectivamente. No Brasil, presenciamos notícias frequentes de ataque de gangs que agridem grupos rivais, pelo simples prazer de agredir. Não apenas jovens de origem humilde realizam assaltos para roubar e sobreviver, mas, também, filhos de pais abastados sentem prazer ao praticar atos como maltratar mendigos e incendiar seres humanos.

⁸ Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo-3/8/97, a insônia afeta 30 % da população americana. Na edição n. 1.441 da Revista Isto É de 14/05/97 uma reportagem confirma a crescente procura por drogas e psicotrópicos.

culturalmente, salvo no padrão-consumo, difundido pelos meios de comunicação. Eis a razão para o sucesso massificado, nos últimos tempos, de um estilo de música que não se identifica nem com os clássicos da música sertaneja do Brasil, nem com a música popular urbana. Reflete, na verdade, uma espécie de síncrese cultural, que não surge da inspiração poética dos que vivem no sertão ou no campo, mas de personagens urbanos que, estilizando o sertanejo, o peão boiadeiro, cantam para os que chegam na cidade. A música soa, assim, como uma manifestação nostálgica, já distante do simples acompanhamento de uma viola, e que, sintonizado com um mundo em mudança, é executada sob as luzes de refletores e ao som de modernos instrumentos eletrônicos. Isto tudo, ao traduzir o progresso da tecnologia, transmite a ilusão de um bem-estar, e exerce um poder de atração ainda maior para uma vida urbana em fragmentação e crescente transformação.

Vivemos num mundo de transformações rápidas, mas também, contraditoriamente, num universo de paradoxos, de descompassos, onde muitas mudanças ocorrem lentamente. Assim, por um lado pode-se afirmar que o Brasil se insere no seio do progresso tecnológico do mundo globalizado, e, por outro, vive em alguns aspectos sociais e políticos no século passado. A velocidade de transformação de alguns setores na sociedade, como por exemplo do setor tecnobiológico, através da indústria da informática e dos meios de comunicação de modo geral, não atinge outros setores como a educação, a cultura e política. Embora os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil - entre as quais as ONGs - tenham contribuído com mudanças nas relações políticas tradicionais, vivemos uma sociedade com uma organização de Estado ainda patrimonial (FAORO, 1991), em que os políticos, que deveriam representar os interesses da população, fazem do interesse público os seus interesses particulares. Através dos partidos, que a rigor representariam a “consciência do povo”, os políticos realizam barganhas e recriam um sistema de poder que permite perpetuar-se de forma a não representar a organização societária contemporânea. Vive-se desse modo em uma sociedade com indícios de modernidade e um sistema de representação que lembra os tempos do Brasil dos coronéis e das oligarquias agrárias (LEAL, 1975). Perpetua-se um clientelismo político, um sistema de barganha, que gera o voto sem compromisso com propostas coletivas, que elege políticos sem se exigir cobrança de suas promessas. Nesse contexto, perpetua-se um sistema de representação divorciado dos interesses da maioria da população, que cada vez mais manifesta desinteresse pela política. Um desinteresse que contraditoriamente satisfaz o interesse de uma facção da elite que se reproduz no poder, que favorece a manutenção do

“status quo” e a continuidade de um sistema que ao privilegiar antigas estruturas dificulta constantemente as reformas sociais.

Como se percebe, vivemos uma crise de dupla natureza que tem origem em épocas históricas distintas. Uma crise estrutural que advém de questões não resolvidas do século passado e uma crise da modernidade. Desta forma, a crise da sociedade atual manifesta-se através de múltiplas facetas, não se resumindo apenas ao modelo atual de desenvolvimento. Junto com uma crise estrutural, advinda de reformas não realizadas, há uma crise que pode ser simbolizada pela “doença da civilização moderna”. Esta se manifesta em razão da natureza intrínseca do sistema que leva a sociedade a desregular-se à medida que apenas uma de suas dimensões - o da racionalidade - se expande, em detrimento das demais. O avanço unilateral da racionalidade técnico-instrumental parece estar atingindo limites que comprometem a expansão de outras dimensões, e impossibilita uma *convivência* de multidimensionalidades inerente à natureza humana (ILLICH, 1973).

A crise de modernidade, no entanto, significa crise de uma concepção de um estilo desenvolvimento que leva a sociedade à fragmentação (TOURAINE, 1992). Um estilo que tem suas raízes num contexto histórico onde o pensamento social se inspira no evolucionismo biológico. Neste sentido, o progresso industrial levaria a organização da sociedade racional ou positiva ao estágio mais elevado que uma sociedade poderia atingir, segundo a concepção de Augusto Comte. A versão atual dessa concepção de desenvolvimento diria que a expansão de outras dimensões, como a antropossociocultural, é consequência desde que se tenham condições políticas liberais/democráticas ou se opere em um sistema que rompa com a exploração e o poder capitalista, como o socialismo/comunismo (MORIN, 1977). As experiências com esses sistemas, no entanto, revelaram-se incapazes de resolver os problemas sociais como mostram os trabalhos recentes de GORZ (1988, 1991).

No socialismo, o desenvolvimento social e humano não se realiza em toda sua extensão enquanto se privilegia a racionalidade técnico-instrumental, uma vez que não existe uma outra racionalidade de natureza diferente daquela que ocorre na empresa⁹. Ela é uma só. E a tentativa de restabelecer a unidade dos âmbitos da razão e do mundo da vida sob o arbítrio do Estado foi igualmente frustrante, como mostram as experiências recentes do “socialismo real” (GORZ, 1988). A complexidade das sociedades modernas não possibilita a

⁹ A propósito desta questão, ao realizar a crítica da razão econômica em “Metamorphoses du Travail: Quête du sens”, André GORZ (1988) evidencia a raiz comum da racionalidade econômica e da racionalidade cognitivo-instrumental.

atingimento destes âmbitos, separados pelo processo de industrialização, pela divisão social do trabalho, pela tecnificação da sociedade, salvo pela articulação do indivíduo enquanto ator-sujeito (TOURAINE, 1992).

Do lado das sociedades liberais, a ênfase à “tecnificação, à reificação e à monetarização das relações sociais” é incapaz por si mesma de levar à formação de um sujeito consciente de sua posição (GORZ, 1988).

A crise pela qual passam os sistemas sociais demonstra a falácia da concepção evolucionista, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de romper com a idéia da oposição tradicional-moderno. É o indicativo de vários trabalhos, entre eles os que foram apresentados em um Colóquio Internacional realizado em Paris, em 1977¹⁰. Neste evento, as análises das conseqüências sociais do modelo referenciado nas experiências dos países industrializados, e que fora implantado no Brasil a partir da década de 50 e 60, interpretaram o “desenvolvimentismo” como sendo um “mito”.

Recentemente, ainda no âmbito internacional, KURZ (1993) em “O colapso da Modernização” demonstra o fracasso social de modernização global para os países do terceiro mundo, uma vez que destes, através da economia de concorrência, são exigidos graus de produtividade distantes das suas realidades.

“A base do gigantesco estoque de capital do Ocidente, a partir da qual se realizam os aumentos seguintes, não poderá jamais ser alcançada, dentro da lógica das mercadorias, pelas outras partes do mundo em conjunto. Cada passo de desenvolvimento e aumento de produtividade nos países atrasados é mais negativamente compensado, em escala crescente, por dois, três ou mais passos nas regiões mais avançadas. É a corrida entre a lebre e a tartaruga, que somente pode terminar com a morte da lebre”(KURZ, 1993, p. 172).

Além de outros pensadores, um dos mais célebres economistas no Brasil, Celso FURTADO (1983), qualificou o padrão de desenvolvimento que se busca para o país como um “mito”. Após ter participado da elaboração de propostas modernizantes para a América Latina, através de órgãos como a CEPAL, Furtado conclui que a generalização de um “padrão de vida e consumo criado pelo capitalismo industrial” jamais será possível para o conjunto dos países que compõem o sistema capitalista e será sempre privilégio de uma minoria.

¹⁰ Neste evento, intelectuais brasileiros como Hélio Jaguaribe, Candido Mendes juntamente com Cornelius Castoriadis, Edgar Morin, Jacques Attali, entre outros analisam o sentido do desenvolvimento centrado no industrialismo, no racionalismo técnico científico para os países industrializados e conseqüentemente para os países do terceiro mundo.

“Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, paralegitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência” (FURTADO, 1983, p.75).

Enquanto - a partir da década de setenta - vários intelectuais do mundo acadêmico iriam questionar a universalização da concepção clássica de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, já em 1972 a Conferência de Meio Ambiente, promovida pela ONU, realizada em Estocolmo, iria refletir sobre a crise provocada pelo desenvolvimento industrial, baseado nos países do norte, e as distorções sociais e econômicas nos países de terceiro mundo. A grande questão colocada, no entanto, seria o desequilíbrio ambiental provocado pelo industrialismo. O enfrentamento da questão ambiental passa então a ser vista por órgãos como a ONU, como uma questão de vida ou morte não apenas para os países industrializados mas para o planeta, cujo ambiente cada vez mais poluído estaria provocando fenômenos capazes de inviabilizar a existência de qualquer vida no planeta.

1. A QUESTÃO AMBIENTAL COMO UMA QUESTÃO GLOBAL

A partir de Estocolmo, a questão ambiental ou ecológica se coloca como uma das grandes questões deste final de século, a ponto de alguns estudiosos compararem o movimento ecológico com a universalização da ciência e da tecnologia do século XIX e XX (LEIS, 1995). Essa questão surge quando o desenvolvimento do paradigma científico-tecnológico do mundo ocidental atinge o seu apogeu e, ao mesmo tempo, começa a ser questionado.

O movimento ecológico, como uma crítica às conseqüências ambientais do industrialismo, ao uso de tecnologias que afetam os recursos naturais e à expansão da racionalidade instrumental, é também uma crítica à modernidade. É um questionamento aos

risco que o “ambiente criado” pela civilização industrial proporciona para a vida de modo geral (GIDDENS,1991).

À medida que a questão ecológica mobiliza e organiza atores, cria-se uma ideologia fundamentada em um sistema de valores representado pela crítica às relações sociedade-natureza e uma certa “utopia” norteada por um vir a ser onde a ética, as relações de solidariedade, os vínculos com as raízes culturais e formas tradicionais de vida apontam para um retorno a valores que acreditavam-se ultrapassados pela modernidade. Numa perspectiva sociológica, defronta-se com um fato social novo, com um campo de representações que está sendo construído socialmente (JOLLIVET,1992). Assim, o ambientalismo, enquanto uma categoria norteadora do pensamento dos atores sociais, não se realiza mais exclusivamente na esfera da contracultura, do mundo da vida, ou da comunidade; ela já está sendo incorporada nos âmbitos dos sistemas regulados pelo mercado e pelo Estado. A partir dos encontros de Estocolmo, em 1971, e principalmente do Rio, em 1992, um número cada vez maior de atores tem como referência a questão ambiental. Nesse sentido, no âmbito das empresas que atuam no mercado, o meio ambiente é base para um conjunto cada vez maior de inovações tecnológicas e constitui um dos eixos para a redefinição da economia industrial (JOLLIVET,1992).

Subjacente à expansão de condutas ecologizantes, estão em questão as relações homem-natureza, que passam a ser repensadas e redefinidas enquanto relação de satisfação de interesses e necessidades humanas. A natureza sempre foi pensada como estando a serviço e à disposição do homem (THOMAS,1989). Deste modo, não se pode atribuir apenas ao industrialismo-capitalista a responsabilidade pela degradação ambiental. Esse sistema apenas acelerou a destruição dos recursos naturais e está levando a civilização a repensar valores e a despertar para uma consciência ambiental planetária.

A crise socioambiental do sistema de livre-mercado, hoje globalizado, coloca-nos diante de uma posição *sui generis* na história da humanidade: optar pelo expansionismo tecnológico unilateral, levando a expansão da racionalidade instrumental ao seu extremo, ou reconsiderar razões de natureza ética e cultural capazes de proporcionar um convívio com múltiplas dimensões e levar a uma reorganização da ordem social e da relação com a natureza. Há ainda uma outra via, transformar radicalmente as relações homem-natureza, questionando os princípios epistemológicos da ciência moderna, isto é, caminhar em direção da construção de um novo paradigma de conhecimento. Desse modo, o expansionismo ilimitado da racionalidade instrumental - aqui denominado *eccindustrialismo* -, a construção de um meio

ambiente onde a relação homem-natureza é mediada por um convívio de múltiplas racionalidades - *socioambientalismo* -, e o rompimento com paradigma científico-tecnológico dominante - *ecologia radical* -, constituem três posições que refletem correntes de pensamentos distintos da ecologia, que, segundo ALPHANDÉRY (1992), já apresentava essa diversidade de opinião em seu próprio momento de surgimento.

A primeira posição caminha em direção a um controle e à dominação crescente da natureza sem que se altere, necessariamente, a organização societária. É a vertente do *ecoindustrialismo*, que tem a natureza como referência ou modelo a ser recriado pela indústria e vê a organização da sociedade como elemento determinado pelo expansionismo da racionalidade econômico-instrumental. Nessa perspectiva, os sistemas racionalmente organizados subordinam ou colonizam as outras dimensões que compõem o “mundo da vida” de uma sociedade. O paradigma “moderno” de produção de conhecimento constitui a base para a expansão da racionalidade econômica.

A posição da *ecologia radical*, que repensa a relação sociedade-natureza, parte da crítica ao etnocentrismo da concepção ambientalista de ecologia, isto é, de manter o homem no centro gravitacional dos interesses na relação como a natureza. A mudança que se propõe consiste em considerar a natureza parte integrante de um novo contrato a ser formulado: o contrato natural (SERRES, 1991). Nessa perspectiva, a relação deixaria de ser unilateral no sentido dos direitos do homem sobre a natureza, mas, também, esta teria seus direitos, numa relação que nos termos da biologia denominaria *simbiótica*.

“ O parasita toma tudo e não dá nada, o hospedeiro dá tudo e não toma nada. O direito de domínio de propriedade se reduz ao parasitismo. Ao contrário, o direito de simbiose se define por reciprocidade: o que a natureza dá ao homem é o que este deve restituir a ela, transformada em sujeito de direito” (SERRES, 1991, p. 51).

A natureza não seria apenas objeto de interesse e intervenção da sociedade mas também e fundamentalmente sujeito - tal como o homem. Uma ruptura com valores de uma visão de mundo centrada na razão estaria na base do *novo paradigma de conhecimento*. Nesse sentido, a razão empírica, base da ciência que encontra sua raiz no Iluminismo, é substituída por um modelo que, além de redefinir a relação homem-natureza, recoloca o papel da subjetividade (CAPRA, 1982) e da complexidade (MORIN, 1983) na construção do conhecimento. Entre os pensadores desta vertente, situam-se os adeptos da chamada ecologia profunda *deep ecology* para os quais não existem posições que correspondem a direita

(conservadora do capitalismo) ou esquerda (transformadora em direção ao socialismo). Há uma preocupação com a vida no global que atinge o âmbito da biosfera e, nessa direção, as posições acima deixam de ter sentido.

O *socioambientalismo* é definido como uma vertente que considera razões de natureza diversa e, à medida que valoriza as dimensões que emergem do mundo da vida, pode-se entender que se move no sentido de construir uma sociedade onde o desenvolvimento da racionalidade econômica, embora permaneça, submete-se à “restrições sociais fundadas sob exigências éticas” (GORZ, 1991). O limite da expansão da racionalidade econômica é definido por um processo de mudança social que amplia o espaço do *tempo livre*, capaz de proporcionar aos indivíduos a possibilidade de vida plena. Este processo de mudança é realizado através da pressão de um contrapoder que emerge das esferas não controladas pelo âmbito do sistema. Emerge dos movimentos sociais e, à medida que se constitui como uma força de ampliação de interesses e de reafirmação de identidades, acaba por submeter a *racionalidade econômica* aos interesses da *racionalidade ecossocial*.- É nesta perspectiva que situamos o movimento das ONGs como um movimento que, enquanto se constrói como sujeito social, reafirma sua identidade com valores que emergem de uma realidade que dialeticamente se contrapõe à padronização do industrialismo-capitalista.

Os pensadores do socioambientalismo são de posição mais pragmática porque não chegam a negar os modelos atuais de produção científica. Reconhecendo a especificidade dos estatutos das ciências sociais e naturais, atuam no sentido de redefinir posturas dos pesquisadores e de reconhecer limites e questões éticas diante das diversas áreas do conhecimento. Situam-se aqui os representantes do “ecodesenvolvimento”, concepção inicialmente desenvolvida por Ignacy SACHS (1993) e posteriormente incorporada na versão recente de “desenvolvimento sustentável”, cuja formulação encontra-se no relatório de Brundtland -NOSSO FUTURO COMUM (1991)¹¹. Entre estes pensadores há uma corrente que se mobiliza por uma prática de pesquisa interdisciplinar¹². Estes, enquanto reconhecem os estatutos das ciências sociais e das ciências naturais, interagem no sentido de construir

¹¹ Para a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável é definido como sendo *aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

¹² No Brasil, embora a interdisciplinariedade comece a fazer parte dos discursos de pesquisadores, é mais comum a interdisciplinariedade entre as áreas das ciências sociais e humanas. A relação interdisciplinar entre as ciências sociais e naturais encontra problemas de caráter operacional à medida que os pesquisadores enfrentam dificuldades em obter consenso quanto aos métodos de pesquisa (VIEIRA, 1992). A especificidade dos métodos nas duas áreas de conhecimento e a ausência de formação para uma pesquisa interdisciplinar certamente constituem fatores que contribuem para dificultar a realização desta modalidade de pesquisa.

estratégias ou formas de produzir conhecimento considerando a contribuição específica de cada área. Para isto constroem-se as chamadas “passarelas” de encontro de conhecimentos disciplinares, onde se realizariam os confrontos e se definiram as fronteiras de cada uma (JOLLIVET, 1992).

As três posições ecológicas poderiam ser traduzidas na forma de dilemas culturais, como fazem FERRY (1994) e ALPHANDÉRY (1992). Para estes autores, não se trata necessariamente de optar por uma ou outra posição, mas de conciliá-las.

“Pois a mais simples descrição fenomenológica das obras que chamamos “grandes” indica de forma evidente que são justamente aquelas que articulam essas três instâncias: ao se emanciparem de um contexto que conservam até na inovação, elas conciliam de maneira permanentemente original essa separação e esse enraizamento que o vanguardismo e o romantismo isolam e tematizam de forma unilateral” (FERRY, 1994, p. 192).

Sob o ponto de vista da ecologia política, há no entanto outras formas de abordar os movimentos ambientalistas. ALIER e SCHLUPMANN (1993) identificam três correntes principais: os representantes do darwinismo social, os socialistas oriundos do marxismo e os ecologistas tecnocráticos, que se expandem principalmente a partir dos Estados Unidos. O darwinismo social, como se sabe, inspira-se na biologia e mantém posições mais conservadoras, enquanto que o socialismo ecológico oriundo do Marxismo, ao se identificar com um *ecologismo popular*, busca, através da ecologia, transformações sociais que se situam além das relações homem-natureza, por exemplo, nas relações sociais. Os tecnocráticos participam de um conjunto de instituições internacionais e são técnicos “prontos para gerar uma espécie de FMI da ecologia que possa recomendar “ajustes” ecológicos a todos os países” (ALIER e SCHLUPMANN, 1993, p.304).

As diferentes modalidades de analisar o movimento ecológico, ou de classificá-lo frente à realidade, dependem da perspectiva analítica escolhida, e assim toda classificação é arbitrada pelo referencial teórico-metodológico assumido pelo autor. Parece claro, porém, que, segundo as diferentes formas de classificação, o pensamento ambiental ou vincula-se a uma concepção de mudança que caminha em direção à transformação do sistema social ou a uma racionalidade relativa à preservação de sua organização. Nesta direção, é preciso considerar ainda que as vertentes do pensamento ecológico podem ser encontradas de forma combinada tanto entre os progressistas como entre defensores da ordem social vigente.

Diferentes quanto ao modo de pensar as relações sociedade-natureza, as diversas correntes colocam no horizonte mudanças que projetam um mundo com certo caráter utópico. Nesse sentido, diríamos que os movimentos ecológicos que vinculam a ecologia à transformação do sistema ocupam o lugar dos movimentos políticos que, antes da queda dos regimes socialistas, lutavam por uma transformação das sociedades capitalistas. A diferença é que agora não existe apenas um sujeito histórico que encarna a transformação, mas vários. O movimento ecológico constitui um dos vários movimentos, como os movimento das minorias, das mulheres, movimentos étnicos, que no dizer de Habermas lutam por uma “nova gramática de vida”.

Seriam os diferentes movimentos emancipatórios indicativos da emergência de um mundo pós-moderno caracterizado pela diversidade étnica e cultural da convivência com múltiplas racionalidades e diferentes modos de produção? Embora se possa concordar que neste momento da história da civilização não vivenciamos um processo de rupturas com um sistema social de livre mercado, mas sim de uma fase ou uma mudança no estilo de desenvolvimento deste sistema, como afirma TOURAINE, parece claro que existem *contornos* de uma nova ordem institucional possível de ser realizada (GIDDENS, 1991).

1.1. Meio ambiente e agricultura no Brasil

A ecologia, embora seja reconhecida como questão global, tem suas raízes nos países industriais avançados ou como se costuma chamar nos países do norte (Estados Unidos e países da Europa). É certo que também nesses países surgiu a indústria, a matriz do conhecimento científico-tecnológico, que constitui a base técnica do desenvolvimento do mundo ocidental e global. Assim, foi nestes mesmos países em que primeiro se percebeu que as reservas de fontes energéticas naturais estavam se esgotando, que o ambiente estava sendo degradado e que o crescimento econômico, baseado exclusivamente na expansão da racionalidade instrumental, desconsiderando valores éticos, levaria a humanidade a uma hecatombe global, a ponto de se propor limites no crescimento econômico ou até zerar o crescimento da economia (MEADOW et alii, 1978).

Além das questões globais, é necessário considerar a noção de desenvolvimento no sentido analisado anteriormente e perguntar como se coloca a agricultura brasileira diante da

questão ecológica ou ambiental. Para muitos pensadores não se pode pensar na ecologia sem pensar um projeto de desenvolvimento para os países do terceiro mundo (RUELAN, 1992; ALIER E SCHLUPMAN, 1993). Nesta direção, LEFF (1986) diria que o subdesenvolvimento, além de outros fatores relacionados com a organização do capital a nível mundial é resultado da erosão do potencial produtivo de uma nação.

“O subdesenvolvimento não é somente um processo gerado com uma relação estrutural dedependência no processo de acumulação de capital na escala mundial. Não é um estado relativo capaz de reverter-se através de mecanismos de equilíbrio no uso de recursos financeiros, ou de um balanço entre população e recursos, ou em um reordenamento do comércio internacional. O subdesenvolvimento é o efeito da perda líquida do potencial produtivo de uma nação, através de um processo de exploração que rompe os mecanismos de recuperação das forças produtivas de uma formação social e de regeneração de seus recursos” (LEFF, 1986, p. 44).

A exploração dos recursos naturais, enquanto potencial produtivo, começou no Brasil no período colonial, quando mundialmente o capitalismo vivia o apogeu de sua fase mercantilista. Nesse sentido, é com espírito explorador, de extrair riquezas naturais que Portugal ocupa o território brasileiro. A partir do litoral inicia a devastação de florestas com a extração do pau-brasil, hoje “símbolo da depredação dos nossos recursos naturais” (ALMEIDA, 1990)

O Brasil agrário, colônia de Portugal, desenvolveu uma agricultura caracterizada pela monocultura de exportação e por técnicas rudimentares, onde o objetivo principal era a maximização de divisas financeiras. É nesse sentido que se pode dizer que “não foi a rigor uma civilização agrícola o que os Portugueses instauraram no Brasil, foi sem dúvida uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 1978, p. 41). Na realidade, a abundância de terras férteis iria favorecer uma prática agrícola inferior à já experimentada na Europa. A agricultura de enxada, ao invés do arado, iria se aproximar da agricultura praticada pelos índios, mas em condição ainda inferior, em função do seu caráter devastador. Os sistemas de produção introduzidos em larga escala nos engenhos de cana dificilmente podem ser definidos como agrícolas, segundo HOLANDA (1978).

O modelo depredador e cíclico de agricultura, herdado do Brasil colônia, continuaria até este século, com a cultura do café. Assim, práticas rudimentares ainda são constatadas entre fazendeiros, que viviam sua fase áurea entre 1850 e 1900, no município de Vassouras,

por STEIN (1990). Preocupados em fazer fortunas, fazendeiros simplesmente desmatavam, plantavam e exauriam o solo sem qualquer preocupação em restabelecer sua fertilidade.

[...]“duas gerações de fazendeiros de Vassouras - pais e filhos - continuaram a orientar os escravos e derrubar e queimar a mata virgem, a plantar sem cuidado cafeeiros novos e sementes mal escolhidas e a capinar e colher ano após ano como se fossem sempre ter solo virgem produzindo em qualquer lugar colheitas abundantes do que quer que se plantasse e portanto não requerendo nenhum fertilizante”(STEIN, 1990, p. 225).

O café, embora importante tanto para a formação do parque industrial como para a economia de modo geral, ocupou áreas férteis primitivamente devastando florestas e esgotando solos, ainda na primeira metade deste século, na região norte do Paraná. A atitude de “exploração” e não de “cultivo” dos recursos naturais, sem dúvida também pode ser atribuída à extensão territorial, uma vez que a terra foi fartamente disponível para os senhores do Brasil colonial e para as oligarquias do Brasil industrial. Esta abundância de recursos naturais, representada principalmente pelo fator terra, certamente também contribui para a formação de uma certa ideologia que reverencia o “grande” do Brasil ao contrário do “pequeno” do “small is beautiful”.

[...]“um dos fatos físicos mais determinantes da forma, estilo e orientação da organização social brasileira não é propriamente o clima, a sua bioquímica, como a flora, a fauna. É sim, a extensão territorial de que dispõe o homem e de que precisou dispor para acudir às necessidades econômicas e aos fins a que o instinto econômico o conduz ou devia conduzir. Toda a forma de produção no Brasil teve e tem que se fazer à grande” (DUARTE, 1966, p. 42).

Práticas predatórias, segundo ROCHE (1969), são constatadas também entre os primeiros imigrantes alemães, na região sul. Outros estudiosos atribuíram o uso de práticas primitivas às condições naturais do relevo do solo, como no caso dos colonos alemães. Estes, ao se estabelecerem nas regiões serranas, não poderiam empregar o arado, em função da inclinação do terreno¹³. Há também a observação de que nas regiões tropicais e subtropicais o uso do arado de aiveca tornar-se-ia prejudicial ao solo, quando revolvido profundamente, pois enterrando a estreita camada composta por húmus e microorganismos se destruiria a sua parte mais fértil (ALMEIDA, 1990).

¹³ Observações realizadas por Herbert Wilhelmy, citado por HOLANDA, Sergio B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

Diferentes dos índios, que desenvolviam práticas agrícolas mais adequadas sob o ponto de vista da preservação do recursos naturais, os europeus que aqui se estabeleceram deixaram improdutivas extensas áreas de cultivo.

A recuperação parcial desses potenciais produtivos na agricultura somente veio se realizar de forma mais intensiva a partir da chamada *revolução verde*, ou da modernização conservadora. Denominamo-las parciais, porque mais uma vez introduziram-se práticas agrícolas inadequadas às condições edafoclimáticas dos trópicos. As máquinas agrícolas desenvolvidas para solos de clima frio e temperado constituem apenas um dos exemplos da inadequação de uma tecnologia gerada a partir de matrizes concebidas exteriormente ao sistemas em que são aplicados (ROMEIRO e ABRANTES, 1981).

O desmatamento desordenado para atividades agrosilvopastoris e de áreas muitas vezes não apropriadas às atividades agrícolas, aliado aos sistemas inadequados de cultivo continuam provocando a erosão de camadas de solos, ricas em fertilidade natural. Estudiosos estimam que o Brasil perde anualmente em torno de um bilhão de toneladas de terra férteis (ALMEIDA, 1990). Ainda, segundo Almeida, em regiões onde se desenvolve uma agricultura de forma intensa com práticas do tipo industrial, a pressão da atividade sobre os recursos naturais causam efeitos degradantes sobre o solo, cuja recuperação dependerá de intensos investimentos técnicos e financeiros.

“Em alguns Estados como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, grande parte da área cultivada, já perdeu de 10 a 20 centímetros de solo, o que representa uma redução de, aproximadamente, 30 % do potencial de produção . Para recompor essa área erodida, seriam necessários, em condições naturais, mais de 1600 anos”(ALMEIDA, 1990, p 17).

A erosão provocada por técnicas importadas de regiões com condições edafoclimáticas diferentes das condições tropicais e subtropicais tiveram como consequência, além da baixa produtividade, o assoreamento dos rios e córregos. O comprometimento dos recursos hídricos é agravado pela contaminação provocado por resíduos químicos advindo de produtos aplicados na agricultura e dos processos de industrialização.

Além da erosão do solo e da contaminação da água, deve-se considerar a perda de numerosas variedades geneticamente adaptadas à situações de microclima em consequência da substituição de variedades mais produtivas quando submetidas ao tratamento de agroquímicos. A introdução de práticas agrícolas homogeneizadoras de cultivo agrícola, visando atender demandas de um mercado externo, causaram danos irreversíveis na

produtividade dos ecossistemas agrícolas (LEFF, 1986), fato percebido apenas recentemente, uma vez que as investigações somente começaram a ser realizadas há pouco tempo, quando grande parte deles já se encontravam destruídos e quando a biodiversidade já estava prejudicada pelo sistemas de cultivos da monocultura.

Para finalizar, as considerações sobre o sentido da questão ecológica ou ambiental para a agricultura brasileira, levam-nos a concluir que a história da agricultura brasileira é ao mesmo tempo a história da degradação dos seus recursos naturais e de um empobrecimento gradual de seu potencial produtivo, em razão da incorporação de sistemas de exploração inadequados aos seus ecossistemas.

Após esse rápido diagnóstico sobre as condições dos ecossistemas agrícolas, poder-se-ia perguntar se as noções de meio ambiente que são aplicados nos países europeus poderiam ser estendidas para o Brasil. Parece claro, primeiro, conforme demonstram ALIER e SCHLUPMANN (1993) que “o ecologismo intelectual tem crescido no sul por influência do norte, porém agora estamos descobrindo os movimentos ecologistas espontâneos do sul”. Segundo, que as condições ambientais em que se desenvolve a agricultura brasileira são totalmente diferentes das condições dos países europeus. Os recursos naturais do Brasil foram seriamente atingidos por sistemas exploratórios degradantes e o seu potencial produtivo empobrecido. Entre estes fatores, a terra constitui um dos mais afetados. Outra questão refere-se ao espaço destinado à produção. No Brasil, ainda se pratica uma lavoura extrativa em função da disponibilidade de terras. Na Europa, o espaço constitui um fator tão importante que qualquer política ambiental começa pela gestão espacial dos recursos existentes. Tudo deve ser aproveitado e seu uso maximizado.

Embora possam e devam ser aproveitadas as experiências já desenvolvidas, desde que recriadas e respeitadas as condições naturais dos ecossistemas produtivos ainda existentes, é para o interior dos movimentos sociais que devemos olhar. Não se trata pois de assumir uma posição técnica na defesa de soluções ecológicas, mas de tratá-los politicamente. Normalmente os movimentos sociais vinculam as questões ecológicas à luta pela sobrevivência (SCHERER-WARREN, 1990). É o caso do movimento que estamos analisando. A RURECO, enquanto uma organização popular, elege a estratégia de desenvolver uma agricultura alternativa enquanto esta viabiliza social e economicamente os agricultores, e não em função de uma consciência ecológica sobre a necessidade de produzir alimentos sem agrotóxicos, ou porque os recursos naturais devem simplesmente ser preservados para gerações futuras.

Contudo, deve-se considerar que mesmo sem haver uma consciência ecológica, os movimentos populares são movimentos ecologistas...

[...] “enquanto seus objetivos são definidos em termos de necessidades ecologistas para a vida: energia (incluindo as calorias da comida) água; espaço para abrigar-se. Também são movimentos ecológicos porque tratam de tirar os recursos naturais da esfera econômica, do sistema de mercado generalizado” (ALIER E SCHLUPMANN, 1993, p.317).

Nessa perspectiva, os movimentos populares no terceiro mundo devem fazer parte de uma análise ambiental, dado que constituem indicativos de um sistema social em desequilíbrio, ou de uma patologia que pode levar à desintegração se quisermos empregar uma linguagem ecológica. Uma patologia que, faz-se necessário salientar, não é resultado da erosão do potencial energético provocado pela civilização autóctone, mas é fruto da intervenção das que hoje são chamadas de nações desenvolvidas. É fruto de um colonialismo político e econômico, num primeiro momento, e de uma dependência científico-tecnológica, alimentada por um colonialismo cultural, num segundo. Dessa forma, as noções de “tecnologia apropriada” de “tecnologia alternativa” de “agroecologia” não podem ser analisadas apenas como estratégias de adaptação do capitalismo no sentido de promover uma “reprodução ampliada do capital mundial”. Devem ser entendidas como formas de valorização cultural e aproveitamento de recursos específicos de cada região, de barateamento de custos de produção (ALIER e SCHLUPMANN, 1993; LEFF, 1986). Essa perspectiva, no entanto, adquire sentido se desenvolvida a partir dos movimentos populares que, ao se posicionarem politicamente, expressam-se como força transformadora das condições em que vivem os atores sociais.

A agricultura alternativa, nas versões da agricultura apropriada e ecológica, são vertentes de pensamento defendidos por SCHUMACHER (1977) em “O negócio é ser pequeno” e ALTIERI (1989) em “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”. Estas noções incorporadas pelos movimentos sociais e ONGS que a partir dos anos 70 irão se contrapor ao padrão convencional, encontram-se hoje sob a rubrica do conceito de “agricultura sustentável”.

Embora não se pretenda reconstituir a trajetória do movimento da agricultura alternativa¹⁴, no seu significado diverso até o conceito de sustentabilidade, é necessário

¹⁴ Este trabalho foi realizado recentemente por Eduardo EHLERS, em Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: livros da terra, 1996.

salientar que muito antes da revolução verde a chamada agricultura alternativa já tinha plantada suas bases científicas através da primeira revolução agrícola do século XVIII e XIX e mais recentemente através da agricultura biodinâmica, iniciada na Alemanha em 1924 por Rudolf Steiner; agricultura orgânica, desenvolvida inicialmente na Inglaterra entre 1925 e 1930 por Albert Howard; agricultura biológica idealizada pelo suíço Hans Peter Muller no início dos anos 30; agricultura natural iniciada no Japão, a partir de 1935 por Mikiti Okada (EHLERS, 1996)

A noção de sustentabilidade já foi analisado por diversos autores como contraditório. O sentido polissêmico atribuído ao conceito, acaba não esclarecendo ou não contribuindo com uma definição científica. Na verdade, a noção de sustentabilidade constitui muito mais uma orientação política de propósitos a serem atingidos, do que expressão de uma realidade. Surge como uma agenda, com o objetivo ou ideal de restaurar o equilíbrio na relação homem-natureza, principalmente após as consequências ambientais danosas provocadas pelo industrialismo e sua revolução verde. Nesse sentido, muitas definições embora façam alusão à dimensão social, econômica e política, centram sua atenção nos recursos biofísicos, ou partem da preservação dos recursos naturais ao relacionarem com as questões sociais, como se esta estivesse subordinado àquela.

No caso específico da agricultura, é principalmente a partir da ciência agrônômica que os conceitos são definidos. Mesmo quando elaborados através de organismos como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA, por exemplo, a ênfase recai nos recursos naturais.

“ A sustentabilidade da agricultura e dos recursos naturais se refere ao uso dos recursos biofísicos, econômicos e sociais segundo sua capacidade, em um espaço geográfico para, mediante tecnologias, obter bens e serviços diretos e indiretos da agricultura e dos recursos naturais para satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras. O valor presente dos bens e serviços deve representar mais que o valor das externalidades e dos insumos incorporados, melhorando ou pelo menos mantendo de forma indefinida a produtividade futura do ambiente biofísico e social. Além do mais, o valor presente deve estar equitativamente distribuído entre os participantes do processo” (IICA, 1992, citado por EHLERS, 1996, p. 116)

A noção de sustentabilidade, muitas vezes é tomada como um “guarda-chuva” que abriga todos os conceitos relacionados com uma outra agricultura, entendida como alternativa ao padrão convencional. Na realidade mais parece indicar o fim de uma batalha de correntes opositoras que acaba por conciliar elementos de ambas as posições: a agricultura de

processos e manejo de recursos naturais e a agricultura industrial. É nestes termos que se concebe a sustentabilidade da base material de produção agrícola capaz de manter produtividade dos ecossistemas considerando sempre que possível a preservação ambiental. A versão mais simples desse conceito define como sendo ecologicamente equilibrada, economicamente viável e socialmente justa.

Mesmo reconhecendo a importância da agricultura alternativa/sustentável, enquanto uma proposta consistente sob o ponto de vista científico-agronômico, é no sentido social e político que reside sua maior fragilidade. O que significa, então, sustentabilidade social?

A partir desta indagação e das reflexões anteriores duas novas questões se colocam: primeiro que é imperioso uma discussão do conceito de sustentabilidade social na perspectiva das Ciências Sociais; segundo, parece que a noção de sustentabilidade social recoloca na agenda a discussão sobre as utopias sociais. Faremos uma breve análise destas duas questões diante da noção do desenvolvimento iniciada neste capítulo.

1.3. O retorno ao desenvolvimentismo e a questão ambiental

A partir da década de 50 a noção de desenvolvimento, interpretada de modo distinto por diferentes escolas de pensamento, deu origem a diferentes projetos que foram implementados em maior ou menor grau segundo as circunstâncias históricas do país. Pode-se resumir em três as escolas que marcam diferentes momentos de nossa história recente¹⁵. A primeira é conhecida pela *teoria da modernização*, cuja concepção básica se encontra no clássico “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, de W.W. Rostow; a segunda, *teoria do desenvolvimento endógeno*, foi formulada pela Comissão Econômica para a América Latina CEPAL, e da qual participa Celso Furtado; a terceira a *teoria da dependência*, cuja concepção básica foi elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Em apenas duas décadas estas diferentes linhas de pensamento marcaram a construção de nossa sociedade e projetaram importantes intelectuais no cenário internacional, através de vários estudos. Ressalvadas as divergências, todas as correntes de pensamento no entanto tinham em comum o mesmo projeto: alcançar o padrão de desenvolvimento dos países mais industrializados.

¹⁵ Uma síntese dessas principais escolas de pensamento encontra-se nos textos elaborados por HERCULANO(1992) e LA ROVERE(1992).

Embora tenha-se questionado o “industrialismo” e suas conseqüências que se universalizam a partir dos países industriais, como se verificou anteriormente, a noção de desenvolvimento na visão unidimensional, no entanto, continua a nortear os objetivos dos países subdesenvolvidos como o Brasil que visa atingir o padrão dos países considerados “modelos”, nesta fase de economia globalizada. Concentra-se, assim, em investimentos que visam atrair indústrias com capital estrangeiros, numa tentativa de repetir o ciclo de desenvolvimentismo e de crescimento econômico. Em contraposição permanecem em segundo plano os investimentos em reformas que visam desbloquear e/ou liberar potenciais internos de desenvolvimento.

Mas se a idéia de crescimento econômico, centrado na estabilidade do sistema, volta a ser o eixo dos planos de governo e a ocupar espaços nos meios de comunicação, surge uma nova questão, resultante da consequência direta da velocidade com que se realiza o crescimento econômico, conforme explicitado anteriormente: o meio ambiente ou a ecologia. A questão ambiental, certamente nos coloca diante de um novo componente para pensarmos a idéia de desenvolvimento. Sua importância para a sociedade e para a vida planetária não nos permite elaborar projetos ignorando a questão ambiental. Mas o que significa pensar desenvolvimento diante deste novo fato? Será que através dele não se estaria apenas reprisando o discurso dos anos 50, agora sob o invólucro ecológico? Vejamos. Se na década de 50 os governos, particularmente o governo Brasileiro, não incluíam em seus projetos a questão ambiental, hoje existem órgãos públicos especialmente criados para tratar da questão ecológica e fazer com que, além de outros atores sociais, a indústria passe a controlar índices de poluição e o uso de recursos energéticos, a intoxicação das águas e do solo, etc. Já surgem condutas ecologizantes e alguns feitos que poderiam ser interpretados como indicadores dos resultados de ação de atores diversos entre os quais a ONU através da agenda “Nosso Futuro Comum”. Embora prematura qualquer avaliação, algumas realizações oferecem indícios de uma orientação que torna-se hegemônica diante das primeiras ações que levam em conta o meio ambiente.

Após se responsabilizar as indústrias, pelo desequilíbrio natural do sistema planetário, pela iminência de esgotamento de recursos materiais básicos, pela contaminação de recursos vitais como a água, solo e o ar, algumas medidas estão sendo tomadas como: instalação de equipamentos de controle de gases tóxicos, de tratamento de águas residuais antes de serem lançadas nos rios, de controle de ruídos, de reciclagem do lixo e reaproveitamento de material, etc. Internamente as indústrias introduzem noções de relações humanas e medidas de

segurança visando garantir um ambiente de boa saúde e prevenção de acidentes e, ultimamente, exercícios de relaxamento visando evitar o estresse ¹⁶ e principalmente manter a produtividade do trabalho.

Preocupadas com a formação de um mercado verde em função do avanço dos movimentos ecológicos, as indústrias também estão lançando produtos que não afetam o meio ambiente, (produtos de limpeza biodegradáveis, desodorante e produtos em spray sem gases que afetem a camada de ozônio), produtos para controlar pragas agrícolas sem intoxicar as plantas (baculovirus),etc

Alguns municípios, entre os quais Curitiba, surgem como uma referência nacional, de planejamento de centros urbanos a partir de uma concepção ambientalista.

A preservação de áreas verdes, da fauna e flora nativa, de florestas naturais que cobrem as serras, bem como a recuperação de espaços naturais, incentivam a população a entrar em contato com a natureza, a respeitá-la e valorizar os seus recursos. Ao se preservar patrimônios naturais e transformá-los em espaço de interesse público possibilita-se uma educação ambiental não somente necessária, como indispensável ao futuro do Bem-estar Coletivo.

No âmbito das políticas públicas a Constituição de 1988, sem dúvida, constitui um marco em direção à construção de um ambiente qualitativamente mais saudável.

As medidas que se alinhavam acima são reconhecidas e avaliadas positivamente pela população e por estudiosos da questão ambiental, através de indicadores que demonstram que as condições ambientais, embora lentamente, começam a se alterar. Contudo, pode-se observar que as políticas ambientais que demonstram mais resultados são muito mais de caráter controlador e de proteção ao ambiente natural do que de caráter social. Isto porque a política ambiental não é considerada uma política social, encontrando-se desvinculada das políticas públicas (FERREIRA, 1996).

Poder-se-ia, então, perguntar se as medidas tomadas em relação ao “meio ambiente” necessariamente alteram os rumos de um *estilo de desenvolvimento* centrado no consumismo e em um padrão de vida inscritos num sistema que, através da conjugação da ciência e técnica, privilegia o expansionismo ilimitado da racionalidade. Nessa direção, portanto, não se estaria reprisando o pensamento desenvolvimentista já experimentado anteriormente? Os indicativos mostram ser possível tratar da questão ambiental mantendo e conservando um sistema social que, ao privilegiar a racionalidade técnico-econômica, em nada alteraria sua lógica de

¹⁶ Artigo publicado no Jornal A Gazeta do Povo, em 10/08/97.

funcionamento. Com a indústria investindo em inovações e gerando produtos para dar conta de seus próprios resíduos num sistema de reciclagem circular de material, o sistema continuaria gerando a exclusão social, a marginalidade, a violência e acima de tudo, através da ideologização da técnica centrada no industrialismo, a objetivação do homem e sua petrificação racionalizante. Continuaríamos, assim, produzindo uma sociedade, culturalmente massificada, psicologicamente doentia, moralmente degradada, mas rodeada de verdes, com um ambiente natural saudável. De um lado, surgiria a natureza reconstruída dos campos abandonados e vazios, com áreas reflorestadas pelas indústrias que cultivariam fontes de energias renováveis, ou com áreas de lazer transformadas em museus naturais para o privilégio de poucos. De outro, o “ambiente criado” das cidades, onde o progresso tecnológico tudo pode, - inclusive substituir o trabalho humano -, com parques verdes, jardins, zoológicos, centros de lazer de alta tecnologia, ao lado dos bolsões de miséria, grupos de violência, representando a decadência de uma civilização. Seria a representação de um sistema tomado pela racionalidade técnica-econômica gerando a irracionalidade da exclusão, do ser objeto, patologicamente reduzido ao racionalismo esterilizante, mecânico e unidimensional.

Teríamos desse modo a sociedade com os direitos da natureza restabelecidos sem ter sido restabelecido os direitos sociais da natureza do homem; uma sociedade onde as ciências naturais e físicas continuariam a não levar em conta o homem, assim como hoje poder-se-ia dizer que as ciências sociais e humanas não consideram a natureza (JOLLIVET, 1992).

As considerações anteriores indicam que a preservação de recursos naturais não são suficientes para a construção de uma vida planetária onde haja não apenas progresso tecnológico mas também condições dos indivíduos se produzirem enquanto sujeitos sociais, expressando a sua própria natureza. O homem, além de ser um ser social, também é um ser natural, ou seja, o equilíbrio planetário não será obtido apenas através do restabelecimento do equilíbrio das relações homem-natureza, mas também através de relações sociais mais equilibradas.

Diante do exposto, poder-se-ia, então indagar, se o desenvolvimento social não é intrínseco ao desenvolvimento das forças produtivas, ou da racionalidade instrumental, o que seria então desenvolvimento? A evidência mostra que não se trata de uma alternativa simplista de rejeitar a ciência, a técnica, a racionalidade ou de uma volta a um primitivismo passadista. Trata-se de “renunciar a idéia reducionista que faz do crescimento industrial a panacéia universal do desenvolvimento antropológico”, reafirmando o pensamento de Edgar Morin; de conceber desenvolvimento não como idéia de continuidade, mas de transformação social do

sistema em que vivemos. Desenvolvimento seria então, para continuar empregar o termo, desenvolver um processo de transformação que *tende para a construção de um futuro inédito* (MORIN, 1977). Este processo de transformação da sociedade em que vivemos não tem nenhuma relação com a concepção evolucionista que, inspirada na biologia, traz consigo a idéia de repetição contínua. O grau de complexidade das sociedades contemporâneas não nos permite pensar em evolução linear, envolvendo uma passagem do tradicional para o moderno. É preciso romper com esta concepção, como bem afirma TOURAINE (1992).

Desenvolvimento de um processo de transformação também não se faz sem articulação com as aspirações individuais. São as experiências históricas recentes das sociedades totalitárias que nos apontam para a urgência de recuperar um personagem indispensável na construção de uma nova sociedade: o indivíduo enquanto sujeito social. E aqui nos reencontramos com a teoria que orienta este trabalho - pensar o sujeito social enquanto uma das condições da construção de uma realidade social identificada com a satisfação das necessidades humanas fundamentais e não apenas com as necessidades criadas pelo sistema visando sustentá-lo e reproduzi-lo.

Nesta direção, o desafio que se apresenta para o início deste novo século consiste em mudar o curso da civilização através de uma inversão de prioridades nas políticas de ação: ao invés de ações excludentes, introduzir medidas que beneficiem a grande maioria da população e venham restabelecer o equilíbrio ecológico. A corrida obsessiva pelas inovações tecnológicas deverá ser transformada em uma busca criativa de realização das potencialidades e aspirações individuais (FURTADO, 1983). A economia, base racional das transformações do século XX deverá ser revista na forma como intervém no mundo para subordinar-se a ética que deverá orientar um “novo processo civilizatório” (BUARQUE, 1993).

O que Celso Furtado e Cristovam Buarque propõem, conduz ao que GORZ(1991) denomina uma sociedade orientada por uma razão *ecossocial* e MORIN(1977) enuncia como “condições ideais para a solução da crise do desenvolvimento”.

“ Não mais subordinar o desenvolvimento ao crescimento, mas o crescimento ao desenvolvimento. Não mais subordinar o desenvolvimento social ao desenvolvimento econômico, mas o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social. Não mais subordinar o desenvolvimento humano ao técnico/científico, mas o desenvolvimento técnico/científico ao desenvolvimento humano” (MORIN, 1977, p. 259)

Assim, pensar uma saída para a crise atual invertendo a lógica do sistema é pensar na busca de uma solução para uma crise de dupla natureza - a social e a ecológica - que redunde

na crise socioambiental dos sistemas capitalistas¹⁷. De certo modo, é reconstruir através de teorias críticas projetos ou “utopias” que possam alimentar a possibilidade de se obter caminhos para a mudança social. Desta forma, enfrentar os desequilíbrios ambientais da crise ecológica, colocados como os mais relevantes para a preservação da vida, é também enfrentar as desigualdades da crise social. De modo contrário, como construir um “desenvolvimento sustentável” sem enfrentar a questão da vida em sociedade.?

A construção de uma sustentabilidade socioeconômica implica que se considere o ecossistema homem-sociedade o que significa considerar o elo que existe entre natureza e homem, isto é, a natureza que existe no homem. O homem se define por uma natureza multidimensional¹⁸. Baseado neste princípio é que Morin entende a sociedade como um sistema auto-ecoorganizador e, desta feita, concebe a sua transformação mediante a noção de “autodesenvolvimento” *Auto = homem (sociedade, indivíduo)*.

A noção de autodesenvolvimento nos conduz ao desenvolvimento do homem enquanto sujeito, conforme a formulação de Touraine. Um sujeito que ao se transformar ou se realizar nos planos macro e micro social o faz de forma ilimitada, porque é realimentado por aspirações que emergem da relação entre reflexão e ação. A transformação de uma sociedade centrado em sujeitos sociais¹⁹ num país como o Brasil, no entanto, é dificultado por problemas estruturais não resolvidos, gerando crises de natureza diversa conforme já explicitado. O ponto de partida para o enfrentamento da crise, seria conhecer os bloqueios, mas também e principalmente os potenciais relacionados com a mudança social. Esta seria “a primeira condição de escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos”, segundo FURTADO (1992, p.79). Nesta perspectiva poder-se-ia indagar sobre a contribuição da agricultura, mais especificamente da agricultura familiar na solução da questão socioambiental no Brasil.

¹⁷ A crise planetária de hoje se resume na crise de um só sistema: o do capitalismo globalizado (GIDDENS, 1991).

¹⁸ A racionalidade da moderna sociedade industrial é contrária à expansão da natureza do homem porque o reduz à dimensão da razão (MARCURSE, 1982; MORIN, 1993).

¹⁹ Uma versão de sujeito social já foi trabalhada no Brasil principalmente nos movimentos de educação popular a partir dos escritos do pensador Paulo Freire. Na ação pedagógica com adultos FREIRE (1976, 1980) não os considera objetos receptores de conhecimento, mas igualmente agentes possuidores de um saber que ao se comunicar transmitem uma visão de mundo que deve ser considerada no ato de educar. A educação seria, então, um ato político de libertação, que possibilitaria uma melhor compreensão da realidade para transformá-la.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os momentos de crise de uma sociedade podem ser definidos como os mais férteis na geração de propostas de reorganização social. O movimento em favor de uma agricultura alternativa no Brasil nasceu num momento de crise para os agricultores familiares e sob a crítica de ser uma questão marginal ao progresso técnico, como uma volta ao passado, e por isso como uma proposta de retrocesso ao desenvolvimento das forças produtivas (SILVA, 1987). Trata-se de uma análise que, além de estritamente econômica, desenvolve-se no auge da modernização do campo e por isso unidimensionalizada pelo privilegiamento analítico da razão econômico-instrumental. Esta mesma questão, pode assumir um outro significado quando analisada na perspectiva político-cultural. A agricultura alternativa embora possa não apresentar os mesmos resultados em relação à produtividade, constitui uma estratégia, não de resistência à adoção de tecnologias modernas, mas de manutenção da produção familiar no campo, enquanto defesa de uma identidade ou de um certo « modo de vida ». Isso permite aos atores, ao mesmo tempo que reafirmam a sua condição de agricultores, formularem sua percepção crítica em relação às políticas de desenvolvimento agrícola; notadamente em relação à pesquisa, à extensão, crédito e comercialização e a partir daí se organizarem no sentido de reivindicar medidas que visem beneficiá-los.

No lugar de fazer uma análise das perspectivas da agricultura familiar diante do desenvolvimento do capitalismo no campo, preferimos entender o significado do movimento alternativo a partir dos interesses dos agricultores e as condições de seu desenvolvimento no sistema capitalista. Desta forma, duas questões se colocam de início: uma é de natureza interna a unidade de produção familiar e está relacionado a correspondência entre a lógica da organização familiar e os pressupostos de uma agricultura alternativa sustentável; outra diz respeito a possibilidade de integração da agricultura familiar num sistema de livre mercado que requer competitividade e produtividade econômica.

A primeira questão nos remete à análise da sustentabilidade da produção agrícola e a segunda decorre das condições técnico-organizacionais das unidades produtivas.

Em relação a primeira questão muito se tem questionado se existe uma relação intrínseca entre agricultura familiar e preservação ambiental. Colocada de outra forma: poder-se-ia questionar se sua lógica organizacional é mais favorável ao desenvolvimento de uma

agricultura ambiental ou ecológica do que as unidades empresariais capitalistas. Esta é uma questão polêmica para os estudiosos pois há autores, que consideram a agricultura familiar não capitalizada mais condizente com o equilíbrio dos recursos naturais (GHELER, 1995; CANDIDO, 1975) outros não (ALIER e SCHLUPMANN, 1993). A resposta a esta questão, antes de mais nada, nos parece estar relacionada a perspectiva analítica do investigador. Se partirmos do princípio de que as unidades de produção, independente de sua categorização familiar ou empresarial capitalista, não apresentam diferenças relevantes em relação as suas “especificidades” certamente não encontraremos diferença. Torna-se assim importante refletirmos sobre os estudos da unidade de produção familiar.

Um dos trabalhos recentes, coordenado por Hugues Lamarche, que compara a agricultura familiar entre vários países, demonstra uma agricultura familiar heterogênea, com especificidade em função das regiões em que se inserem.. Entre o conjunto de unidades produtivas há um grupo que ainda é orientado predominantemente por uma lógica familiar de produzir (LAMARCHE, 1992) uma vez que a produção é estruturada pela família. Desta forma no seu continuum classificatório, Lamarche localiza num extremo unidades em que a lógica familiar é determinante - “a exploração familiar de subsistência” - e noutro unidades produtivas que operam segundo uma racionalidade empresarial capitalista - “a empresa” -, de fraca predominância da lógica familiar.

Dizer que uma unidade de produção opera sob a lógica familiar não significa dizer que não esteja sob imperativos da racionalidade econômica mas, sim, que pode racionalizar a produção para mais, como uma empresa capitalista, ou para menos, como uma unidade de produção de subsistência. Ou ainda, ela tanto pode operar como uma empresa capitalista moderna, como uma empresa familiar moderna. A diferença está em que a primeira não limita a expansão da racionalidade e opera visando prioritariamente o lucro - que se transforma em um objetivo em si mesmo - enquanto a segunda opera segundo uma lógica onde a racionalidade econômica - o lucro - está subordinado aos interesses de realização do agricultor nas suas varias dimensões, incluindo a reprodução de um patrimônio sociocultural familiar.

Na produção familiar, as várias dimensões que justificam a conduta dos agricultores, nem sempre atuam de forma dissociada, como nos demais sistemas da sociedade moderna. É verdade que a especialização do trabalho, e a organização dos sistemas autoregulados da sociedade, impõe um ritmo às atividades agrícolas que cada vez mais se distanciam do ritmo da natureza. Deve-se, porém, entender que na agricultura nem todas as unidades de produção

completaram sua trajetória a ponto de dissociar sistemas de ação: isto é, separar os âmbitos da racionalização e os âmbitos da satisfação, do desejo, ou da subjetivação. A esfera do trabalho não é separada do âmbito privado, do mundo vivido cotidianamente como se realiza em outras atividades. O trabalhador urbano e mesmo o trabalhador rural, quando passa a vender sua força de trabalho separa o trabalho de seu mundo particular, porque passa a participar de uma esfera organizada economicamente com requisitos que devem ser preenchidos e cumpridos enquanto força de trabalho. Estes requisitos relacionados com produtividade e com eficiência são estabelecidos pelo sistema, independente da vontade do trabalhador. À empresa interessa o desempenho do trabalhador em relação à produção obtida, enquanto ao trabalhador interessa o salário, como um meio de reproduzir suas condições de vida. Os interesses de caráter pessoal ou subjetivo vão se realizar fora do trabalho.

Ao opormos o trabalho da produção familiar ao trabalho da indústria capitalista estamos evidenciando formas de organizações produtivas que articulam de modo diferenciado os âmbitos da racionalidade e da subjetividade. Para a primeira não há distinção destas duas dimensões, elas se encontram imbricadas nos processos decisórios, conforme demonstraremos no capítulo IV. Para a segunda a dimensão da subjetividade não existe a não ser subordinada, ou “colonizada”, para utilizar a expressão de Habermas, pela racionalidade da organização do trabalho. Resumindo: na agricultura familiar o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo, enquanto na organização empresarial capitalista não há lugar para subjetividades

Se a racionalidade e a subjetividade pertencem a esferas distintas nas sociedades modernas, a fusão desses dois âmbitos são encontradas de forma mais clara nas sociedades tradicionais e nas sociedades camponesas. Encontramos aí a raiz do modelo da moderna organização familiar de produção. Junto com o desenvolvimento da atividade agrícola os agricultores se identificam com o ritmo da natureza na organização do trabalho, experimentam o sentimento subjetivo de apego à terra, e de liberdade e autonomia (ALPHANDERY,1992; GARCIA,1989; GOMES,1995). Por isso, os estudiosos ao pesquisarem estas categorias, mesmo nas sociedades modernas, identificaram uma certa especificidade, uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista, na medida em que produzem visando atingir necessidades da família, de construir um patrimônio familiar e não com interesse de acumular capital.

A racionalidade e a subjetividade também não foram interpretadas separadamente por TCHAYANOV(1990) ao analisar as tomadas decisões relacionadas com o que produzir ou

com o volume a produzir na agricultura familiar. A quantidade de trabalho ou energia a ser dispensada para atingir um determinado volume de produção é definida em função do consumo da família. O balanço, visando atingir o equilíbrio anual da produção/consumo, é realizado intuitivamente, ou subjetivamente segundo as interpretações de autor no seu trabalho clássico sobre “a organização da produção camponesa”.

“L’essentiel pour une exploitation familiale est la rémunération annuelle de son travail; la rémunération d’une unité de travail n’en est qu’un dérivé qui dépend de la manière dont les problèmes globaux de l’exploitation sont résolus. Et, bien évidemment, la norme de rémunération d’une unité de travail est prise en compte dans les processus inconscients et intuitifs qui fixent le point d’équilibre à atteindre dans l’année” (TCHAYANOV, 1990, p. 94).

O equilíbrio estabelecido entre produção e consumo, determinado subjetivamente, deve ser entendido como uma manifestação da cultura intersubjetivada. Embora na cultura da moderna sociedade de consumo não haja limites para o consumismo, verificaremos neste trabalho até que ponto a agricultura familiar reproduz uma “condição camponesa” capaz de limitar a expansão da racionalidade e fundamentar uma razão ecossocial, segundo a definição de GORZ.

A racionalidade ecossocial conduz à sustentabilidade, à medida que considera as aspirações individuais às relações sociais e naturais, ou seja, está relacionado com várias razões ou dimensões que justificam a reprodução da vida social e natural. É assim na forma bipolarizada com inserção no sistema e no seu mundo vivencial e cultural, que o agricultor familiar reproduz as condições de se fazer sujeito de suas aspirações.

A condição de se fazer sujeito mediante múltiplas dimensões é facilitada pelo caráter da agricultura familiar, isto é, ela é de natureza ecológica no sentido *biológico* do termo. Diante de um conjunto de tipos de unidades de produção que varia entre unidades capitalistas de produção e unidades camponesas ou familiares de subsistência, pode-se afirmar que são as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares as que mais se aproximam da natureza, e nesse sentido causam obstáculos ao processo de industrialização. Além disso, o fato da atividade agrícola ser desenvolvida em campo aberto, em ambiente natural, em empregando técnicas de manejo de recursos naturais - ao contrário do ambiente criado da indústria - talvez contribua para que os agricultores familiares sejam movidos por outras racionalidades, além da instrumental e econômica.

Sob o ponto de vista da relação com a natureza, a unidade familiar é capaz de organizar a produção sob uma lógica que favorece o desenvolvimento de sistemas diversificados de produção agrícola, de ecossistemas mais equilibrados em relação ao consumo de energia e recursos não-renováveis e à preservação da flora e fauna nativas. A escala de produção da agricultura familiar normalmente privilegia em maior grau a biodiversidade, maior densidade de áreas verdes, além do que pode contribuir com um ambiente que torna a paisagem mais humana. Neste sentido, pode-se presenciar em países com agricultura moderna, como a França, a importância da paisagem rural e a preservação de um setor rural para o imaginário dos diversos atores sociais, justificando, inclusive por isso, uma política de apoio e preservação da agricultura familiar.

O caráter ecológico de uma agricultura familiar pode ser vivenciado em regiões, como Guarapuava, onde desenvolvemos esta pesquisa. Nesta, grandes áreas de exploração concorrem com pequenas áreas de produção familiar. É significativo o contraste quando deixamos de percorrer áreas extensas de monocultura, ou de exploração pecuária e começamos a adentrar em locais com pequenas áreas de produção familiar. Nestas as características da produção familiar restabelece o convívio com o ambiente diversificado e rico da natureza, enquanto naquela o ambiente árido torna a paisagem monótona e inóspita.

Analisaremos, na sequência, as condições em que se desenvolveu esta agricultura de contrastes e que constitui a base empírica do nosso universo de pesquisa.

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA E OS AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ

Este capítulo tem como primeiro objetivo tratar dos elementos socioculturais da formação social dos agricultores da região centro-oeste do Paraná, analisando as transformações socioeconômicas e suas conseqüências para a agricultura familiar. Como segundo objetivo, pretende analisar as condições através das quais os agricultores entrevistados se sustentam, tendo como orientação dois eixos básicos: 1) as organizações ou aparelhos reprodutores do mundo cultural e político da vida rural, relacionados com a construção da identidade social; 2) os recursos da racionalidade técnica e econômica tais como a unidade de produção, o mercado, a infra-estrutura e os serviços, que permitem sua integração no sistema social.

1. AS CONDIÇÕES DE FORMAÇÃO SOCIAL DOS ATORES

A história da ocupação do solo brasileiro através da grande propriedade, que advém do período colonial, não se realiza da mesma forma e com a mesma intensidade em todas os períodos históricos e em todas as regiões do Brasil. No sul, particularmente, os pequenos empreendimentos agrícolas, ou a pequena propriedade familiar, a partir de 1824, marcaram a formação da sociedade através das chamadas colônias agrícolas ou pequenos estabelecimentos familiares. É preciso assinalar, porém, que mesmo nas regiões onde predominou a agricultura dos grandes domínios, como no nordeste, seu estabelecimento não se deu de forma pacífica. PALÁCIOS (1987) demonstra que entre 1700 e 1760 se desenvolveu no nordeste um sistema de produção fundamentado na pequena propriedade.

Na realidade, o estudo das categorias reunidas sob a denominação de *camponês* foi ofuscado pelo poder dos “grandes domínios” e essa categoria permaneceu até há pouco tempo esquecida como socialmente relevante (QUEIROZ, 1963). Além disso, a apreensão da questão, face a sua complexidade e as especificidades regionais, deixou de se dar diante das explicações mediante conceitos constantemente reificados ao se pretender generalizar conclusões.

Os grupos sociais como posseiros, agregados, camaradas, foreiros sitiantes, colonos, pequenos agricultores, caboclo, caipira e sertanejo expressam certas condições de produção que resultam de épocas históricas e contextos diferentes. Mais do que denominações, essas categorias qualificam certos “tipos” de personagem social, que além de estarem vinculados a certas relações sociais de produção, são de origem sociais distintas. É pois significativo que na bibliografia referente à produção familiar no nordeste apareçam com maior frequência os “moradores” “agregados”, “camaradas”, “foreiros” (GARCIA, 1989; VIANA, 1987; PALÁCIOS, 1987); no centro “sitiantes” (QUEIROZ, 1973; MULLER, 1951) e no sul “colonos” (SANTOS, 1978).

Os **agregados** expressam então o seu caráter de dependência, uma vez que subordinados ao grande proprietário, ou senhor de engenho, e são controlados por ele; os **sitiantes** surgem numa região onde a crise da cafeicultura, atividade para a qual os colonos foram atraídos como mão-de-obra, resulta na divisão da grande propriedade; e os “**colonos do sul**” são agricultores que se estabeleceram livremente, como pequenos proprietários distantes dos grandes domínios (VIANA, 1987).

O colono do sul é o agricultor oriundo de uma política de imigração, que segundo BALHAMA (1969) expressa diferentes preocupações de mandatários públicos. Ora os imigrantes são destinados a “povoar vazios demográficos”, na época do Brasil colônia, ora se objetiva “suprir mão-de-obra escrava”, com a abolição da escravatura; em outro momento ainda se visa “fornecer trabalhadores às grandes obras públicas”, ou “criar uma agricultura de abastecimento”, com o surgimento das cidades e indústrias. Para Octávio Ianni, o estabelecimento de imigrantes no sul, na forma de “colônias”, ocorreu porque se tratava de ocupar uma região que “já era potencialmente crítica desde o início da independência, devido às relações com o Paraguai, Argentina e Uruguai” (IANNI, 1987, p. 165). Contudo, fica claro na historiografia analisada que o processo imigratório, que se insere num período que vai marcar a transição de uma organização da produção de base escravocrata para uma

organização da produção com força de trabalho livre ou semi-livre, cumpre vários objetivos segundo o momento histórico.

A imigração, visando uma agricultura para abastecer centros urbanos, que começam a surgir já em todo o Brasil, parece expressiva particularmente no Paraná.. No cenário nacional, porém, neste momento, representantes de duas correntes migratórias confrontavam interesses distintos: para uns os imigrantes deveriam suprir de mão-de-obra as grandes fazendas de café, para outros interessava a constituição de colônias visando a produção de alimentos (BALHAMA,1969)

A partir do século XIX, a maior parte dos imigrantes vieram da Europa, constituindo-se assim uma população com uma cultura predominantemente de origem étnica européia (PRADO JUNIOR, 1992). O índio e o negro passaram para o segundo plano, após a abolição da escravidão e a proclamação da República, e se começou a valorizar o imigrante branco. Duas outras preocupações estavam embutidas na valorização do imigrante europeu: a busca de uma pretensa superioridade técnica e o objetivo de *branquear o país* (IANNI,1987).

No sul do Brasil, o pequeno estabelecimento agrícola teve participação preponderante na história de sua ocupação. Nessas circunstâncias, quando a ocupação se realizou através de núcleos rurais independentes, distante dos grandes fazendeiros se criou um personagem com uma certa especificidade, no sentido de se construir uma auto-representação, de valorização positiva (FRANCO,1992). No caso de imigrantes alemães, um certo “espírito de independência”, cuja gênese se encontra em antigas regiões de camponeses na Alemanha²⁰, deve ser considerado, principalmente nos que se estabeleceram em Santa Catarina (SEIFERT,1974). A propriedade da terra assegurou aos colonos esta independência, social e econômica, capaz de gerar uma “mentalidade especial”, mesmo assimilando uma certa “filosofia de vida” própria do brasileiro, como uma certa “paciência,...calma,... que traduz adaptação ao ritmo da natureza” (ROCHE, 1969, p 571).

A ocupação do sul através de núcleos coloniais, sem dúvida, marca não apenas a história do desenvolvimento social e econômico da região mas também da história política. Porém, aqui, embora livres do domínio dos grandes proprietários rurais, desenvolvem-se contradições étnicas, que sobrepujaram as contradições sociais, por isso, em sua maioria, a posição dos colonos foram relativamente conservadoras, em termos políticos.

²⁰ Segundo Seifert(1974), agricultores vindos de Baden, e outras regiões, e que se estabeleceram em Santa Catarina, no vale do Itajaí-mirim, já experimentaram a partir do século XIX uma vida livre do domínio dos Junkers.

Após algum tempo, os imigrantes irão repetir a façanha de seus ascendentes europeus. Com as terras ocupadas no estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, gaúchos e catarinenses irão se estabelecer no Paraná, em seguida no Mato Grosso e no Norte do Brasil. A migração continua sendo a única alternativa para estes personagens que ora se defrontam com a falta de terra, que tende a concentrar-se, ora são excluídos pelo processo de modernização.

1.1. A região Centro-oeste do Paraná: um pólo de atração de imigrantes

A história da ocupação do Paraná se dá a partir de três correntes migratórias de procedência distinta. A primeira se confunde com a história do próprio estado. É conhecida como formadora do Paraná tradicional: são imigrantes de procedência estrangeira que partem do litoral em direção ao planalto. A segunda, formada por paulistas, mineiros e nordestinos, penetra no norte e avança em direção ao centro. A terceira é formada por agricultores vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: se instalam inicialmente na região sudoeste e oeste do estado (WESTHPALEN, 1968).

Figura 1 - ESTADO DO PARANÁ - REGIÃO CENTRO-OESTE E CORRENTES MIGRATÓRIAS



A região centro-oeste, onde se encontram os municípios em que se desenvolve esta pesquisa, é atingida pelas três correntes migratórias a que nos referimos acima. Nesse, sentido apresenta-se como uma região singular à medida que constitui uma espécie de síntese das várias etnias que deram origem ao estado do Paraná. Tentaremos situar historicamente essas três correntes, sem no entanto descrever exaustivamente como se formaram as diferentes regiões do estado. Resgataremos através da bibliografia existente os aspectos mais importantes relacionados com este trabalho, ou seja, os dados relacionados com a questão étnica e agrária.

1.1.1. Imigrantes do Paraná tradicional

Segundo PADIS (1981), o Paraná começou a ser ocupado somente um século e meio após a descoberta do Brasil. Embora, segundo o autor, a ausência de dados impossibilite precisar como avança a população do estado até o “terceiro quartel do século XVII”, é possível afirmar que as primeiras povoações de Paranaguá e Curitiba, por volta da metade do século XVII, surgiram em consequência da mineração. Também os campos de Palmas foram devastados em consequência dessa atividade, no século XVIII, mas o núcleo populacional aí existente surgiu em função dos tropeiros²¹. A ocupação, por diversas vezes mal sucedida, em direção aos campos de Guarapuava, ocorreria também no século XVIII, em razão do temor português de uma possível ocupação espanhola.

É também no século XVIII, que ricos fazendeiros se estabeleceram na região dos campos gerais, ao longo da estrada Curitiba-Sorocaba, abastecendo cidades como São Paulo e regiões mineradoras. A ocupação da terra na região, como em todo o Brasil, dava-se através da posse e da concessão de sesmarias. (WESTPHALEN, 1968). Grandes propriedades latifundiárias, também se estendiam pelos campos de Palmas e Guarapuava. Seus proprietários, que as adquiriram através de concessões dos governos de estado, exploravam principalmente o mate, a madeira e o gado. Segundo Westphalen, já na época surgiram pequenos sítios em torno das fazendas. Em 1772 existiam na região dos campos gerais de Ponta Grossa 50 grandes fazendas e 125 sítios. Mas o estabelecimento da pequena propriedade

²¹ Os tropeiros são condutores de tropas de gado que caminhavam por uma trilha, cuja extensão começava no Rio Grande do Sul e terminava em São Paulo. Os tropeiros tinham suas paradas tradicionais onde surgiram povoados e mais tarde importantes cidades como Vacaria, Lages, Guarapuava, Curitiba. Como se sabe a criação de gado foi tradicionalmente a atividade econômica principal da região campeira no Paraná. Contudo a produtividade maior das invernadas do sul, fez com que muitos fazendeiros se transformaram em tropeiros, comprando animais, invernando-os no Paraná e vendendo-os em Sorocaba/SP. Esta fase, chegou a marcar época sendo conhecida como tropeirismo.

através de um plano de colonização só viria a ocorrer com a decadência da região com o fim do tropeirismo e com a perda de mercados de São Paulo e Rio. Assim, se no início do século XIX o latifúndio de base escravista parecia consolidado nesta região, já no fim do século a situação era de crise desse sistema.

A ocupação desordenada, através da posse simples, ocorreu durante algum tempo, após o fim das concessões de sesmarias, mas um plano de colonização foi implementado logo após a emancipação da antiga província. O plano de se trazerem imigrantes tinha como alvo abastecer centros urbanos de alimentos. Por isso, o sucesso do estabelecimento de pequenas colônias ao redor de Curitiba, em 1870, estimulou o plano de ocupação de Campos Gerais. Havia o interesse em se recriar um campesinato nos moldes europeus, isto é, que produzisse alimentos para abastecer as cidades, através de técnicas semelhantes àquelas praticadas em seus países de origem. Surgem diversas colônias, na região dos Campos Gerais, de origem étnica bastante heterogênea, como italianos, alemães, poloneses, suíços e russos. Sob pretexto da superioridade técnica dos estrangeiros, sonhava-se promover o progresso agrário na região (BALHAMA, 1969). A nível nacional, a promulgação da Lei de Terras de 1850 facilitou um maior controle sobre o acesso à terra, uma vez que esta somente poderia ser adquirida através da compra. Assim, o estado pretendia ordenar a ocupação, recuperar as regiões em decadência através de colonos estrangeiros, que se estabeleceriam livremente, ao contrário de São Paulo, que objetivava com os colonos, substituir a mão-de-obra escrava nas grandes fazendas de café.

Em 1875, pequenas povoações se estabeleceram no litoral, na localidade de Alexandra, mas o insucesso desses imigrantes fez com que se transferissem para Curitiba (BALHAMA, 1969).

A imigração estrangeira, de várias origens étnicas, marcou a ocupação do Paraná tradicional, principalmente a de origem polonesa. Aliás, o peso destes imigrantes no Paraná equivale ao dos alemães em Santa Catarina, e dos italianos no Rio Grande Sul. Segundo PADIS (1981):

“em 1920, encontravam-se no estado do Paraná nada menos que 62.757 estrangeiros, o que correspondia a mais de 9 por cento da população[...]. Dos europeus que se estabeleceram no Paraná, grande parte era constituída de poloneses, ou seja, 28.000 poloneses entraram nesse estado entre 1890 e 1896 e mais 27.000 no período que vai de 1907 a 1914” (PADIS, 1981, p. 31).

Ainda segundo o autor, mais de 60% dos imigrantes estabeleceram-se nos municípios de Curitiba, Mallet, Ponta Grossa, São Mateus, Prudentópolis, Irati, Guarapuava, União da Vitória e Ipiranga.

1.1.2. Os imigrantes do norte

A partir de 1860, paulistas e mineiros começaram a ocupar a região norte do Paraná atraídos pela fertilidade dos solos e pela perspectiva que se apresentava para a cultura do café. Além da cafeicultura, implantaram, em menor grau, a bovinocultura, em grandes fazendas, tal como em suas regiões de origem (WESTPHALEN, 1968). A ocupação se realizou através de concessões do estado a particulares, de companhias particulares de colonização e de programas de colonização coordenados pelo próprio estado.

A imigração, contudo, seria mais expressiva no início do século XX, quando, segundo PADIS (1981), além da fertilidade natural dos solos, a conjuntura econômica após 1929, a evolução do mercado internacional e possivelmente o surto industrial em São Paulo favoreciam a expansão da cafeicultura, além da policultura. Neste contexto deve-se destacar o papel da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, empresa de colonização de origem inglesa (“Paraná Plantations Ltda.”), que inicialmente adquiriu terras para instalar fazendas de algodão²². Esta empresa foi responsável pela imigração de “milhares de colonos, que com suas famílias vieram desta maneira radicar-se no norte do Paraná, tornando-se desde logo proprietários de suas terras, onde, via de regra, plantavam o café e tinham, ainda, pequena lavoura de subsistência” (WESTPHALEN, 1968, p. 18). Em sua maioria eram mineiros, paulistas, e nordestinos.

Em menor escala também se estabeleceram colonos de outras procedências, seja através de companhias colonizadoras ou por conta própria, valendo-se registrar também os de origem japonesa. Estes, em sua maioria se instalaram em Assai e Urai através das companhias Brazil Tokushoku kaisha-Bratac e Nambei Tochikubushiri respectivamente (WESTPHALEN, 1968). Às companhias japonesa e inglesa, principalmente, deve-se a distribuição da propriedade fundiária em pequenos lotes (PADIS, 1981).

O fato de a ocupação do norte do estado ter sido realizada, em seu início, de forma mais ou menos ordenada, em função da intensa atuação de colonizadoras particulares e do

²² “ Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro, por motivos de segurança nacional, proibiu a propriedade da terra por estrangeiros, obrigando a venda da companhia inglesa a um grupo capitalista de São Paulo, já intimamente a ela vinculado, que levou a cabo, no mesmo sentido e com as mesmas características, o projeto inicial”. {PADIS: 1981 p 91)

próprio estado, não impediu que houvesse conflitos na região. Muitas vezes quando empresas particulares obtinham concessão, ou quando o próprio estado resolvia colonizar, estes se defrontavam com posseiros ou colonos, que se estabeleciam livremente, surgindo daí movimentos de luta mais ou menos organizados. Na região de Faxinal, por exemplo, viviam caboclos e colonos vindo do sul, quando o estado resolveu realizar o loteamento das terras. A ação do estado resultou em conflito que atinge sua fase mais violenta entre 1933 e 1935, com o confronto armado de grupos que disputam a posse da terra da Fazenda Apucarana (WESTPHALEN, 1968). Além de Faxinal pode-se citar, entre outros, o movimento de Jaguapitã, de Campo Mourão, e de Porecatu, este último de maior expressão nacional, em função da dimensão político-partidária que assumiu a luta. Como se sabe o movimento de Porecatu foi animado por militantes do Partido Comunista, e surgiu porque agricultores se anteciparam em ocupar uma área que o estado, após anular a concessão já realizada anteriormente, pretendia colonizar. Ocupações, vendas e negociatas de terra, realizadas pelos próprio estado fizeram com que na década de cinquenta os movimentos de luta pela terra surgissem em várias localidades no estado, ultrapassando os limites do que se denomina região norte.

1.1.3. Os imigrantes vindos do sudoeste/oeste

Também no sudoeste do estado, colonos, no intuito de defender terras que legalmente lhes pertenciam, enfrentam jagunços a mando de companhias envolvidas em negociatas de terras e policiais a mando do estado. Antes, porém, deve-se mencionar que o sudoeste permaneceu por muito tempo sem ser ocupado, surgindo no século XVIII apenas alguns núcleos como Palmas, por ser rota de tropeiros, e Guarapuava, por interesse do estado, visando impedir uma possível ocupação espanhola (PADIS, 1981). A inexistência de estradas não atraía interesses para a região, e as companhias que obtiveram concessões de terra pouco realizaram além de extrair a madeira e erva-mate aí existente. Ao praticarem atividades extrativas de forma predatória, não desenvolveram planos de colonização ou de ocupação de forma ordenada, apenas deixando uma população explorada e empobrecida. O estado de miséria em que se encontravam caboclos que aí permaneceram dispersos na floresta, tornou-se conhecido com as denúncias das colunas revolucionárias que aí passaram em 1924 (WESTPHALEN, 1968; REGO, 1979). Os caboclos aí permaneceram exclusivos como posseiros (uma vez que não detinham a propriedade privada da terra) até a chegada de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sobreviviam praticando atividades

extrativas e por isso ajustavam-se mais à região de florestas do que de campos. A agricultura ocupava um papel secundário e por isso os caboclos desenvolveram um sistema técnico de produção bastante primitivo (ABRAMOVAY, 1981).

A chegada do colono se daria quando já não havia mais frentes a serem ocupadas no Rio Grande do Sul, e após Santa Catarina. Assim, as companhias de colonização se transferem para o Paraná, desde o final do século XIX. As concessões particulares, realizadas pelo governo até 1924, no oeste do Paraná, em pouco ou nada resultaram em termos de uma efetiva colonização. Esta região permaneceu praticamente submetida aos interesses depredatórios das empresas que extraíam madeira e erva-mate. Por outro lado, foi neste início de século que colonos de origem italiana e alemã, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ocupam terras no sudoeste do estado. Muitos dos colonos que chegaram antes da ação das companhias colonizadoras se apossaram livremente das terras, e adquirindo o direito sobre elas venderam-na a outros que iam chegando. Tal como em suas regiões de origem, implantavam a suinocultura e a policultura (WESTPHALEN, 1968; REGO, 1979).

A preocupação com áreas de fronteira com Argentina e Paraguai leva o estado a dispensar atenção especial a essa região. Os colonos que aí chegavam além da terra recebiam instrumentos de trabalho e assistência médica e hospitalar (REGO, 1979).

Embora durante todo o primeiro período deste século a ocupação do sudoeste/oeste tenha se realizado através de várias companhias particulares de colonização, foi na década de cinquenta que o movimento migratório no sudoeste do estado *se manifestou surpreendente*, segundo PADIS(1981). No oeste também o estado resolveu colonizar terras em seu poder. Entre as colonizadoras particulares, a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.-MARIPA, conquistou uma das mais expressivas áreas colonizadas²³. Mas se por um lado, um grande dinamismo proveniente do fluxo migratório marca a região, por outro é também neste período que ocorre o maior número de conflitos.

Deve-se registrar que, já no início do século, entre 1912 e 1916, ocorreu nas matas próximas às divisas entre o Paraná e Santa Catarina o movimento conhecido como a luta do Contestado. Como se sabe, o Contestado surgiu em função da concessão de áreas de terra à empresa estrangeira “Companhia Lamber”, em troca da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Nesta região, dispersos na mata, ou sob o abrigo das relações de compadrio

²³ A MARIPA colonizou 124 mil alqueires, divididos entre lotes urbanos e rurais. Os lotes em torno do núcleo urbano atingiram em média um alqueire, enquanto que a média rural foi de 10 alqueires. Os lotes, das áreas colonizadas pelo Estado foram de 20 alqueires em média. (Westphalen: 1968 p 20 e 21).

que o regime dos grandes domínios instituiria, viviam os caboclos, explorando apenas uma agricultura de subsistência. Foi esta população que, comandada pela liderança messiânica de José Maria, enfrentou as milícias do estado. Vencidos, os que sobreviveram se dispersam e se infiltram pela mata adentro.

Na história da ocupação mais recente, conflitos de outra ordem surgiram. A “indústria de intrusão”, instituiu a “prática organizada da grilagem de terras, ou seja da formação de grilos, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedade”(WESTPHALEN: 1968 p 25). Colonos, que ocupavam a terra com suas “roças e ranchos”, viam-se muitas vezes ameaçados de perderem tudo que adquiriram, diante de constantes ações de agiotas e poderosos grupos econômicos.

O conflito entre posseiros, colonos e jagunços que agiam a mando das companhias atinge seu clímax com a “Revolta dos Posseiros”. Este movimento, ocorrido em 1957, é fruto da ação criminosa das imobiliárias, que queriam expulsar colonos e posseiros de terras que legitimamente lhes pertenciam. Com a conivência das autoridades locais, as companhias de terras levaram os agricultores das regiões de Francisco Beltrão e Pato Branco a uma insurreição. O movimento causou repercussão nacional, a ponto de o governo do estado sofrer pressão do poder federal, para uma rápida solução do caso. Com uma concentração de 6000 pessoas na cidade de Francisco Beltrão, o movimento atinge seu momento decisivo. Os agricultores exigiram “substituir o delegado de polícia, exonerar o promotor, transferir o juiz, retirar imediatamente as companhias da região e que aqueles que tivessem participado do movimento não fossem vítimas de perseguição” (GOMES: 1986 p 100). Diante das pressões, o estado cede às reivindicações e entrega o comando da delegacia regional a um dos líderes mais expressivos do movimento.

1.2. As transformações recentes

De forma diferente as três correntes migratórias iriam atingir a região centro-oeste, que outrora em sua maior parte pertencia ao município de Guarapuava. A corrente do Paraná tradicional menos conflituosa iria contribuir com a formação dessa região através de descendentes de imigrantes originalmente instalados em Irati, Prudentópolis, Ponta Grossa. A do norte com imigrantes que vinham de Minas e São Paulo e a corrente do oeste e sudoeste

A primeira transformação dessa base tradicional começou com a crise da atividade pecuária que enfrentou a concorrência com áreas mais produtivas. Com o fim do tropeirismo, atividade que surge já um função da competitividade dos mercados de carne, o sistema tradicional da sociedade campeira começa a desintegrar-se. Na realidade, a produção de cabeças de gado vinha diminuindo desde o início do século XX. Em 1870 a produção era de 80.000 cabeças e em 1936 o número de cabeças não excedia em 60.000 (ABREU, 1986).

Com a crise da pecuária extensiva muitos fazendeiros começam a vender parte de suas terras, atraindo para a região um contingente de agricultores vindos de municípios do Paraná tradicional, como Prudentópolis e Irati, do sudoeste/oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir de 1950 começa um processo de transformação da organização produtiva, que tinha como atividade principal a pecuária, em direção à agricultura ou à agropecuária. Os novos imigrantes iriam se estabelecer em terras férteis recém-desmatadas, com produção agrícola não apenas voltada para subsistência mas também para o mercado. Entre os agricultores de diversas procedências, ressaltam-se a instalações de colonos alemães na colônia de Entre Rios, que, subsidiados pelo governo alemão, implementariam uma agricultura das mais modernas na região, incluindo infra-estrutura básica, como armazém, cooperativa, escola, etc.

A atração de novos agricultores aumenta a procura de terras e melhora seus preços, provocando um novo impulso econômico na região e o início da modernização dos sistemas produtivos tradicionais. Como salienta Gruber de Abreu, antes de 1950 os imigrantes que vinham para a região se instalavam nas matas, limitando-se ao cultivo de plantas tradicionais como milho, feijão e outras de subsistência. Com a aquisição de áreas de criação de gado próximas às vilas, se iniciou o cultivo de trigo, aveia, cevada, arroz para a comercialização. São estas explorações, e mais tarde a soja, que iriam modernizar-se atingindo sua fase mais intensa na década de 70. A pecuária, no entanto, teria seu rebanho gradativamente diminuído até 1975, quando passa a reagir (ABREU, 1986).

A vinda de imigrantes para a região não apenas representa o início de um novo ciclo para a agricultura, mas a transformação das relações de produção latifúndio-servidão/escravismo. A mão-de-obra familiar se tornaria a mais importante da região, e a formação de uma classe média rural seria o marco desta fase que compreende o período de transformação da sociedade campeira tradicional. Segundo dados trabalhados por Gruber de Abreu, em 1975 81,45 % da mão-de-obra ocupada era familiar. Foi também neste período que várias localidades de Guarapuava se emanciparam politicamente, tornando-se municípios. É o

caso, por exemplo, de Turvo, Nova Tebas, Pinhão e Laranjeiras, que compõem o universo de nossa pesquisa.

A chegada dos emigrantes e a redefinição dos limites do espaço social agrário faz surgirem novos núcleos populacionais, e com eles são recriadas as organizações comunitárias, intrinsecamente relacionadas à produção agrícola familiar. As comunidades encontram-se em torno das igrejas, dos centros de lazer, das escolas, estruturas iniciais mínimas para sobrevivência social. A localização espacial dos agricultores, contudo, não segue o modelo de vila ou vilarejo em que todos residem de forma agrupada, mas suas residências encontram-se localizadas nas propriedades agrícolas, que necessariamente não se encontram próximas ao marco de convergência, constituído pela infra-estrutura comunitária.

Em razão de a ocupação inicial da região de Guarapuava ter sido realizada através de grandes propriedades sesmeiras e posteriormente retalhada com a crise da pecuária extensiva, os agricultores familiares não se distribuem homogeneamente através da superfície. Seus núcleos se localizam entre as grandes propriedades, próximas das encostas, ou nos morros.

Os sistemas de produção implantados inicialmente pelos imigrantes reproduz a prática inicial que se desenvolveu em todas as regiões do Brasil, conforme nos mostra a bibliografia clássica: foram do tipo extensivo e predatório. Ainda hoje pode-se perceber, nos morros, as capoeiras com vegetação empobrecida, e nas áreas planas os poucos pinheiros remanescentes de uma floresta outrora densa e rica em araucária²⁴, podendo-se afirmar que a natureza parece estar sendo mais explorada que cultivada. Mas se a exploração e não o cultivo foi uma prática dos desbravadores pioneiros da região, e depois dos imigrantes, é notório uma diferença qualitativa entre os caboclos. Se os imigrantes tiveram o mérito de introduzir novas técnicas agrícolas e novas formas de organização do trabalho, os caboclos, no entanto, foram mais harmoniosos em sua relação com a natureza. Estes, aliás, embora não ocupem a maior parte da área regional, são os mais numerosos, conforme tabela seguinte.

²⁴ O município de Laranjeiras do Sul, hoje um dos mais modernizados da região, representa emblematicamente estas duas situações. Ao oeste o município quando se viaja em direção a Foz do Iguaçu, pode-se observar os morros e sua vegetação. Mais ao leste encontramos uma comunidade denominada Mato Preto. Preto em função da densidade de araucária, que hoje é cada vez mais rara. Simbolicamente: um mato preto de Araucária.

Tabela 1. Origem étnica da população do centro-oeste, 1989.

Origem étnica	População (%)
Cabocla (lusu-brasileira)	67
Polonesa	5
Italiana	4
Alemã	4
Indígena	2
Ucraina	1
Outras	17

Fonte: Pesquisa Impacto - RURECO, 1993 (Conforme dados IBGE, 1995).

Conforme se observa, 67% da população regional é cabocla (Tabela 1). Descendentes principalmente de branco-português e índios nativos, ainda imprimem sua influência cultural entre os agricultores familiares, mesmo com a vinda de imigrantes, conforme se verificará ainda neste capítulo. Quanto aos índios nativos, constata-se uma gradual desintegração de sua cultura, restando, no entanto, 8 aldeias caingangues e guaranis (FUNDAÇÃO RURECO, 1993)

1.2.2. Modernização e exclusão social

Se a primeira grande mudança na região, que levou à desintegração da sociedade campeira tradicional, foi provocada pela crise da pecuária extensiva, a segunda foi gerada pelo mesmo processo que deu origem ao processo migratório de outras regiões na década de 70: a modernização tecnológica dos sistemas de produção agrícola.

Após a modernização mais intensa de outras regiões, notadamente do extremo-oeste paranaense e norte do Paraná, a região recebe um afluxo de um novo contingente populacional que seria expulso de outras regiões mais dinâmicas, ocupadas por pioneiros de mentalidade mais progressista e em condições edafo-climáticas que apresentavam solos mais férteis e suscetíveis à mecanização, ao contrário da mentalidade colonial e extrativista de uma região tradicionalmente marcada pelo latifúndio, dotada de solos com aflorações rochosas e fertilidade inferior. A forma de ocupação inicial e as características do solo e relevo irão fazer desta região a última a receber um contingente migratório interno. Desta forma, no período que vai de 1980 a 1985, observa-se no Paraná de modo geral um contínuo processo de concentração fundiária, embora menor que na década anterior, enquanto se constata na

microrregião dos campos de Guarapuava e de Pitanga, que forma a base da área de atuação da RURECO, os mais altos índices de aumento do número de estabelecimentos agropecuários (GERMER, 1987). A análise da evolução da estrutura fundiária realizada por Germer, com base no censo agropecuário de 1985, indica que o número de estabelecimentos nos campos de Guarapuava aumentou em 25,5 % e na microrregião de Pitanga 18,3 %.

Tabela 2. Número de estabelecimentos e estrato de área, nos municípios de atuação da RURECO*.

Grupos área/ha	Estabelecimento	%	Area	%
Menos de 05	9.820	33,78	30.886	2,76
De 05 a 10	5.727	19,70	43.896	3,93
De 10 a 20	5.171	17,79	74.157	6,64
De 20 a 50	4.825	16,60	152.882	13,68
De 50 a 100	1.821	6,26	129.896	11,63
Mais de 100	1.699	5,84	685.492	61,36
TOTAL	29.070	100,00	1.117.228	100,00

Fonte: Pesquisa impacto-RURECO, 1993(Conforme dados IBGE, 1985).

* Pitanga(e Nova Tebas), Turvo, Laranjeiras do Sul, Cantagalo e Pinhão.

Embora os dados da tabela 2 nos indiquem que 87 % dos estabelecimento agrícolas possuam área de até 50 ha, não seriam estas áreas conhecidas como tipicamente produtoras de milho, feijão, mandioca, arroz, criações de pequenos animais e outras explorações de subsistência que iriam modernizar-se mais intensamente. A mudança nas relações técnicas de produção será mais acentuada nas chamados produtos nobres, (conforme se observa na tabela 1 - anexo II) . Aveia, cevada, soja e trigo são áreas de culturas praticamente toda mecanizada. As áreas de pastagem natural, outrora base para criação extensiva do gado, hoje cede lugar à pastagem cultivada. Há 163.500 ha de pastagem natural na região e 243.313 ha de pastagem cultivada, entre as quais 60.200 ha mecanizados. Feijão, milho, arroz, consideradas culturas de pequena e média propriedade, têm praticamente 50 % de sua área explorada mecanicamente.

A modernização da base técnica de produção foi acompanhada de uma modernização da infra-estrutura. As estradas principais de acesso aos município estão asfaltadas e uma estrutura de armazenagem, escoamento e transformação da produção foi construída. Há um número significativo de agroindústrias e unidades de transformação artesanais na região

(conforme indica o quadro 1 - Anexo II) . As agroindústrias ligadas à produção de carne de suínos e frango e à produção de leite, fumo e bicho da seda estabelecem relações contratuais com os agricultores, que passam a manter relações comerciais com diversos atores sociais. Além disso, a região conta com uma forte estrutura de organizações cooperativas. No município de Guarapuava, a Cooperativa Mista de Guarapuava - COAMIG - com 2.348 sócios, comercializa produtos como arroz, feijão, milho, soja, trigo e leite. A Cooperativa Agrária de Entre-Rios- AGRÁRIA -, com 484 sócios, comercializa arroz, milho, soja, trigo, cevada, e suínos. Em Laranjeiras do Sul, a Cooperativa Mista de Laranjeiras do Sul - CAMILAS -, formada por 3.085 sócios, comercializa milho, feijão, soja, trigo, arroz.. Ainda em Laranjeiras do Sul a COAMIL -, formada por 25 agricultores, principalmente grandes proprietários, comercializa soja e trigo e a COPROCEL organizada por 23 sócios de produção de sementes. Atuando na região centro-oeste, mas não localizada nesta região, a Cooperativa Agrícola de Campo Mourão- COAMO - conta atualmente com 20.385 associados.

Além das cooperativas tradicionais que fazem parte da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná- OCEPAR -, duas outras estruturas surgiram recentemente para atender os interesses dos assentados e agricultores familiares. A Cooperativa dos Assentados - COAGRI -, ligada ao Movimento dos sem-terra, e a Central de Comercialização da Região Centro-Oeste do Paraná - CERCCOPA -, criada com apoio da RURECO. Essas estruturas comercializam produtos tipicamente de pequenos agricultores, como milho, feijão, arroz e leite.

Por conta da organização política dos agricultores da região, os Sindicatos Rurais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais estão presentes em todos os municípios em que a RURECO atua.

Desta feita, a região experimentou um período recente de uma modernização infra-estrutural sem precedentes e inovação tecnológica de base industrial na agricultura. Estas transformações, que indicam um crescente desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo, no entanto não fortaleceram o processo de permanência da população na agricultura, conforme os discursos que justificavam a ação dos diferentes órgãos que representavam o aparelho do estado na década de 70 e início de 80. Contrariamente aos discursos, a política da modernização conservadora resulta na expropriação crescente de agricultores, reconcentração fundiária e conseqüentemente de êxodo rural, com esvaziamento do campo e crescimento das cidades.

Embora não se disponha de números oficiais atualizados sobre a estrutura fundiária no período de 85 a 95, algumas informações obtidas junto aos órgãos de atuação no meio rural paranaense nos permitem projetar algumas tendências.

Conforme dados de uso interno da EMATER/PR, as pequenas propriedades com área até 50 ha, principalmente, e as grandes com área maior de 250 ha tiveram uma pequena redução de seu número em benefício da média propriedade. O número de estabelecimentos com menos de 50 ha tende a diminuir entre 1993 e 1996, principalmente para os municípios de Laranjeiras do Sul e Nova Tebas (Tabela 2, anexo II). Há que se considerar que nesta região existem várias áreas de assentamentos dos sem-terra, o que certamente atenua a tendência de redução do número de estabelecimentos agrícolas. Por outro lado, dados trabalhados pelo IPARDES sobre a taxa de crescimento populacional entre 1980 e 1991 indicam haver um crescimento negativo da população rural nos municípios de Nova Tebas, Turvo e Laranjeiras do Sul, em - 2,24 % , - 0,27% e 2,33% respectivamente, com conseqüente aumento da população urbana. O município que parece conservar alguma estabilidade é o município de Pinhão, mais ao sul do Paraná.

A tendência de redução do número estabelecimentos agrícolas, a partir de 1990, reflete também no quadro de associados das principais cooperativas que atuam na região, conforme se observa na tabela 3.

Tabela 3. Variação do quadro de associados das cooperativas que atuam na região centro-oeste, período 1985- 1995.

Sigla/estratos de área	1985	1990	Variação	1995	Variação
CAMILAS até 50	3.627	2.044	- 1.583	2.571	527
51- 100	930	1.186	256	311	- 875
101- 500	93	403	310	194	- 209
+500		29	29	9	- 20
TOTAL	4.650	3.662	- 988	3.085	- 577
AGRÁRIA até 50	71	78	7	48	- 30
51- 100	50	56	6	62	6
101-500	247	116	- 131	267	151
+500		35	35	107	72
TOTAL	368	285	- 83	484	199
COAMIG até 50	614	1.483	869	1.466	- 17
51- 100	865	390	- 475	427	37
101-500	796	578	- 218	255	- 323
+500		245	245	200	- 45
TOTAL	2.275	2.696	+ 421	2.348	- 348
COAMO até 50	16.205	30.654	14 449	15.432	- 15 222
51- 100	4.497	1.277	- 3 220	2.430	1153
101-500	735	0	735	2.173	2.173
+500		-	-	-	-
TOTAL	21.437	31.931	+ 10.494	20.385	- 11.546
COAGRI até 30	-	-	-	2.812	-

Fonte: Banco de Dados Emater/Ocepar.

Entre 1990 e 1995, observa-se uma redução do número de associados em todas as cooperativas com exceção da AGRÁRIA e da COAGRI.

A cooperativa AGRÁRIA, situada em Entre Rios, deve-se esclarecer, constitui um caso particular. É formada por descendentes de alemães que ao imigrarem recentemente para a região, conforme explicitado anteriormente, formaram uma colônia de segregação étnica. Outra cooperativa que se diferencia das demais é a COAGRI, surgida em 1993. Fundada com objetivo de atender agricultores assentados, ex-participantes do Movimento dos Sem-Terras,

esta cooperativa conta hoje com a participação de outros agricultores. Seu quadro de associados é formado apenas por agricultores familiares com estabelecimentos de até 30 alqueires.

Ao analisarmos os estratos de área com até 50 ha, constata-se que de 1985 a 1990 a CAMILAS reduziu 43 % de associados, enquanto a COAMO e a COAMIG aumentaram seu número. O aumento na participação de pequenos estabelecimentos completa as análises realizadas anteriormente quando constatamos que na região que compreende a área de atuação destas cooperativas houve um aumento no número de estabelecimentos em 1985, enquanto nas demais áreas do Paraná há uma redução. Se tomarmos o período seguinte, entre 1990 e 1995, observamos uma redução no quadro de associados da COAMIG e em especial da COAMO, a maior cooperativa da região. Esta reduziu em 50 % a participação dos agricultores com áreas até 50 ha. Um aumento do número de associados com área até 50 ha é observado na CAMILAS. Essa variação positiva pode ser justificada pelas áreas de assentamentos que surgiram na área de atuação desta organização.

O que os dados sobre o quadro de associados das cooperativas tende a indicar é que não somente se reduz o número de pequenos agricultores em função do esvaziamento do campo, mas também em função da exclusão daqueles produtores considerados ineficientes ou “inviáveis” sob o ponto de vista econômico - a partir de uma determinada escala. A leitura é ratificada pelas observações que anotamos em campo, durante o processo de coleta de informações fornecidas pelos agricultores. Esse mesmo processo se constata na relação com a agroindústria. Embora não tenhamos dados, as informações obtidas nos indicam que no caso da suinocultura, as agroindústrias privilegiam o contrato com agricultores terminadores (etapa final do suíno tipo carne para abate) e iniciadores (os criadores de leitões) e não com os que realizam produção de ciclo completo, como já foi costume. O privilegiamento deste tipo de modalidade contratual já foi constatado por FERREIRA (1995) ao estudar as relações suinocultores-agroindústria.

Da nossa análise acima decorre que existem dois processos que estão na raiz do êxodo rural, principalmente dos agricultores de estabelecimento com menor de 50 ha. Um de expropriação e outro de exclusão. São estes dois processos - principalmente o segundo, porque o agricultor ainda detém a propriedade da terra - os que motivam os agricultores a se mobilizar em torno de um projeto que lhes proporcione integração social e preservação de suas condições de vida no campo.

2. OS AGRICULTORES PESQUISADOS, SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA E O MUNDO DA VIDA RURAL

O alvo desta pesquisa é o grupo de produtores pertencente ao segmento da população rural mais suscetível de ser expropriado. São agricultores que ainda detêm a propriedade da terra e produzem prioritariamente com força de trabalho familiar. No sentido genérico do termo, trata-se, segundo estudos recentes, de “agricultores familiares” (LAMARCHE, 1992). Quem são, como vivem estes agricultores e como organizam sua produção diante de um mercado competitivo e globalizado? Passaremos a analisá-los, considerando primeiramente os aspectos relativos à sua identidade, seu universo vivencial e em seguida os aspectos relacionados à organização da produção e mercado.

2.1. Os agricultores e o mundo da vida rural

Os agricultores familiares, enquanto pequenos produtores que preservam uma certa “condição camponesa”, reproduzem um universo simbólico próprio de uma vida rural. Sob o ponto de vista cultural, o mundo da vida rural é o mundo que os identifica entre si e os diferencia de outras categorias, à medida que seus padrões de orientação são socialmente internalizados e por isso intersubjetivamente compartilhado. É o mundo da tradição, da sabedoria popular que se orienta pelo ritmo da natureza, pela interpretação de seus signos e que considera os limites naturais, muitas vezes, leis divinas. Mas a reprodução do mundo da vida rural, enquanto reprodução simbólica, não é imutável e impermeável aos valores da civilização urbana. A urbanização do rural na sociedade contemporânea se acelera em função da presença dos meios de comunicação de massa, da integração ao mercado globalizado, da expansão da racionalidade instrumental que avança no sentido de transformar um mundo que lhe é adverso culturalmente.

Diante desse processo de destruição e de transformação do mundo tradicional, tido como uma condição para a sociedade de livre mercado, como identificado por Polany na Inglaterra no alvorecer da sociedade industrial, pode-se questionar se o mundo rural caminha em direção à perda de sua identidade ou se é possível construir uma nova ruralidade nos marcos da sociedade moderna, urbanizada. Alguns estudiosos se posicionam de forma

indiferente diante de uma sociedade tida como transformada em um mercado de bens de consumo e massificada culturalmente. Há sociedades modernizadas, porém, em que o imaginário social não concebe que se possa viver sem o mundo rural, e por isso políticas sociais tendem a preservá-lo e recriá-lo socialmente (BILLAUD, 1995).

Na nossa sociedade, qual o sentido da permanência do rural? Embora este trabalho não pretenda aprofundar essa questão, os elementos que passaremos a abordar podem contribuir com essa temática e ao mesmo tempo indicam o grau de desintegração do mundo da vida rural e seu papel na vida cultural dos agricultores.

A análise dos agricultores entrevistados, na sua relação com o mundo da vida, constata uma identidade típica de um mundo agrário dotado de uma certa especificidade, sendo a RURECO a expressão de um movimento que visa preservar as condições materiais e socioculturais de sua existência.

2.1.1. A origem étnica dos agricultores

O primeiro componente relacionado com a identidade dos agricultores refere-se à sua origem étnica. Nesse sentido, conforme já assinalado anteriormente, a região tem na sua pirâmide social uma base populacional de maioria cabocla.

Tabela 4. Origem étnica dos agricultores entrevistados, segundo os municípios e grupos orientados (%).

Municípios	Caboclo	Polonês	Alemão	Italiano	Outros*	Total
Turvo	7,0	1,0	6,0	5,0	2,0	21,0
Nova Tebas	10,0	-	-	3,0	1,0	14,0
Pinhão	18,0	5,0	9,0	4,0	1,0	37,0
Laranjeiras do Sul	10,0	2,0	7,0	7,0	2,0	28,0
Total	45,0	8,0	22,0	19,0	6,0	100,0
Grupos orientados						
RURECO	50,0	8,0	22,0	18,0	2,0	100,0
Outros	40,0	8,0	22,0	20,0	10,0	100,0
S/orientação	57,1	21,4	7,1	7,1	7,1	100,0
EMATER	37,2	4,7	32,6	18,6	7,0	100,0
Agroindust.	52,4	9,5	14,3	19,0	4,8	100,0
Cooperativa	17,9	3,6	39,3	28,6	10,7	100,0
COAGRI	25,0	12,5	37,5	25,0	-	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

* Francês, Ucraino, Uruguaio, Árabe

Entre os agricultores entrevistados, é significativo o número de caboclos²⁵, principalmente no município de Pinhão, conforme nos indica a tabela acima (Tabela 4). Igualmente no município de Nova Tebas, mais ao norte da região, observam-se agricultores descendentes de caboclos, não havendo praticamente representantes das correntes migratórias vindos do sul.

Mas, mesmo com uma população de maioria cabocla, esta categoria tem o maior percentual de desassistidos pelos órgãos de assistência técnica. Como se pode observar, entre os componentes do grupo “sem orientação”, 57,1 % são caboclos, seguido dos poloneses (21,4 %) que constituem a segunda categoria mais marginalizada²⁶. Se por um lado, constata-

²⁵ Se considerou como caboclos aqueles que assim se identificavam, ou aqueles que, mesmo lembrando ser descendentes de imigrantes, não conheciam nenhum costume e jamais praticaram a língua de origem: vivem portanto a cultura cabocla. Os que se dizem de origem estrangeira são descendentes de segunda ou terceira geração, ou seja, de avós ou bisavós estrangeiros. São agricultores que assimilaram a cultura cabocla mas que de alguma forma ainda lembram ou praticam costumes de seus antecedentes.

²⁶ Esta análise refere-se apenas a uma projeção de “tendência”, uma vez que as categorias não são representadas na mesma proporção da RURECO. A amostragem proporcional (50 + 50) totalizando 100 unidades, conforme

se um percentual maior de assistidos de origem cabocla entre todas as entidades, por outro, há uma certa preferência pelos alemães e italianos, que quando somados ultrapassam os caboclos, salvo nos casos da RURECO e das agroindústrias.

Os dados da tabela 4 indicam ser a diversidade étnica a marca desta região, cujos primeiros ocupantes foram índios e caboclos, aos quais se somaram imigrantes procedentes de outros estados, regiões e até mesmo países. Dado que todas as correntes migratórias partiram, normalmente, da periferia em direção ao centro do estado do Paraná, a região centro-oeste constitui uma das últimas a ser ocupada. Encontramos muitos agricultores que já não procediam de outros estados, mas do próprio Paraná. Eles são descendentes de agricultores que se estabeleceram no sudoeste/oeste, ou daqueles da região tradicional (de Irati e Prudentópolis), ou ainda do norte do estado. Muitos dos que se estabeleceram nesses municípios só foram tardiamente atingidos pelos serviços que possibilitaram sua integração na economia de mercado e na sociedade, outros foram e continuam sendo excluídos.

Embora haja um grau de miscigenação racial considerável, podem-se encontrar comunidades onde uma certa tradição relacionada a uma cultura ainda predomina. A cultura cabocla, por exemplo, faz-se perceber mais claramente no município de Pinhão. Neste município, encontramos verdadeiros redutos de caboclos, que encurralados pelo processo de modernização reproduzem um modo de vida bastante particular.

Em razão da maior parte da população regional ser de origem cabocla, e dado sua influência na formação do “mundo da vida” dos agricultores, tentaremos caracterizar em seguida, com auxílio da bibliografia existente, o modo de ser e de viver deste personagem que, preservando uma certa identidade cultural, pode ser identificado como nativo da região.

A identidade cabocla

Ao praticar sua atividade, os agricultores aprendem a fazer uma determinada leitura do movimento dos fenômenos naturais, construindo símbolos e signos que refletem uma visão de mundo particular. Ao mesmo tempo, esta visão de mundo se constitui como um tipo de saber útil para sua profissão. Porém, entre os elementos do mundo natural, a relação com a terra assume importância das mais relevantes, na determinação das suas condições do ser. A importância dada à terra pelo camponês de ontem e pelo agricultor familiar de hoje assume um significado conservador quando enfocado pelo seu apego à terra, ou seu enraizamento

“procedimentos de pesquisa” explicitada na introdução, corresponde a um universo subcategorizado em RURECO E OUTROS.

(EIZNER,1972; ALPHANDÉRY,1992). É preciso entender, contudo, que a terra é a condição primeira de sua existência, e ao mesmo tempo “matéria prima, instrumento de trabalho e fruto” (MARX: 1986, p.86). A terra “é a própria vida”, diria uma agricultora ²⁷. Nessa perspectiva a terra não serve apenas de recurso instrumental da produção e assume um sentido que não é apenas econômico, embora também o seja, mas simbólico e cultural, no sentido de um patrimônio, como demonstrou WANDERLEY (1989). Poder-se-ia dizer que a terra, como produto do trabalho, é uma extensão do que é ser agricultor. Analisando-se a ocupação e a exploração da terra e seus resultados, como realizado anteriormente, podemos obter uma fotografia ou um primeiro diagnóstico do “ser agricultor”. Todavia gostaríamos de salientar outro aspecto além da terra-trabalho, ou terra produtiva, uma vez que ocupação da terra não somente deve ser analisada enquanto espaço de produção, mas também enquanto espaço de vida.

A terra é o lugar em que se planta, mas também o lugar em que se vive. O agricultor vive na “roça”, nos “ranchos ou paiol”, no pátio, no quintal e na casa. Ele habita a sua propriedade, ou seja, o campo é seu *habitat*. Ele vai moldando o seu habitat a seu modo, de acordo com suas ferramentas, seu conhecimento, sua tradição, ou sua sabedoria herdada e modificada com as circunstâncias; com sua interpretação do mundo, com seu trabalho profissional e com sua arte de reconstruir a natureza. A casa é seu entorno, é como a expressão central de seu habitat, por isso a sede da propriedade, como dita normalmente. Ela representa um símbolo, que não se pode deixar de levar em conta. A organização desse espaço central expressa uma certa lógica, um certo padrão de racionalidade, que define subjacentemente um “jeito” de ser. Assim é que chegamos culturalmente a uma tradição de origem estrangeira, mineira ou cabocla, como já nos referimos.

²⁷ A terra também já foi definida como “a morada da vida”, conforme HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de, A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



Posseiro caboclo

A casa do caboclo posseiro típico da região não possui cerca para separar as terras de produção, ou de trabalho. A “sede”, revela uma forma meio indisciplinada de organizar o espaço, no sentido de ausência de rigor na separação das diferentes áreas. A organização da sede se assemelha à do mineiro, o qual no entanto organiza e explora mais intensivamente a terra de produção. Este último, embora tenha raízes semelhantes às do caboclo, constitui o imigrante que veio para a região com o objetivo de explorar a terra, visando conquistar condições melhores das que já experimentou. Ele tinha portanto um projeto de se realizar economicamente.



Imigrante mineiro

Os caboclos, ou os “nativos”, como dizem os imigrantes, no entanto, movidos por objetivos diferentes, plantam para sobrevivência. São agricultores que vivem em terra cuja posse encontra-se em litígio. A demarcação das áreas é recente e foi realizada após a organização do movimento de posseiros no local. Antes viviam em faxinais, onde áreas comuns eram destinadas à criação conjunta de animais e somente a área de lavoura era cercada. Nessas áreas normalmente viviam famílias que, ligadas pela relação de parentesco, muitas vezes emprestavam seu nome à comunidade. Até hoje, ainda pode se localizar o Faxinal dos Mello, Faxinal dos Ferreira, Faxinal dos Couto. Eles praticam uma agricultura, que pode ser denominada tradicional.

O caboclo típico, em sua grande maioria, é um agrossilvicultor, porque extrai a erva-mate e planta para subsistência. Já não pode mais extrair madeira, pois depende da autorização do IBAMA, que por sua vez dá autorizações somente à madeireira local. Assim, em grande parte sobrevive da erva-mate e da venda de algumas sobras. Quando necessita de algum dinheiro a mais para compra de roupa, utensílios domésticos ou ferramenta, ou por ocasião de alguma doença, vende um animal.

Reproduzindo-se mediante um sistema de produção quase que extrativo, o caboclo convive com o ambiente natural de forma mais harmoniosa, quase em simbiose com a natureza. Sua propriedade é quase toda coberta de florestas, pois para o plantio de feijão, arroz, e outros alimentos não precisa de grandes áreas, uma vez que o faz para subsistência. A erva-mate se reproduz na mata. Poucos a cultivam de forma intensiva. Pode-se afirmar assim, como GEHLEN (1995), que o caboclo é “respeitoso ao patrimônio ambiental”, e nesse sentido distinto de outras categorias “estranhas” ao ambiente regional. O respeito ao meio ambiente e a forma como mantém sua relação com a natureza certamente está relacionada com a história de sua ocupação regional. As condições mais adequadas de sobrevivência foram encontradas nas regiões das matas e não dos campos. Desta forma, a base material da vida cabocla originalmente esteve apoiada nos recursos da floresta e não em um sistema de cultivo agrícola (ABRAMOVAY, 1981).

O espaço onde o caboclo mora, pouco cultivado, é caracterizado pelo rústico, pela simplicidade. Quando cultivam plantas ou flores, os caboclos o fazem em canteiros ao redor da casa ou lugares próximos. Não existe um quintal ou um jardim classicamente organizado nas formas de um retângulo ou de quadrado, como no caso típico do agricultor imigrante de origem ucraina, por exemplo, como na foto.



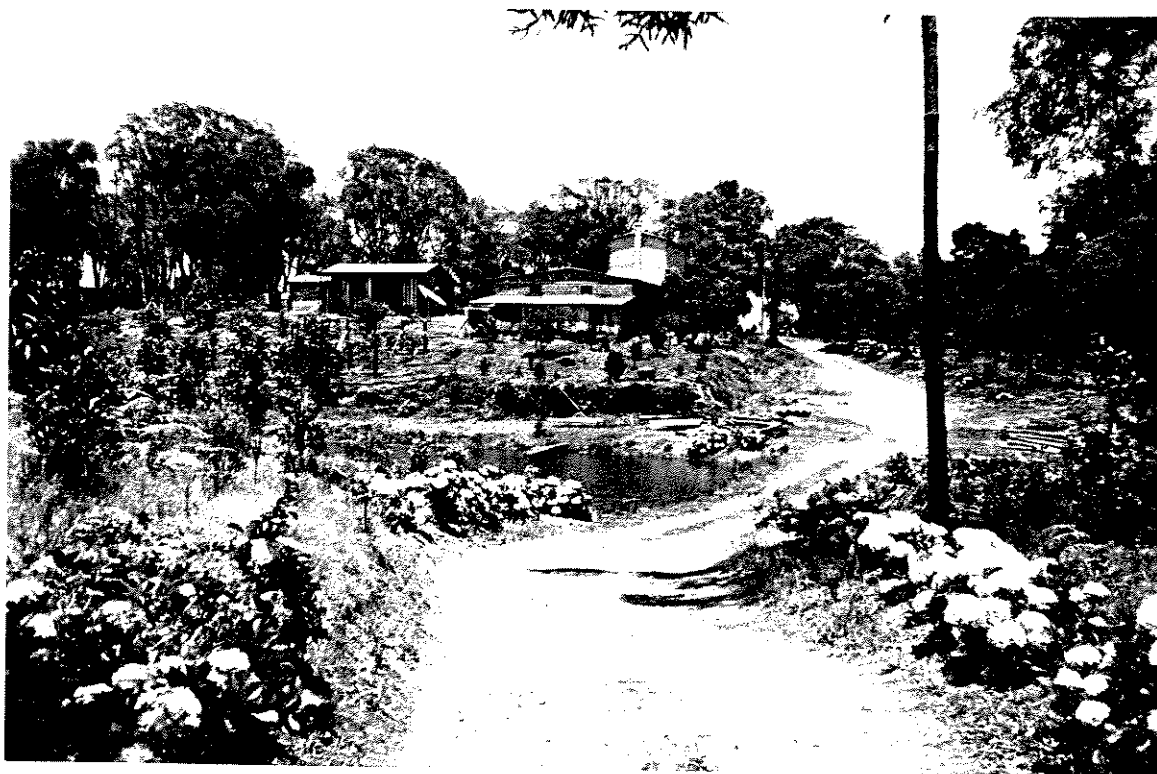
Imigrante ucraino.

A forma de o caboclo - válida também em certo sentido para o mineiro - ocupar o espaço lembra o que Sérgio Buarque de Holanda observa em relação às cidades que os portugueses construíram: “não chega a contradizer o quadro da natureza” (HOLANDA, 1978, p. 78). O jeito “à vontade” do caboclo, na realidade, expressa o espírito liberal português, assimilado pelo brasileiro e que se diferencia do método, do rigor e da disciplina dos demais povos europeus. Esta forma de ser revela ao mesmo tempo um padrão de racionalidade que se diferencia daquele “ethos” que coloca o trabalho acima de outras formas de realização pessoal. A “paciência” do caboclo, “que traduz a calma, a adaptação ao ritmo da natureza, a tranqüilidade de espírito”, (ROCHE, 1969, p. 650), e um certo “desleixo”, que HOLANDA (1978 p 76), citando Aubry Bell²⁸, considerou “tipicamente português”, podem ser interpretados como um padrão valorativo, que vinculam a racionalidade econômica a uma certa realização pessoal, onde os valores culturais definem o limite do econômico.

A organização do espaço das sedes de propriedade e a construção das casas da maioria dos agricultores da região trazem a marca do caboclo, de “pessoas de vida mais simples” (WACHOWICZ, 1985) e de certa forma da assimilação de sua cultura de um lado, e da preservação da cultura do imigrante de outro. Contudo, em alguns casos o caboclo ainda é “símbolo de inferioridade cultural”, conforme identificado por WILLEMS (1946)²⁹ nas regiões tradicionais de colonização alemã. Desta forma o imigrante é sempre referência, para se exemplificar a disciplina, a persistência e o trabalho planejado.

²⁸ Aubry Bell, *Portugal of the Portuguese* (Londres, 1915), pág. 11.

²⁹ Emílio Willems, um clássico dos estudos de assimilação e aculturação dos alemães no Brasil, estudou a colonização do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ver também WEIBEL, Leo. *Princípios da colonização européia no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, 19(2)



Imigrante do Rio Grande do Sul (alemão)

A aculturação dos alemães pode ser percebida nas casas de madeira sem vidraça, no jardim com formas irregulares, conforme na foto, ou ainda no hábito de tomar chimarrão, na cura de doenças à maneira do caboclo, entre outras práticas .

2.1.2. A terra e o estabelecimento familiar

Condição primeira da existência da produção familiar, a posse da terra é central tanto para a constituição da identidade de agricultor como para organizar tecnicamente a produção. A situação do agricultor em relação à propriedade da terra define a sua estratégia de sobrevivência e determina as suas condições de reprodutibilidade. No caso pesquisado, os agricultores, em sua maioria, vêm de outro lugar em busca de terra para se reproduzir socialmente. A tabela seguinte nos oferece alguns dados sobre a situação dos agricultores em relação à terra.

Tabela 6. Agricultores entrevistados, segundo a posse da terra, estrato de área, forma de aquisição de propriedade, área adquirida nos últimos 5 anos

Posse da terra	Frequência	Porcentagem
Proprietário	84	84,0
Arrendatário	7	7,0
Parceiro	2	2,0
Ocupante	1	1,0
Posseiro	6	6,0
Estrato de área (alqueires)		
1,5 - 20	81	81,0
20 - 40	12	12,0
40 - 60	2	2,0
60 - 80	3	3,0
+ 80	2	2,0
Forma de aquisição de propriedade		
Herança e compra	78	78,0
MST e Posse	21	21,0
Posse e compra	1	1,0
Área adquirida nos últimos 5 anos		
1,5 - 5,0	5	5,0
6,0 - 11,0	6	6,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

Entre os instalados na região, 84 % dos agricultores detêm o domínio da posse da terra, isto é, são proprietários de uma área que varia entre 1,5 a 20 alqueires para 81 %.

A forma de aquisição da propriedade é relativamente diversa. Entre os agricultores entrevistados, 78 % o fizeram através da herança e da compra, e 21 % através da posse e do Movimento dos Sem-Terra. No momento, dois fatores dificultam o acesso à terra para os agricultores familiares: primeiro, a falta de capital; segundo, a escassez da oferta de terras disponíveis na região. Embora a região disponha de extensas áreas não cultivadas e até com reservas florestais, o seu acesso está bloqueado, mesmo que seja para produzir para subsistência. Isto porque se, por um lado, a terra não está ocupada produtivamente, por outro, ela já tem dono e dessa maneira a sua compra está submetida às regras do mercado

imobiliário. Essa situação, de existência de áreas de terras tituladas mas não produtivas, explica a pressão dos posseiros e do Movimento dos Sem-Terra - MST, (21%) -, única maneira de se obter terra em uma situação em que o cerco à reprodução da propriedade familiar aumenta.

A possibilidade de expansão e constituição de um “patrimônio fundiário familiar”, condição que viria assegurar aos filhos dos agricultores a continuidade do exercício da profissão de agricultor, é uma perspectiva que encontra limites, diante da situação acima referida.. Mesmo se considerarmos um processo interno de diferenciação social, a estratégia dos melhores posicionados economicamente seria a compra gradual de pequenas áreas de agricultores vizinhos. Esta tendência no entanto não se verifica. Nos últimos 5 anos, somente 11% dos agricultores entrevistados conseguiram aumentar o tamanho de sua propriedade.

Se considerarmos que os agricultores que compraram terra situam-se entre os estratos superiores, o tamanho das áreas incorporadas é relativamente pequeno. Essa situação parece demonstrar por um lado, uma conjuntura de crise na agricultura, uma vez que não há demanda por terras e por outro, uma certa estabilidade na estrutura de distribuição fundiária.

2.1.3. As condições de vida no campo: as bases materiais da reorganização de um modo de vida

A análise anterior identifica um agricultor proprietário de pequenas áreas de terra que, embora sendo produto de uma miscigenação étnica, vive num espaço social onde predomina a cultura cabocla. Esta, contudo, sofre um processo de ajustamento que não ocorre apenas entre caboclos e outras etnias mas também entre um modo de vida rural e um modo de vida urbano. Esse ajustamento se expressa primeiramente nas condições de vida material que já incorporam os progressos da civilização urbano-industrial, seja através do consumo de instrumentos e meios modernos de produção, seja através do consumo de objetos pessoais, equipamentos eletrônicos, bens industriais de natureza diversa, enfim.

O “modo de vida”, é entendido como sendo a expressão de um “ser cultural”, e das condições de vida material . O modo de viver é determinado pelas condições culturais e materiais, e ao mesmo tempo determinante na definição do espaço em que se vive: a casa, o alimento, a informação que se busca, os meios de proteção, enfim os bens materiais. Assim como as condições materiais e culturais estão interrelacionadas, modo de vida e condições de

vida também o estão. O modo de vida é então a expressão cultural das condições materiais e culturais de existência.

Passaremos a analisar alguns indicadores (tabela 7) que denotam as condições de vida no campo. A moradia, os meios de comunicação, de locomoção, os serviços de educação (grau de formação e instrução) e de saúde indicam as condições materiais do processo de reorganização da vida dos agricultores da região.

Tabela 7. Condições de vida dos agricultores entrevistados.

Moradia	Frequência	Porcentagem
Madeira precária s/ eletrodom	6	6,0
Madeira precária c/ eletrodom	3	3,0
Madeira razoável s/eletrodom.	18	18,0
Madeira razoável c/ eletrodo.	15	15,0
Madeira boa s/ eletrodom.	6	6,0
Madeira boa c/ eletrodom.	41	41,0
Alvenaria c/ eletrodoméstico	9	9,0
Mista c/ eletrodoméstico	2	2,0
Meios de comunicação		
De massa (rádio e TV)	19	19,0
De grupo(reuniões e palestras)	3	3,0
De massa e de grupo	19	19,0
De massa, grupo, revistas e periódicos	59	59,0
Grau de instrução		
Primeiro grau	88	88,0
Segundo grau	11	11,0
Sem instrução	1	1,0
Meios de locomoção		
Tradicional (cavalo e carroça)	7	7,0
Veículo próprio	38	38,0
Ônibus	16	16,0
Tradicionais e Ônibus	33	33,0
Outros	4	4,0
Assistência à saúde		
Médico	18	18,0
Dentista	3	3,0
Médico e dentista	65	65,0
Sem assistência	11	11,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

A **moradia** em que vivem os agricultores é definida principalmente por casas de madeira, extraída do “pinheiro”, árvore que existia em abundância na região e tornava a construção mais barata. As casas em sua maioria são de madeira, em condições que variam de razoável a boa.

Em mais da metade das categorias entrevistadas, é comum a existência de eletrodomésticos, cuja aquisição depende do acesso à rede de energia elétrica. Praticamente a metade dos agricultores entrevistados vive sob boas condições de moradia e desfrutando de eletrodomésticos.

Entre os **meios de comunicação**, sem dúvida os de massa (rádio e TV) merecem destaque, não apenas pela quantidade de produtores que a possuem (97%) mas pelo que ela significa em termos de mudança de valores, de hábitos, de necessidades de consumo, de novas formas de ver o mundo em sua relação com o exterior. Após o acesso à energia elétrica, a televisão normalmente é um dos primeiros aparelhos a se adquirir. O conflito entre pais e filhos em muitas situações é explícito, levando os pais a imporem restrições quanto a assistir determinados programas, como as novelas. Daí o fato de encontrarmos casos em que os agricultores, mesmo podendo adquirir um aparelho, recusavam-se a comprá-lo.

Com uma frequência quase atingindo os meios de comunicação de massa, os meios de grupo (reuniões e palestras) constituem formas de buscar conhecimentos técnicos. Isto demonstra a importância dada pelos agricultores ao aperfeiçoamento técnico através de métodos grupais. Deve-se observar que, embora entidades como EMATER, à semelhança da RURECO, privilegiem métodos de orientação em grupo, outras como as agroindústrias e cooperativas fazem orientação através das chamadas visitas técnicas. Salvo aqueles produtores não orientados, não se pode afirmar então, que os agricultores de outras instituições recebem menos orientações técnicas de forma direta do que os agricultores da rede RURECO.

A importância dada à orientação técnica ou à formação profissional informal permanente, contudo, não corresponde àquela orientada para a **instrução escolar**. Somente 11 % dos agricultores entrevistados possuem segundo grau. A prioridade dado ao trabalho relaciona-se com a necessidades de mão-de-obra familiar para a realização das atividades agrícolas. Hoje, porém, em diversos casos os agricultores começam a considerar a formação dos filhos como parte integrante de seus projetos, como se verá no capítulo IV.

Em relação ao transporte pessoal, 49% se locomove através de ônibus, 38 % possuem veículos próprios e 33 % usam meios tradicionais (carroça e cavalo) e ônibus. De certa forma

é expressiva a **modernização dos meios de locomoção**, se considerarmos o transporte motorizado individual ou coletivo (38 % e 49%, respectivamente). Também em relação ao atendimento dos serviços de **saúde coletiva**, é significativo que apenas 11% dos entrevistados não tenham acesso a qualquer serviço de saúde pública.

De modo geral, pode-se afirmar que as condições de vida dos entrevistados não são ruins. Em todos os itens analisados, salvo grau de instrução, os índices na faixa que compreende um maior grau de precariedade não ultrapassam 10%.

Por último vale fazer algumas considerações sobre o **padrão alimentar** da população entrevistada. Embora não tenhamos ajustado técnicas para pesquisar a qualidade alimentar dos agricultores, os dados relativos à produção de alimentos para o autoconsumo (tabela 14 e 15) mostram que leite, aves, hortaliças e frutas, em maior grau (acima de 88 %) e feijão e arroz em grau menor (praticamente acima da metade) são explorados pelos entrevistados. Além disso, deve-se mencionar que a participação em algumas refeições quando, eventualmente convidado, por ocasião da realização das entrevistas, mostrou que os agricultores não se alimentam mal, mesmo aqueles que se encontram nas piores condições econômicas. As informações obtidas junto aos técnicos também confirmam que ao tradicional prato (almoço e janta) composto de arroz e feijão, nunca falta a “mistura”, que é composta por carne (galinha ou porco, normalmente), torresmo, legume ou uma salada.

2.1.4. Organização social e política

Se a base material de moradia e sustentação da vida dos agricultores está localizada no meio rural de forma dispersa, as estruturas físicas de instituições sociais como igreja, escola, lazer, que dão suporte à reprodução sociocultural e organizam a vida social se encontram nas sedes dos núcleos comunitários. A comunidade, então, corresponde ao que Maria Izaura denominou bairro rural ou **“grupo de vizinhança”**. “O sitiante brasileiro habita em suas terras; as casas de uma zona de sítios estão dispersas em torno de pequeno núcleo central, constituído por capela vendinha, duas ou três habitações , que formam como que a “capital” de um grupo de vizinhança” (QUEIROZ: 1973 p 50). Os núcleos comunitários, ou comunidades, são locais onde encontramos uma infra-estrutura social necessária à reprodução social dos grupos. Há sempre necessidade de um **mínimo de instituições sociais** para se promover o processo de socialização³⁰.

³⁰ Inspiramo-nos na noção de mínimos sociais, conforme abordado por Antonio Candido, em “Os parceiros do Rio Bonito”, embora as condições de vida dos agricultores investigados sejam diferentes.

Tabela 8. Agricultores entrevistados segundo o acesso a infra-estrutura de base comunitária (%)

	Igreja	Escola	Lazer	Igreja e Escola	Igreja e Esc.Lazer	Igr.Esc.La P. Saúde	Igr.Esc.La PS.Telef.
Entrevist.	5,0	1,0	5,0	16,0	42,0	23,0	6,0

Fonte: Pesquisa de campo 95/96

Consideramos para esta investigação que a reprodução social dos agricultores requer, nas condições atuais, no mínimo uma instituição de base material. Assim sendo, somente 11% dos agricultores vivem em condições de sociabilidade que poderíamos considerar precárias, uma vez que convivem apenas em torno da igreja, ou da escola, ou de um espaço de lazer. Há um número considerável de agricultores (29%) que desfrutam de uma infra-estrutura comunitária que além da igreja, escola e espaço de lazer, dispõem de posto de saúde local e telefone comunitário. Mas, a maioria (58 %) convive apenas com instituições tradicionais.

Além das instituições acima analisadas não se pode deixar de mencionar que comunidade é também o local por excelência da **prática da solidariedade** (CANDIDO:1975), **o local a que se pertence**, (FRANCO:1992). A solidariedade é exercida na forma de troca de dias de serviços na organização do trabalho por 39 % dos trabalhadores entrevistados. O mutirão, no sentido de envolver a comunidade mais ampla, constitui uma prática usada apenas para construção de obras comunitárias, como igreja, reforma na escola, ou até infra-estrutura de lazer.

O espaço da comunidade é um espaço social, onde se definem as condições econômicas e sociais da produção e reprodução e a partir das qual se constrói uma identidade sociocultural e se organizam as bases de uma representação política dos agricultores.

a) As organizações comunitárias

Os elementos estruturantes da vida comunitária correspondem a experiências coletivas que tem raízes no passado de lutas, de organização de movimentos, mas que são recriados um função da necessidade histórica dos atores se realizarem enquanto sujeitos sociais e políticos. E é nesta perspectiva que um mesmo agricultor participa de instituições que correspondem a várias dimensões de sua realização.

Tabela 9. Participação dos agricultores entrevistados em organismos sociais(%).

Natureza da Participação	Assoc. Relig. Recrea e cult	Associação Comercial	Cooperativa	Sindicato	Partido Político
Sócio	71,0	55,0	49,0	59,0	36,0
Reunião	63,0	45,0	30,0	30,0	14,0
Evento	48,0	12,0	4,0	8,0	4,0
Direção	41,0	15,0	9,0	13,0	6,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

A participação de 71 % dos agricultores em organizações do tipo comunitário(religioso, recreativo e cultural) revela a importância sociocultural de instituições, que se situam mais próximas e que se incluem no que chamamos grupos de referência, a partir dos quais os agricultores constroem sua identidade sociocultural e as bases de sua representação política. Esses grupos normalmente estão ligados a instituições, que promovem a integração social e encurtam distâncias sociais entre grupos. São grupos ligados à Igreja, à realização de festas ou eventos religiosos, e a atividades de lazer. No grupo comunitário, entendido como o grupo social mais amplo da comunidade, a Igreja, sem dúvida ainda exerce papel central. Ela atrai não somente fiéis de uma religião, mas congrega atividades culturais e sociorrecreativas. Assim em torno da Igreja o galpão de festas, o campo de futebol, a escola. Dificilmente encontramos uma comunidade sem Igreja. Sua ausência pode ser interpretada como sinal de uma comunidade desintegrada ou em desintegração.

Estreitamente ligada à igreja, à festa do padroeiro, à celebração de dias santos, e de tradições culturais, nos fornecem indicações interessantes. Entre as tradições a Festa do Divino, a Dança de São Gonçalo, são lembradas por famílias, principalmente de comunidades caboclas. Em outras comunidades, onde já ocorre uma certa miscegenação cultural, estas manifestações folclóricas são lembradas como fatos do passado. Nestas, estas formas de manifestações culturais foram substituídas por outras, modernizadas por conjuntos musicais que hoje ocupam o lugar dos dançarinos romeiros.

Com a chegada de colonos, vindos de outro estado ou mesmo de outras regiões do estado, houve uma alteração na composição orgânica da comunidade. Os costumes e práticas culturais do imigrante fez dele um estranho para os caboclos, que se recolhendo nas suas tradições não conseguiu passá-las para o imigrante. Vivendo de forma dispersa o caboclo

posseiro muitas vezes se retirava gradualmente, sendo encurralados pelos imigrantes que reforçados pelos hábitos de sua colônia conseguiram se impor de tal forma na região a ponto de fazer surgir uma nova comunidade, no sentido da prática de outras tradições. Assim é possível encontrar comunidades de agricultores pertencentes a uma mesma etnia como dos Ucrâinos, dos Alemães, e comunidades de etnias diversas. A Igreja pode se constituir num indicativo, para se identificar a etnia que detém hegemonia cultural.



Igreja em comunidade ucrâina

Se tomarmos as tradições ou as manifestações culturais como indicativos da preservação e da manutenção de uma certa cultura, verificaremos que a cultura cabocla está dando lugar a uma outra, de difícil qualificação.

Nas comunidades de miscigenação cultural, a Dança de São Gonçalo desaparece, não há hegemonia do caboclo, mas também não se pode dizer que o caboclo assimilou as práticas ucrâinas, ou alemãs, ou outras. Em certo sentido, há um certo ajustamento cultural, onde o alemão já é mais caboclo e o caboclo talvez mais próximo dos padrões da sociedade em geral. É na perspectiva, de um certo “acaboclamento”, que muitos se situam quando indagados sobre a sua origem étnica. Embora possam lembrar que pais ou avós falassem alemão ou outra

língua estrangeira, se dizem caboclos, por que se identificam na sua forma de se expressar, através da fala, do modo de vestir, de construir suas casas, revelando um processo de aculturação e assimilação cultural. Nestas condições há uma certa descaracterização cultural e tanto a cultura do caboclo quanto a do imigrante, dá lugar a um certo modo de ser próprio do campônio de modo geral, que os identifica por um lado, mas que por outro, reflete a assimilação de um padrão cada vez mais urbano e um modo de vida à brasileiro. Este lado é demonstrado principalmente pelos jovens que ao freqüentarem escolas urbanas, ou assimilando um padrão televisivo dificilmente se distingue de um jovem que vive na cidade. O agricultor também já não se identifica como brasileiro, descendente de alemão, ou de italiano, ou polonês, ou..., mas tão somente como brasileiro, conforma já constatado por WILLEMS (1946).

Este ajustamento cultural, também já demonstrado claramente em relação ao caipira de Bofete (CANDIDO, 1975), no entanto, não significa desintegração da vida comunitária, em praticamente 89 % dos entrevistados, considerando que 11% dos entrevistados convivem com apenas uma instituição (Tabela 8). Para os agricultores que compartilham o espaço das organizações comunitárias, as práticas culturais que se realizam na comunidade reforçam valores do grupo e preservam uma rede de relações face a face que os distingue do mundo exterior (MENDRAS, 1978). As atividades comunitárias, nesse sentido, valorizam positivamente a solidariedade, criam novas formas de integração (como a troca de dias, aquisição conjunta de mercadorias) fortalecem as instituições que os promovem e reforçam a identidade de grupo.

b) As Associações e Cooperativas

As associações e cooperativas, embora possam emergir em defesa de uma condição de vida rural, são organizações societárias e formas do agricultor se integrar no âmbito dos sistemas regulamentados pelo mercado e pelo poder.

A participação em cooperativas, que constitui uma prática solidária de realização econômica, se dá com menor intensidade que nas organizações comunitárias. Se expressa através de um índice menor (49 %).

A percepção que os pequenos agricultores têm em relação as cooperativas, é de que elas privilegiam grandes agricultores e empresários agrícolas modernizados. Nestes termos para os pequenos agricultores familiares, a cooperativa é uma organização seletiva, fechada, de difícil acesso.

[...]“ na cooperativa não tem como, chegar lá, reclamar ou sugerir. Na cooperativa, vem de pacote fechado, nas nossas organizações é discutido, debatido para depois chegar à conclusão. Na direção tem mais burocracia, na cooperativa. O presidente[...] se a cooperativa vai bem nunca sai de lá, se sair vai deixar um herdeiro um filho [...]não existe democracia. Ainda tem uma certa seleção em poder de produção, em vez de pegar 10 agricultores que produz 300 saca de milho, que daria 3000 sacos, então pega só um.” (grav. n.6).

A cooperativa é portanto uma organização de agricultores que nem sempre está sob seu controle. Como também já foi demonstrado por ARAÚJO (1982), à medida em que não há uma participação muito intensa de agricultores, como do tipo que estamos analisando, principalmente em cargos de direção, tende a ser vista como uma instituição que não difere, de uma agroindústria, ou de um intermediário atacadista.

Visando superar o problema da participação surgida nas cooperativas, os agricultores orientados pela RURECO organizaram associações de pequenos agricultores no âmbito dos municípios. Apesar da intensa participação dos agricultores/RURECO nas suas associações, a decisão de priorizar o comércio de produtos de consumo em geral, através da abertura de um estabelecimento comercial (denominado supermercado) na sede do Município, não vem sendo uma experiência bem sucedida, salvo exceções como no município do Turvo. O objetivo de comercializar alimentos e outros produtos de consumo diário para atender à demanda público urbano, além dos agricultores, visando obter recursos para financiar as atividade da associação (pagamento de técnicos que assistem os agricultores), foi a meta estabelecida por este tipo de empreendimento. Contudo, as dificuldades de ordem administrativa e de ordem financeira para enfrentar a concorrência vêm impedindo o atingimento desse propósito. Isto se dá primeiro, por não se ter encontrado uma direção e uma gerência qualificada dentro dos moldes requeridos por este tipo de empreendimento, uma vez que os agricultores estão habituados a uma outra lógica: a da gestão da unidade familiar de produção, conforme se demonstrará adiante. Um mercado requer uma direção, na perspectiva de uma racionalidade econômica de uma empresa capitalista para poder competir no mercado. Esta não é a regra através do qual se move, necessariamente, o modo de pensar do agricultor. Por força de sua experiência, os agricultores praticamente transferiram para o mercado o seu “jeito de ser” e de agir. Nesse sentido, a organização dos supermercados, por exemplo, mais considerava a informalidade do agricultor do que estratégias para atrair o público urbano. Muitos agricultores, por outro lado, acostumados com uma relação comercial tradicional, em que as despesas são anotadas em

caderno e pagas no final das safras, acabavam onerando seus próprios negócios com esta prática.

Observa-se, então, de um lado as cooperativas funcionando como empresas, mas distante dos agricultores, de outro, as Associações, próximas, envolvendo a participação ativa dos agricultores, porém carente de uma gestão nos moldes de uma empresa racionalmente competitiva.

c) Os Sindicatos e Partidos Políticos.

Tal como as associações e cooperativas, os sindicatos e partidos políticos permitem aos agricultores participarem das esferas regulamentadas pelo poder societário, cuja força extrapola o âmbito da comunidade.

O grau de participação em instituições de natureza política, como sindicatos e partidos políticos, revela uma acentuada mobilização política dos entrevistados (Tabela 9). 59% desses são sindicalizados e 36% são filiados a partidos políticos. O índice é expressivo, considerando que classicamente a sociologia sempre considerou o camponês como uma classe amorfa sob o ponto de vista político.

A apatia política do camponês, contudo, pode ser questionado dependendo do ponto de vista que se coloca. Se tomarmos como uma classe qualitativamente distinta, mas amorfa e subalterna aos interesses dominantes que desaparece com o desenvolvimento do capitalismo industrial, o camponês sem projetos políticos simplesmente não existe historicamente. Por outro lado, se o tomarmos em sua unidade microsocial e analisarmos a capacidade de ajustamento da forma familiar de produzir, verificaremos que “demonstra uma estabilidade excepcional em todo o mundo” (SHANIN, 1979). Enquanto categoria que prioriza as relações familiares e que tem no parentesco fator de amortecedor de conflitos (WOLF, 1976) os camponeses tem se demonstrado conservadores, acrescidos das características da passividade e da subalternidade (SHANIN, 1979). Mas, a estratégia adotada pelos camponeses de construir projetos ao nível microsocial, a partir de interesses imediatos, de resistirem a determinadas mudanças e de assumirem posições indiferentes em dada conjuntura político econômica os tem beneficiado praticamente (HOBBSAWN;s.d)

É preciso considerar que não é pelo fato do camponês de ontem não ter apresentado projetos políticos para a sociedade de modo geral, que o agricultor familiar de hoje não possa elaborar o seu projeto, e construir a sua utopia. Esta, através da reafirmação constante da sua organização - a comunitária -, parece constituir uma das suas razões de ser e de existir. Os

projetos camponeses, como a bibliografia tem demonstrado, pelo seu caráter fragmentado e pela diversidade de sua condição (SHANIN, 1979) não possuem uma articulação entre si, mas nem por isso deixam de se constituir como sendo projetos de seu interesse. É a partir dessa ótica, da ótica dos interesses dos participantes dos movimentos sociais e da conjuntura social, que os orientam, que modernamente apontam as análises na sociologia (PRZEWORSKI, 1989). Nesse sentido, a tarefa dos intelectuais consistiria em auxiliar os trabalhadores nos movimentos de construção e de realização de seus projetos, e não apenas criticá-los. Como bem afirma Touraine, em sua própria expressão, “os intelectuais deveriam ajudar os trabalhadores a se transformar em sujeitos” (TOURAINÉ:1992).

Os agricultores da região assessorados pela RURECO, a partir da organização comunitária, fizeram surgir movimentos como, dos jovens agricultores, das mulheres, dos posseiros. Entre estes, o que mais repercute na região é certamente o movimento dos posseiros (Resumo 1), dada a sua relação direta com a sobrevivência dos agricultores. Este movimento, pela sua importância, se confunde com o surgimento da Associação dos Agricultores de Pinhão, que por demanda dos posseiros os organiza politicamente no sentido de reivindicar seus direitos.

RESUMO 1 - MOVIMENTO DOS POSSEIROS DE PINHÃO.

Os posseiros, em sua maioria caboclos, viviam tranquilos numa região do município com vasta área de pinheiros, quando a partir dos anos setenta, a Madeireira Zattar, com objetivo de extrair madeira, começa a desenvolver várias estratégias no sentido de expulsar o posseiro. Indefeso, politicamente, os posseiros tentam resistir, mas a força da madeireira era maior, até que surge a organização do Movimento de Posseiros de Pinhão, constituído por mais ou menos 600 famílias. Desde a organização do movimento, segundo o depoimento do seu líder, várias conquistas foram obtidas. A luta já não ocorre através do confronto direto entre pistoleiros e posseiros, mas através de órgãos ligados ao INCRA e a Justiça, onde tramitam vários processos de regulamentação das propriedades. Apenas o reconhecimento da organização, enquanto interlocutora, já constitui uma vitória política, pois segundo o líder “o próprio fato de fazer com que o governo reconhecesse a nossa causa e até assumir, para nós já é uma conquista”.

Na realidade, os posseiros, através da mobilização de forma organizada, passaram a posicionar-se, enquanto sujeitos político, uma vez que a própria sociedade local, gradualmente vai mudando sua posição, até os reconhecer como legítimos em sua organização.

“A ideologia que Pinhão tinha, quando surgiu...(o movimento) os posseiros [...] até mesmo a AFATRUP(a associação) era vista como entidade de invasores, [...] tinha um preconceito muito grande em cima de nós. Até os cinco anos da AFATRUP, foi assim. Hoje não, hoje Pinhão vê a AFATRUP com bons olhos, é uma conquista. Até as pessoas da sede que são envolvidos com partidos mais progressistas estão procurando a gente, para conversar querendo discutir. As entidades também, que representam a classe também se mexeram a partir do nosso trabalho (Entr.12).

Participar de movimentos de luta pela terra, de organizações sociais e comunitárias, ou de grupos referenciais, é participar da construção de uma identidade social e política, e num outro nível participar coletivamente na construção de um modo de ser e de viver. As relações comunitárias são, então, definidoras um “modo de vida”, uma vez que a comunidade é “elemento central da realidade do camponês, pois ela exprime o modo possível de conceber a sua existência” (MARTINS, 1973).

2.2. Os agricultores, a unidade produtiva e a relação com o sistema

O mundo da vida rural, embora em transformação conforme verificado, é o espaço por excelência dos agricultores, que ao expressar a sua subjetividade, constrói um modo de vida particular e que lhe dá uma identidade. Contudo o agricultor, como qualquer ator social, não se realiza exclusivamente através e nesta dimensão. O complemento de sua realização não está no rural, mas fora dele, no âmbito da racionalidade do sistema global do sociedade.

É na sua relação com o sistema e considerando os seus recursos internos à unidade produtiva, que o agricultor familiar organiza sua produção e segundo a racionalidade econômico-instrumental, busca maior rentabilidade. A racionalidade econômica não se realiza sem o mercado, mas ao nível interno da unidade de produção “o elemento que organiza tecnicamente a produção é a mão-de-obra” (TCHAYANOV, 1990, p. 55). No caso da produção familiar a mão-de-obra não é buscada externamente no sistema, portando no mercado, mas está disponível, internamente, como força produtiva.

Verificaremos como os elementos da “forma familiar de produzir” estruturam funcionalmente a organização da produção a partir de sua força de trabalho e nesse sentido, compreenderemos o caráter e a dinâmica da sua agricultura, sem excluir as condições de mercado e as especificidades regionais.

2.2.1. O trabalho: o preço da autonomia

O agricultor familiar entrevistado, mais do que proprietário de uma área de terra, é um trabalhador, ou melhor, é um proprietário que trabalha com a família. No universo entrevistado não se encontram agricultores que atuam na agricultura exclusivamente com mão-de-obra contratada, conforme indica a tabela 10, cujos dados passaremos a analisar.

Tabela 10. Agricultores entrevistados e força de trabalho.

Natureza da força de trabalho	Frequência	Porcentagem
Familiar	17	17,0
Familiar e troca de dias	40	40,0
Familiar e contratada	28	28,0
Familiar, troca e contratada	15	15,0
Força de trabalho contratada temporariamente		
1 a 2 trabalhador/ano	25	25,0
3 a 4 trabalhador/ano	8	8,0
5 a 6 trabalhador/ano	9	9,0
Total	42	42,0
Força de trabalho contratada permanentemente		
1 a 3 trabalhador	7	7,0
3 a 5 trabalhador	1	1,0
Trabalho complementar externo e aplicação da renda		
Manutenção	24	24,0
Investe na propriedade	5	5,0
Manutenção e investimento.	11	11,0
Distribuição da renda obtida pelos membros da família		
Renda familiar	85	85,0
Remunera casados	11	11,0
Divide com filhos	2	2,0
Mudanças no sistema de produção e avaliação das alterações na jornada de trabalho		
Sem mudanças no sist de prod	15	15,0
Mudou/diminuiu a jornada	31	31,0
Mudou/aumentou a jornada	37	37,0
Mudou/continua igual	14	14,0
Mudou/não sabe avaliar	2	2,0

Fonte: pesquisa decampo 95/96

Todos os agricultores que se intitulam proprietários participam das atividades agrícolas, dirigindo e executando tarefas ou atuando com a seguinte composição da força de

trabalho: família, exclusivamente=17%; família, mais vizinhos/parentes na forma de troca de dias de trabalho = 40 %; família, mais mão-de-obra contratada = 28 %; família, mais troca de dias, mais mão-de-obra contratada=15%

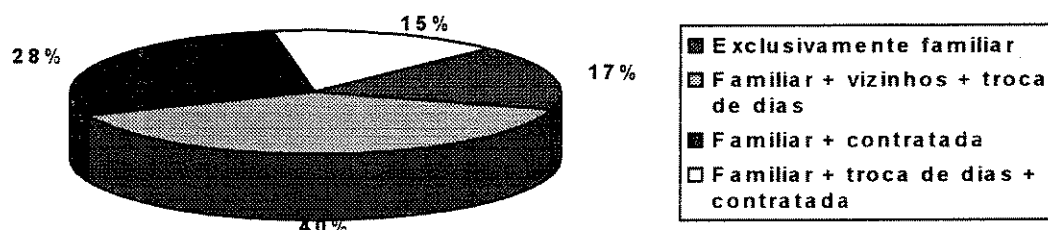


Gráfico 1. Composição da força de trabalho dos agricultores entrevistados.

Sendo insuficiente a mão-de-obra da família, os agricultores recorrem primeiro à permuta de dias de serviço e após a contratação, que contudo é realizada apenas em época de pico de trabalho e por isso recorrem mais à mão-de-obra temporária.

Se por um lado, a mão-de-obra torna-se escassa em determinadas épocas do ano, por outro, ela não é suficientemente remunerada para poder reproduzir-se ou manter os membros do núcleo organizador do trabalho com os recursos existentes na unidade produtiva. Recorre-se, então, à venda da força de trabalho seja em caráter permanente e parcial ou temporariamente. Relevante neste caso, é sempre a procura de trabalho fora da propriedade familiar em tempo parcial (quando em caráter permanente), ou temporário (quando em épocas de entressafra). Isto por que estes “trabalhadores proprietários”, antes de serem trabalhadores em tempo parcial, se intitulam agricultores e nesse sentido o assalariamento constitui um recurso, embora indispensável, complementar. Mesmo aqueles que tem na agricultura apenas uma atividade de subsistência (no sentido de ser orientado mais para consumo próprio), mas que sobrevivem graças ao salário de empregado, se identificam como agricultores, na

esperança de um dia poderem reverter sua situação. O trabalho complementar, então, não modifica a condição estencial de agricultor familiar (SANTOS, 1978)

As atividades desenvolvidas por aqueles que complementam o rendimento do núcleo familiar seja na forma de rendimentos mensais ou diários, continua sendo principalmente as de trabalhador agrícola (18%) seguido de assalariados de outras empresas (9%), de professor e motorista (3%), carpinteiro e comerciante (1%). Continuam portanto relacionadas com a agricultura ou melhor com a atividade agrossilvopastoril, não podendo se falar em pluriatividade nesta situação.

De modo geral os agricultores buscam recursos em atividades externas a propriedade, para complementar sua sobrevivência (35 %), embora também os apliquem em investimentos produtivos (16%).

Buscar recursos financeiros externos à unidade de produção familiar, contudo, não significa privilegiar financeiramente “quem trabalha fora”, para a maioria dos entrevistados, á medida que se está vinculado a um grupo que vive sob um mesmo teto e organiza a produção familiarmente. Salvo aqueles já casados, todos os elementos da família que trabalham em outros estabelecimentos ou que auferem renda proveniente de fontes externas, reverterem seus ganhos para família. Isto significa dizer que, a renda obtida por qualquer componente da família passa a fazer parte de uma renda única: “a renda familiar” (Tabela 10).

A renda familiar, neste caso, nos remete para outra questão diretamente relacionada com o núcleo família: o processo de gestão da unidade produtiva, que desenvolveremos no capítulo IV. Família e gestão estão entre si associados estruturalmente (WANDERLEY, 1989). A estratégia familiar adotada, seja no âmbito da unidade produtiva, seja externamente, vai depender por outro lado os objetivos a que a família se estabelece e das condições de sua realização. Neste caso, os dados referentes à mão-de-obra, nos revelam que a estratégia de buscar recursos externos significa um esforço complementar, dadas as limitações que se impõe a família para sobreviver apenas a custa do trabalho interno à propriedade.

O esforço do agricultor familiar para conseguir sustentar-se reflete-se na jornada de trabalho, que para 31 % está diminuindo, para 14 % continua igual e para 37 % dos agricultores entrevistados é cada vez maior. Interrogados sobre quantas horas dispensa diariamente ao trabalho, uma resposta recorrente expressa o quanto trabalha: “agricultor começa a trabalhar quando amanhece e só para quando anoitece”.

Tempo, ou jornada de trabalho, no entanto, é uma questão controvertida, entre agricultores que se organizam tecnicamente de forma distinta, conforme demonstra a tabela

10. Um agricultor que opera com máquinas e equipamentos modernos pode estar economizando tempo e energia, mas como precisa ganhar produzindo mais, aplica o tempo liberado de uma atividade em outra, talvez mais uma, que passa a acrescentar entre as que já desenvolve. Ou ainda, se sobra tempo na sua atividade, passa a vender ou trocar seu trabalho, conforme a afirmação de um agricultor: “o trabalho aumentou, se sobra tempo se trabalha para outro” (Q.45).

Entre os agricultores, que percebem aumentar o tempo de trabalho, situam-se os atingidos pelas Cooperativas. Estes apresentam o maior índice de variação para menos (Tabela 3, anexo-II), significando que os agricultores apresentaram melhorias na rentabilidade de trabalho. A tese com a qual se tem trabalhado, é a de que o aumento na rentabilidade do trabalho está relacionado com a modernização dos sistemas de produção, através da introdução de máquinas e implementos agrícolas. Isto significaria dizer que os agricultores atendidos por cooperativas agrícolas, situam-se entre os que apresentam maior número de agricultores com sistemas mecanizados de produção.

De fato, conforme tabela 11, dos agricultores atendidos pelas Cooperativas, 39,3 % produzem em sistemas completamente mecanizados. Somando os percentuais relativos aos sistemas mistos, chega-se a 60,7 % de agricultores cooperativados que de qualquer forma operam com máquinas e implementos agrícolas, além do uso da força de tração animal e de equipamentos manuais de produção.

Se por um lado a rentabilidade do trabalho está relacionada com as condições técnicas do trabalho ou de uso de capital, por outro, para uma grande parte de agricultores está relacionada com fatores externos à propriedade, como a conjuntura econômica e mesmo por fatores internos como a baixa rentabilidade da terra e o domínio de conhecimento técnico de produção.

Mas, se trabalhar mais parece ser a ordem reinante entre os entrevistados, o “mais trabalho” parece estar relacionado a uma outra questão, muito cara, contudo inegociável na percepção dos agricultores: a autonomia ou liberdade que a natureza de sua atividade oferece. Na visão de praticamente 81% dos entrevistados, os agricultores trabalham mais, mas tem mais autonomia que em outras atividades.

Autonomia, segundo os agricultores, significa ter margem de manobra em relação ao uso do tempo, de decidir o que fazer em determinados momentos. Assim quando por ocasião da entrevista, era muito freqüente o agricultor mencionar o exemplo que “se fosse empregado de fábrica não poderia estar conversando”, ou não poderia se dar ao luxo de tomar um dia

qualquer, segundo sua própria escolha, para ir a cidade, visitar um parente. A natureza da autonomia dos agricultores muitas vezes se assemelha a do profissional liberal. Ser agricultor “autônomo” “é não viver abaixo de ordem”(Q.05), “é não ter obrigação com o patrão” e poder até ter a liberdade de “se quiser parar para descansar”(Q.75). A sua autonomia está também relacionada a uma certa indisciplina no trabalho, pois segundo um agricultor “ele trabalha menos, tem mais liberdade, mas falta mais disciplina”(Q. 83).

A autonomia da qual se trata, refere-se ao que nem tudo é determinado exteriormente, mas que existe um controle interno, sobre a produção, sobre a organização do trabalho, sobre os processos de decisão, como já foi demonstrado por WANDERLEY(1989) e PAULILO(1990) e como se verá em seguida. O grau de autonomia parece estar determinado pelo seu projeto de vida e demonstrado pelo caráter de gestão conforme se verá no capítulo IV.

Para outros, porém, que se situam entre aqueles para quem o agricultor trabalha como empregado, “o agricultor trabalha mais que operário; é empregado de seus compromissos”(Q.86). A propósito de trabalhar segundo as regras de um empregado assalariado, há aqueles que vêem no agricultor integrado (no caso produtor de aves) um trabalhador de fábrica; pois “tem agricultor que é pior que empregado” (Q.10). Ou aqueles que mesmo se considerando empregados, ainda resta um pouco de liberdade pois “os técnicos são nossos gerentes, mas temos liberdade de escolha”(Q.36).

É interessante que, ao comparar seu trabalho com outro, é sempre o assalariado de fábrica que é tomado como referência, justamente para salientar o aspecto da autonomia ou da liberdade de ação. Nunca os entrevistados comparavam o seu trabalho com o de motorista, por exemplo, que constitui uma das profissões procuradas pelos agricultores ou seus filhos, depois do trabalho na lavoura. O assalariamento em serviços ou tarefas agrícolas jamais foi comparado para ressaltar a autonomia. Isto significa que a autonomia ou o sentimento de liberdade constitui um dos fatores que continua pesando na escolha de uma profissão alternativa, daí justamente, a procura pela profissão de caminhoneiro ou motorista de caminhão. Neste caso, a sensação de liberdade experimentada na condução de um veículo, muito diferente do espaço limitado do ambiente de uma fábrica, se assemelha, ao nível do imaginário, à liberdade do espaço natural onde se pratica a agricultura.

Contudo, a preservação disto que um camponês de ontem prezava, e que um agricultor familiar moderno ainda preza, nos dias de hoje, tem um preço: o trabalho sofrido, ou “penoso”. A penosidade é maior para aqueles que não tendo condições de adquirir modernos

instrumentos de trabalho que possibilitam economizar tempo, ou melhorar a rentabilidade, obrigam-se a despendar mais energia física, a trabalhar mais e mais intensamente. Como diz um agricultor: “a máquina diminui o trabalho (que) fica mais leviano. Com a crise o trabalho fica mais pesado” (Q.71)

2.2.2. A produção: a estratégia da diversidade

As unidades familiares estão organizadas em termos de uma produção diversificada, ao contrário da lógica produtivista que maximiza a racionalidade econômica, mediante sistemas especializados. As atividades dos agricultores na região são praticadas considerando as seguintes culturas e criações: milho, feijão, arroz, erva mate, soja, hortaliças e frutas, fumo, gado (leite e corte) aves, bicho da seda, abelha, suínos e ovelha. Como se sabe hortaliças e frutíferas compreendem uma diversidade de espécies, mas foram englobadas em torno de um tipo de exploração pelo fato de serem cultivados, regra geral, para consumo próprio.

Entre os produtos cultivados, a erva mate constitui uma exploração tipicamente regional. Ela é explorada por 48,3 % dos produtores sendo a maioria de origem cabocla.

A atividade carbonífera constitui, entre as fontes de renda, a única exploração não agrícola.. Não se pode falar, então, a exemplo de outras situações de atividades múltiplas que se realizam no campo, além da agropecuária. Os agricultores, mesmo os que vendem força de trabalho, sobrevivem da agricultura.

Como atividade fundamental, a agricultura é diversificada em todas as unidades de produção familiar da região. - Entre os entrevistados, o número mínimo de explorações agrícolas é 4 e o máximo 13 -. Este fato pode ser interpretado como fenômeno de uma crise ou característica de um determinado tipo de organização de produção? Sob o ponto de vista econômico, somente a especialização da atividade agrícola daria condições dos agricultores competirem no mercado. Nestes termos o modelo dominante preconiza a especialização e o aprimoramento técnico, tendo em vista a necessidade de produzir a baixo custo e com qualidade tecnicamente competitiva. Daí a lógica de se produzir mais e mais barato, para se poder ganhar mais. Como, porém, a agricultura não está suficientemente modernizada na região, - sob o ponto de vista de sua “base técnica”- pelo menos em alguns setores (KAGEYAMA, 1985), certos produtos não teriam condições de competir, seja por falta de condições técnicas aprimoradas, ou pelos limites das escalas de produção impostos pelo tamanho da propriedade, ou ainda pela falta de infra-estrutura; daí a necessidade de manter diversificada a produção e com o recurso da mão-de-obra familiar.

Por outro lado, a manutenção de uma produção diversificada pode estar relacionada a organização familiar da produção, uma vez que “diversificar pode não ser a extensão do que é economicamente vantajoso, mas do que é socialmente desejável e possível no seio do grupo”.(DARRÉ, citado por LAGRAVE , 1988, p. 107).

A estratégia de reprodução através da diversidade visa não somente a segurança econômica, mas também a social e simbólica. Nesse sentido, a explicação da diversidade parece não estar relacionada a uma causa específica, mas associada a fatores diversos, resultantes de um processo de ajustamento da unidade produtiva, que é operada pela família. Este ajustamento, sob o ponto de vista ambiental ou ecológico, significa ainda, assegurar condições de reprodutibilidade social, à medida em que a diversidade significa estabilidade de um ecossistema. Embora não possa ser entendida como resultante de uma consciência ambiental de grande parte dos agricultores entrevistados, a diversidade na agricultura familiar se coloca como uma questão relevante no momento em que o meio ambiente surge como uma “questão global” que atinge todas as categorias sociais .

Diversidade na produção parece também estar associada a lógicas diversas, à medida em que produzir para o consumo na propriedade e produzir para o mercado é orientado por um duplo objetivo: consumo interno e renda. Produzir para o mercado e ao mesmo tempo para o auto-abastecimento satisfaz as necessidades da família, mas não satisfaz a produção exclusiva para o mercado ou exclusiva para o abastecimento familiar. Na sua reprodução, o sistema familiar aparece diversificado e especializado, ao mesmo tempo. Na busca de um rendimento financeiro a família se especializa em torno de um ou mais produtos orientados ao mercado, seja através da produção integrada à Agroindústria ou Cooperativa, seja através da integração a circuitos comerciais, realizados por intermediários. Isto ocorre inclusive com agricultores adeptos da agroecologia: “o agricultor precisa assegurar renda fixa e diversificar a produção”(Q.11).

A exploração que confere mais renda ao agricultor é a mais aperfeiçoada tecnicamente, muitas vezes por força de um contrato de produção, como no caso da agroindústria ou mesmo da cooperativa. Neste caso, a técnica convencional atinge a atividade agrícola integrada, mas não todas que são cultivadas na propriedade. É por isso que não se pode dizer que a unidade de produção familiar está completamente modernizada sob o ponto de vista de sua base técnica. As técnicas convencionais não atingiram igualmente todos os setores da produção e não conseguiram homogeneizar a unidade familiar, conforme já ficou

demonstrado (BRANDENBURG e FERREIRA.1995; PAULILO, 1990; WANDERLEY, 1992).

A heterogeneidade dos equipamentos de produção (se de tração animal ou mecânica) também é constatada nesta pesquisa conforme os dados expressos na tabela 11, os quais passaremos a analisar.

Tabela 11. Equipamentos de produção conforme agricultores entrevistados (%).

	Manual	Tração animal	Mecanizad	Manual + T.animal	Man +T.A. +mecaniz	Tração anim +mecaniz
ENTREV.	7,0	6,0	14,0	51,0	19,0	2,0
RURECO	6,0	6,0	4,0	64,0	18,0	2,0
SEM OR.	21,4		7,1	50,0	21,4	
EMATER	2,0	11,6	14,0	41,9	23,3	4,7
AGROIND	4,8	9,5	9,5	47,6	19,0	9,5
COOPER.		7,1	39,3	28,6	14,3	7,1
COAGRI				37,5	62,5	

Fonte: pesquisa de campo 95/96

São os sistemas mistos que predominam entre os agricultores entrevistados, mesmo entre os que, por hipótese, estariam mais diretamente sujeitos à utilização de tecnologia convencional, como os integrados à agroindústria, cooperativas e mesmo orientados pela Emater. No seu conjunto, no entanto, predomina entre os agricultores sistemas com força de tração animal e manual (51%). Este parece ser o público privilegiado pela rede RURECO, uma vez que 64% de seus agricultores orientados operam em sistemas cuja força de tração é animal e cujas atividades são executadas manualmente. Esse índice está relacionado com os agricultores que valorizam positivamente os equipamentos poupadores de capital, os recursos energéticos e a mão-de-obra existentes na propriedade.

Os dados da tabela acima ainda permitem algumas inferências interessantes³¹. Do lado das técnicas poupadoras de mão-de-obra, os agricultores das cooperativas constituem aqueles que apresentam maior índice quanto ao uso de força de tração exclusivamente

³¹ Embora as demais subcategorias, além da RURECO, não estejam representadas na mesma proporção. A amostragem proporcional (50 + 50) totalizando 100 unidades, conforme “procedimentos de pesquisa” explicitada na introdução, corresponde a um universo subcategorizado em RURECO E OUTROS.

motomecanizada: 39,3 %. Ao mesmo tempo, entre estes agricultores estão também aqueles que apresentam menor índice de sistemas com tração animal e manual. Se somarmos os que se mecanizaram de alguma forma, mas conjugam tração animal com força manual, verificaremos que serão os agricultores vinculados à COAGRI³² os mais modernizados tecnicamente, ou seja 62,5 % dos entrevistados, seguido da cooperativa (60,7%), Emater (41,%) e Agroindústria (38,0 %).

A diversidade de padrões técnicos parece também orientar as práticas agrícolas e o uso de insumos. É comum entre agricultores a utilização de insumos industriais e recursos naturais processados na unidade produtiva. Assim, por exemplo, usa-se os agroquímicos adubo, inseticida, herbicida, e ao mesmo tempo, adubação verde, esterco e práticas de manejo de solos, embora as categorias não atendidas pela rede RURECO, tendam a utilizar mais insumos industriais.

Tabela 12. Práticas agrícolas, segundo agricultores entrevistados (%).

Práticas	ENTREV	RURECO	S/Orient.	EMATER	Agroind.	Cooperat	COAGRI
Calcário	81,0	80,0	64,3	90,7	95,2	96,4	100
Adubo	79,0	74,0	71,4	88,4	95,2	96,4	100
Inseticida	59,0	50,0	42,9	60,5	85,7	85,7	62,5
Herbicida	62,0	56,0	35,7	65,1	85,7	85,7	62,5
Ad. Verde	61,0	76,0	50,0	65,1	76,2	50,0	62,5
Esterco	51,0	64,0	64,3	58,1	47,6	28,6	37,5
Cont. Biol	6,0	-	16,7	4,7	9,5	10,7	-
Rot. Cult	49,0	54,0	35,7	58,1	52,4	67,9	50,0
Silagem	20,0	26,0	-	34,9	19,0	32,1	25,0
Pl. Nível	51,0	46,0	21,4	58,1	71,4	75,0	75,0
C. Comb	42,0	52,0	21,4	44,2	42,9	39,3	62,5
C. Solteira	53,0	46,0	50,0	62,8	71,4	64,3	62,5

Fonte: pesquisa de campo 95/96.

Mesmo sendo os índices relativos aos agricultores entrevistados que empregam práticas convencionais superiores às práticas agroecológicas é expressivo o percentual de

³² Os dados referentes aos agricultores/COAGRI são relativos à aquisição de máquinas em grupo e não por unidade produtiva.

agricultores que praticam adubação verde (61%), utilizam esterco (51%), fazem rotação de cultura (49%), plantio consorciado (42%) e realizam plantio em nível (51%).

Ao analisar-se os índices por categoria comparando os orientados/RURECO com os demais grupos de orientados constata-se que entre as práticas agroecológicas, adubação verde, uso de esterco, rotação de cultura, plantio em nível e culturas consorciadas, somente o plantio em nível é praticado por um percentual maior de agricultores orientados por outras instituições; os demais índices favorecem significativamente os orientados/RURECO.

Considerando as subcategorias externas a rede RURECO³³, há indicações de que muitas práticas conservacionistas estão sendo introduzidas pelos agricultores. É expressivo, por exemplo que em torno de 70 % dos orientados da Agroindústria, Cooperativas e COAGRI, pratiquem plantio em nível. As práticas de adubação verde e rotação de cultura atingem índice expressivos(acima de 50%) entre todas as categorias orientadas.

Em relação a práticas agroquímicas, como era de se esperar, o índice maior está sempre entre as categorias orientadas, por entidades como EMATER, Agroindústria, Cooperativas e COAGRI.

2.2.3. Investimentos .

Tabela 13. Agricultores entrevistados segundo a natureza dos investimentos realizados nos anos 93/94/95

Natureza dos investimentos	Frequência	Porcentagem
Benfeitorias	15	15,0
Máquinas e Equipamentos	10	10,0
Custeio	33	33,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

Poucos agricultores realizaram investimentos, em benfeitorias e máquinas/equipamentos(10 - 15%) nos últimos três anos . Os que utilizaram crédito, o fizeram principalmente para custeio (33%) em função de um programa especial existente no Paraná até 1994, que previa a possibilidade do empréstimo ser pago em volume de produção. Assim,

³³ Embora os índices não representa uma amostragem estatisticamente válida, conforme nota 11.

um plano de financiamento, cujo valor era calculado em sacas de milho correspondente, poderia ser pago mediante o mesmo número de sacas de milho, independente do seu preço no mercado.

O baixo investimento, realizado com relação aos itens benfeitorias e máquinas e equipamentos agrícolas, está relacionado a um período de crise conjuntural na agricultura, que vem se agravando nos últimos anos conforme a visão dos agricultores expresso na tabela 6, capítulo IV. Há uma orientação comum entre os agricultores entrevistados, de preferencialmente utilizar recursos próprios na aplicação dos investimentos produtivos, isto é, evitando ao máximo o uso de recursos oriundos de empréstimos bancários. Esta posição está baseada na experiência de muitos agricultores que foram obrigados a vender seu “patrimônio mais caro”: a terra, para pagar suas dívidas junto ao banco. Existe uma certa consciência de que os juros bancários são excessivamente altos e difíceis de serem pagos com a renda proveniente da agricultura. Como relata um agricultor vindo do oeste do Paraná: “o financiamento que fizemos não deu para cobrir ..(com a produção)..Tivemos que vender terra para pagar o trator. Só trabalhava para pagar juros.” (Q.46).

Há casos de agricultores que tiveram que se desfazer praticamente de todo o seu patrimônio em outras regiões, para recomeçar comprando terras mais baratas e menos férteis na região. Esta experiência vivida por agricultores, principalmente aqueles que passaram pela primeira fase da modernização, serve de lição, mesmo para aqueles que não a vivenciaram. Pela situação analisada, conclui-se que, o não endividamento é, então, uma posição relacionada com uma certa racionalidade econômica, onde o empréstimo é um ato extremo, realizado apenas quando não se consegue poupar recursos (NEVES,1981).

2.2..4. A comercialização da produção.

Conforme exposto anteriormente, são os produtos orientados para o mercado que são privilegiados em relação à melhoria das condições técnicas de cultivo. Isto significa que a organização técnica da produção está diretamente relacionada com o grau de integração da unidade produtiva no mercado. Conforme demonstrado na tabela 14, os agricultores cultivam arroz, hortaliças principalmente para autoconsumo, e orientam milho e feijão, simultaneamente, para o mercado e consumo próprio. Em relação ao grupo das criações, aves é um produto típico de consumo familiar, sendo a produção de leite, mel e suínos em menor grau também comercializados (tabela 15).

Tabela 14. Agricultores entrevistados segundo culturas e destino da produção
(%)

Produção	Autoconsumo	Cooper/Assoc.	Agroindústria	Interm./Outros
Milho	55,0	47,0	-	21,0
Feijão	55,0	29,0	-	23,0
Arroz	58,0	1,0	-	2,0
Erva Mate	-	1,0	1,0	20,0
Soja	-	10,0	-	-
Hort. e Frutas	88,0	1,0	1,0	9,0
Fumo	-	2,0	18,0	-

Fonte: pesquisa de campo 95/96

Os produtores de milho comercializam a produção principalmente através de cooperativas e associações (47%) enquanto os de feijão se distribuem entre cooperativas/associações (29%) e intermediários (23%).

A erva-mate é um produto fornecido a beneficiadores locais, assim como hortaliças, quando vendidas, são fornecidas ao comércio local ou diretamente para consumidores.

A soja, cultivada por 10 % dos agricultores, é toda comercializada pela rede de cooperativas, e o fumo constitui um produto tipicamente agroindustrializado.

Tabela 15. Agricultores entrevistados segundo criações e destino da produção
(%)

Produção	Autoconsumo	Cooper./Assoc.	Agroindústria	Interm./Outros
Leite	89,0	14,0	9,0	18,0
Aves	87,0	-	-	1,0
Bicho da seda	-	-	2,0	-
Mel	10,0	23,0	-	2,0
Suínos	14,0	1,0	6,0	7,0
Ovelhas	15,0	-	-	4,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96.

Os produtos derivados de animais também têm destinos diversos. Conforme a tabela acima, os produtores de leite comercializam sua produção através de intermediários (18%), cooperativas ou associações (14%) e agroindústria (9%). Os apicultores, em razão de serem todos praticamente orientados/RURECO concentram o beneficiamento e comercialização da produção em torno da Unidade de Beneficiamento do Mel, localizada em Guarapuava. O suíno quando comercializado destina-se a intermediários (7%) e agroindústria (6%).

Quanto ao leite, observou-se um grande interesse em ampliar a atividade, conforme se mostrará na seqüência, sendo necessário apontar também que esse constitui um produto com comercialização pouco organizada para 18 % de produtores. É vendido em grande parte “in natura”, ou na forma de derivados, principalmente queijo, diretamente para o comércio ou para consumidores locais. Em função de não haver uma demanda de consumo que possa absorver toda a produção, no âmbito dos municípios, normalmente ocorrem sobras que desestimulam o produtor. Deve-se observar que a localização das propriedades muitas vezes dificulta o escoamento do leite, devido às más condições das estradas que dão acesso às propriedades. Além disso, falta uma melhor organização, tanto sob o ponto de vista técnico-organizativo, quanto do escoamento da produção.

Da leitura das tabelas 14 e 15 conclui-se que a comercialização da produção é controlada por diversos tipos de agentes. De um lado, não existe um agente que centralize a comercialização dos produtos, nem dos mais relevantes sob o ponto de vista do mercado. De outro, a relação dos agricultores com o mercado se realiza mediante vários fatores e não apenas através de um, e se faz por meio de determinados produtos, e não pela totalidade do que se produz.

No caso da produção integrada à agroindústria, a relação contratual não se realiza através da unidade produtiva, mas de um ou dois produtos cultivados. Daí não se poder afirmar que a produção agrícola é controlada, e muito menos determinada unilateralmente por processos industriais. Impõe-se sim, através da relação contratual, um padrão convencional de produção da exploração que é objeto do contrato, mas isto não significa que este padrão técnico se generaliza para todo o sistema produtivo. Os agricultores, principalmente os envolvidos com uma técnica “alternativa”, dispensam tratamento técnico especial para a atividade contratualizada sob a supervisão do técnico, e a diferenciam de outras culturas nas quais praticam padrões tecnológicos diversos.

2.2.5. Acesso às propriedades

O acesso às unidades de produção, considerando o estado de conservação das estradas, o relevo e as características físicas do solo de grande parte das propriedades, normalmente não eram das melhores. Durante a pesquisa de campo, observou-se que se podia distinguir o tipo de agricultor pelo estado de manutenção das estradas. Boas estradas davam acesso a agricultores bem instalados, tecnicamente melhor organizados e com áreas de terras maiores. A “renda diferencial” auferida por este tipo de agricultor, dadas as condições em que desenvolve sua atividade, distingue-os de outro que pratica agricultura em áreas onduladas, pedregosas, difíceis de serem mecanizadas, de baixa fertilidade, de difícil acesso e muitas vezes distantes da sede do município. Entrevistamos produtores localizados a 60 quilômetros da sede e levamos 3 horas para atingir suas propriedades.

Estas condições são agravadas com a falta de meios de transporte e condições adequadas de armazenagem da produção. Entre os agricultores entrevistados, somente 16 % possuem veículo motorizado de transporte. Os demais o fazem através da carroça ou dependem de terceiros e intermediários.

Resumo do capítulo

A região centro-oeste do Paraná é formada por correntes migratórias oriundas de três frentes: do Paraná tradicional, do norte do estado e sudoeste. Constitui um dos últimos pólos de atração do estado, e desta feita é extremamente diferenciado, em relação à sua estrutura fundiária, às categorias de agricultores, à etnia, aos sistemas de produção e à forma de ocupação do solo. Recentemente, essa região vem passando por um processo de transformação relacionado com intensas mudanças na base técnica de produção, na modernização de sua infra-estrutura produtiva, e conseqüentemente (segundo a forma convencional dessas mudanças) verifica-se uma crescente expropriação de pequenos agricultores familiares.

Esta pesquisa constatou que estes agricultores familiares se identificam em sua maioria como caboclos, embora sejam procedentes de diversas regiões e descendentes de etnias diversas. São pequenos agricultores, conforme sua própria auto-representação, e detentores de uma área de terra até 20 alqueires (81%). A cultura cabocla marca fortemente a organização social e ocupação do espaço da região. Analisados as condições de moradia, os meios de comunicação, de locomoção, grau de instrução, assistência à saúde e padrão alimentar, pode-

se concluir que de modo geral o índice de agricultores em condições de vida precárias não ultrapassa 10%.

Sob o ponto de vista da organização social e política, esses agricultores vivem em núcleos comunitários dotados de uma infra-estrutura constituída de igreja, escola, e espaço de lazer. Há comunidades porém, com posto telefônico e atendimento à saúde. É a situação em que vivem 29% dos agricultores entrevistados. Por outro lado, um percentual de 11% da população convive com uma infra-estrutura mínima de apenas uma igreja, ou uma escola. Mais da metade da população participa ativamente nas organizações comunitárias de caráter, religioso, recreativo e cultural, seja na forma de associados (71%) ou na forma de reuniões (63%). As organizações societárias, associações, cooperativas, sindicatos e partidos políticos contam com a participação de praticamente a metade dos agricultores na forma de associados, salvo os partidos políticos, que têm 36% de agricultores filiados. Há portanto uma participação expressiva de agricultores tanto nas organizações comunitárias como societárias.

Sob o ponto de vista socioeconômico, as unidades produtivas operam sempre com força de trabalho familiar; em outros termos, operam exclusivamente com a família (17%), com a família e/ou recorrem a vizinhos e troca de dias de serviço(39%), com a família e contratam mão-de-obra (28%), ou ainda com a família, trocam dias e ao mesmo tempo contratam mão-de-obra(15%). No universo tratado não há portanto unidade de produção que não empregue força de trabalho familiar.

O sistema de produção é altamente diversificado, no que se refere às atividades exploradas, equipamentos agrícolas e práticas agrícolas empregadas, podendo-se afirmar que os agricultores combinam uma agricultura convencional com uma agricultura de práticas ecológicas. A diversidade também constitui uma prática na relação com os agentes de mercado. Os agricultores não comercializam através de um agente ou intermediário de comercialização de seus produtos, mas mediante vários atores, não havendo portanto um controle unilateral do processo produtivo. Em razão da instabilidade econômica da agricultura, poucos investimentos foram realizados nos últimos três anos, salvo os financiamentos de operações de custeio (33%). O clima de incerteza percebido pelos agricultores leva a se precaver em relação a qualquer decisão mais ousada em função de experiências já vivenciadas com perdas de terras em outras situações, preferindo optar pelo uso de recursos próprios. Procura-se assim adotar medidas mais seguras que visem evitar seu processo de expropriação, já presenciado anteriormente.

Esse contínuo processo de expropriação e de exclusão, identificado no primeiro item deste capítulo, foi que levou à organização de um movimento coordenado pela Fundação para o Desenvolvimento Econômico da Região Centro-Oeste do Paraná - RURECO. Dessa forma, essa entidade tem como proposta integrar socialmente os pequenos agricultores familiares, nas condições de vida e de organização social e econômica da produção resumidas acima, através de uma agricultura alternativa-sustentável, conforme se verificará no capítulo seguinte.

Antes porém, deve-se ressaltar que, ao comparar o grupo de agricultores RURECO e OUTROS agricultores, a análise realizada neste capítulo não constatou diferenças significativas entre os dois grupos, salvo em relação aos fatores seguintes: a) utilização da *força de trabalho manual e de tração animal*, e de práticas agrícolas que privilegiam o uso de *adubação verde, esterco e culturas combinadas*; b) a *participação* em organismos sociais como *sindicatos e partidos políticos*; que favorecem o grupo de orientados/RURECO.

Na sequência passaremos a analisar como a RURECO constrói a proposta de uma agricultura alternativa-sustentável para os agricultores analisados neste capítulo.

CAPÍTULO III

A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ-RURECO: CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.

Este capítulo tem por objetivo analisar a RURECO enquanto organização articuladora de um movimento que pretende construir um projeto de permanência dos agricultores no meio rural. Num primeiro momento trataremos de contextualizar o surgimento das ONGs, a construção da Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste do Paraná-RURECO. Analisaremos sua proposta, e tentaremos identificar como a entidade arbitra a construção de um “projeto de desenvolvimento” para a agricultura familiar, inserindo-se no sistema social e ao mesmo tempo conflitando com ele. Após, a análise deverá nos dar condições de distinguir os principais dilemas que a entidade terá de enfrentar para dar continuidade ao seu empreendimento.

As Organizações Não Governamentais-ONGs surgiram no Brasil, bem como na América Latina, nos anos 60 e 70, durante a vigência das ditaduras militares. Abrigando militantes oriundos dos movimentos de esquerda e de contestação ao regime político eram, por isso, movidas por uma ideologia reformista ou revolucionária da sociedade. Desta forma definiam-se pelo seu caráter negativo ou anti-governo e se posicionavam de forma reativa, contestando as políticas governamentais. Atuaram de forma crítica questionando ações dos governos autoritários, denunciando a repressão, os efeitos e as conseqüências das medidas políticas implementadas.

Com o desaparecimento das ditaduras, ou com a “gradual” democratização política, as ONGs encontram seu lugar na sociedade ao assumirem a defesa dos interesses dos pobres, das minorias e das populações marginalizadas de modo geral. Assim, de uma ação que se

caracterizava quase que exclusivamente pela denúncia e pelo questionamento, passaram a atuar através de propostas e de ações práticas(VIOLA,1992).

A partir dos anos 80, é possível identificar no Brasil três tipos básicos de ONGs: as que atuam como grupo de pressão política na defesa dos direitos humanos e na construção da cidadania; as que desenvolvem políticas de desenvolvimento e prestam serviços de assessoria e assistência às populações empobrecidas; e as que atuam no campo da ecologia ou do meio ambiente. Na prática, pode-se encontrar organizações que atuam em diferentes campos de ação ao mesmo tempo. Como exemplo temos as entidades de assessoria - dentre as quais se enquadra a RURECO - , que, ao mesmo tempo, prestam assistência técnica e atuam no campo de meio ambiente e desenvolvimento.

As ONGs experimentaram um verdadeiro *boom* de crescimento nos anos 90, com propensão à transnacionalidade. O exemplo típico e mais conhecido de ONG internacional ou INGO é a rede *Greenpeace* (CARVALHO,1995). Segundo Carvalho, que estudou o nascimento das ONGs na sociedade norte-americana “as ONGs não somente se generalizaram como modo de organização, mas transformaram-se em nova forma de governo das massas contemporâneas”. Na América Latina, embora não se disponha de informações especificando as organizações com o número de pessoas e profissionais atuantes, SCHERER-WARREN (1995) refere-se a existência de “centenas ou milhares de centros para os países mais populosos”. Exemplifica com o caso da Colômbia, citando RITCHEY-VANCE³⁴, que estima que “para cada cinco colombianos, um pertence a algum tipo de ONG, e que direta ou indiretamente, as ONGs têm contato com a vida de quase a metade da população” (SCHERER-WARREN,1995, p.172). No Brasil, embora não haja dados mais precisos, existem 230 ONGs filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais/ABONG, conforme a organização nacional.

A presença das ONGs nas sociedades tem levado os estudiosos a considerá-las como parte de um terceiro setor, que se acrescenta ao Estado e ao mercado: o da sociedade civil. (CARVALHO,1995; SCHERER-WARREN,1995). O crescimento de instituições autônomas nos últimos anos, na realidade, tem ampliado o espaço de participação da sociedade civil organizada. Várias entidades desenvolvem serviços, cuja natureza se identifica com aquelas desenvolvidas pelo próprio Estado. Nesse sentido, o momento político pelo qual passam as sociedades latino-americanas concorre para uma aproximação das ONGs com órgãos da

³⁴ RITCHEY-VANCE, Marion . The Art Association: NGOS and Civil Society in Colombia. Rosslyn: Inter-American Foundation. 1991

administração pública. Neste contexto, para SILVA (1997) “é possível que as ONGs passem a ser num futuro muito próximo organizações “neo-governamentais”. Contudo, é preciso observar que o modismo atual das ONGs, principalmente após a realização ECO-92, tem colocado entidades de natureza e finalidades diversas sob o rótulo de Não-Governamental.

Visando recuperar a especificidade que assumiu o termo a partir de sua história e de sua função, Scherer-Warren conceitua as ONGS :

“organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)” (SCHERER-WARREN, 1995, p. 165).

Como manifestação da sociedade civil organizada, é necessário recuperar o significado político destas organizações. Tal como Carvalho, Scherer-Warren as interpreta como formas de autogoverno. Na perspectiva de Habermas, poderíamos dizer que as ONGs são manifestações socioculturais, inerentes ao cotidiano e à experiência vivida, que se contrapõem ao âmbito do sistema, ou mundo dominado pelo poder(Estado) e pelo mercado (economia). Isto significa que, como expressões da sociedade civil, estas organizações não possuem amarras formais com as formas de poder tradicionalmente dominadas pelo sistema. Assim, se por um lado a esfera do cotidiano é invadida pelo sistema, através da expansão da sua “racionalidade instrumental”, por outro, a experiência cultural no embate com formas racionais reificadoras acaba gerando utopias. A racionalização crescente ao qual se submete a sociedade é então entendida como um paradoxo³⁵ na medida que coisifica as relações sociais mas ao mesmo tempo gera utopias. É nesse sentido que entendemos as propostas das ONGs, quando apontam para transformações sociais. No caso das ONGs agrícolas, pode-se afirmar que estas transformações são definidas a partir das suas formas de gestão (no caso autogestão, auto-sustentação) e por uma proposta alternativa de desenvolvimento (desenvolvimento sustentável ou ecológico).

1. A REDE DE ONGs NO SUL DO BRASIL: REDE T.A./SUL

³⁵ O paradoxo da racionalização a que se refere Habermas, constitui uma reinterpretação da análise pessimista de Weber na perspectiva da visão utopista de Marx.

O movimento de agricultura alternativa no Brasil, que hoje se encontra organizado em torno da Rede de Tecnologias Alternativas/Sul-Rede T.A./Sul, surgiu no Brasil no início da década de 80. Tem sua origem no Projeto de Tecnologias Alternativas-PTA- criado em 1983, na Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação-FASE. Um resumo da trajetória deste projeto, é realizado a seguir, com base nos textos de Jean Marc von der WEID(1985,1988), publicado pela revista Proposta n. 27 e 36.

RESUMO I : O PROJETO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS-PTA

A FASE, reconhecida como uma das ONGs mais tradicionais na área de assessoria aos movimentos populares, inicia um trabalho de consulta aos movimentos populares, em particular à Comissão Pastoral da Terra, sobre o interesse em desenvolver um trabalho de assessoria em tecnologias alternativas, no início da década de oitenta. A partir de 1981 abriga inicialmente 2 técnicos que, diante da constatação do esgotamento de um padrão convencional de produção, em especial para os pequenos agricultores, iniciam um trabalho de busca de recursos financeiros, investigação de técnicas, profissionais e pesquisadores da área de tecnologia alternativa. Diante da inexistência de *tecnologias acessíveis e apropriadas* aos pequenos produtores, os técnicos optam por promover um encontro com entidades e técnicos com *experiência no trato das questões sociais, econômicas e políticas do campesinato*. Assim, em dezembro de 1983 foi realizado um encontro em Campinas, com a participação de mais de 100 lideranças, técnicos e assessores, visando discutir experiências existentes em tecnologias alternativas. No encontro foram selecionadas cinco experiências que demonstraram ser mais convincentes no trato das questões que mais afligiam as lideranças dos agricultores presente. O objetivo da escolha era realizar uma análise mais aprofundada das propostas existentes e, após, sistematizá-las para sua difusão. Surgiu então o Projeto Tecnologias Alternativas, cuja coordenação nacional estabeleceu as bases de formação da Rede de Articulação de entidades de 10 Estados: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A expansão de atividades da rede PTA fez com que a coordenação nacional do projeto criasse instâncias regionais no Sul, Sudoeste, Nordeste. Porém, com a reestruturação do projeto, que ocorre em 1989, deixa de existir a coordenação nacional como assessoria ao

movimento. As entidades passam a alternar entre si a função articuladora do movimento a cada dois anos.

Compõem a Rede T.A. Sul as seguintes entidades:

PARANÁ

RURECO-Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Guarapuava);

AS-PTA- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (União da Vitória);

ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Francisco Beltrão).

SANTA CATARINA

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR

ASPACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.

RIO GRANDE DO SUL

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

CAPA- Erechim. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

CAE - IPÊ - Centro de Agricultura Ecológica.

FUNDEP-DER- Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região
Celeiro-Departamento de Educação Rural

CETAP- Centro de Tecnologias Alternativas Populares.

Embora diferentes quanto a sua trajetória, essas ONGs, articuladas enquanto uma “rede em movimento”, compartilham uma certa ideologia que projeta no horizonte uma utopia fundamentada no desenvolvimento sustentável, “cujas dimensões de produtividade e sustentabilidade complementam-se pelo princípio da equidade social”. A construção deste tipo de desenvolvimento “prioriza os pequenos e médios produtores familiares,...e se dá no quadro das lutas pelas transformações sociais no campo e no conjunto da sociedade, respeitando o princípio do pluralismo político” (REDE T. A /SUL, 1997, p.170). Fundamentalmente, o documento da Rede propõe construir um novo paradigma de

desenvolvimento agrícola, através de estratégias sociais autônomas e regidas por princípios de uma ética de respeito à vida.

Se por um lado a Rede T.A. constitui o *locus* de intercâmbio de estratégias de reforço na construção de ideais norteadores das ONGs, por outro é na singularidade das ONGs que os agricultores se encontram, trocam experiências e se nutrem ideologicamente, para se realizarem enquanto sujeitos. É através do movimento social, aqui institucionalizado pelas ONG, que os agricultores têm condições de enfrentar, de forma coletiva, o poder do Estado e do mercado, sem os quais sua realização não ocorre. A RURECO surge como uma força mobilizadora visando realizar esta dimensão da racionalidade econômico-instrumental. Nesse sentido o sucesso de um “projeto alternativo de vida” dependerá da capacidade institucional de se posicionar no sistema e se manter dentro das condições sociais estabelecidas, como se verá em seguida.

2. A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - RURECO: A CONSTRUÇÃO DE UMA ENTIDADE.

O movimento que resultaria no surgimento da RURECO, enquanto entidade coletiva, tem sua origem em pequenos grupos de agricultores que foram formados a partir do início da década de 80 em alguns municípios da região centro-oeste do Paraná. Estes grupos se organizaram em função das consequências da modernização, que os levou a um processo de exclusão dos serviços de assistência técnica rural e, portanto, dos benefícios da chamada revolução verde. Resultam também de um trabalho de animação realizado por agentes pastorais apoiados pelas ONGs do Norte da Europa. Um breve histórico da entidade é apresentado no resumo a seguir.

RESUMO II: A ORIGEM DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ-RURECO

A história da RURECO tem suas raízes no movimento que deu origem à Associação dos Hortigranjeiros do Município de Turvo. Neste local, durante a década de 70, por iniciativa da pastoral rural, ligada à Igreja Católica, iniciou-se um trabalho envolvendo agricultores e

lideranças, com apoio dos órgãos de cooperação internacional ZWD (Missão e Diaconato Mundial das Igrejas Reformadas da Holanda) e CEBEMO (Organização Católica de Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda). Este trabalho, articulado pela Igreja, foi realizado por um casal de técnicos, vindo da Bélgica, que tinha por objetivo discutir as questões relativas aos agricultores da região (Ent.13).

As discussões com as famílias de pequenos agricultores, envolvendo assuntos relacionados com a produção, comercialização, saúde, com a situação dos jovens e das mulheres, resultou na criação da Associação dos Agricultores do Turvo. Contudo, o trabalho não se restringiu apenas àquele município, mas estendeu-se a vários outros da região. Desde então, começa-se a discutir, nos grupos de agricultores, alternativas para os pequenos agricultores, uma vez que as grandes propriedades dominavam principalmente o cultivo de trigo soja e pecuária. A proposta de cultivar verduras era lógica sob o ponto de vista técnico. Como não havia produção na região, seria uma alternativa para o mercado e ao mesmo tempo para consumo dos agricultores.

Embora se tenha percebido que os consumidores não tinham o hábito de comer verduras, o trabalho de orientação à horticultura continuou, junto com outros programas. A experiência do Turvo fez com que se iniciasse, em 1983, o mesmo tipo de trabalho no Município de Nova Tebas, também por iniciativa do padre local que articulou outra equipe de técnicos, procedentes da Bélgica. As ações visando fortalecer a agricultura familiar na região a partir das equipes sediadas em Turvo e Nova Tebas fez surgir entre 1978 e 1989 várias Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a necessidade de uma coordenação do trabalho. Foi então criada para esta tarefa uma coordenação da pastoral rural para a região de Guarapuava.

Entretanto, com o crescimento do número de organizações, surgiu a necessidade de haver uma articulação e coordenação das iniciativas dos agricultores e que atendesse suas demandas, principalmente no que se refere à capacitação, organização, comercialização e agroindustrialização da produção (Entr.13). Deste modo, em 18 de junho de 1986, surge a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná - RURECO, dirigida pelos próprios agricultores, com o intuito de assessorar as entidades municipais.

Se por um lado havia necessidade de uma organização que coordenasse os serviços de assistência aos agricultores, por outro, era preciso definir um projeto que contemplasse uma

política de ação para a entidade. A questão não era, porém, tão simples. Na época, a crítica à modernização excludente da agricultura já era significativa e o movimento em torno da agricultura alternativa crescia. Como a maioria dos agricultores/RURECO da região (62%), não tinham passado pela experiência da agricultura moderna, buscavam-na, ao invés de desenvolver uma agricultura alternativa que de certa forma lembrava os métodos tradicionais, ideologicamente tidos como ultrapassados tecnicamente. Assim, para grande parte dos agricultores a questão era obter assistência técnica, implementar modernas explorações agrícolas de mercado e organizar uma infra-estrutura de comercialização (Entr.13). Para outros, no entanto, e principalmente para a assessoria da RURECO e do grupo pioneiro de agricultores inserido no movimento popular, tratava-se de criar uma organização diferenciada dos órgãos oficiais de assistência técnica, no sentido de assegurar uma proposta agroecológica para a agricultura familiar, portanto uma proposta alternativa ao modelo dominante.

“Foi então criada a Fundação Rureco, com a idéia de garantir a proposta. A proposta era de defesa da agricultura familiar, dentro de uma linha agro-ecológica. Isto nós queríamos garantir. Garantir essa proposta com entidades que concordavam com ela. Entidades que não concordavam com essa proposta ficariam fora. A gente queria mesmo ter garantia de que essa proposta seria levada para frente. Isto foi em cima da experiência da Associação do Turvo. Na hora que a Associação crescia, ia para frente, apareciam pessoas que tinham pouco em haver com a proposta, e que procuravam dominar a Associação. Foi uma experiência bastante dura. A democracia dentro da Associação colocava cargos em xeque e até a própria sobrevivência da linha da entidade. Não queríamos que houvesse sempre esta luta nas votações e por isso topamos fazer uma entidade que tenha uma estrutura jurídica um pouco mais segura. Quer dizer uma Fundação” (Ent.13).

A construção de uma proposta e a consolidação de uma entidade coletiva de realização dos sujeitos não se faz sem conflitos. Aliás, é somente através da tensão e do conflito que se define o sujeito (TOURAINE, 1992). A definição de identidade da RURECO, enquanto sujeito coletivo, iria se realizar de forma tensa, na medida que seu interior traduzia o campo de lutas (BOURDIEU, 1987) que, de forma ideológica, ocorria externamente, no âmbito da sociedade. De um lado, situavam-se os agricultores familiares adeptos da agricultura alternativa ou da agroecologia, de outro, os defensores da moderna agricultura capitalista.

A entidade, no entanto, se afirmou como propositora de uma agricultura alternativa e respeitando a autonomia das organizações a ela vinculadas. Representava a coordenação de um movimento que viria se contrapor à lógica da ordem dominante. Consolidava-se então, a

perspectiva de construção de um sujeito, na medida que isto somente é possível através do movimento social. Não há sujeito sem movimento social, parafraseando Touraine.

O movimento liderado pela RURECO surgiu integrando as Associações dos Hortigranjeiros do Turvo, a Associação de Promoção de Famílias Rurais de Nova Tebas - APROFAR, e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Pitanga e Turvo. Desde a sua criação, em 1986, mais de dez organizações passaram a fazer parte da rede regional. Atualmente o movimento abrange dez municípios envolvendo 14 entidades, conforme a tabela 1.

Tabela 1. Data de fundação, filiação e número de sócios das entidades associadas à RURECO

Entidade	Data de fundação	Data de filiação	Nº de sócios 9/96
1.AS.HORT. Turvo	10.08.78	18.06.86	215
2.APROFAR. Nov Te	03.03.83	18.06.86	55
3.STR Pinhão	14.08.84	18.06.86	817
4.STR Turvo	21.02.86	18.06.86	1.563
5.AFATRUP.Pinhão	21.11.87	11.10.88	330
6.STR Laranj.do Sul	20.02.86	08.05.89	1.172
7.ASSITEC Pitanga	25.07.89	14.08.90	220
8.CELAR Lar.do Sul	11.11.90	25.03.91	119
9.STR Nova Tebas	01.04.89	14.08.89	500
10.STR.Cantagalo	28.08.84	09.12.92	1.100
11.STR Virmond	02.07.93	06.11.74	519
12.STR Santa Maria	14.08.93	05.04.94	589
13.STR Rio Bonito	24.02.94	16.06.95	471
14.STR Nova Laranj.	05.08.95	16.06.95	440

Fonte: RURECO/96

Tanto os sindicatos como as associações locais surgiram como resultado dos trabalhos de animação apoiados pela Igreja Católica (caso das Associações e Sindicatos do Turvo e Nova Tebas), no bojo da organização de movimentos de oposição sindical (caso da Associação do Pinhão) ou como apoio aos movimentos de luta pela terra e oposição sindical (caso do Sindicato e Associação de Laranjeiras do Sul).

As associações nascem com o objetivo de assistir os pequenos agricultores familiares até então marginalizados pelo serviço de assistência técnica, tanto do Estado como das cooperativas. Estas associações, a partir do momento em que passam a se incorporar na rede dos orientados/RURECO, ao mesmo tempo que executam projetos que são formulados por

esta instituição, desenvolvem atividades e projetos próprios, elaborados a partir das discussões com agricultores associados.

Para dar suporte à sua ação, a entidade equipou-se com recursos humanos qualificados (Resumo III) e uma infra-estrutura física de apoio à classificação, ao beneficiamento, armazenagem e comercialização da produção agrícola. Nesta direção, além da orientação técnica, as associações desenvolveram assistência e apoio à comercialização da produção. Este trabalho, embora ainda se encontre em seu início, conta com uma infra-estrutura física construída e equipamentos já instalados e está sob a coordenação da Central Regional de Comercialização do Centro Oeste do Paraná -CERCCOPA, com sede em Guarapuava.



Central Regional de Comercialização do Centro-Oeste do Paraná-CERCCOPA

A Central Regional de Comercialização do Centro-Oeste do Paraná/CERCCOPA propõe-se a comercializar produtos, cuja produção, beneficiamento e classificação são realizados descentralizadamente, isto é, nos municípios. Nesse sentido, no município do Turvo se realizam a secagem, limpeza, classificação e empacotamento de arroz. No município de Pinhão, foi implantada uma indústria de beneficiamento de milho, que produz a farinha. Em Nova Tebas, uma máquina de descascar arroz encontra-se terceirizada. Outra

máquina de beneficiamento de arroz também se encontra em Guarapuava junto com a Unidade de Beneficiamento de Mel, que centraliza a aquisição de mel e o repasse de cera alveolada aos agricultores da região.

A CERCCOPA busca mercado basicamente para os produtos: feijão, arroz, milho e mel. Os demais produtos ou são produzidos de forma integrada com a agroindústria como o leite, o porco, o bicho da seda, o fumo, ou entregues às cooperativas como a soja, ou comercializadas no comércio local.

No âmbito local, os agricultores da rede RURECO estão organizados enquanto uma Associação do Agricultores que visa tratar da produção, comercialização agrícola, de questões sociais, políticas e prover orientação técnica aos agricultores, conforme já explicitado anteriormente. Entre as metas estabelecidas pelas associações, uma delas foi a de desenvolver ações visando a obtenção de recursos para financiar as atividades de orientação, tendo em vista ser a atividade mais cara para as associações. Assim, cada associação local organizou um estabelecimento destinado a comercializar produtos alimentícios³⁶, basicamente para atender às demandas não apenas do agricultor mas de toda população urbana. Fundaram, então, pequenos supermercados na sede dos municípios de Turvo, Pitanga, Nova Tebas, Pinhão e Laranjeiras do Sul.

Além da estrutura relacionada com a comercialização da produção, os agricultores da rede RURECO contam com um Centro de Formação e Capacitação com capacidade para alojar 60 pessoas, que também serve de espaço de treinamento para os agricultores da região. Junto a este centro de treinamento funciona desde 1989 a sede da RURECO.

³⁶ A proposta de estabelecimentos comerciais sugiu com os primeiros sinais de uma estratégia gradual de retirada do apoio das entidades mantenedoras, cuja relação será analisada posteriormente.



Sede da RURECO

A ampliação da rede RURECO, com uma proposta para o desenvolvimento da região centro-oeste do Paraná, contribuiu para o fortalecimento político-institucional do movimento em favor de uma agricultura alternativa. Esta ampliação contudo, neste momento, encontra seus limites nos recursos humanos e financeiros de que dispõe. Com a atual crise financeira que atinge a entidade, por conta da mudança estratégica das ONGs mantenedoras (item 4), não há condições para atender um maior número de entidades de agricultores, embora haja demandas nesse sentido.

RESUMO III: A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E OS RECURSOS FINANCEIROS.

Segundo redefinição estatutária recente³⁷, a RURECO é dirigida por uma diretoria executiva composta por 3 agricultores eleitos pelos 14 membros representantes das entidades

³⁷ Em 07.02.96., ocorreu a terceira alteração no Estatuto da Fundação RURECO.

filiadas que formam a assembléia geral. Esta assembléia elege o presidente e mais dois funcionários para formar o conselho administrativo. A diretoria indica um assessor geral para coordenar a equipe técnica, o setor administrativo e o centro de formação da RURECO. A diretoria é eleita para cumprir um mandato de três anos.

O quadro técnico da entidade é constituído por três engenheiros agrônomos, um técnico em apicultura, um técnico em cooperativa, um administrador e um contador. Um dos agrônomos exerce a função de coordenador geral de programas, mantendo atualmente sob sua coordenação o trabalho de 4 técnicos que executam e assessoram os programas técnicos acima mencionados e mais dois técnicos responsáveis, respectivamente, pelo centro de formação e pelo setor administrativo e financeiro.

Todas as atividades são mantidas com recursos provenientes de Órgãos de Cooperação Internacional (Quadro 1).

Quadro 1. Fonte e volume de recursos obtidos pela RURECO. (US\$ 1.000)

FONTE	Aplicado/1994	Aplicado/1995	Aplicado/1996	Previsto/1997
VASTENAK	35.000,00	26.000,00		
CZWD	12.000,00			
ACT	256.000,00	282.000,00	130.000,00	94.000,00
CEBEMO	82.000,00		45.000,00	45.000,00
ICCO	170.000,00	50.000,00	112.000,00	105.000,00
MISEREOR	16.000,00	16.000,00	16.000,00	
TOTAL	571.000,00	374.000,00	303.000,00	244.000,00

Fonte: RURECO/96

Em função da não-existência de outras fontes de recursos, a entidade passou a operar com déficit a partir de 1995, tendo sido obrigada a remanejar recursos provenientes de programas técnicos para cobrir despesas de ordem administrativa no valor de R\$ 16.895,00. Para 1996, estima-se um déficit aproximado de R\$ 34.719,00, o que significa novos remanejamentos de recursos ou redução de despesas com pessoal e comprometerá o desempenho de suas funções. O déficit que vem ocorrendo é sinal da orientação das políticas de financiamento dos órgãos internacionais, conforme se explicitou anteriormente. Segundo o quadro 1 entre 1994 e 1996 ocorreu forte redução na captação de recursos.

3. Os programas de ação e as práticas difundidas.

A ação da RURECO, hoje se realiza através de 5 programas, cujas atividades são desenvolvidas nos grupos organizados nas comunidades rurais ou nas associações dos municípios (Resumo IV). Os programas de Solos e Sementes, Leite, Apicultura, relacionados diretamente com o processo produtivo, foram iniciados como atividades de resgate de práticas tradicionais de uso dos agricultores, sob orientação da Rede das ONGs. Esta medida permitiu que se registrassem práticas e medidas adotadas por agricultores, que até então eram desconhecidas pelos técnicos.

Com o Programa Solos e Sementes, através do sistema de seleção de espigas, foi resgatada a prática de autoprodução de sementes de milho. No total foram resgatadas 27 variedades, entre elas duas, *carioca e branco*, incluídas na rede nacional de sementes, e que, com isso, passaram a ser cultivadas em outros estados. Além do milho, a partir de 1994, o programa também passou a resgatar sementes de feijão, arroz e adubos verdes. Para o trabalho de resgate da produção de “sementes crioulas”, os agricultores se organizaram em grupos no âmbito das comunidades e sob orientação técnica instalaram unidades de ensaio de variedades, unidades de observação e unidades demonstrativas de sementes. Com o intercâmbio técnico realizado com as entidades de pesquisa, hoje, este trabalho de sistematização da produção e multiplicação de sementes vem sendo acompanhado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA- e Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR. Contudo, a distribuição das sementes para o plantio é realizada de forma informal entre os agricultores da região. Os agricultores não podem produzir sementes crioulas em escala comercial porque a legislação de sementes e mudas os impede de fazer isso (BRANDENBURG e GAIFAMI, 1996). Como se sabe, comercialização de sementes selecionadas é regulamentada por lei e sua produção é restrita aos agentes credenciados.

O cultivo de milho rústico é praticamente todo realizado para o autoconsumo e para produção de forragem para o gado, em função da sua maior produção de massa verde. Como o milho rústico não requer a aplicação de insumos químicos, reduz o custo dos produtos agrícolas, como do leite, por exemplo, proporcionando maior rentabilidade, considerando a relação custo/benefício. Já o mesmo milho rústico não é cultivado para comercialização, porque não consegue competir com os índices de produtividade do milho híbrido. Como se sabe, o milho híbrido, ao contrário do milho rústico, só responde a uma maior produção quando cultivado com agroquímicos e desde que renovada anualmente a sua semente.

O caso do milho híbrido é um exemplo típico de como o capital, através das empresas produtoras de sementes, controla a produção e dissemina sementes e mudas, que trazem no

seu germoplasma requerimentos de ingredientes industriais (adubos, inseticidas) que devem ser buscados no mercado. O interesse do capital é que determina, através da pesquisa, o produto que deve ser gerado. Não é que não existam ou não se possam obter outras variedades de milho competitivas, que privilegiem o manejo de recursos naturais, por exemplo. É possível que se obtenham sementes até mais produtivas e adaptadas aos ecossistemas da região, mas é necessário, como apontam diversos autores (DUFUMIER, 1992; LEFF, 1986), iniciar uma pesquisa a partir das práticas tradicionais. Padrões tecnológicos ajustados ao aproveitamento do potencial produtivo dos ecossistemas agrícolas e aos interesses de categorias sociais, como os agricultores familiares, contudo, não se obtêm tecnocraticamente, mas são fruto de uma mobilização social dos interessados e de uma decisão política dos que representam os interesses da população.

Além do resgate de produção de sementes rústicas, está se reintroduzindo práticas de manejo de solo, através da adubação verde, principalmente, e uso de esterco. Nestes últimos anos intensificou-se a produção de adubos verdes (aveia, tremoços, ervilhaca, mucunas, nabo forrageiro, feijão de porco e azevém) e as orientações técnicas relacionadas com o manejo de solo, uma vez que inicialmente o programa “solos e sementes” fora estrategicamente concebido para se atingir a produção de sementes. Assim, além da incorporação de adubos verdes, estão se difundindo práticas de plantio direto com tração animal.

As práticas de manejo e conservação de solo compreendem um conjunto de atividades que repõem, não apenas na fertilidade do solo, mas também nas suas condições físico-químicas. Grande parte das propriedades agrícolas se situam em encostas e morros e por isso a atividade de plantio em nível ou do plantio direto constituem práticas agrícolas fundamentais para evitar o processo de erosão, que através da perda da camada superior, leva ao desgaste e empobrecimento do solo. A questão do solo constitui então uma das atividades principais a serem trabalhadas por técnicos e agricultores. A propósito deste problema, RUELAN (1992) coloca o solo como uma das grandes questões ecológicas que devem ser trabalhadas em projetos de desenvolvimento agrícola no Terceiro Mundo, uma vez que o desafio será “obter equilíbrio entre as potencialidades dos solos e pressão das atividades humanas” (RUELAN, 1992, p. 25). Como o problema essencial está relacionado com o desconhecimento sobre as propriedades dos solos, recomenda como medida técnica que sejam desenvolvidas ações orientadas à conservação e melhoramento da fertilidade dos solos.

Como atividades tradicionais na região, transformadas em programas com orientação comercial, foram recuperadas o cultivo de plantas medicinais, a criação de bovinos de leite, e a apicultura (Tabela 2).

Tabela 2. Alternativas comerciais introduzidas pela RURECO (%)

Discriminação	Plantas Medicinais	Bovino de Leite	Apicultura	Leite e Apicultura	Pl. Medicinais e Apicultura
Agricultores	10,0	8,0	44,0	4,0	10,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96.

Entre os programas desenvolvidos, a apicultura constitui a mais praticada entre os produtores atendidos pela RURECO ($44 + 4 = 48\%$), seguido de plantas medicinais ($10 + 10 = 20\%$), e do leite ($8 + 4 = 12\%$) conforme demonstra a tabela 2.

A apicultura é praticamente explorada através de práticas ou técnicas que já eram de conhecimento dos produtores na região. Foram apenas adaptadas tecnologias que são difundidas de forma generalizada pelas Associações Estaduais e Confederações de Apicultores, como o “cavalete em madeira” e a “abelha poli-híbrida”, resultado da miscigenação das raças européias com a *Apis mellifera scutellata* de origem africana. O grande impulso dado a apicultura enquanto atividade comercial se deve à instalação da Unidade de Beneficiamento do Mel - UBM-, no município de Guarapuava, que centraliza todo o beneficiamento, serviço de embalagem padronizada e comercialização da produção. Além do mel, comercializa-se também seus subprodutos como a cera e a própolis. Com a instalação da infra-estrutura regional houve um aumento de produção. Contudo, com a capacidade de operação da UBM atingindo apenas 30 % e com um mercado potencial ainda a ser explorado, há possibilidades de expansão da atividade (BRANDENBURG e GAIFAMI, 1996).

O cultivo de plantas medicinais constitui uma atividade que, embora praticado pelo público atendido pela RURECO, não é orientada pelos técnicos da rede e sim pela assessoria técnica vinculada ao movimento sindical da região(CUT). O argumento para que esta atividade esteja vinculada ao movimento sindical é que ela é estratégica para o trabalho de sindicalismo.

A produção de leite também constitui uma das atividades tradicionais dos agricultores, principalmente visando ao autoconsumo. Hoje está sendo trabalhada enquanto um programa no sentido de desenvolver a pecuária leiteira, em escala comercial. Constitui uma das

atividades que mais atraem o interesse dos agricultores. Com a organização de linhas de produção de leite e a instalação de indústria de Laticínios na região pela COAGRI (cooperativa agrícola organizada pelos assentados, ligada ao MST), muitos agricultores pretendem expandir sua atividade e outros, ingressarem na produção em escala comercial. Nesta fase do desenvolvimento do programa, estão se difundindo práticas tradicionais, comuns, de baixo custo, que visam aumentar de imediato a rentabilidade da produção como formação de pastagem, ração caseira e introdução de raças melhoradas, além de outras práticas de manejo da atividade que são orientadas pelo técnico.

Duas outras explorações já foram objeto de orientação técnica na região, porém hoje deixaram de existir enquanto programa, com o término dos recursos obtidos junto as ONGs mantenedoras: a erva-mate e a horticultura.

A erva-mate constitui uma exploração nativa, importante sob o ponto de vista econômico da região, e, apesar de não ser trabalhada, é explorada de forma extensiva, servindo como fonte de renda complementar para os agricultores. Para muitos, principalmente no município de Pinhão, a atividade chega a ter maior importância comercial do que outras explorações.

A horticultura foi trabalhada como programa visando diversificar a produção e como forma de aproveitar a mão-de-obra e a terra ociosa no período de inverno. A cebola era a principal alternativa trabalhada. Contudo, embora os agricultores já cultivassem sua horta para consumo próprio não conseguiram impor a cebola como atividade comercial, porque produtos de outras regiões, como os produzidos em países do MERCOSUL, competem com melhor preço e qualidade do produto. Apesar de toda uma infra-estrutura construída para dar suporte à comercialização da produção, os agricultores que ainda cultivam cebola pretendem reduzir ainda mais o seu plantio ou deixar completamente a atividade (BRANDENBURG e GAIFAMI, 1996).

Além das alternativas de cultivo acima mencionadas estão sendo difundidas outras práticas conforme demonstra o quadro 1 do anexo III.

RESUMO IV. PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA RURECO E AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

a) Sementes e solos.

O programa de sementes e solos é executado nas comunidades prioritariamente através de grupos organizados. Estes grupos normalmente possuem representantes

responsáveis pela coordenação e articulação das atividades no grupo. Como a atuação através de monitores não foi bem sucedida, o programa capacita diretamente os agricultores nas propriedades, mediante atividades práticas. Os cursos de uso e manejo dos solos tratam de conteúdos relativos a esta atividade abordando as práticas na perspectiva da agroecologia. Os cursos de sementes constituem estratégias para se identificar, resgatar, desenvolver, experimentar e posteriormente selecionar variedades crioulas existentes na região. A produção de sementes se desenvolve a partir de ensaios e campos de experimentação onde as variedades melhoradas são comparadas com as crioulas. Nos municípios de Nova Tebas, Laranjeiras e Cantagalo, as comissões municipais de sementes, compostas por representantes dos grupos de agricultores, é que visam operacionalizar a ação do programa.

b) Leite

A estratégia atual concentra-se muito mais em melhorar tecnicamente a produção através de grupos organizados nas comunidades do que ampliar linhas de leite. Nesses grupos, a figura do monitor constitui uma espécie de referência, uma vez que existem técnicos contratados para a execução do projeto. O programa capacita técnicos e agricultores, além dos monitores que recebem treinamentos para atividades práticas de vacinação e primeiros socorros. A ação nos grupos é definida junto com agricultores através do estabelecimento de prioridades temáticas. Uma das atividades prioritárias, definidas no momento, por exemplo, é o melhoramento das pastagens.

O programa atua de forma integrada com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR. Atualmente conta com três técnicos trabalhando no âmbito municipal (Laranjeiras do Sul, Turvo e Pitanga) e outro, de nível superior, trabalhando regionalmente como coordenador e assessor do projeto.

c) Apicultura.

O programa de apicultura é desenvolvido através da comissão municipal de agricultores, formada por representantes indicados pelos grupos comunitários. Estes representantes, coordenadores de grupo ou monitores, recebem treinamentos realizados pelo técnico regional e local e têm a incumbência de repassar os conteúdos dos programas de capacitação aos seus parceiros de grupo na comunidade. Cabe ao técnico local a função de integrar a apicultura às demais atividades da propriedade agrícola na perspectiva de um enfoque sistêmico. Nesse sentido, o papel de técnico da RURECO é de assessoria aos técnicos locais.

d) Fundo de crédito rotativo.

Este programa tem por objetivo viabilizar, através de planos de financiamentos, as atividades dos outros programas técnicos acima citados. Foi criado com recursos dos programas de produção de leite, apicultura e horticultura financiados pelas agências internacionais de cooperação. É gerido por uma comissão municipal constituída por representantes de entidades municipais e, a nível regional, por uma comissão composta por representantes das entidades locais.

e) Assessoria administrativa e comercial.

Através de um trabalho de assessoria, este programa tem por objetivo viabilizar as estruturas de beneficiamento, transformação e comercialização da produção que se localizam na área de atuação da RURECO. Para atingir este objetivo, realiza a formação/capacitação de dirigentes e gerentes comerciais nas questões relativas ao mercado, aos aspectos administrativos, gerenciais, financeiros e contábeis.

4. As ONGs mantenedoras e sua relação com as ONGs da Rede RURECO.

Os programas e as atividades executadas pela RURECO são financiados por órgãos não-governamentais do Norte da Europa. Entre as entidades entrevistadas, três constituem atualmente as principais mantenedoras: IICO, CEBEMO E ACT. Embora as entidades tenham por objetivo apoiar projetos que desenvolvam atividades com populações de certa forma “marginais” ao processo de desenvolvimento, possuem estratégias de ação diferenciadas e recursos oriundos de fontes de natureza diferente. A ZWD/ASC é mantida com fundos das Igrejas reformadas na Holanda. A VASTENAKTIE/CEBEMO³⁸, uma ONG holandesa, ligada à Igreja Católica, trabalha com recursos do governo holandês (90 a 92%) e de coletas realizadas na sociedade holandesa (8 a 10%). A ICCO tem sua origem ligada à Igreja Protestante, atua com recursos do governo holandês, uma percentagem da Igreja e outra, da União Européia. A ACT da Bélgica, vinculada à Democracia Cristã, têm seus projetos financiados pelo Governo Belga e pela Comunidade Européia.

³⁸ A CEBEMO surgiu em meados da década de 60 por oito entidades ligadas à Igreja Católica para administrar recursos -oriundos do governo- que eram aplicados em países do Terceiro Mundo. A partir de 31.12.94, houve uma fusão com a VASTENAKTIE, existente em vários países da Europa.

Os projetos financiados inicialmente foram de caráter geral, normalmente visando à organização e à assistência dos agricultores. Conforme já explicitado, foram intermediados pela Igreja ou por técnicos vindos do exterior³⁹, que, após se instalarem na região, mantiveram e mantêm relação estreita com as entidades internacionais. Em função da conjuntura política do país (os projetos se iniciaram durante a vigência da ditadura militar), as ações eram voltadas para educação, para construção de direitos de cidadania, juntamente com a organização de sindicatos e associações de agricultores.

“Pelo que eu me lembro , têm sido os projetos na área de agricultura, a questão rural. E sem dúvida, no início que passou o processo no Brasil inteiro, era a organização dos trabalhadores. Dentro da ditadura, vamos dizer, muitos sindicatos, ou não existiam ou estavam na mão dos pelegos, e a partir da igreja a gente começou toda uma articulação de base, a partir da comunidade de base, oposição sindical. E aí depois de ter o sindicato, então aí depois, problema de terra, problema de produção.”(Entr.3)

À medida que os agricultores se fazem representar e estabelecem relações com a sociedade na forma de associações, surgem projetos específicos relacionados com as atividades de exploração, comercialização e beneficiamento da produção agrícola. Hoje, por exemplo, a ICCO financia um projeto de produção e organização de linhas de escoamento de leite; a CEBEMO, projetos de assessoria técnica de produção; a ACT, de infra-estrutura de comercialização e beneficiamento de mel, arroz, milho e feijão.

4.1 A política de ação das ONGs mantenedoras: o público-alvo,...

As ONGs mantenedoras da RURECO têm como norma desenvolver políticas de ação orientadas para populações excluídas do processo de desenvolvimento ou para as denominadas “populações marginalizadas”. De modo geral esses trabalhos, como se iniciaram no tempo da ditadura militar, em pleno período da expansão do movimento da chamada Revolução Verde, ou modernização conservadora no Brasil da década de 70, começaram reforçando movimentos reivindicatórios orientados à emancipação econômica e social dos setores excluídos ou marginalizados (CEBEMO: 1994; ICCO: 1995). À medida que a sociedade brasileira, volta a democratizar-se as políticas passam a instrumentalizar as

³⁹ Dois técnicos continuam sendo fundamentais na articulação com as mantenedoras. Um de origem holandesa, que continua residindo na região, e outro Belga, atualmente funcionário da ACT em Bruxelas.

entidades beneficiadas visando à assistência técnica, e à dotação de infra-estrutura para organização da comercialização da produção:

“A perspectiva principal da maioria dos projetos e programas para o desenvolvimento executados pelas ONGs na América Latina e apoiados por agências privadas como o ICCO, esteve dirigida durante muito tempo, para o apoio social, organizativo e reivindicativo. Por um lado devido ao avanço dos processos de democratização na América Latina e, por outro lado, devido aos efeitos negativos dos programas de ajuste social para a população rural, esta perspectiva começou a mudar, conferindo maior atenção aos desafios produtivos e criação de emprego nos setores mais abandonados”(ICCO,1995 p.1).

A política de instrumentalizar “os marginalizados ou excluídos”, todavia, não atinge toda a população marginal, no sentido lato do termo. A situação social desta população comporta uma certa diferenciação de políticas de ação. Em função de sua condição de miserabilidade e de sua precária situação de sobrevivência, uma faixa de público requer medidas de auxílio de emergência e por isso deve ser atendida por uma política de ação mais assistencialista (Entr.3). Uma outra faixa compreende aqueles que ainda demonstram uma certa capacidade de responder a medidas de assistência técnica e educacional. São categorias de trabalhadores que ainda detêm algum controle sobre a terra e sobretudo demonstram um certo vínculo com o meio rural ao querer nele permanecer para desenvolver seu trabalho. São categorias capazes de se transformar em potencial político para promover mudanças sociais. São elas o público-alvo das políticas de ação das ONGs do Norte europeu.

“Então este grupo de excluídos que precisam de apoio emergencial, seja através da CÁRITAS, seja através de programas sociais do próprio governo brasileiro que também tem essa frente de trabalho, sei lá o que mais[...] Bom esse não é o campo onde nós trabalhamos. Nós trabalhamos com os marginalizados e excluídos também, mas que demonstrem potencial para mudar a sua situação, para incluir, para desmarginalizar. Ele tem às vezes uma terra ocupada, tem vontade de trabalhar, tem vontade de aprender. Então nestes, você investindo durante uns 2 ou 3 anos, tem o potencial que ele vai participar na sociedade e contribuir na mudança dessa sociedade”(Entr.3).

Incluem-se na faixa dos beneficiários das políticas das ONGs os pequenos produtores de alimentos, que representam a grande parte da população no meio rural. Nesse sentido, a política contempla projetos que vão além da organização da produção agrícola.

Enfocando diferentes perspectivas relacionadas com a produção da faixa de população comumente denominada pequenos produtores de alimentos, a política das ONGs engloba desde os projetos de assessoria e assistência técnica até projetos agroindustriais. O financiamento destes projetos, contudo, não se realiza simplesmente, sem uma contrapartida ou uma expectativa de resposta por parte das ONGs brasileiras. Elas trabalham com uma perspectiva a médio prazo de auto-sustentação da entidade, desenvolvendo assim diferentes estratégias de ação.

...as estratégias,...

Os projetos de cooperação internacional são financiados segundo diferentes estratégias. Há diferentes expectativas quanto ao futuro das atividades das ONGs brasileiras. A ZWD/ASC, a mais liberal nas sua relação com a RURECO, não trabalha com a perspectiva de auto-sustentação da entidade, até porque, no seu entender, é uma entidade “de apoio e assessoria a outras pequenas organizações locais”. A ICCO, embora flexível, desenvolve estratégias conforme a situação das entidades. Para ela “a retirada gradual não é a usada integralmente com todas as organizações”. Assim, ao iniciar um financiamento de projeto, estabelece estratégias de curto, médio e longo prazo, tendendo a evitar, no momento, as de longo e médio prazo. Duas entidades, no entanto, a ACT e a CEBEMO, convergem na posição de que o período de financiamento para as ONGs, principalmente para as do sul do Brasil, está se esgotando.

“ É para esses grupos, associações de agricultores, assim, a nossa política é dar um empurrão, para que depois os trabalhos possam ser levados de maneira autônoma, independente do nosso recurso. A nossa política é de dar força às associações, ou organizações dos trabalhadores, para que tenham acesso aos recursos do governo, de crédito. Mais também assistência técnica que também em teoria e na prática, deve ser fornecida pelo Estado. Não se pode construir nada, dependente do recurso da CEBEMO; o nosso recurso é temporário. Então as propostas devem ter também dentro de si essa perspectiva. Porque depois de 2,3 anos, ou se tem acesso, vamos dizer, à assistência técnica do governo, ou se têm condições financeiras de manter um técnico, se ainda é necessário”(Entr. 3).

Posição semelhante é a assumida pela ACT, que, contudo, tem uma proposta de participar na continuidade da execução do “Projeto RURECO”.

“ Não é nossa política sustentar uma agência indefinidamente. Nós queremos interferir com programas produtivos no prazo de 5, 10 anos. E de lá nós não nos retiramos, nós ficamos presentes nas estruturas, mas que não dependem mais de fundos subsidiados. O que nós queremos é que nós estamos agora, há 2, 3 anos, já discutindo, e criar novas estruturas para administrar. Agora não queremos negociar com cada associação separada; nós queremos uma proposta global. A idéia que nós estamos discutindo há 2, 3 anos [...]o que já fizemos com outros países, é criar novas estruturas de que a gente vai participar mais como sócios capitalistas dentro das estruturas produtivas numa forma de garantir a continuidade dessas empresas [...] queremos compartilhar no sentido de um nível profissional, empresarial a gente quer participar e nossa presença é mais com objetivo de garantir a continuidade que começamos” (Entr. 4).

A estratégia da ACT não é formulada simplesmente no sentido de levar as entidades que mantém a se auto-sustentarem, ela vai além disso: espera que se transformem em empresas com condições de receber investimentos de capital e, nesse sentido, pretende participar como sócia de um empreendimento do tipo sociedade anônima. Este propósito tem o respaldo da Cooperativa Internacional de Financiamentos- INCOFIN-, ligada ao movimento operário na Bélgica, uma entidade de objetivos sociais, visando aplicar capital poupado nos países de Terceiro Mundo (Entr.4).

...as condições para o financiamento de projetos,...

Com a orientação de atender grupos marginalizados no Terceiro Mundo, as agências internacionais definem determinados critérios, ou impõem condições para o financiamento dos projetos. Assim, são requisitos para o financiamento de projetos: atuar com pequenos agricultores, trabalhadores, agricultores sem-terra, e ultimamente desenvolver um trabalho com enfoque de desenvolvimento ecológico ou sustentável. Entre as entidades, a ZWD chega a especificar critérios como a atuação com grupos ou associações de agricultores, para que a atuação tenha efeito exemplar ou demonstrativo na difusão do conhecimento, que promovam atividades de combate à fome.

Quando se trata de refinanciamento de projetos ou mesmo de continuidade das relações com a entidade, através de um outro projeto, impõem-se determinadas condições para que o apoio financeiro se realize. De certa forma, todas as entidades mantenedoras esperam uma redefinição do papel da RURECO, uma vez que ela é considerada uma entidade de assessoria e ao mesmo tempo de representação. Como a sua estrutura organizacional é composta por sindicatos, associações, agricultores e técnicos, há que se definir o seu papel,

para que fique claro quem deve assessorar e quem deve representar os agricultores. Essa situação se coloca diante da necessidade dos agricultores se mobilizarem, visando obter outros recursos, além daqueles tradicionalmente fornecidos pelas ONGs da Europa do Norte.

“Ela nasceu como entidade representativa. Bom aí, ela tem que definir o que ela vai ser no futuro. Na nossa lógica, na nossa definição, RURECO seria um corpo técnico assim de assessoria, onde a parte de comercialização, este tipo de atividade seria assim assumido, sei lá, pela associação. Como um grupo representativo, e não uma ONG que não representa nada.[...] e a relação no tempo da ditadura, era muito diferente. Hoje estamos numa situação em que em muitos lugares há possibilidade de negociação com o governo. Aí vem a questão: quem vai negociar, quem vai fazer essa negociação? Na nossa idéia, têm que ser as organizações dos trabalhadores[...]”(Entr. 3).

Para os agentes mantenedores, a definição mais clara do seu papel está relacionada aos interesses distintos em jogo, ou às mudanças que ocorreram na sociedade.

“No campo, quem vai negociar financiamento, créditos, assessoria técnica com o governo, são as organizações de classe... Se estas não têm capacidade por falta de formação -20 anos de ditadura, então o pessoal ficou atrás - cabe às assessorias capacitarem”(Entr. 3).

“Quando você tem uma ONG que nós chamamos mista, de um lado tem um corpo técnico, mas ao mesmo tempo também tem os representantes[...]Mas o interesse do agricultor sempre será diferente do interesse do técnico. Porque o técnico não é agricultor[...]Então por isso nós achamos que essas organizações mistas devam chegar a definir melhor a sua forma de atuar. São ONGs, mas nós chamamos essas de ONGs mistas”(Entr.3).

“As mudanças na agricultura que ocorreram muito rapidamente exigem da RURECO uma redefinição de seu papel, exigem uma adaptação lógica. Acredito que deve entrar no papel de especialização”(Ent.3).

A expectativa em torno da redefinição, embora possa estar relacionada com a eficácia da entidade, diz respeito à decisão de apoiar ou não os projetos de financiamento. Primeiro, não se pretende apoiar uma ONG qualquer, independente de sua posição ideológica; segundo, não está no horizonte das ONGs do Norte europeu apoiar as ONGs brasileiras por tempo indeterminado.

“Então uma saída nesse campo é uma separação entre o que é representativo e o que é assessoria. E aí de novo[...] o que é assessoria, assessoria realmente em função dos movimentos, portanto capacitar o movimento a negociar com o governo, ou ter ONGs independentes que diz: nós não temos nenhum compromisso com os agricultores, nem temos compromisso com o governo, nós somos uma instância independente e nós

faremos bem o que nós queremos. Este tipo de ONG independente, na nossa política, nós não apoiamos. Então a nossa filosofia é de apoiar organizações representativas. Este apoio sempre tem o caráter temporário, porque nós somos da opinião que o grupo desde o início tem que ter o caráter de auto-sustentar suas atividades como uma instituição. Se apoiamos ONGs,[...] tem que ter esta filosofia, capacitar entidades ou organizações representativas de tal forma que depois de um certo tempo, um dois, três anos essa assessoria não seja mais necessária, porque o grupo está em condições de poder negociar e apresentar projetos” (Entr.3).

Finalmente pode-se afirmar que as condições para financiamento e refinanciamento das atividades das ONGs estão relacionadas com as suas estratégias, ou, em última análise, com as suas políticas de ação. O caso da ACT, por exemplo, ilustra mais claramente a nova fase que se inaugura na relação com a RURECO. A partir do momento em que a RURECO se define como ONG, passa a trabalhar com um conjunto de entidades regionais, menos com a Instituição RURECO, enquanto órgão de representação. Na visão da ACT “se nós criarmos novas estruturas ela vai precisar vender seus benefícios para essas estruturas da CUT ou o que for. Então a sobrevivência deles (da Rureco) não vai depender do projeto da ACT, vai depender da contribuição da CUT, da estrutura comercial”(Entr.3). A única agência que aceita a RURECO enquanto ONG de assessoria é a ZWD, que financia atividades de assessoria de modo geral, sem vínculo com programas específicos. Para esta entidade, a RURECO não tem condições de se auto-sustentar pois os agricultores não têm condições de pagar um quadro técnico. Embora com pouca participação no orçamento geral da RURECO, a ZWD sustenta, que “a RURECO é uma entidade bem organizada e não dá para deixar cair” (Entr.2).

...o futuro e as prioridades das ONGs do Norte da Europa,...

De modo geral todas as agências de cooperação internacional, têm como prioridade as populações e regiões empobrecidas. Nesse sentido, há indícios de que pretendem gradualmente se retirar da região Sul do Brasil, com exceção da ACT, que, dentro de seu novo enfoque de gestão empresarial compartilhada, pretende se concentrar no Paraná. A CEBEMO já afirmou que irá priorizar o Nordeste e Norte do Brasil. Contudo, sinalizam:

“para a RURECO e as associações em si, é uma outra discussão. Como são entidades representativas, o nosso apoio já estava no caminho de ir terminando. Agora com as ONGs, mesmo que nós tenhamos um trabalho já mais constituído, isso vai significar que daqui a 2 ou 3 anos, nós tenhamos que achar alternativas ou eles acharem alternativas” (Entr.3).

A ICCO está em processo de redefinição das políticas, com tendência em concentrar esforço nos países mais pobres. No âmbito internacional, há tendência a priorizar países da África e países mais pobres da América Latina.

A retirada do Sul do Brasil, ou a mudança de estratégia de suas políticas para outras regiões ou mesmo para outros países, deve-se em parte aos limites de recursos existentes. Mas, o que se observa na realidade é uma possível mudança. Uma reorientação da política dessas agências pode ainda ser interpretada como sintoma de escassez de recursos em função da mudança nos perfis ideológicos dos governos Europeus. Como salienta uma das agências “existe a tendência do partido mais à direita, olhar mais para dentro de nossa casa. Tão vindo refugiados, tá vindo muita pobreza. Então mais atenção prá pobreza na Holanda. (Por outro lado) tem os social-democratas e os socialistas que querem continuar, até aumentar a contribuição ao Terceiro Mundo. Então taí o debate político”(Entr.3).

Salvo a ZWD, as demais mantenedoras obtêm grande parte de seus recursos junto aos governos de seus países e junto a Comunidade Européia. Mesmo a CEBEMO e ICCO, cujas origens estão ligadas à Igreja, hoje administram recursos públicos e por isso sofrem influência das vicissitudes da conjuntura político-econômica. Embora a ACT se diferencie em suas origens das outras ONGs, que tinham caráter mais missionário, todas se dizem norteadas por princípios de solidariedade internacional. Contudo, a ACT, vinculada ao Partido Democrata Cristão, se distingue quanto à política de relação com as ONGs financiadas. Enquanto as vinculadas à Igreja se retiram, a ACT propõe continuidade, através da *participação como sócios capitalistas*.

4.2. As ONGs mantenedoras e o desenvolvimento da agricultura.

As orientações das ONGs mantenedoras da Rede Rureco podem ser classificadas como do tipo desenvolvimentista, por serem norteadas por uma certa utopia, que visa reduzir as desigualdades sociais através da assessoria à organização dos agricultores e à incorporação de tecnologias mais produtivas (SCHERER-WARREN,1995). De modo geral apóiam mudanças através dos denominados modelos alternativos de desenvolvimento agrícola. Contudo, estes modos alternativos de produzir não significam uma opção pela agroecologia, e sim pelo que ultimamente se denomina desenvolvimento agrícola sustentado.

A proposta de uma agricultura sustentável é defendida pelas quatro mantenedoras, porém com uma certa defesa quanto ao uso de agroquímicos pela ACT. O argumento que esta utiliza para uso de insumos industriais é que se precisa levar em conta primeiro a sobrevivência do agricultor e nesse sentido os insumos industriais apresentam respostas mais rápidas para recursos naturais já esgotados, sendo mais eficientes tanto para aumentar a produção como para competir com outros produtos no mercado.

“Durável tudo bem, mas só o que é durável, eu acho que tem que ser também prático e realista. O sistema pode ser ecológico, só que se ele(agricultor) não consegue sobreviver plantando cebola e batata ecologicamente, ele tem que mudar os químicos necessários, eu acredito numa transferência gradual...eu acho que tem que competir com a cebola que tem no mercado que é 100 % químico[...] então esta é a outra realidade, o resto é papo furado”(Entr. 4).

Nesse sentido as técnicas de produção teriam de ser modernizadas, não apenas no sentido convencional de uma agricultura industrial, mas também no sentido de utilizar recursos mais produtivos que podem ser encontrados, internamente, na unidade produtiva.

“[...] não pode nem exagerar num lado nem no outro, eu acho que eles têm que modernizar se não vão passar para os tempos antigos. A situação é diferente de 50 anos atrás que podia tocar fogo, tem que modernizar dentro do possível, por exemplo produção própria de suas sementes, são novos métodos que, com isso, ele (agricultor) pode ter seus recursos e ele vai produzir sua própria semente, é uma tecnologia, isso não é contra a modernização, pode ser contra as empresas”(Entr.4).

Um equilíbrio na relação insumos modernos e práticas ecológicas, para que não se “tenha um impacto negativo para o meio ambiente”(Entr.2) é o que melhor define agricultura sustentável para as agências CEBEMO(1994) e ZWD. Deste modo não se pode ser “muito religioso na questão de absolutamente não usar nenhum veneno, nenhum adubo,tem que se encontrar o meio termo”(Entr.3). Para as agências, a sustentabilidade deve abranger também a dimensão social no sentido de se obter uma produção “suficiente para manter a família”. As duas dimensões de sustentabilidade, a técnico-econômico e a social, devem estar voltadas à produção de alimentos. Esta sim é uma questão central no desenvolvimento. Não se pode pensar em uma produção estritamente ecológica, a medida que os custos alternativos de produção são maiores. Isto levaria a uma “produção de luxo que atenderia apenas às demandas dos mais ricos”(Entr.3).

A amplitude da noção de sustentabilidade é ainda maior para a ICCO. Para esta “não se aborda o tema da sustentabilidade dos projetos e programas apenas do ponto de vista ambiental, mas também incluem-se critérios derivados do ponto de vista social e organizacional” (ICCO, 1995, p. 1)

Do ponto de vista ambiental e ecológico, a ICCO sustenta que cultivo ecológico para pequenos produtores sucederá o modelo convencional, em razão dos altos custos de insumos industriais, em alguns países ou regiões. Em outros, o mercado para os produtos ecológicos é praticamente inexistente em função dos altos custos de produção do padrão alternativo. Neste caso, a degradação dos recursos naturais torna o padrão ecológico ainda mais caro que o convencional. Embora seja necessário desenvolverem-se estratégias adequadas para cada situação, parece claro que uma minimização do uso de recursos externos e práticas de conservação de solos, já permitiria ganhos de produtividade (ICCO, 1995).

No que tange à sustentabilidade social, em alguns países a questão da terra, ao mesmo tempo que representa insegurança para os pequenos produtores, apresenta limitações para se tomar medidas de proteção do solo e da água. Além disso há que se levar em conta “as estruturas e os costumes culturais e sociais dos camponeses” e “o papel das mulheres” no processo produtivo para que se possa desenvolver projetos em sintonia com aspirações e práticas sociais dessas populações.

Atingir os propósitos de uma agenda dita sustentável não constitui tarefa simples, e nem pode ser realizada em curto e médio prazo. São projetos de longo alcance que envolvem recursos materiais e humanos adequados. Daí a necessidade de *organizações estáveis*. A sustentabilidade das ONGs é colocada como um dos problemas atuais a medida que estas “não conseguem obter financiamento (suficiente) para suas atividades e para o seu próprio funcionamento” (ICCO, 1995, p. 4).

Contudo, o desenvolvimento da agricultura não se restringe à questão da sustentabilidade econômica e social. O desenvolvimento é também uma questão política; e nesse sentido os principais problemas da agricultura, na visão das ONGs, podem ser diagnosticados na concentração da estrutura fundiária, na política geral de desenvolvimento beneficiando grandes produtores, na ausência de uma política de produtos para o mercado interno.

O Brasil “é um país com muita terra e muita gente sem terra”, segundo um agente. Há assim uma necessidade de uma reforma agrária que não se limite apenas à distribuição da terra. Deve-se “colocar todo um aparato estatal de assessoria técnica, de crédito e tudo mais

em benefício do pequeno agricultor” e sobretudo “dar condições de trabalhar, dar condições de sobreviver no campo de uma forma digna” . “Acesso à terra e acesso às condições de produzir, e aí entra também a questão de saúde, da educação, do transporte, da comunicação”(Entr.3).

Desenvolvimento, ainda, quer dizer produzir mudanças sociais. Na visão da ACT , estas mudanças só se concretizam através de “mudanças econômicas”, o que significa construir uma sociedade dotada de espírito empresarial voltada para *pequenas empresas*. Estas também seriam a base de uma certa “democracia”, pois “a construção de uma sociedade democrática não se faz através de grandes empresas, mas através de pequenas com condições de encaminhar um projeto econômico” (Entr. 4).

5. A construção do projeto RURECO e sua estratégia.

A RURECO surgiu com a função principal de prestar assessoria às associações e sindicatos filiados, visando fortalecer o desenvolvimento de uma “agricultura familiar-alternativa”, ou agroecológica. Nesse sentido, a primeira fase da RURECO é caracterizada por um discurso que vai reforçar o movimento de agricultura alternativa que se articula nacionalmente em torno do Projeto de Tecnologia Alternativa-PTA-, conforme explicitado anteriormente. É um movimento de contestação a um padrão homogeneizador de produção dos anos 70.

Enquanto movimento que denuncia as consequências do modelo excludente de modernização, o discurso da agricultura alternativa dava uma certa unidade interna ao movimento, ao mesmo tempo que conflitava externamente mas, a partir da sua fase propositiva ou de intervenção no âmbito da prática, os conflitos se interiorizaram e as contradições que antes se situavam externamente agora são contradições que o movimento terá de administrar. De outra forma, como enfrentar a sua inserção na sociedade se esta permanece organizada segundo uma ordem excludente que privilegia a lógica do capital ? O movimento pode definir um projeto identificado com os propósitos dos agricultores e nesse sentido até diferenciado ou alternativo à sociedade, mas não pode mudar o sistema social. Terá, portanto, de aceitar as regras do jogo de mercado se pretender operar num mercado de livre concorrência, as regras de financiamento de projetos se desejar obter recursos para sua atuação e aprender a negociar contratos mantendo autonomia, se quiser obter parceiros.

5.1. As políticas de ação: programas ou planos de desenvolvimento

A trajetória da RURECO será assim marcada por oscilações e contradições em várias dimensões de sua atuação, consequência direta de sua inserção no sistema onde impera a racionalidade própria das esferas regulamentadas. Se, porém, sua inserção é conflituosa é, também, condição para realização enquanto ator social e autor de propostas coletivas. Nesse sentido, a construção de projetos de ação, na prática, nem sempre consegue traduzir os princípios e políticas de documentos idealizados entre a assessoria e a direção da entidade, dadas as imposições do sistema econômico integrador. A conciliação entre idealizado e o realizável resulta em contradições que serão submetidas aos responsáveis que conduzem a entidade. Estas contradições, algumas vezes difíceis de serem superadas, implicam a realização de opções impostas pela dinâmica dos acontecimentos diários. O que, muitas vezes, não supera contradições, no entanto, visa atender simultaneamente dois interesses: os do sistema e os da entidade. É o caso da manutenção de duas linhas de trabalhos traduzidas na execução de programas específicos e na assessoria às atividades das entidades filiadas, que praticamente persiste em toda a trajetória da RURECO.

Desde o início de suas atividades a RURECO não apenas propôs os programas para as associações mas os executou. Até 1992 foram desenvolvidos 4 programas: tecnologias alternativas, produção de leite, assessoria comercial e administrativa e horticultura.

A partir de 1992 se desenvolve o programa de apicultura e, em 1993, começam a surgir referências sobre a “construção de um Plano de Desenvolvimento Regional”(anexo III-2⁴⁰).

Em 1994, o relato denominado A Fundação Rureco no Contexto da Região Centro-Oeste do Paraná define que um “Plano de Desenvolvimento Regional”

[...] “deve contemplar a situação do meio rural especialmente apontando soluções globais para o seu desenvolvimento, a partir dos problemas sócio-econômicos existentes. Suas ações devem potencializar a agricultura familiar na região, tendo em vista a sua importância na geração de empregos, em proporcionar melhor qualidade de vida, ser capaz de desenvolver uma agricultura sustentável e por ocupar um papel importante no abastecimento alimentar. A elaboração e discussão com a sociedade local, bem como a parceria na aplicação deste plano são um dos principais desafios que a RURECO está se propondo para os próximos anos. Temos claro que a tarefa de construir um plano eficaz só terá êxito se atribuirmos responsabilidades às entidades

⁴⁰ Este anexo nos dá uma ideia descritiva da trajetória da RURECO, em relação aos seus objetivos, público trabalhado, programas de trabalho e princípios de ação.

da sociedade civil - como a RURECO - e definir o papel do Estado, como gerador de políticas públicas” (Anexo III - 2.).

A noção de plano de desenvolvimento regional constitui fruto de um amadurecimento interno de idéias que vinham sendo discutidas entre técnicos e dirigentes e que agora são explicitadas em termos de uma proposta. Junto com esta noção, a idéia de desenvolvimento de uma agricultura sustentável viria flexibilizar a prática de uma agricultura agroecológica, sem uso de insumos industriais, já ajustada na prática pelos agricultores e criticada por algumas agências mantenedoras, conforme verificado anteriormente. No processo de construção de um projeto para a agricultura familiar, a RURECO reajusta a noção de agricultura alternativa. O conceito de agricultura sustentável passa a integrar a noção de desenvolvimento regional, que agora iria nortear a ação da Instituição.

Mas, em 1996 a RURECO volta a definir sua ação através de duas linhas de trabalho: a execução de programas técnicos e a assessoria. Sobrepõe-se, nesse momento, à idéia de construção de um projeto de desenvolvimento regional, a atuação através de programas. Isto significa que na prática a entidade continuaria a atuar segundo os programas: de produção leiteira, sementes e solos, apicultura, assessoria administrativa e comercial, fundo de crédito rotativo”.

5.2.O papel da RURECO: assessoria ou execução

A convivência com a dupla linha de trabalho seria uma herança que remonta ao nascimento da entidade e seria resultado de critérios exigidos pelas ONGs mantenedoras, na elaboração de projetos para se obter financiamento de recursos. Como normalmente foram financiados programas específicos para atividades exclusivas, como pecuária de leite, horticultura etc., a entidade assumia compromissos perante as instituições com metas previamente estabelecidas. Caberia a ela, então, executar estes programas ao mesmo tempo que prestava assessoria. Assim, já em 1989 no “Boletim da Rureco”- abril/1989, a RURECO se define como “entidade de assessoria a associações de trabalhadores rurais e sindicatos da região de Guarapuava.”(Anexo III - 2.). No entanto, propõe-se a dar apoio aos pequenos agricultores através de quatro programas básicos: Horticultura, Tecnologia Alternativa, Comercialização e Leite.

Em 1992, o relatório de atividades se refere a atividades de assessoria e de execução. Pretende “diversificar a produção para a subsistência e o bem-estar da família”, e “desenvolver linhas de produção para integração com o mercado”. Nesse sentido, os técnicos alocados na RURECO executam projetos a nível regional ao mesmo tempo que assessoram os técnicos nas associações locais. É o que ocorre por exemplo com os programas de mel, sementes e solos e leite.

A partir de 1994, os documentos internos passam a definir a entidade, prioritariamente como um órgão de assessoria. Há referência a um novo lugar para a RURECO, diante da ampliação de estruturas de apoio ao agricultor e a organização passa a assumir a posição de que “deve se afirmar como uma ONG de assessoria, preocupada com o desenvolvimento da agricultura familiar”(anexo III-2).

A partir da redefinição estatutária de março de 1996, sua função passa a ser de prestar:

[...] “assessoria técnico-metodológica, buscando o fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações, com base nos princípios da agricultura sustentável, visando o desenvolvimento do meio rural, enfocando especialmente a organização da produção, agroindustrialização e comercialização”. Além disso, propõe-se a “estimular o intercâmbio de experiências comunitárias; efetuar pesquisas e experimentação no campo do desenvolvimento sustentável; prestar serviços de assessoria e difusão na área de agroecologia, economia, sociologia, comercialização e administração rural; divulgar tecnologias, políticas de desenvolvimento e formas de organização adaptadas à agricultura familiar; fomentar um amplo programa de formação e capacitação profissional de agricultores e lideranças rurais; promover a integração e ação conjunta dos trabalhos das associadas; colaborar, relacionar-se e trocar experiências com outras entidades congêneres; apoiar a autonomia, independência e liberdade de organização dos agricultores familiares e assalariados rurais” (Anexo III- 2.).

A redefinição do papel da RURECO, dando ênfase ao papel de assessoria, representa mais um esforço no sentido de superar a contradição interna e as constantes pressões advindo de entidades associadas bem como de uma cobrança que vinha sendo realizada por algumas das mantenedoras (ACT, principalmente). O dilema, porém, não terminaria na simples redefinição dos estatutos, à medida que existiam programas a serem executados conforme compromissos assumidos perante instituições mantenedoras⁴¹. Assim, em 1996, além da execução dos programas acima mencionados a RURECO se propõe também, através de seu quadro técnico, a desenvolver atividades de assessoria a todas entidades filiadas, realizar

⁴¹ Como exemplo de cobrança desses compromissos pode-se citar os relatórios de avaliação de projetos realizados por consultorias contratados pelas mantenedoras. Uma das últimas avaliações foi realizado no Programa Leite em novembro de 1995.

programas de formação e capacitação de lideranças e agricultores, estimulá-los para a organização da produção, agroindustrialização e comercialização (Anexo III-2) . Mantêm-se, dessa forma, duas linhas de trabalho, que na prática não se mostram necessariamente excludentes mas geradoras de conflitos internos, a medida que cada vez mais as associações reivindicam autonomia nos seus planos de ação, assessoria dos técnicos e uma ação de caráter mais político da RURECO, a fim de negociar projetos e reivindicar apoio para os agricultores.

Os elementos de pressão que demandam uma ação política da Instituição nada mais representam que a face contestatória do movimento representado pela RURECO em defesa dos agricultores e contra a ação excludente do mercado e das políticas do Estado. É desta forma que o sujeito se constrói: representando o lado subjetivo, luta contra a ordem dominante, e, ao mesmo tempo, através de seu lado objetivo, busca integrar-se ao sistema. Assim, a RURECO, enquanto sujeito social, é representada, em sua dimensão racional, por dirigentes que buscam instrumentos de integração na sociedade e, em sua dimensão subjetiva, pelo movimento de seu corpo que expressa a crítica e a oposição ao sistema.

5.3.O dilema dos agentes locais: cumpridores de metas ou mediadores

Os agentes que atuam no âmbito dos municípios são técnicos de nível médio e superior. Normalmente, cada município possui um ou dois técnicos que são selecionados por uma equipe constituída pela assessoria da RURECO. São profissionais da área de ciências agrárias, com um perfil ideológico vinculado à organização e mobilização de movimentos populares.

Diante da posição em que se encontram, os técnicos que atuam diretamente junto aos agricultores representam a síntese de dois movimentos na rede das ONGs: um, que está relacionado com a demanda dos agricultores e de suas associações, com as dificuldades de implementação de medidas programadas diante da conjuntura e das contradições próprias da realidade em que atuam; outro, que trata das políticas da organização e de seus compromissos programáticos e que emana da direção e de sua assessoria direta. Dessa forma, o técnico deve atuar entre um movimento representado pela racionalização de integração da rede no sistema e outro representado pela reivindicação, pela contestação. Seu papel é de responsável pelos programas de ação, pela animação e execução das atividades, atuando como uma espécie de catalizador, e sintetizador das idéias e concepções de orientações no âmbito da rede. Melhor definindo o seu papel, o agente técnico é um mediador das demandas dos agricultores e suas

associações e dos objetivos dos projetos a serem executados. A definição surge dos próprios técnicos: “na verdade, às vezes, o técnico fica como intermediário entre o agricultor e a entidade” (Entr.14)

Responsável, pela execução de um plano de trabalho que expressa políticas da RURECO e interesse da associação de agricultores, à qual está vinculado, o agente mediador desenvolve um trabalho segundo a proposta de um paradigma que reúne elementos do padrão agroecológico e do padrão convencional. Segundo os agentes, é um modo mais racional sob o ponto de vista técnico-produtivo de potencializar o uso de recursos internos da propriedade. O desenvolvimento de uma agricultura menos dependente de insumos externos leva a resgatar práticas e um saber tradicional de domínio dos agricultores e que fora abandonado com a modernização induzida da Revolução Verde.

A mão-de-obra existente na propriedade é um fator determinante na definição do uso de equipamentos e máquinas agrícolas. Assim, caso haja carência de capital e disponibilidade de mão-de-obra, o uso de equipamentos de tração animal torna-se recomendável. Todavia, isto não impede que o agricultor mecanize sua propriedade à medida que as condições econômicas o permitam. A combinação das duas forças de tração, mecânica e animal, constitui a alternativa mais viável na maioria das vezes.

Ainda, como forma de maximizar os recursos internos da propriedade agrícola, o manejo do solo constitui uma das práticas consideradas prioritárias pelos técnicos. Isto porque o solo constitui um dos meios de produção onde mais se pode investir com práticas de manejo, utilizando recursos naturais, sendo base tanto para o sistema de produção vegetal como animal (Entr.14).

O sistema de produção deve ser orientado para uma diversificação da produção agrícola e não para a especialização. A orientação deve preferencialmente integrar atividades agrícolas à criação de animais para que se possa atingir o equilíbrio energético do sistema e reproduzir um modelo de cultivo que se assemelhe ao sistema natural, onde a ação dos insetos predadores, tidos como praga para a agricultura especializada, contribuem para o equilíbrio do ecossistema. A propriedade agrícola é trabalhada segundo uma visão sistêmica, que, ao privilegiar a diversidade da combinação vegetal e animal, cria um sistema produtivo que se completa na circularidade integradora das atividades (Entr.14).

A visão sistêmica de propriedade se ajusta à escala da propriedade familiar, uma vez que se torna mais difícil a sua operacionalidade em grandes áreas convencionalmente explorada com culturas especializadas.

A unidade de produção agrícola, sob o ponto de vista dos técnicos, deveria ser tomada como uma unidade sistêmica de produção e, nesse sentido, como uma referência para orientar o modelo de ação da RURECO. Não se poderia, então, trabalhar com programas específicos, mas assessorar o agricultor no que fosse necessário para programar e gerir o estabelecimento agrícola enquanto um ecossistema. É nessa perspectiva que se entende a sustentabilidade da produção agrícola. Uma sustentabilidade que não se reduz à questão econômica e ecológica mas que abrange a dimensão cultural à medida que valoriza o conhecimento do produtor, a questão social, quando privilegia a utilização da mão-de-obra disponível (Entr.14).

Um modelo de assessoria permitiria maior flexibilidade diante da heterogeneidade das situações que se encontram nos municípios. Mesmo trabalhando com agricultores familiares, há diferenças culturais de origem étnica que levam à prática de sistemas de produção diferenciados, em relação ao progresso tecnológico. Nesse sentido vale conferir o depoimento de um técnico:

[...] “temos o seguinte dilema. Onde se aplica melhor os princípios da agroecologia? onde tudo está no zero, onde a revolução verde não entrou ou onde já se exauriu os princípios da revolução verde?. Então temos duas situações. Agricultores do Rio Grande do Sul, do Sudoeste, têm momentos que com esse é melhor discutir. Tem mais sensibilidade de discutir por exemplo alternativas em relação ao veneno, manejo de solo. Quando se trata do caboclo, majoritário no Pinhão, aí já se trata de uma dificuldade, porque está embutido na cabeça deles. Pra ele quando se fala em tecnologia é melhor o padrão tecnológico (agroquímico), mesmo se esforçando pra que eles não saiam do padrão deles” (Entr.15).

O questionamento da forma de atuação da RURECO, envolvendo inclusive a redefinição da trajetória de construção de seu projeto, implica, segundo os técnicos, a revisão da relação RURECO-Associação de Agricultores. Implica também a revisão da própria organização institucional da Entidade representante, para melhor trabalhar e interpretar as demandas dos agricultores. Trabalhar demandas, segundo os agentes mediadores, não significa organizar uma assessoria capaz de resolver todas as questões, mas capaz de animar um processo de apoio e de retaguarda através da articulação de parceiros para realização de um trabalho em conjunto. Uma parceria que poderia ser encontrada externamente à rede das ONGs, nos sistemas oficiais de prestação de serviços como EMATER e IAPAR (Entr. 14).

Os agentes mediadores, conforme se percebe, traduzem praticamente as principais contradições que se verificam na entidade. Expressam de certa forma o que realmente a

entidade faz, e o que poderia fazer, porque são intérpretes tanto das demandas dos agricultores como dos compromissos organizacionais que a RURECO deve executar.

Em primeiro lugar o mediador traduz a heterogeneidade das situações com as quais se trabalha. Cada agente local apresenta uma especificidade e esta deve ser considerada ao desenvolver seu trabalho. Por isso, pode-se dizer que de fato não há um programa regional, mas vários.

Em segundo lugar, também não se trabalha com apenas um modelo de agricultura, ou um padrão tecnológico. A heterogeneidade da região demonstra que a realidade, segundo os mediadores, requer tanto uma tecnologia convencional, quanto oferece possibilidades de realizar uma agricultura que pode ser trabalhada segundo uma visão sistêmica, que leva em conta a biodiversidade e o saber dos agricultores.

Em terceiro lugar, o mediador parece traduzir com certa propriedade as contradições e os desafios que se colocam para a entidade, tanto na sua rede de relações internas quanto na sua relação com a sociedade.

Dada a sua posição na organização, parece claro que os agentes mediadores são aqueles que conseguem apresentar um diagnóstico organizacional de forma emblemática, que, embora insuficiente, permite oferecer entradas para análise das questões organizacionais.

5.4. A caminho da maturidade: negação ou reconhecimento de outras entidades

A construção de um projeto social de desenvolvimento, a partir de um movimento organizado, implica ajustes de sua trajetória e revisão de seu processo organizativo.

O movimento de agricultura alternativa, de modo geral, surgiu em defesa da agricultura ecológica, negando muitas vezes o uso de instrumentos da modernização, como o crédito, sob alegação de que o endividamento dos agricultores conduzia a um processo de expropriação ao invés de integrá-lo ao progresso socio-econômico. As experiências vividas pelos agricultores que experimentaram a modernização, muito mais movida pela ideologia acrítica, e pela idolatria das novas práticas industriais, sem considerar sua viabilidade econômica, de fato produziram resultados frustrantes para diversos deles, inclusive daqueles que hoje são atendidos pela rede RURECO. Muitos destes ainda conseguiram se reinstalar comprando áreas de terras mais baratas embora menos férteis, mas certamente outros tantos deixaram o campo à procura de outras atividades.

A simples negação ao industrialismo, no entanto, constitui uma fase ultrapassada do movimento alternativo, o que indica a inauguração de uma nova fase e a necessidade de enfrentamento de novos desafios. Uma fase rumo à maturidade política do movimento, caracterizada pela luta pela liberdade e autonomia, ao mesmo tempo que se reconhecem valores da sociedade industrial e a identidade de seus atores. Não há movimento social que possa se integrar socialmente sem que reconheça e seja reconhecido por outros atores sociais (TOURAINÉ, 1992).

A integração da RURECO implica no seu reconhecimento e respeito como entidade social. Um dos primeiros indicativos desse reconhecimento surge de sua relação com outras entidades através de sua participação no FÓRUM REGIONAL DE ENTIDADES, junto com outras entidades do movimento popular organizado, como a Pastoral Rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST-, a Central Regional de Comercialização do Centro-Oeste do Paraná e a Coordenação dos Rurais da Central Única dos Trabalhadores-CUT. Essa relação, no entanto, ainda é circunscrita ao âmbito do movimento popular com entidades do mesmo caráter que a RURECO. Sua integração na sociedade viria a se ampliar com a atuação integrada com órgãos do setor público como a EMATER, a EMBRAPA o IAPAR e organizações da sociedade civil como as cooperativas.

Um terceiro momento, que indica o estágio da entidade, refere-se a sua articulação não apenas com atores da sociedade civil mas também com o próprio Estado, enquanto governo, antes temido e negado no plano de sua relação com a sociedade. O ambiente democrático que se constrói na atual conjuntura política, afasta-se dos tempos em que imperava uma visão maniqueísta na relação Estado-sociedade. Isto permite que, com a atual crise na agricultura desenvolvam-se ações no sentido de formalizar parcerias com órgãos do governo estadual e prefeituras locais. Está claro que o fato de se aliar a outras forças em determinados projetos ou momentos da atuação não significa renunciar à autonomia da entidade e muito menos em relação à definição de políticas de trabalho, mas buscar reforço na capacidade de auto-sustentação e atendimento aos agricultores, conforme entende um dos mediadores:

“Alguns anos atrás, agora tá se diferenciando esse discurso né. ONGs, bom ONG, entidade não governamental, sinônimo de oposição ao governo: quer dizer, tudo que é ao nível do governo não presta. Tinha-se muito isso, algumas entidades, não digo todas. Quer dizer, a gente então é uma forma de oposição à extensão rural via governo. Eu acho que não. A gente é uma entidade não-governamental, mas que sempre que possa trabalhar em parceria, eu acho que é ótimo. Isso sem desvirtuar a nossa ideologia, a nossa atuação. Se nós temos uma forma de atuar, ou melhor, uma visão de agricultura diferente desse pessoal, então nós temos que tentar manter essa

nossa visão. Agora, no que a Emater, governo do Estado, outras entidades possam contribuir nessa proposta, acho que são muito bem vindos. Nós não somos uma entidade à parte” (Entr.14).

Nesse novo contexto poder-se-ia, novamente, repensar a atuação da RURECO. Assim, em determinadas situações a assistência técnica poderia ser fornecida pelo Estado cabendo às ONGs um papel de animação e ação integradora das demandas dos agricultores. Uma atuação envolvendo o Estado, não é apenas legítima no sentido da obtenção e apoio, mas uma alternativa possível que visa racionalizar os escassos recursos existentes (Entr.14)

Um dos indicadores mais recentes dessa nova etapa de construção da entidade pode ser identificado no evento consagrado à comemoração dos 10 anos da entidade. Fizeram-se presente, em sinal de reconhecimento à atuação da RURECO, representantes de Prefeituras Municipais, Secretaria da Agricultura, Universidade Estadual de Guarapuava e Movimentos Populares⁴². A RURECO por sua vez reconhecendo o papel dos diversos atores sociais, enaltece a importância das parcerias, e o desenvolvimento que integra diversas forças municipais.

“ O desenvolvimento acontece na prática nos municípios. Hoje a RURECO, conta com apoio de parcerias para desenvolver melhor seu trabalho, e está conseguindo através de convênio com prefeituras e outras entidades[...] para desenvolver uma agricultura que visa sustentabilidade e a agroecologia” (Presidente da Rureco, por ocasião da comemoração dos 10 anos).

A parceria foi a palavra de ordem dos discursos de todos os presentes. Outro fio condutor que unia as falas dos convidados, em solidariedade e reconhecimento à atuação da RURECO, foi a crítica à política de desenvolvimento da agricultura familiar, considerada inexistente na prática. O PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar) foi interpretado como sendo extremamente burocratizado e inoperante. A importância de políticas que motivem a permanência do pequeno agricultor no campo, desde a reforma agrária até a assistência técnica, foi reforçada por todos os interlocutores que se congratularam com a RURECO.

⁴² Estiveram presentes no evento: o Prefeito do Município de Turvo, o Secretário Municipal de Agricultura de Guarapuava, o representante do Prefeito Municipal de Pinhão, o chefe do Núcleo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o chefe regional da Emater, o vice-prefeito de Guarapuava, o diretor da UNICENTRO, o diretor do Centro de Formação de Agricultores de Castro, o presidente da COAGRO e coordenador do Movimento dos Sem Terra e o representante da Pastoral Rural.

A fase atual da RURECO constitui uma dos mais desafiadoras de sua trajetória. Trata-se da afirmação de seu projeto, dentro de uma ordem econômica em transição, onde as relações com o Estado e o próprio sentido da “esfera pública” são redefinidos. Nesse contexto, a estratégia da parceria se coloca como uma das poucas alternativas de integração no sistema e de reafirmação de sua identidade.

6. A continuidade do projeto RURECO: dilemas e desafios.

O surgimento das ONGs tem sinalizado, além de uma nova força política no âmbito da organização da sociedade civil, novas formas de gerir questões de interesse comum às populações marginalizadas ou excluídas do sistema de representação política institucionalizado (CARVALHO, 1995). Contudo, se por um lado representam um movimento organizado, oriundo da bases da pirâmide social, por outro se defrontam com desafios e dilemas, cuja forma de superação define o caráter de sua inserção na lógica do sistema social. Este é caso de Fundação RURECO, cuja análise anterior nos coloca como conclusão deste capítulo as seguintes questões:

6.1.Desenvolvimento: regional ou local

Desde a sua fundação, as atividades da RURECO têm sido desenvolvidas em torno de programas que buscam melhorar a produção de determinados produtos agrícolas, como no caso do leite, do mel, ou introduzir novos cultivares, como no caso da horticultura, da apicultura ou do programa de sementes. Contudo, mesmo com sua ação baseada em programas, a partir de 1993, a RURECO se propõe a formular um Plano Regional de Desenvolvimento, conforme mencionado anteriormente.

A proposta de regionalização do desenvolvimento, na realidade, não constitui uma novidade. Ela já foi ensaiada pelo Estado através dos Planos Integrados de Desenvolvimento-PDRI-, no final da década de 70 e início da 80. Entre os estudiosos WILKINSON(1986) analisou a relação do Estado com os pequenos produtores na Bahia, região do POLONORDESTE, fazendo uma releitura da mudança das condições de vida destes agricultores, através dos clássicos da questão agrária. A área abrangida pelo POLONORDESTE foi base para a realização de vários trabalhos que foram desenvolvidos

pelo do Projeto DRIN-Brasil.⁴³ Entre os pesquisadores que atuaram no projeto, PINTO(1981) traria contribuições importantes para se compreender a questão do desenvolvimento tecnológico da chamada “pequena produção” no campo.

O que há de novo é que este tipo de programa de modernização, diferente dos anteriores, envolve diversos órgãos públicos e não apenas a assistência técnica e o crédito agrícola. Denomina-se integrado porque se pretende atingir toda a infra-estrutura rural, relacionada com o escoamento da produção, com a armazenagem, classificação da produção, educação, lazer, etc.

Tal como os programas de modernização promovidos pelo Estado, a RURECO pretende envolver no seu “Plano de Desenvolvimento Regional” diversas entidades da região, inclusive o Estado, à medida que está ciente “que a tarefa de construir um plano eficaz só terá êxito se atribuir responsabilidades às entidades da sociedade civil e definir o papel do Estado como gerador de políticas públicas”(Anexo III-2). Ou seja, a estratégia requer a participação de diferentes atores regionais. O desafio consiste em envolver estes atores, representados por entidades, que nem sempre poderão estar, a princípio, de acordo com uma proposta alternativa de desenvolvimento, dado o caráter heterogêneo do processo de modernização regional, conforme já explicitado. Além disso um programa regional implica o envolvimento de atores que não desenvolvem atividades na agricultura.

A diversidade de interesses em jogo soma-se a um espaço sociogeográfico de caráter também heterogêneo. Assim, por exemplo, há situações em que os agricultores ainda praticam uma agricultura tradicional⁴⁴ e que poderiam ser caracterizados como pré-modernos (Entr.10).

O fato de muitos agricultores não terem experimentado um padrão técnico que ideologicamente é tido como o melhor e mais rentável, dificulta a tomada de uma posição crítica em relação aos instrumentos de produção. Para eles, ter assistência técnica significa obter uma orientação direcionada ao uso de agroquímicos e outros instrumentos industriais.

A distância e a pulverização das unidades a serem atingidas pelos serviços da entidade constituem outro fator dificultador para a implementação dos trabalhos, o que é reconhecido pelas próprias lideranças.

⁴³ Programa de Desenvolvimento Rural-Urbano da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No Paraná, a proposta DRIN esteve representada pelo Programa Integrado de Desenvolvimento do Pequeno Produtor - PRORURAL.

⁴⁴ Na definição de uma liderança, agricultura tradicional “é aquela que não usa nada... (não utiliza nenhum tipo de insumo), nem usa insumos e nem é orgânica. Aquele que planta lá no toco, tem muito isso aqui...”

“ O que dificulta muito o nosso trabalho, o trabalho da RURECO, é a questão da pulverização. Você pega aí 10 ou 12 municípios prá trabalhar, você pulveriza ainda os municípios , pegando um pouquinho em cada comunidade, aí fica super complicado. O resultado, concreto, aparece pouco” (Entr.5).

Na realidade, para realizar os trabalhos de assessoria, os técnicos regionais devem se deslocar até a sede dos municípios, que se situam a distâncias que variam de 50 a 150 km. Quando necessário, ainda, devem percorrer mais alguns quilômetros (20 a 30) até a sede das comunidades rurais. A região Centro-Oeste, nos primórdios da colonização conhecida como região de Guarapuava, é extremamente extensa e heterogênea sob o ponto de vista sociogeográfico. Sua extensão que corresponde a 22.800 km², é sucessivamente contemplada com o surgimento de novos municípios,- desde a criação da RURECO, 6 novos municípios já surgiram. Este fato onera os custos de atendimento, embora em alguns municípios existam técnicos que executam um programa de trabalho local.

Uma análise e avaliação dessas e de outras condições relacionadas ao espaço, aos recursos naturais, ao enraizamento local, e à política regional, poderia levar à formulação de uma proposta de desenvolvimento num outro nível: o do desenvolvimento local. Este conceito, muito em voga na França, surgiu como uma proposta para a crise social das zonas marginalizadas ou empobrecidas, fazendo emergir implicitamente um desenvolvimento fundamentado em uma outra racionalidade e valorizando os recursos locais (ALPHANDÉRY, 1985). Esta proposição encontra respaldo entre os dirigentes da própria entidade, para quem desenvolvimento “é criar pequenas estruturas locais”.

[...] “trabalhar potenciais locais que têm mesmo a nível de municípios, na própria comunidade, onde talvez o jovens possam até ter um emprego. Fica uma parte do tempo ali, sendo até remunerado e continua vivendo uma vida rural, morando na propriedade, estudando. Porque se não as comunidades vão se esvaziar[...]trazer essas indústrias, trazer [...] mesmo a questão de escolas, lazer”(Entr.5)

Nesta perspectiva, desenvolvimento é revalorizar a cultura e as tradições, locais e fazendo com que as comunidades reencontrem suas raízes:

[...] “o sindicato está discutindo, como você vai resgatar um pouco a cultura dos agricultores. Que aqui [...] isso antes já era bem mais forte. Tinha aquela festa chamada “a festa do lavrador”. Era pra mim o momento onde se trabalhava um pouco a questão cultural dos agricultores. Isso se esqueceu. A gente tá tentando até resgatar um pouco isso. A gente valoriza. É um pouco valorizar uma coisa que já tá se perdendo” (Entr.5).

Deve-se entender que quando se assume ideologicamente a recriação de instituições básicas, não se trata de uma volta à vida pregressa, mas de reconstruir um ambiente de equilíbrio com sentido sociocultural para os agricultores, dentro de condições que a vida moderna lhes proporciona. É oportuno lembrar os ensinamentos de Antonio Candido em um de seus trabalhos clássicos: não se trata de levar o agricultor para a cidade, mas de trazer o progresso da cidade para o campo.

“O caipira é condenado à urbanização e todo o esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de urbaniza-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade (CANDIDO, 1975, p. 225).

O desenvolvimento local recoloca a proposta num outro nível, altera relações de poder, descentraliza a administração e modifica relações clientelistas tão arraigadas na nossa sociedade (LEAL, 1975). Descendo a escala de abrangência, o projeto apreende melhor as especificidades locais. Embora grande parte do espaço da produção agrícola esteja modernizada, a maior parte dos agricultores que se agrupam em núcleos comunitários vivem praticamente na era pré-moderna, como salienta um dos líderes locais (Entr.6). Desta forma a substituição de uma proposta vertical por uma concepção mais horizontal de desenvolvimento (JOLLIVET, 1985) facilita a emergência de potenciais endógenos ao encontrar grupos sociais portadores de uma ideologia local.

Desenvolvimento local, endógeno, descentralizado, auto-sustentado são versões ou formas de desenvolvimento que, centradas nos atores sociais locais, reforçam a construção do sujeito social como uma nova expressão da idéia de desenvolvimento. Nesse sentido, um projeto de desenvolvimento local ou mesmo regional nasce gradualmente, porque é construído socialmente pelos atores enquanto se fazem sujeitos desse empreendimento social.

A consciência de que um projeto de desenvolvimento só se constrói gradualmente pode ser apreendida na direção da entidade:

[...] “você não pode chegar numa propriedade, ou nós montar, por exemplo, fazer um plano[...] chegar lá e dizer assim: oh, a partir de hoje a nossa proposta é essa, e tudo que for ao contrário. Eu acho que não, né! Isso é um processo que gradativamente você tem que ir trabalhando”(Entr. 5).

Esse indicador e outros verificados anteriormente, constatados na entidade, que traduzem o sentido de um projeto de desenvolvimento, nos parece extremamente positivo e fundamental para a condução de um movimento que se propõe construir não apenas um plano de desenvolvimento mas “um projeto de vida” com os agricultores. É somente nessa perspectiva que os agricultores podem encontrar instrumentos de, ao mesmo tempo, serem atores e autores de suas condições de vida.

6.2. A agricultura alternativa: agroecologia ou agricultura sustentável

A controvérsia em torno da agricultura alternativa emerge com a própria instituição, em 1986. A análise da trajetória da RURECO esclarece que o sentido de uma agricultura alternativa é entendido inicialmente como sendo a busca de outras linhas de produção agrícola (culturas de mercado), além das convencionais. São culturas de mercado uma vez que as pequenas unidades de produção exploravam as culturas tradicionais típicas de autoconsumo (milho, feijão) e as grandes unidades modernizadas exploravam as culturas mais nobres de maior rentabilidade econômica (como por exemplo a soja e o trigo).

Mas havia também, principalmente entre os técnicos membros da direção, uma outra versão vinculada à pretensão de se difundir uma outra agricultura, isto é, alternativa ao padrão tecnológico vigente: a agricultura ecológica. Argumentava-se que a criação da RURECO, poderia assegurar a atuação em direção à agricultura ecológica, e preservá-la das vicissitudes de linhas de trabalho que eventualmente poderiam ocorrer nas associações, em função de possíveis alterações na estrutura de poder. Nesse sentido, a orientação por uma agricultura ecológica se colocava como questão fechada, como uma condição para as associações que pretendessem se filiar à RURECO.

A opção por uma agricultura sustentável (mais flexível que a agroecológica) surge mais tarde, a partir de 1993, juntamente com a proposta de um plano de desenvolvimento regional. Atualmente, a análise da atuação dos agentes mediadores demonstra que eles não se posicionam de forma contrária ao uso de insumos industriais, mas em direção ao “convívio pacífico” das correntes alternativa e convencional, definindo como mais adequado o “modelo mais racional” sob o ponto de vista econômico.

Agricultura sustentável ou desenvolvimento sustentável, é igualmente a proposta das mantenedoras da RURECO, conforme se verificou anteriormente. De certa forma, rejeita-se a agricultura ecológica pelo que representa em termos de sua eficácia. Embora nos países

modernizados, a agricultura alternativa esteja justamente sendo introduzida em função dos altos custos de produção da agricultura convencional, no Brasil este padrão de produção é mais eficaz (SILVA, 1994)⁴⁵ para recuperação de recursos naturais degradados, considerando a variável tempo e espaço; daí ser necessário conciliar meio ambiente com progresso tecnológico (ICCO, 1995). A agricultura sustentável é então um conceito mais adequado para situações onde se requer aumento de produção e preservação ambiental, porque permite combinar dois padrões técnicos, preparando a atividade em direção a uma agricultura mais orgânica e obtendo ganhos de produtividade.

Nos termos propostos, a agricultura sustentável, assimilada enquanto uma agenda de ação, se aproxima da concepção dada por GUIVANT (1995). Segundo a autora, embora as diversas formas de agricultura (regenerativa, biológica, orgânica, ecológica..) que se apresentam alternativamente à convencional e à tradicional, sejam colocadas sob o guarda-chuva da sustentabilidade, podem ser traduzidas como uma “*agricultura de insumos reduzidos*”. Nesta direção a agricultura sustentável, traduzindo o sentido explicitado no capítulo I, define-se como um padrão técnico de produção que prioriza a rentabilidade econômica, reduzindo o uso de insumos e energia externa à propriedade e relevando o uso de recursos internos, bem como o manejo de recursos naturais.

O conceito “agricultura sustentável” será retomado após a análise das práticas agrícolas implementadas pelos agricultores (capítulo IV). Nesse sentido, o que aqui se apresenta como um dilema poderá se apresentar como uma falsa questão à medida que se revelar uma estratégia eficiente de reprodução social.

6.3. O papel da RURECO: assessoria ou execução

A análise dos documentos e dos depoimentos dos técnicos permite identificar duas linhas de atuação da entidade, desenvolvidas simultaneamente: uma de assessoria outra de execução. Essas linhas de atuação, embora pareçam contraditórias perante as entidades locais ou os agentes mediadores, refletem o caráter de inserção da RURECO na rede de relações externas e internas à sua atuação. No âmbito de suas relações com o sistema, ela depende financeiramente das ONGs do Norte da Europa e por isso ajusta os seus projetos às orientações das agências financiadoras, elaborando programas de ação por explorações

⁴⁵ Para Graziano da Silva, a agricultura alternativa não consegue competir com a agricultura convencional, porque como tecnologia de “segunda linha”, é de menor produtividade.

agrícolas, ou por ramo/setor de atividade. Ao propor estes programas é cobrada quanto aos seus resultados e por isso se estrutura no sentido de executá-los. A assistência técnica às atividades financiada não deixa de ser pertinente, enquanto atividade econômica que tem vínculo com interesses locais, mas a concentração da ação nestes programas e a contratação de técnicos específicos para a sua execução causam transtornos na relação com as entidades filiadas, à medida que estas pretendem obter autonomia na formulação de seus programas de trabalho e atender agricultores que têm outros interesses além dos programas que executam. Então, no âmbito das relações internas, as entidades reivindicam assessoria para as suas demandas, e maior flexibilidade para com os recursos obtidos⁴⁶, além de pressionarem os dirigentes da RURECO para buscarem recursos e formularem parcerias com o Estado.

Este duplo papel de assessoramento e execução demanda dos técnicos mediadores locais a tarefa de atingir outras questões emergentes nas unidades de produção além do programa que executam. Assim, o técnico deveria prestar atendimento à unidade produtiva, enquanto um sistema de produção, e não enquanto uma unidade especializada em torno de um ramo de atividade agrícola. Na prática, porém, isto não se verifica, porque tendo como tarefa principal a execução de um programa, o técnico acaba priorizando-o e com isto torna-se um especialista na atividade.

Subjacente às duas formas de atuação estão em jogo dois modelos de agricultura. 1) uma agricultura especializada que aponta para o desenvolvimento setorial, integrada ao complexo agroindustrial (KAGEYAMA,1985), que é implicitamente apoiado pelas ONGs mantenedoras ao financiar projetos para desenvolver um ramo de atividade na agricultura. - Observa-se que não são aprovados planos de desenvolvimento de grupos, comunidades ou locais, mas programas para desenvolver a atividade de leite, apicultura, etc. 2) uma agricultura diversificada, cujo desenvolvimento é baseado no sistema de produção em seu conjunto (DUFUMIER,1992). Esta, ecologicamente mais equilibrada (ROMEIRO,1992), considera o saber dos agricultores, suas experiências, e potencializa os recursos naturais existentes na propriedade; aquela, baseada num sistema simplificado ou especializado, mais dependente de energia externa, busca aumentar a produtividade dando prioridade aos insumos e equipamentos de origem industrial.

6.4. A relação com o Estado: negação ou parceria

⁴⁶ Atualmente os recursos estão vinculados aos projetos aprovados e financiados pelas ONGs do Norte europeu.

A trajetória das Organizações Não-Governamentais foi marcada por lutas e confrontos com o Governo do Estado através de críticas e denúncias. Isto fez com que as lideranças se mantivessem distantes da relação com os governos, principalmente durante a vigência do regime militar. Com a gradual democratização da sociedade brasileira esta relação começa ser repensada, embora muitas das lideranças, militantes de partidos políticos de oposição, hesitem em se aproximar do governo. A crise atual em que se encontram as ONGs, principalmente com a decisão das mantenedoras de não mais dar prioridade ao financiamento de atividades na região sul do Brasil, pressiona os dirigentes a tomarem uma posição com relação à busca de novos caminhos para manter suas atividades. Nesse sentido, a parceria com entidades públicas, para dar continuidade à execução de suas atividades ou mesmo para formular novos planos de trabalho, certamente constitui uma das alternativas a serem enfrentadas, sob pena de ver fracassado todo um trabalho, arduamente desenvolvido com as populações marginais visando sua integração social.

A busca de estratégias de desenvolvimento de atividades conjuntas, ou de obtenção de recursos públicos, constitui uma medida recomendada, inclusive, pelas mantenedoras que hoje avaliam haver no país condições para negociação de recursos públicos. Este avanço a ser dado pelo movimento das ONGs indicará o estado de maturidade do movimento na construção de sua identidade, enquanto atores políticos capazes de reivindicar e preservar sua autonomia, alinhada à preservação de seus interesses, sem cair em clientelismos e nas tradicionais trocas de favores. Com isso estar-se-á atingindo um dos pilares indispensáveis à construção do desenvolvimento de uma nação democrática a que se refere TOURAINE(1992): o da consolidação de atores políticos⁴⁷.

6.5. Formação de líderes: renovação ou consolidação dos mais experientes

Embora o poder circule entre lideranças oriundas das associações que constituem a RURECO, a própria direção reconhece que poucos valores novos emergiram para ocupar o lugar de líderes que atuam desde o surgimento da entidade (BRANDENBURG e GAIFAMI, 1996). A RURECO não desenvolve e nem participa de qualquer programa de formação de liderança executado por outra entidade, embora participe do Fórum Regional de Entidades,

⁴⁷ Touraine assinala três condições para a consolidação do desenvolvimento de um Estado democrático; o espírito empresarial, a constituição de atores políticos e a existência de uma forte consciência nacional e uma administração de Estado eficaz.(TOURAINE: 1992)

juntamente com a Assessoria da CUT, que a princípio seria responsável pelo desenvolvimento de programas de formação política. Esta situação pode levar a entidade a um envelhecimento precoce, a um estado de acomodação e à perda de vigor na busca de formas de renovação e estratégias de atuação.

Mas a formação de líderes, que se realiza apenas no “exercício da liderança”, enfrenta ainda questões que advêm da conjuntura econômica. Há muitos quadros que se perdem, em função da mudança de atividade dos agricultores. Como se expressa uma liderança: “há casos em que se investiu muito [...] hoje(esses líderes) estão servindo em outras atividades.” Desta forma, a falta de renovação pode também ser atribuída ao desânimo ou à falta de perspectiva na agricultura (Entr.10)

Tratar da questão da liderança é tratar das relações de poder de uma instituição. E nesse sentido, subjacente à composição da entidade, formada por representantes de associações e sindicatos (Tabela 1) pode residir um dos principais conflitos hoje existentes: o de representação e o de assessoria. Poder-se-ia questionar por que uma entidade que se propõe a assessorar as associações, no que tange à organização da produção, é formada por representantes de sindicatos que têm por objetivo desenvolver um trabalho de formação política sindical. E por que os representantes de sindicatos não se mobilizam politicamente no sentido de obter recursos, no momento em que a entidade passa por uma crise financeira ?

Embora a análise interna à organização institucional não constitua objetivo deste trabalhos, os aspectos levantados neste item mereceriam ser aprofundados, tendo em vista que, para o desempenho eficiente de uma entidade, é necessário haver saúde e vigor institucional. Uma outra questão importante, que advêm da experiência que os agricultores vivenciaram, refere-se às atividades gerenciais. A partir da experiência mal sucedida de assumir a responsabilidade por um mercado para comercializar produtos alimentícios, os agricultores se perguntam: qual é o papel do agricultor? Vale a pena dedicar tempo para acompanhar um empreendimento comercial? O que é mais importante, transformar-se num agricultor profissionalmente competente, ou entender de tudo um pouco, inclusive de comércio? Está claro para as lideranças entrevistadas que deve haver necessariamente uma profissionalização das atividades. Ou seja, o agricultor deve se profissionalizar em sua atividade assim como a gerência de um mercado deve ser destinada a uma pessoa competente. Mas a questão não é assim tão simples: é necessário que a direção saiba acompanhar as atividades do gerente, e aí vem outra questão: até que ponto o agricultor está preparado para esta tarefa, ou deve se preparar para enfrentá-la?

6.6. Os rumos da auto-sustentação: integração social ou exclusão?

Entre todas as questões que se colocam, a auto-sustentação constitui o tema que mais ocupa a entidade no momento. Além da crise conjuntural pela qual passa a agricultura, e que afeta direta ou indiretamente o desenvolvimento de suas atividades, a RURECO passa por uma crise de ordem financeira sem precedentes. Conforme mencionado no início deste capítulo, ela é praticamente dependente financeiramente das ONGs da Europa do Norte. Não há outros recursos para manter suas atividades, salvo aqueles advindos dos programas financiados pelas ONGs mantenedoras. Como estas sinalizam que pretendem retirar o apoio às entidades do Sul do Brasil, a RURECO se mobiliza no sentido de adotar medidas que levem à auto-sustentação das atividades das associações, além de buscar parcerias para execução de seus projetos e pressionar órgãos públicos para obtenção de recursos

Embora diversas estratégias ainda estejam sendo pensadas pelo corpo da Instituição⁴⁸, é no âmbito interno da rede das organizações filiadas que algumas medidas já estão sendo implementadas, como a terceirização das atividades de mercado da farinheira (Pinhão)..

Mas entre as estratégias de auto-sustentação, existem duas que merecem ser destacadas pelas conseqüências que poderão apresentar junto ao público-alvo atingido pela Rede RURECO. A primeira, já em andamento, refere-se à instalação, no Paraná, de uma Holding internacional, a INCOFIN/PR. Esta empresa, constituída com capital Belga e com recursos de entidades do movimento popular paranaense, representa uma alternativa de continuidade ao apoio às atividades, antes financiadas, através da “gestão compartilhada de capital”, segundo a ACT. A proposta é fazer com que o lucro da empresa seja destinado à manutenção e ampliação das estruturas de apoio já existentes. Entre as estratégias adotadas, esta constitui para os agricultores a menos transparente. Não se tem clareza sobre os efeitos deste tipo de empreendimento, nem entre os técnicos assessores, nem entre os líderes e agricultores (BRANDENBURG & GAIFAMI, 1996). A segunda estratégia pretende buscar a contribuição do agricultor na manutenção dos serviços de assistência técnica.

“ O próprio produtor tem que pagar a assistência técnica. Mas isso pensando mais a nível local. A gente fez uns cálculos aqui [...], dentro desse projeto, a gente acha que

⁴⁸ Entre as estratégias de autosustentação estão sendo pensadas: desconto de um percentual do volume de produtos comercializados pela CERCCOPA (o programa de apicultura, propõe um 1kg/caixa/ano), contribuição de uma taxa mensal por grupo de produtores atendidos, terceirização de mercados mal sucedidos e pensados como estratégia de manutenção das atividades desenvolvidas.

tem que ter um técnico pra cada 80 famílias. É o máximo que o técnico, no nosso entendimento, na nossa visão, ter um técnico prá cada 80. Hoje se os agricultores conseguirem ter uma renda conforme o que a gente tá pensando pros municípios, é possível que cada família tire 20 reais por mês prá ajudar na assistência técnica” (Entr.5).

Esta medida, desde que implementada, poderá resultar num processo de exclusão dos beneficiários da atuação da entidade, uma vez que elege agricultores ou grupos que tenham condições de subsidiar os serviços prestados.

Note-se que as próprias atividades desenvolvidas pela entidade geram um processo de diferenciação e exclusão, à medida que os agricultores atendidos obtêm melhora nas suas condições sociais e econômicas. Como a entidade não tem condições de expandir suas atividades para grupos ainda não orientados, em função dos limites com os quais se defronta (de recursos humanos e financeiros) (BRANDENBURG E GAIFAMI, 1996), mantém o trabalho para os que, por hipótese, já melhoraram suas condições, gerando um processo seletivo no seu atendimento. Ou seja, dentro das condições socio-econômicas dos agricultores, o trabalho desenvolvido pela RURECO é intrinsecamente diferenciador.

De acordo com as análises anteriores, a rede das ONGs estaria reproduzindo, de certa forma, o que ocorreu com o movimento das Cooperativas Agrícolas. Estas, embora tivessem como ideário a integração socio-econômica da massa de pequenos produtores marginais à agricultura comercial, acabaram, sem a perspectiva de reformas sociais, por desenvolver um processo seletivo de intervenção, vindo a reforçar as desigualdades já existentes na estrutura social agrária (SCHNEIDER, 1981; CORADINI & FREDERICQ, 1982). Então, da mesma forma que as Cooperativas pretendiam integrar pequenos e médios agricultores à Revolução Verde, as ONGs se propõem a integrar socialmente, através de uma via alternativa de desenvolvimento, uma massa de agricultores que já tinha sido excluída pela primeira fase da modernização no campo. No entanto, ao se deparar novamente com a ausência de reformas sociais, destinadas a beneficiar pequenos e médios agricultores familiares através de políticas públicas, capazes de ampará-los estrategicamente para desenvolver uma linha de trabalho mais massificada e menos seletiva, corre-se o risco de se realizar um novo processo de seleção/exclusão dos que já foram uma vez excluídos. Nesse sentido, o que poderia ser transformado num movimento social relacionado com uma “segunda chance” de integração social (ALMEIDA, 1993), pode resultar num movimento auto-seletivo de integração/exclusão sob orientação de entidades organizadas pelos próprios agricultores.

A alternativa para amenizar este processo seletivo está justamente numa estratégia mais agressiva do movimento das ONGs, enquanto Rede TA/Sul, no sentido de obter apoio do Estado, seja na forma de políticas públicas, que visam assegurar o interesse da grande maioria dos agricultores familiares, seja através de reformas mais amplas da estrutura de produção agrária.. A via alternativa de um desenvolvimento sustentável proposta pelo movimento das ONGs, parece adquirir cada vez mais força, à medida que vários outros atores sociais também a incorporam enquanto um projeto. No entanto, não é tarefa que pode ser viabilizada a curto prazo e muito menos com organizações instáveis, ou em crise, conforme admite inclusive uma das mantenedoras.

Finalizando, diríamos que para a afirmação da entidade e para reforçar seu poder de pressão junto aos órgãos públicos, bem como seu poder de barganha com parceiros é fundamental a apresentação de resultados concretos de sua ação. Seja qual for seu projeto, qualquer entidade será avaliada e reconhecida pela sociedade à medida que apresente resultados coerentes com seu discurso e demonstre eficiência perante seus propósitos. Visando fornecer elementos, para se refletir esta questão, passaremos a analisar o resultado que emerge da ação RURECO na construção de uma agricultura alternativa-sustentável na região centro-oeste do Paraná.

CAPÍTULO IV

O AGRICULTOR FAMILIAR ALTERNATIVO: ELEMENTOS PARA FORMAÇÃO DE UM PERFIL

Neste capítulo tem-se como objetivo analisar a contribuição da RURECO na construção de um projeto de permanência na agricultura e conseqüentemente na formação de um agricultor familiar-alternativo. Primeiramente, verificaremos a sua contribuição na formação dos agricultores e na reorganização do sistema produtivo segundo a racionalidade técnica-instrumental, que avança sobre o mundo da vida rural. Depois, a partir das condições de vida campo-cidade, analisaremos como os agricultores reagem à construção de um projeto de vida no campo e quais os componentes básicos desse projeto. Por último, verificaremos qual o personagem que emerge como resultado da ação da RURECO. Analisaremos as hipóteses deste trabalho, comparando variáveis analisadas entre agricultores alternativos/RURECO e OUTROS, o que nos conduzirá à construção de um perfil do agricultor alternativo-sustentável.

A ação da RURECO, através da sua rede de ONGs, traz no seu bojo a formação de um outro agricultor. Quem é esse agricultor, e o que significa? Na perspectiva como o interpretamos, é um agricultor integrado no sistema social, mas que ao mesmo tempo preserva uma certa identidade, uma “mística”, segundo a expressão de uma militante, que o diferencia dos demais. Essa sua condição o faz assimilar valores da sociedade, mas não de forma passiva, como objetos de uma sociedade de consumo, mas como autores de um projeto de vida, isto é como sujeitos sociais

Qual a contribuição da RURECO na formação deste sujeito e como se explicita o resultado de sua ação em relação aos demais agricultores? Passaremos a analisar os

agricultores, - orientados/RURECO e OUTROS - segundo os aspectos da racionalidade e da subjetividade, para num segundo momento verificar os elementos integradores da construção de um projeto de vida no campo.

1. O ÂMBITO DA RACIONALIDADE

O âmbito do sistema societário é governado pela racionalidade. Nas sociedades modernas - dos subsistemas organizados -, não há espaço para a expressão de outras dimensões, a não ser quando sob domínio da razão. A contínua expansão da racionalidade que levou à complexidade organizacional das sociedades contemporâneas conduziu Habermas a identificar dois âmbitos sob orientação de lógicas distintas: sistema e mundo da vida. Analisaremos na sequência sob essa perspectiva a formação do agricultor alternativo, considerando-o diante do imperativo racionalizante dos subsistemas trabalho, produção e mercado.

1.1. O trabalho

O desenvolvimento da racionalidade econômica encontra no trabalho, enquanto elemento organizador da produção de mercadorias, um dos seus pilares fundamentais. Isso porque, como componente do sistema de produção, a produtividade do trabalho afeta diretamente a taxa de lucro do empreendimento econômico. Assim, justifica-se a adoção de técnicas e instrumentos de produção que, em escala crescente, racionalizam o trabalho, tendo em vista a maximização do lucro. A racionalização do trabalho através do progresso tecnológico acaba levando a sociedade a uma crise social, conforme GORZ (1988), à medida que o processo de substituição da força do trabalho humana por máquinas e equipamentos cada vez mais eficazes gera uma diminuição crescente da oferta de trabalho.

Se, por um lado, nas sociedades capitalistas a racionalidade econômica atinge um grau de desenvolvimento jamais encontrado em outros tipos de sociedade, por outro nem todas as unidades de produção do sistema atingem o mesmo desenvolvimento. Exemplos concretos dessa heterogeneidade, ou dos diferentes estágios da expansão da racionalidade econômica, nas condições de desenvolvimento da sociedade brasileira são as unidades de produção

agrícola. Os que estudam a questão agrária na perspectiva econômica demonstram que, após passar pela fase da modernização, a agricultura se integrou aos complexos agro-industriais (KAJEYAMA, 1985; SILVA, 1996), atingindo uma maturidade econômica capaz de autofinanciar sua reprodução, dispensando o auxílio do Estado. O atingimento desse estágio, contudo, não significa que todas as unidades econômicas operam segundo um mesmo grau de racionalidade econômico-instrumental. Há unidades de produção parcialmente integradas (FERREIRA, 1995), outras modernizadas, mas fora dos complexos, e outras que ainda nem sequer operam segundo uma base técnica caracterizada por modernos instrumentos de produção.

[...] “há um conjunto de atividades agrícolas onde ainda prevalece a produção em bases quase que artesanais, isto é, o “resto” da agricultura, ainda não modernizado nem com ligações intersetoriais fortes. Entram aqui os “produtos de pobre” da agricultura como mandioca e banana e, nas regiões menos dinâmicas (Nordeste, p.ex.), os alimentos básicos (arroz de sequeiro, milho e feijão)” (KAGEYAMA et alii, 1985, p. 188).

Poderíamos afirmar que, entre os integrados à agroindústria, encontramos com maior frequência aquelas unidades produtivas que maximizam a racionalidade econômica, isto é buscam o lucro como objetivo principal. Como exemplos mais expressivos desse tipo de organização de produção poderíamos citar principalmente as unidades produtoras de carne - avicultura, pecuária de leite, por exemplo. Os limites impostos pela natureza biológica dessas atividades ainda impedem que a produção seja obtida completamente através de tecnologias industriais, mas, mesmo assim, com o desenvolvimento da informática e da biotecnologia, a produção torna-se cada vez mais aperfeiçoada e o trabalho cada vez mais escasso, uma vez automatizado. Segundo Goodmann “o fazendeiro dará lugar ao “bioadministrador e a observação será substituída por “software”” (GOODMANN et alii, 1990, p. 163). Nessa perspectiva, tanto na indústria quanto na agricultura a produção se realiza em “ambiente criado” e a expansão da racionalidade instrumental encontra aqui sua expressão máxima.

A racionalidade econômica começa a desenvolver-se com o cálculo contábil e à medida que o agricultor deixa de produzir para autoconsumo e orienta a produção para o mercado (GORZ, 1988). Por um lado, a decisão de cultivar esta ou aquela cultura é tomada considerando os rendimentos econômicos que ela pode oferecer. Por outro, a exigência do mercado em termos competitivos faz com que o agricultor adote técnicas e inovações capazes de competir com outros produtos. O sistema de livre mercado conduz assim a uma

racionalização crescente e à organização da produção agrícola segundo os imperativos da lógica do sistema econômico.

As transformações socioeconômicas provocadas pela economia de mercado, levaram a sociedade a articular-se em torno de sistemas complexos de organizações, sendo um deles o trabalho. Enquanto processador e organizador da produção, o trabalho é desenvolvido por um profissional, cuja qualificação requer que seja cada vez mais especializado. A crescente divisão social do trabalho, no seu processo de fragmentação de atividades, demanda uma qualificação cada vez mais restrita e especializada. Na agricultura, assim como em outras atividades - no funcionamento da fazenda, da empresa capitalista rural, ou da agroindústria -, requerem-se profissionais de diferentes qualificações em função de tarefas especializadas que são criadas, visando obter maior produtividade e uma taxa de lucro máxima. Nas unidades familiares de produção, nas quais desenvolvemos nossa análise, não há grandes divisões de tarefas, na medida que as atividades são desenvolvidas pela força de trabalho encontrada no seio dos residentes na propriedade, conforme constatado no capítulo II. Isto não significa, porém, que o agricultor familiar não tenha necessidade de se qualificar e se modernizar enquanto profissional da atividade agrícola. Longe de se transformar num desqualificado, o agricultor familiar deverá, ao invés de dominar apenas uma especialidade, desenvolver habilidades e dominar várias áreas de conhecimento. A importância e o sentido dado à qualificação profissional constitui objeto da análise que passaremos a realizar na sequência.

1.1.1. A formação profissional: o ofício de agricultor

Os agricultores de hoje, atendidos pela RURECO, são descendentes diretos de agricultores. Havendo um forte caráter hereditário na profissão, trazem consigo experiência de vida na agricultura, o que fez deles sujeitos possuidores de um conhecimento que advém da sua relação com os recursos produtivos e com os meios que utilizam para produzir. O conhecimento é derivado da sua prática, de observações que muitas vezes são aplicadas intuitivamente, sem que sejam codificadas pelo conhecimento científico, e sem que sejam submetidas a um julgamento à luz da racionalidade econômica. O domínio de um saber “empírico” se reflete diretamente na forma de desenvolver sua atividade e na sua identidade profissional. Dessa forma, os agricultores se identificam como “pequenos agricultores” ou simplesmente “agricultores” (Tabela 1).

Tabela 1. Auto-definição de identidade e profissionalização dos agricultores segundo as categorias entrevistadas (%)

Identidade profissional	RURECO	OUTROS
Pequeno agricultor	84,0	72,0
Agricultor	8,0	14,0
Colono	4,0	4,0
Pequeno empresário	-	6,0
Outros	4,0	4,0
Participantes de cursos profissionalizantes		
Sim	52,0 *	22,0
Não	42,0	76,0
Cursos profissionalizantes realizados		
Apicultura	36,0	4,0
Leite	18,0	2,0
Manejo de solos	6,0	2,0
Administração	2,0	6,0
Outros	2,0	10,0
Definição de um bom agricultor		
Trabalhador	14,0	18,0
Ter aptidão	12,0	18,0
Condutas racionalizantes**	52,0	58,0
Cultivar para subsistência	12,0	-
Não sabe	4,0	2,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativa ao nível de 0,01 de significância.

** Condutas relacionadas com aperfeiçoamento técnico, organização da propriedade, cálculo de receitas e despesas e planejamento da propriedade.

Embora grande parte dos agricultores sejam descendentes de colonos imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a categoria “colono”, de modo geral é desprovida de qualquer sentido⁴⁹. Somente 4 % dos entrevistados identificam-se com a categoria. Entre os OUTROS agricultores, 6 % se intitulam pequenos empresários.

⁴⁹ Diferente dos descendentes de colonos imigrantes, que assumiram essa identidade, em função do significado histórico da palavra os agricultores atuais já distantes de sua origem, de modo geral, se identificam como agricultor.

“Ser agricultor”, portanto, identifica um profissional que é proprietário, trabalhador e ao mesmo tempo gerente de sua própria atividade. Como personagem “trinitário”, no entanto, o agricultor não acumula a renda da terra, o lucro de empresário e o salário de trabalhador. Para competir no mercado, ele renuncia à “renda”, ao “lucro” e permanece apenas com as “sobras” de seu trabalho. Assim, como diz Bruno Jean, “ não é o agricultor moderno que acumula três tipos de renda mas o inverso; é a sociedade inteira que acumula três tipos de ganho nas relações que ela mantém com os agricultores modernos” (JEAN, 1994, p. 55). Nesse sentido, torna-se condição essencial de sua sobrevivência a qualificação profissional para o desempenho eficiente de várias atividades que lhe são imputadas. Muitos desses agricultores são apicultores, suinocultores, ou pecuaristas, ramificações da atividade agrícola que constituem especialidades ou áreas de domínios de conhecimento cujo aprimoramento é buscado nos cursos fornecidos pelas entidades orientadoras. Além disso, devem saber gerir a propriedade, administrar finanças, ser motorista, etc. O agricultor é um profissional polivalente até porque sua propriedade não é especializada mas diversificada, conforme foi demonstrado anteriormente.

Os agricultores, em sua maior parte, têm consciência de sua situação frente a uma agricultura em transformação e diante do papel reservado à agricultura no contexto do mercado nacional e internacional. Assim, “deve-se estar preparado para o Mercosul ...sem perder as práticas antigas”(Q.83).

Entre os agricultores orientados/RURECO, 52 % realizaram algum curso de caráter profissionalizante⁵⁰. Observa-se, nesse particular, que os agricultores/RURECO são os que mais se qualificaram em relação aos OUTROS agricultores, que por hipótese praticam uma agricultura convencional, de base industrial, e portanto mais especializada. Esta constatação, verificada no teste de hipóteses, corresponde a um grau de confiança de 99 %.

Apicultura (36%) e produção de leite (18%), sendo atividades em que os produtores mais se capacitaram, refletem a política de ação dos programas desenvolvidos pela RURECO, e por isso se distinguem significativamente em relação aos OUTROS agricultores.

A busca de um domínio do conhecimento técnico não significa abandono do saber e de instrumentos tradicionais, como se observa empiricamente e explicitamente no depoimento dos agricultores (Q.83). Há referências nesse caso a equívocos ao se substituírem meios

⁵⁰ São considerados cursos profissionalizantes aqueles que abrangem todo o ciclo, ou todas as etapas de um ramo de atividade. Não estão incluídas as reuniões técnicas e as visitas realizadas periodicamente pelos técnicos.

tradicionais de produção por instrumentos modernos. (O agricultor) “não pode loquear, pior coisa que fiz: vender 6 vacas para comprar trator”.

A convivência com meios tradicionais e técnicos parece não levar à ruptura de conhecimento mas a uma certa modificação na hierarquização do saber. A compatibilidade do conhecimento também já foi constatada em estudos anteriores no Brasil (WANDERLEY, 1989) e na França (BYE e FONTE, 1992). Os conhecimentos técnico-científicos que estão sendo incorporados pelos agricultores também não podem ser vistos como de natureza superior ao saber prático, mas é fruto de uma exigência que resulta da imposição de um novo ritmo na produção.

O domínio de um saber técnico na gestão da exploração agrícola está relacionado com a busca da racionalidade econômico-instrumental. Somente quando é empregada com este objetivo a técnica se torna adequada sob o ponto de vista econômico. Nesse sentido, o que explica a conduta moderna do agricultor não é simplesmente a substituição da “base técnica de produção”, mas o emprego de meios e instrumentos racionalmente eficazes. Os instrumentos de origem industrial podem não racionalizar a atividade segundo os interesses dos agricultores. Muitas vezes, contraditoriamente, são exatamente os meios tradicionais os mais eficientes para a exploração familiar, que não tem capital disponível, mas tem mão-de-obra (FASIABEM et alii, 1995). É por isso também que a simples adoção ideológica de uma técnica pode levar ao endividamento e à expropriação dos agricultores familiares.

A afirmação de um padrão de orientação que destaque a racionalidade econômico-instrumental constitui um fato que pode ser constatado na tabela 1, quando analisamos o sentido de ser “bom agricultor” para os entrevistados. Verifica-se que tanto os orientados/RURECO (52%) como os OUTROS (58%), colocam em primeiro plano condutas relacionadas com a racionalização do processo produtivo.

Há, contudo, entre os entrevistados, agricultores que qualificam como a melhor conduta aquela que considera a vocação (12% e 18%), e a ética do trabalho (14% e 18%) - as diferenças não são significativas. Constata-se, portanto, que, para muitos agricultores, as orientações relacionadas com a subjetividade no âmbito do trabalho persistem, mesmo havendo tendência para o domínio das orientações relacionadas com a racionalidade econômico-instrumental. Desse modo, a conduta do agricultor também é fortemente orientada por valores como a autonomia no trabalho, conforme se explicitou no capítulo II. Ser agricultor pode até significar trabalhar mais, mas o valor da independência ou da autonomia na condução das tarefas compensa o sacrifício. Há, também, um certo grau de realização ou

de prazer que é encontrado no desempenho de sua profissão, na medida em que “só resistirá mais tempo no campo o que gosta da natureza. O que vê a agricultura só como meio econômico não resiste muito tempo” (Q. 48).

A agricultura praticada apenas como um “negócio”, com um empreendimento economicamente racionalizado, na visão dos agricultores, torna-se impraticável. Ela deve ser mais do que uma atividade para poder se viabilizar e talvez por isso “alternativa”, no sentido de se diferenciar de um trabalho que tem apenas um sentido econômico. A agricultura parece constituir também um “trabalho para si”, conforme diz GORZ(1988), um trabalho através do qual o indivíduo se realiza e se desenvolve através de sua atividade e por isso não simplesmente um meio de se ganhar a vida, mas sim um meio de se viver e realizar um “projeto de vida”. Nesta perspectiva, a identidade profissional que constrói o “agricultor alternativo” está mais para um “ofício”(RASIA, 1990) do que para um trabalhador que simplesmente busca na sua atividade realização econômica. O sentido de ofício está relacionado com a atividade do artesão, que faz da profissão a sua própria vida, enquanto que o trabalhador ganha a vida no trabalho e se realiza subjetivamente fora do seu âmbito.

O agricultor familiar, enquanto trabalhador de ofício é artífice de sua profissão, é ator e autor de práticas agrícolas na medida em que as observa, cria, experimenta e adapta. Desse modo, o agricultor familiar alternativo não apenas se transforma num trabalhador que repete atos técnicos: ele deve saber interpretar as condições naturais e a conjuntura social em que desenvolve a sua atividade para tomar suas decisões. É a consideração do conjunto de fatores relacionados com o meio ambiente natural e social aliada à sua sabedoria que vai qualificá-lo como um “estrategista sui generis”, um profissional habilidoso, enfim um trabalhador de ofício.

1.1.2.O cálculo contábil: maximização da racionalidade econômica e gestão do estabelecimento agrícola

O cálculo contábil constitui um instrumento indispensável para uma eficiente gestão de empresa. Sob o ponto de vista da ciência econômica, a importância da contabilidade e da administração tem justificado áreas distintas de formação e aperfeiçoamento técnico. Em relação aos cursos das ciências agrárias, têm-se incluído disciplinas de administração nos seus currículos e até mesmo criado cursos específicos de administração rural. No entanto, as técnicas relacionadas à gestão e controle administrativo na agricultura, longe de constituírem práticas amplamente difundidas entre as unidades produtivas, são pouco utilizadas,

principalmente entre os agricultores familiares. Analisaremos, segundo os indicadores da tabela 2, como o agricultor controla a rentabilidade e gere a unidade produtiva.

Tabela 2. Dados de rentabilidade e gestão da unidade produtiva, segundo as categorias entrevistadas (%)

Percepção de rendimento	RURECO	OUTROS
Lucro	16,0	30,0
Prejuízo	34,0	24,0
Se mantém	46,0	44,0
Formas de controle		
Sobras	32,0	20,0
Memória	12,0	30,0*
Notas fiscais/ anotações/ cálculos	26,0	28,0
Qdo pode investir/ boa colheita/preço	12,0	8,0
Qdo há dívidas	-	6,0
Condutas prioritárias na gestão do estabelecimento		
Usar recursos próprios/diversificar produção	30,0*	10,0
Impossível sem política agrícola	20,0	26,0
Planejar e administrar a propriedade	10,0	20,0
Especializar/investir tecnicamente	18,0	14,0
Depender pouco do mercado e especializar	12,0	10,0
Outros	8,0	12,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativa ao nível de 0,05 de significância.

Mesmo não realizando o cálculo contábil de maneira sistemática à maneira de uma empresa, o agricultor familiar parece ter uma noção da rentabilidade da unidade produtiva que gere. Nesse sentido, a realização econômica, na conjuntura atual, parece não ser indicativo da maior parte dos agricultores orientados pela RURECO. Questionados sobre a rentabilidade econômica da agricultura, 16 % dos agricultores/RURECO avaliaram que a unidade produtiva estava dando lucro, 34 % são de parecer que estão obtendo prejuízos e 46 % são da opinião que dá apenas para sobreviver.

Os indicadores, no entanto, não são os mesmos para os OUTROS agricultores, cuja percepção de lucratividade atinge 30 %; de prejuízo 24 % e de condições de manutenção ou sobrevivência 44 %. Embora haja diferenças entre as duas categorias comparadas, elas não são significativas quando submetidas à verificação no teste de hipóteses. Aqui torna-se necessário fazer um esclarecimento sobre o significado do conceito de *lucro*. O lucro não tem o sentido convencional de lucro capitalista, mas está relacionado a um rendimento econômico, enquanto um indicador genérico da situação. Ele tem um sentido de dividendos positivos que certamente inclui renda monetária, mas que pode incluir também outros valores, como “sobras”, como produção de consumo, boa colheita em termos de qualidade e quantidade ou, ainda, entendido como sobras para investir.

De qualquer modo, os dados acima, as observações realizadas a nível de campo, a bibliografia sobre cálculo econômico da agricultura familiar (WANDERLEY,1989; GARCIA,1989) indicam que os agricultores, de modo geral, realizam um balanço entre receitas/despesas, fazendo parte do seu raciocínio elementos componentes da moderna contabilidade (como custos de produção, de transporte, sobras financeiras, etc). Isto denota estar em curso um processo de “racionalização econômica da atividade” que, segundo GORZ(1988), começa com o cálculo contábil. Quanto maior a inserção de uma atividade numa economia de mercado, mais se impõe, por força da lógica do sistema, uma racionalização do processo produtivo, tendo em vista a competitividade que se estabelece entre as unidades econômicas. A questão que se coloca, porém, para o caso em estudo, é qual o grau de racionalização da atividade, isto é, como são calculadas as receitas, e o grau de utilização dos instrumentos contábeis nos processos decisórios e de gestão do estabelecimento agrícola.

A princípio, sabe-se que toda a unidade de produção, mesmo a camponesa, visa rendimentos econômicos. Mesmo Tchayanov já fizera essa afirmação. Mas nem toda unidade de produção dá o mesmo sentido a seus rendimentos. Assim, ainda segundo TCHAYANOV(1990), o objetivo dado ao rendimento econômico pela unidade de produção camponesa tem limites, na medida em que se busca um equilíbrio entre produção e consumo; enquanto que a empresa capitalista visa acumular capital de forma ilimitada.

“Dans une unité économique fondée sur le travail salarié , cette aspiration à une expansion infinie est limitée seulement par le montant du capital et, si celui-ci augmente, elle devient pratiquement sans bornes. Au contraire, dans une exploitation familiale, cette expansion est limitée, non seulement par le capital (sous forme de moyens de production}, mais par le potentiel de travail de la famille et la croissance de

la pénibilité du travail avec sa surintensification. L' expression du mécanisme de limitation des aspirations consommatrices de la famille paysanne est justement la balance travail/consomation" (TCHAYANOV, 1990, p. 130).

Certamente torna-se necessário levar em conta que há uma distância entre o camponês da Rússia de Tchayanov e a agricultura familiar de hoje, objeto de nossa pesquisa. Mas como se referiu Nazahré B. Wanderley, mesmo estando sob vigência da lógica do capital, a unidade de produção familiar ainda se reproduz mediante princípios internos especificados por Tchayanov. A dinâmica externa da reprodução do capital não anula necessariamente a lógica interna da organização da produção familiar (WANDERLEY, 1989). Nessa perspectiva, um dos princípios da organização interna refere-se à lógica do cálculo econômico. Tanto a unidade de produção familiar quanto a unidade capitalista de produção realizam cálculos e planejam suas atividades. A diferença, porém, está na forma como são calculadas e programadas suas atividades.

Se observarmos os dados obtidos junto aos agricultores pesquisados, constataremos que 26 % dos orientados/RURECO e 28 % dos OUTROS agricultores anotam receitas e despesas de forma mais ou menos sistemática. Os demais agricultores realizam um controle através de critérios que poderiam ser qualificados como parciais para a realização de uma contabilidade: investimentos, preço, colheita, dívidas. Chama a atenção o item relativo ao controle através das sobras e da memória. Entre os agricultores/RURECO 32% revelam saber, através das sobras, se o empreendimento está dando lucro ou prejuízo, e 12 % fazem apenas um controle de memória. Esse índice é significativo para os OUTROS agricultores, pois atinge 30 %.

Salvo 26 % dos orientados/RURECO e 28 % dos OUTROS agricultores, poder-se-ia dizer que os demais incluem critérios de julgamento mais ou menos subjetivos de análise de seus rendimentos, ou seja, avaliam seu empreendimento sem utilizar instrumentos sistematizados da racionalidade econômica. Nesse sentido, as diferenças entre os índices dos orientados/RURECO e OUTROS agricultores, não são significativas, salvo para o item "controle de memória", que evidencia superioridade proporcional para OUTROS agricultores ao nível de confiança de 95 %.

Por outro lado, os agricultores que não praticam de forma mais sistemática o cálculo contábil apontam as seguintes razões ou motivos para não registrar os gastos ou ganhos de sua atividade: a falta de tempo, a necessidade, o desânimo, às vezes, e indiferença. Sobressai, nesse sentido, o índice relacionado com o desinteresse na prática de registro porque os

agricultores não sentem qualquer necessidade. Para esses agricultores, não tem sentido a prática de registro de cálculo, porque a contabilidade não serve como instrumento de decisão no dia-a-dia. Ao contrário da indústria, na agricultura familiar as decisões são tomadas em função de fatores como a variação climática, que escapa de qualquer possibilidade de planejamento cronológico. O calendário é aqui moldado pelos ciclos da natureza (GARCIA, 1989). Sob o ponto de vista da racionalidade técnica ou instrumental, há no entanto outros fatores relacionados com a gestão do estabelecimento agrícola que poderiam ser observados e controlados pelos agricultores, como redução de custos, a tomada de decisão sobre alternativas mais rentáveis, etc.. É por isso que os serviços de assistência técnica insistem na importância de se introduzirem controles administrativos, para que as unidades de produção, através de cálculos, desenvolvam uma racionalidade econômica e adotem um procedimento empresarial capitalista no sentido de buscar maior rendimento e lucratividade, mesmo operando com a mão-de-obra familiar.

A questão relacionada com a gestão da unidade produtiva, através da prática da contabilidade, já levou entidades, como o serviço de extensão rural⁵¹, a desenvolver campanhas para se introduzirem controles contábeis. Os resultados, no entanto, parecem duvidosos, embora não se tenha uma avaliação específica da questão. Estudos realizados na França mostram que, após a tentativa de levar os agricultores a registrar dados e utilizá-los nos processos decisórios, não se conseguiu institucionalizar práticas de contabilidade e de gestão (REMY, 1981; COLSON e MOUCHET, 1985).

A baixa aceitação do cálculo contábil e de formas de gestão nos moldes da empresa capitalista também está relacionada à estrutura da organização do trabalho familiar. A lógica da contabilidade empresarial capitalista não corresponde à lógica do agricultor familiar, porque não foi concebida originalmente para a agricultura, daí a dificuldade de transformá-la numa prática. A literatura já mostrou fartamente que entre os membros da família não existem grandes especialidades e divisão de tarefas, ou quando existe é muito tênue. Normalmente o chefe da família exerce a função de comando de um trabalho onde todos exercem diferentes atividades, salvo atividades comerciais ou de transação financeira, que via de regra são realizadas pelo pai, ou chefe de família. Desta forma, como o agricultor familiar é patrão de si mesmo, havendo concentração em apenas um só personagem da figura de proprietário, gestor e trabalhador, o controle da atividade, de modo geral, acaba se realizando na prática do dia-a-

⁵¹ Em 1979 a Extensão Rural no Paraná desenvolveu uma campanha maciça para implementar instrumentos de controle contábil, através de modelos simplificados de registros.

dia, sem necessidade de burocratizar as atividades. Ao contrário, na empresa capitalista, como o trabalho, principal componente da força produtiva, é comprado no mercado, torna-se necessário haver um controle impessoal e registros que possam demonstrar com maior precisão os custos advindos com o processo de produção e os fatores que afetam a rentabilidade do capital empregado. Também neste caso não pode haver nenhuma paixão ou vínculo com a atividade quando se trata de melhorar a rentabilidade. Como mostra Afrânio Garcia, “não há paixão nem compaixão do capitalista por nenhuma mercadoria em particular, nem pela força de trabalho, nem pela terra: o capital “migra” sempre para o ramo produtivo que proporcione a maior taxa de lucro” (GARCIA, 1989, p 122).

Quando ocorre a prática de registro, ou de cálculo contábil de forma mais sistemática, observa-se que dificilmente é realizada pelos agricultores mais antigos. São filhos de agricultores que fazem as anotações ou os agricultores mais jovens e muitas vezes demandados pelos serviços de assistência técnica. A prática surge também em função da relação com agro-indústrias ou outras empresas na medida em que estas fornecem insumos a prazo, mediante o controle de notas fiscais; ou seja, a prática se impõe quando as regras do mercado de trocas assim o exigem.

Uma maior racionalidade, através do uso de registros e cálculos econômicos, também é observada entre aqueles agricultores que viveram a experiência com outras atividades econômicas, ou que desenvolvem paralelamente outras atividades de natureza comercial. São agricultores que já foram submetidos a um outro ritmo de trabalho ou que tem uma maior familiaridade com a prática de operações numéricas.

Mas, se a contabilidade e os conhecimentos relativos à gestão de empresas são indispensáveis para a racionalização de suas atividades e o aperfeiçoamento de sua competitividade, pode-se questionar se esses instrumentos são indispensáveis para promover a modernização da agricultura familiar. Na França, um país cuja produção agrícola é basicamente familiar, embora se reconheça que os instrumentos de gestão constituam acessórios essenciais na tomada de decisão dos agricultores, eles “jamais fizeram parte de objetivos prioritários de desenvolvimento agrícola”(COLSON e MOUCHET,1985) . Ainda segundo F. Colson e Mouchet, na França “a agricultura está modernizada após 30 anos e ela a fez sem instrumento contábil”.

No Brasil não se tem conhecimento sobre a avaliação de programas que visam introduzir instrumentos mais sistemáticos de controle contábil e gestão de estabelecimento familiar. Os estudos que tratam desta questão o fazem de uma forma complementar

(WANDERLEY, 1989 e GARCIA, 1989). Sabe-se porém que nos processos de avaliação de resultados como nos de gestão e planejamento da atividade agrícola os agricultores são herdeiros de um saber e de uma experiência de vida que se confunde com o próprio trabalho. Um trabalho que, conforme interpretamos, não constitui âmbito de domínio exclusivo da racionalidade econômica, mas que parece se submeter aos interesses pessoais, relacionados como o próprio sentido de seu projeto de vida. O que não significa que a racionalidade não se desenvolva em escala ascendente; ela apenas não exclui outras dimensões da conduta dos agricultores.

Nesta pesquisa constatamos, em relação à condução ou à gestão da propriedade, elementos relacionados ao planejamento e administração de propriedades em 10 % dos orientados/RURECO e 20% de OUTROS agricultores (Tabela 2). Interessante, neste caso, é que entre os OUTROS agricultores é mais freqüente o uso de termos como planejamento e administração da propriedade, embora de modo geral as diferenças entre RURECO e OUTROS não sejam significativas sob o ponto de vista do teste de verificação de hipóteses.

O que diferencia significativamente a RURECO de OUTROS agricultores - a um grau de confiança de 95 % - é o item relacionado ao uso de recursos próprios e à diversificação da produção. Um indicador expressivo tanto para os agricultores/RURECO (20%) como para os OUTROS (26 %) agricultores, refere-se à impossibilidade de se administrar a propriedade em função da ausência de uma política agrícola. Isso demonstra a dimensão da influência dos fatores externos na organização interna da produção familiar, que deveriam levar à adoção de instrumentos e mecanismos de racionalizar a produção, mas na verdade acabam desestimulando práticas racionalizantes.

Se as medidas “usar recursos próprios” e “diversificar a produção” por um lado constituem resultados de um política de trabalho desenvolvida pela RURECO - note-se que demonstram uma superioridade proporcional significativa em relação a RURECO -, por outro, são resultados de uma estratégia dos agricultores, resultantes de uma política econômica global, que não distingue a agricultura em especial.

1.1.3. Racionalidade e subjetividade nos processos decisórios

A racionalização da produção familiar é realizada segundo elementos que fazem parte de um sistema de cálculo contábil, mas esse sistema não substitui a interferência pessoal e subjetiva dos agricultores, como o faz nas modernas empresas capitalistas. Nestas, a racionalidade econômica é a única determinante dos processos decisórios e atinge sua

expressão máxima com a realização do lucro capitalista. Na exploração familiar investigada, os âmbitos da racionalidade e da subjetividade não estão desacoplados por completo. Sendo assim, pode-se afirmar que mesmo a esfera do trabalho, que seria do domínio exclusivo da racionalidade econômico-instrumental, tem como coadjuvante outras dimensões de interesses do agricultor, relacionadas à esfera da sobrevivência, da cultura ou da subjetividade. Aqui nos defrontamos, novamente, com as posições de Tchayanov sobre a organização da produção camponesa.

“De même que la rentabilité (ou la non-rentabilité) de toute initiative nouvelle dans son exploitation n’est pas décidée au moyen d’un calcul des revenus et des coûts, mais le plus souvent grâce à la perception intuitive du bien-fondé économique de cette initiative, de même la mise au point du plan organisationnel ne se fait pas de nos jours au moyen d’un système de schémas et de calculs liés logiquement entre eux, mais se fait grâce à une transmission des savoir-faire, de l’imitation, de l’expérience et à une sélection opérée souvent inconsciemment, pendant de longues années, des méthodes de travail les plus rentables” (TCHAYANOV, 1990, p. 130/131).

O planejamento da propriedade, na medida em que se atua numa situação de crise econômica, de incertezas e que piora a cada dia, conforme a percepção de 86 % dos agricultores, mais constitui a repetição ou a “imitação de uma experiência”, para usar a expressão de Tchayanov, do que uma atitude consciente que delimita metas e usa recursos para atingi-las de forma programada. Tal como o sistema de controle de cálculos econômicos, a programação das atividades agrícolas, ao considerar a conjuntura de mercado, e as necessidades de auto-abastecimento, parece ser mais fruto de uma percepção intuitiva do que resultado de processos decisórios, racionalmente conduzidos em função de fatores relacionados com o processo produtivo.

Os processos decisórios, oriundos de uma reflexão racionalizada, de uma intuição ou de uma opção orientada pela experiência, podem ser definidos como sendo típicos desses agricultores, cuja organização produtiva Tchayanov só pode entender na perspectiva de “sujeitos criadores de sua existência”. Encontramos aqui uma posição metodológica, que não somente extrapola sua época mas que encontra eco na moderna sociologia do sujeito. Tchayanov dizia que o “mecanismo individual do organismo econômico do camponês é ‘uma unidade teleológica subjetiva de uma atividade econômica racional’” (TCHAYANOV, 1990, p. 130). Touraine por sua vez afirma que o sujeito se realiza através de duas dimensões: racionalidade e subjetividade (TOURAINÉ, 1992). Embora Tchayanov tenha dado ênfase a uma análise econômica interna da unidade produtiva, e tratar pouco das condições sociais

exteriores relacionadas com o equilíbrio produção/consumo, conforme demonstra ABRAMOVAY(1992), sua obra não pode ser entendida como de caráter economicista. Ao definir a unidade camponesa como uma unidade teleológica subjetiva certamente está se referindo ao universo vivencial subjetivado que estabelece limites econômicos, ao se atingir o equilíbrio produção/consumo. O mundo da experiência cultural, que no sentido amplo do termo fora socialmente interiorizado, expressa-se através de um saber e de um padrão de orientação que lhe é peculiar. Em várias passagens de sua obra, inclusive nas que citamos anteriormente, Tchayanov deixa claro a relação que estabelece com o universo de sua experiência intuitiva, e que aqui denominamos, orientados por Touraine, como dimensão da subjetividade. Este caráter particular da agricultura familiar certamente relaciona-se à sua excepcional capacidade de adaptação aos diversos sistemas econômicos em todo o mundo, conforme assinala SHANIN (1979).

As considerações realizadas anteriormente demonstram que na agricultura familiar as dimensões da racionalidade e da subjetividade não se encontram separadas em âmbitos formalmente organizados, como por exemplo no trabalho industrial. Neste, como de modo geral na organização do trabalho da sociedade moderna, não há lugar para a subjetividade, e os modernos instrumentos como a informática e os sistemas de controle contábil eliminam a interferência da subjetividade nos processos decisórios na gestão dos processos produtivos e na organização do trabalho. Na agricultura familiar, racionalidade e subjetividade estão como que embricados, não se podendo distinguir, na maioria das vezes, qual é um e qual é outro. Isto não quer dizer que não haja momentos em que impera a orientação da racionalidade instrumental em detrimento da subjetividade e vice-versa. Também não significa que a unidade de produção familiar não caminhe em direção a um processo de racionalização crescente. Ocorre que, em razão de a organização da unidade familiar de produção não separar o trabalho da esfera privada da família e de seu viver cotidiano, ambas as dimensões estão diretamente ligadas, podendo não haver predominância de uma sobre a outra. Persistindo estas condições, não há assim um domínio exclusivo da racionalidade instrumental, mas um certo condicionamento de uma sobre a outra, na medida em que ambas contribuem para a realização do agricultor enquanto sujeito social.

1.2. A produção (alternativa)

O agricultor alternativo, para permanecer integrado no sistema societário, deverá desenvolver uma agricultura rentável e preservadora das condições naturais do ambiente

produtivo, de forma a conciliar sustentabilidade econômico-material e social. Verificaremos como se expressa concretamente este tipo de agricultura (alternativa/sustentável) e qual a sua contribuição na construção de uma racionalidade ecológica (constituída de dupla dimensão, conforme verificado anteriormente) e conseqüentemente na formação de um novo personagem. Iniciaremos com a análise dos dados da tabela 3.

Tabela 3. Agricultura alternativa, segundo as categorias entrevistadas (%).

Significado de agricultura alternativa	RURECO	OUTROS
Sem resposta	24,0	48,0
Outras explorações	18,0	6,0
Agricultura s/ agroquímico	18,0	14,0
Agricultura c/ recursos próprios	6,0	12,0
Conservação da terra	8,0	-
Conforme leis da natureza	-	4,0
Sem informação	26,0	16,0
Praticantes da agricultura alternativa		
Sem resposta	10,0	36,0
Sim	52,0*	16,0
Não	38,0	48,0
Razões para a prática da agricultura alternativa		
Sem resposta	34,0	56,0
Econômica	26,0*	4,0
Ética(preserv. da natureza e saúde do homem)	8,0	-
Mista (ética e econômica)	10,0	8,0
Razões negativas/outras (cognitivos, instrumentais, esgotamento extremo, ...)	22,0	32,0
Efeito dos agroquímicos mais conhecidos		
Sem resposta	18,0	24,0
Saude humana e natureza	76,0**	56,0
Fauna e Flora natural	2,0	6,0
Experiência pessoal com intoxicações	4,0	14,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativa ao nível de 0,01 de significância.

** Diferença significativa ao nível de 0,05 de significância.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que o que denominamos agricultura alternativa nem sempre tem o mesmo significado entre os agricultores, mesmo entre os orientados pela RURECO. Muitas das atividades resgatadas entre os agricultores, conforme explicitado no capítulo II, foram transformadas em programas de trabalho. Embora tradicionais, são entendidas como “alternativas” porque estão sendo desenvolvidas em escala comercial em substituição a alguns produtos com baixo preço no mercado (feijão, milho, cebola). Nesse sentido, a denominação agricultura alternativa é entendida como a busca de novas opções de exploração para o mercado por 18 % dos agricultores orientados pela RURECO.

Para outros, é a agricultura sem agroquímico (18 %); outro grupo ainda a entende como agricultura que prioriza o uso de recursos próprios (6%) e outro, ainda, como sendo a conservação da terra (8 %). Na realidade, se quisermos atribuir ao conceito “alternativo” um sentido mais ecológico, todos os elementos representados pelos agricultores se incluem na sua definição. Somados os respectivos percentuais (18 + 18 + 6 + 8) expressam um índice de 50% para os orientados/RURECO e 36 % (4 + 6 + 14 + 12) para OUTROS agricultores, diferença não significativa estatisticamente. A diversificação de atividades, a prática de atividades agrícola sem o uso de agroquímicos e a preservação da fertilidade dos solos, indicam a direção de uma agricultura, se não ecológica, então de *insumos reduzidos ou sustentável*. Em suma, embora estes elementos possam não esgotar o que se entende por um manejo adequado da agricultura, enquanto ecossistema, são medidas que atingem a biodiversidade e indiretamente os solos, a água e a atmosfera, que são componentes essenciais do que se trata como questão ambiental na agricultura (JOLLIVET, 1992)

Com relação aos OUTROS agricultores deve-se observar ainda que, embora 16 % não saibam dar sentido às palavras alternativa ou ecológica e 48% não tenham dado resposta é expressivo o índice daqueles que sabem tomar alguma medida de caráter ecológico (36%). É relevante, também que 24% e 26% dos agricultores orientados pela RURECO não deram resposta ou não tinham informações suficientes para expressar o que significa agricultura alternativa.

Em segundo lugar, nem todos os agricultores orientados pela RURECO se definem e podem ser definidos como alternativos. Conforme indica a tabela 3, somente 52 % dos agricultores/RURECO se dizem alternativos ou ecológicos.

Isto significa dizer que a outra metade dos agricultores (48 %), ou parte deles podem até estar empregando técnicas ou medidas mais equilibradas em relação à natureza sem saber o que estão praticando, isto é, não têm consciência do que estão fazendo em relação à reorganização do processo produtivo. A condição de se ter ou não consciência pode ser considerada irrelevante. Consideramos, porém a “atitude de consciência” fundamental para o processo de mudança, sem o que não se saberá definir a posição social e a estratégia para atingir os objetivos. A ação sem consciência pode levar os movimentos sociais a provocar mudanças sem que a maioria dos personagens saibam o que estão fazendo e sobre as conseqüências do que fazem. A consciência não é definida apenas através de uma informação ou conhecimento assimilado que se produz externamente, mas através de um conhecimento que é praticado por uma ação ou conduta. Ou seja, é o conhecimento que é assimilado através da prática envolvendo reflexão. (FREIRE, 1979)

Se confrontarmos o índice dos que têm noção do significado do termo (50%) com o índice daqueles que se dizem praticantes da agricultura alternativa (52%), em relação aos orientados/RURECO parece haver uma certa coerência entre o que se define e o que se pratica. Esta mesma observação já não é válida para os OUTROS agricultores, cujo número dos que se dizem praticantes se situa entre 16 %, e cujo percentual dos que souberam relacionar alguns elementos com agricultura alternativa atinge 36 %. Ou seja, um certo percentual (36 %) sabe relacionar práticas com o conceito, mas na realidade não as aplicam.

Pode-se afirmar, amparados pelos dados da tabela 3, que a maior parte dos agricultores que se identificam como alternativos são orientados/RURECO (52%) quando comparado aos OUTROS (16 %). Esta afirmação é significativa a um grau de confiança de 99 %, quando submetida ao teste de hipóteses.

Mas, considerando que apenas 52 % dos agricultores/Rureco se autodefinem como alternativos, o que os levou a se decidir por esta prática? Ou quais seriam as razões apontadas pelos agricultores? Do universo dos agricultores atendidos pela RURECO e que se intitulam alternativos em função de praticar técnicas de uso ou manejo de recursos naturais ou de insumos reduzidos, 26% o fazem por razões estritamente econômica. Entre os OUTROS 4 % as praticam pelas mesmas razões. Analisadas as diferenças, conforme o teste de hipóteses verifica-se que o índice é significativo a 0.01 graus de significância. Embora as demais diferenças não sejam significativas, observa-se que junto com a racionalidade econômica, que orienta o processo produtivo, há claramente uma orientação ética entre 8 % a 10 % dos agricultores. A predominância da orientação que poderíamos categorizar como unicamente de

natureza ética está presente em 8% dos produtores, que consideram a prática de uma agricultura alternativa mais saudável tanto para o homem como para a natureza.

Deduz-se, daí, ser possível classificar os agricultores, considerando a natureza de suas racionalidades (econômica ou ambiental), em três categorias. 1) Agricultores cujo processo produtivo é orientado por razões estritamente econômicas; 2) agricultores que privilegiam uma ética na produção (GOMES,1995)⁵² e que são orientados por valores ambientais (aqui não explicitados, mas, quiçá por uma certa cultura que releva os valores de uma condição camponesa (ALPHANDÉRY, 1992) cujos princípios fundamentam uma determinada filosofia ou **modo de vida**; 3) agricultores ambientalistas, intermediários entre esses dois modelos, que são orientados explicitamente por uma racionalidade econômica e ao mesmo tempo por valores éticos, referentes ao meio ambiente e sua própria identidade. Fazem parte do primeiro grupo 26 % dos agricultores, do segundo 8 %, e do terceiro 10 %.

Por outro lado, 22 % e 32 % dos agricultores (RURECO E OUTROS) por razões diversas não implementaram práticas alternativas. Se atentarmos porém para as razões ou fatores que fundamentam a não adoção (impossibilidade de cultivar sem adubo, falta de conhecimento e ausência de recursos..), verificaremos que não se trata de uma posição contrária à agricultura alternativa mas de uma condição.

Em relação à adubação química percebemos durante a coleta de dados que muitos agricultores, ao entender a agricultura alternativa como orgânica, posicionavam-se de forma contrária à sua adoção, porque alegavam não ser possível desenvolver uma agricultura na região sem o uso de agroquímico em função do esgotamento da fertilidade do solo e do ataque de pragas. Assim, sua posição estava fundamentada no esgotamento dos recursos naturais ou na degradação das condições do ecossistema, tal como nos referimos no capítulo I. Essa orientação não pode ser considerada contrária à agricultura alternativa, uma vez que reclama por medidas ou instrumentos capazes de restaurar o equilíbrio e a produtividade dos recursos produtivos, mas ao contrário como uma predisposição. Há, então, uma sensibilidade para a mudança, desde que haja recursos tão competitivos quanto a agricultura convencional.

Durante o trabalho de campo também nos deparamos, em algumas situações, com referências pejorativas ou negativas à agricultura alternativa. Muitos se referiam como sendo uma agricultura tradicional ou ultrapassada. Entre aqueles agricultores que operam segundo um “modo capitalista de pensar”, e que se dedicam ao cultivo de soja ou trigo em grandes

⁵² Em estudo recente realizado por GOMES(1995), a ecológica, ao restabelecer as relações homem-natureza e homem-homem, faz emergir um modo de ser ético, isto é que da primazia a vida.

áreas, a representação que se tem é que ela é mais adequada para a pequena propriedade que opera com mão-de-obra familiar. Para estes, o uso de agroquímicos e instrumentos modernos que liberam a mão-de-obra são mais rentáveis. A falta de condições infra-estruturais (inexistência de informações, pesquisa, equipamentos como esterqueira) para implementar técnicas alternativas constitui argumento para continuar com a prática de uma agricultura convencional.

É expressivo o número de agricultores que não explicitaram as razões para a aplicação ou não de técnicas alternativas, tanto dos orientados pela RURECO (34 %) quanto os OUTROS agricultores (56%). Se atribuirmos a este conjunto a falta de informação, é surpreendente, pelo menos quanto aos orientados/RURECO, que praticamente um terço dos agricultores não tenham uma posição formada a respeito da questão. Com relação aos orientados - RURECO, esse dado também pode estar relacionado ao fato de que a maioria dos agricultores (62 %) praticava uma agricultura tradicional antes de ser orientada pela RURECO.

Isto significa dizer que 62 % dos agricultores que estão sendo orientados em direção a uma agricultura alternativa não passaram pelo processo de modernização. Dessa forma, não possuem, dada a ausência da prática, uma posição crítica a respeito. Ousariamos afirmar então, preliminarmente, que os agricultores alternativos são constituídos majoritariamente por aqueles que já experimentaram técnicas agroquímicas de forma mais ou menos intensiva.

As observações realizadas por técnicos a nível de campo reforçam esta posição quando afirmam que é mais fácil trabalhar com agricultores que já praticaram uma agricultura convencional do que com aqueles que não o fizeram. Confirma-se, neste caso, a força do que ainda representa a ideologia da modernização aos agricultores que ainda não foram atingidos pela modernização ou que não foram atingidos pelos seus efeitos perversos.

Na realidade, foi o lado perverso das conseqüências da modernização que levou os agricultores a optar por uma tecnologia alternativa em lugar da convencional, daí o porquê de combinar dois sistemas de produção, conforme já constatado anteriormente. Embora à primeira vista possa parecer que muitos agricultores não saibam avaliar a amplitude dos efeitos da agricultura convencional, tanto em termos socioeconômicos quanto ambientais, a maioria deles tem ciência deles, principalmente das conseqüências do uso de agroquímicos.

O conhecimento de efeitos sobre a saúde são os que mais chamam a atenção, com uma diferença proporcional significativa para os agricultores/RURECO (76 %) - a diferença é significativa ao grau de confiança de 95%. Entre os OUTROS agricultores, também é

expressivo o número daqueles que conhecem seus efeitos, embora com índice menor (56%). Nesse caso, vale ressaltar ainda que 4 % dos orientados/RURECO e 14 % dos OUTROS agricultores já vivenciaram a experiência de intoxicação, seja consigo mesmo ou com pessoa de convivência próxima.

Mas se é verdade que os agricultores alternativos já são experientes quanto aos efeitos ditos modernizantes, não se pode afirmar que o conhecimento dessa questão necessariamente leva à busca de métodos alternativos na agricultura. Certamente a primazia dada à racionalidade econômica ou instrumental ainda faz da maioria dos produtores agricultores convencionais. De todo modo, é expressivo que 16 % do universo de OUTROS agricultores (Tabela 3), ou seja, de produtores não atingidos diretamente pela RURECO se digam praticantes de uma agricultura alternativa.

1.2.1.As práticas alternativas e a lógica de sua incorporação

A incorporação de práticas agrícolas ecológicas, naturais ou sustentáveis, no sistema de produção está relacionado a uma combinação de várias razões, conforme assinalávamos anteriormente. Isso faz com que não se desenvolva um sistema de produção que tenha por base uma agricultura exclusivamente ecológica ou convencional, mas sistemas mistos operados segundo a racionalidade do agricultor. Para verificarmos como se expressam esses sistemas na prática passaremos a analisá-los tendo por base duas variáveis-chaves para caracterizá-los tecnicamente e na sua relação com seu equilíbrio ecossistêmico: os equipamentos de trabalho e as práticas agrícolas empregadas.

Tabela 4. Equipamentos, práticas agrícolas e lógica da adoção, segundo categorias entrevistadas (%)

Equipamentos utilizados	RURECO	OUTROS
Manual	6,0	8,0
Tração animal	6,0	6,0
Mecanizado	4,0	24,0
Manual+ tração animal	64,0*	38,0
Manual + tração animal + mecanizado	18,0	20,0
Tração animal + mecanizado	2,0	2,0
Práticas agrícolas empregadas		
Uso de calcário	80,0	82,0
Adubo químico	74,0	84,0
Insetecida	50,0	68,0
Herbicida	56,0	68,0
Adubo verde	76,0 *	46,0
Esterco	64,0 *	38,0
Controle biológico	-	12,0
Rotação de cultura	54,0	44,0
Silagem	26,0	14,0
Plantio em nível	46,0	56,0
Cultura combinada	52,0**	32,0
Cultura solteira	46,0	60,0
Posição do agricultor frente ao conjunto de recomendações		
Adota todas	18,0	10,0
Adota todas porque é obrigado	2,0	4,0
Adota parcialmente: custo alto	54,0	50,0
Adota parcialmente: sem tempo	10,0	-
Adota parcialmente: terreno inadequado	4,0	-
Adota parcialmente: s/conhecimento	4,0	-

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativa ao nível de 0,01 graus de significância .

**Diferença significativa ao nível de 0,05 graus de significância.

Com relação ao tipo dos equipamentos utilizados (se tração manual, animal ou mecânica), constata-se o uso de equipamentos de natureza diversa. Porém entre os orientados/RURECO é observado uma maior homogeneidade nos sistemas de produção, pois 64 % dos agricultores utilizam equipamentos de tração manual e animal.

Se analisarmos a tabela acima no seu conjunto, a leitura dos dados ilustra dois casos típicos de orientações diferentes. De um lado os agricultores/RURECO, privilegiando equipamentos de tração animal e força de trabalho manual (64%). De outro, os OUTROS agricultores, cujo índice dos que privilegiam o uso de máquinas e equipamentos motorizados atinge 46 % (24 + 20 + 2), embora no seu conjunto o sistema ainda seja de tração mista. Desta feita, pode-se afirmar com base no teste de hipóteses com 99 % de confiança que o que diferencia em maior proporção os orientados/RURECO dos OUTROS agricultores em relação à tabela 10 é que seus sistemas técnicos de produção são operados mediante força de tração animal e manual.

O que se constata em relação ao uso de equipamentos também é verificado em relação às práticas agrícolas incorporadas: são de natureza diversa. As práticas agroquímicas combinadas com as agroecológicas formam a estratégia da diversidade, conforme já verificado no capítulo II.

Conforme se observa na tabela 4, tanto os agricultores/RURECO quanto os OUTROS empregam um conjunto de práticas que englobam as convencionais e as ecológicas. Porém um maior índice de agricultores que utilizam práticas orgânicas de agricultura, que poderiam ser chamadas de ecológicas, é encontrado entre os orientados pela RURECO, quando comparado com a categoria OUTROS. No entanto, submetida ao teste de hipóteses, essa afirmação é verdadeira apenas para as práticas de adubação verde, uso de esterco (verificação com 99% de confiança) e cultura combinada (com 95% de confiança). As demais práticas, rotação de cultura e plantio em nível não são significativas quando verificadas estatisticamente. A prática de controle biológico, embora considerado de manejo ecológico, normalmente é empregada na soja, que não é cultivada pelos orientados/RURECO.

Adubação química (calcário e fertilizantes) e pesticidas (inseticidas e herbicidas) são insumos industriais, utilizados por um número maior de OUTROS agricultores, embora o calcário seja um insumo, segundo os técnicos, necessário mesmo para a agricultura orgânica. Ainda com relação aos insumos industriais, é preciso salientar que os agricultores da rede RURECO, quando indagados sobre o seu uso, muitas vezes respondiam que os utilizavam,

mas em pequena escala, demonstrando assim a prática de uma agricultura de insumos industriais reduzidos. É nestes termos que se explicita a agricultura alternativa/sustentável praticada pelos agricultores. Uma agricultura que faz uso complementar de insumos industriais e potencializa o manejo e uso de recursos naturais e internos da propriedade. Assim ao mesmo tempo que o sistema produtivo é organizado visando uma maior redução de custos se atinge a sua sustentabilidade e a sustentabilidade da família.

Entretanto, embora se constate uma adoção significativa de práticas agroecológicas isto não significa que os agricultores incorporem ou implementem todas as recomendações relacionadas com a prática tal como são fornecidas pelos técnicos. Os agricultores submetem as orientações à sua lógica e as praticam ajustando-as aos padrões de sua racionalidade. Desta forma a maioria dos agricultores, tanto os orientados/RURECO como os OUTROS (54 % e 50 %, respectivamente), submetem as orientações ao crivo da racionalidade econômica. Os demais agricultores justificam a adoção parcial por outras razões: falta de tempo (10 %), inadequação dos solos (4%), problemas cognitivos (4%) Isto significa dizer que não adotam todas as recomendações em função do “alto custo” que a técnica representa, ou que faltam recursos materiais ou técnicos, que também requereriam recursos financeiros de que não dispõem.

Os dados, embora incipientes para abordar a questão da adoção de tecnologia em sua profundidade, revelam que a implementação de práticas de determinados padrões tecnológicos tanto convencionais como alternativos não são simples. Nesse sentido, pode-se afirmar que há carência de estudo nesta área, principalmente na ótica das ciências sociais. Após passarmos por uma fase de estudos de caráter difusionistas na década de setenta, cujo suporte teórico principal era dado pelas orientações psicologistas do americano Everett Rogers, encontramos-nos num verdadeiro vazio de estudos sobre os obstáculos ou fatores que interferem na implementação de medidas técnicas. A revisão apresentada por GUIVANT(1995) reforça esta posição. Há inúmeras citações de autores estrangeiros e é praticamente nula a citação de autores brasileiros salvo os estudos da EMBRAPA.

O estudo da adoção da tecnologia é particularmente importante quando se trata da questão ambiental. A mudança nas atitudes técnicas, neste caso visando o restabelecimento de equilíbrio com o meio ambiente natural, coloca em evidência o “contínuo existente entre o natural e o social” (JOLLIVET, 1992). A atitude do agricultor em relação à tecnologia demonstra uma lógica muitas vezes constituída por um conjunto de razões, na medida em que age considerando múltiplos fatores de ordem natural e social. Desse modo, quando coloca

restrições de ordem econômica, como “custo muito alto”, o agricultor está se referindo a um custo que representa a restauração do potencial produtivo dos recursos naturais através de um manejo adequado que não se consegue vencer de um ano para o outro. O desgaste dos recursos naturais sofrido por processos naturais e técnicos exige muitas vezes sacrifícios econômicos e humanos, quando se trata da diminuição da produtividade e da exigência de mais trabalho, mais dispêndio de energia física. Foi o que observamos quando sistematizávamos as respostas para fins de tabulação. Deve-se considerar que as alternativas projetadas na tabela 4 resultou de apenas uma resposta dada por cada entrevistado. Isto quer dizer que a resposta do agricultor sendo apenas uma, sempre representa o que é mais relevante sob seu ponto de vista, o que não significa que não haja outras razões para a não adoção.

Ainda com relação a adoção de inovações, há que se considerar um certo tempo de maturação e reflexão em torno das recomendações. Por isso diríamos que a implementação de técnicas leva o agricultor a pensar nas restrições naturais e sociais, ajustando estratégias que mais lhe convêm. É nestes termos que o agricultor não é apenas ator social, mas também autor de atos técnicos. O agricultor, para utilizar a analogia realizada por Jollivet, é como “um engenheiro que ao pilotar a sua experiência” necessita realizar ajustes de diversas ordens. É por isso que muitos técnicos ou cientistas julgam irracionais determinados comportamentos à luz de sua racionalidade técnica. Ocorre que o agricultor, neste caso, não aciona apenas uma dimensão de sua racionalidade, como o caso do técnico, mas várias. Não se trata então de privilegiar a racionalidade econômico-instrumental como ocorre com técnicos que atuam unidimensionalmente, quando desempenham o seu papel. Ao contrário, o agricultor familiar que está se estruturando como agricultor alternativo rejunta várias dimensões racionais, entre elas a dimensão do natural.

1.2.2. O sentido de uma agricultura alternativa-sustentável

Muitos agricultores (26%), conforme já se explicitou (tabela 3), optaram por uma agricultura de insumos reduzidos por razões exclusivamente econômicas, isto é, em função da alta dos custos de insumos modernos e a não elevação correspondente dos preços dos produtos orientados ao mercado. Observamos também que agricultores convencionais reduziram a quantidade de agroquímicos aplicados ou até deixaram de aplicar quando possível. É o caso do adubo, por exemplo. Outros agricultores avaliaram que dado o tempo que já aplicavam corretivos poderiam deixar de aplicá-los. Há ainda outros que resgataram antigas práticas de seus ancestrais como incorporação de esterco ou de palhada. O que significam estas medidas

que estão sendo tomadas pelos agricultores? Uma estratégia temporária de enfrentamento de crise ou um conjunto de medidas que expressam uma opção definitiva de desenvolvimento de uma agricultura mais equilibrada em relação ao meio ambiente, e que pode ser traduzido em termos de um projeto de vida? Os dados da tabela seguinte nos oferece alguns indicativos.

Tabela 5. A agricultura alternativa como estratégia, segundo as categorias de produtores (%).

Objetivo estratégico da agricultura alternativa	RURECO	OUTROS
Sem resposta	42,0	82,0
Prática temporária	4,0	6,0
Opção definitiva	46,0 *	10,0
Estratégia a avaliar	4,0	
Não sabe avaliar	4,0	2,0
Relação agricultura alternativa-sobrevivência		
Sem resposta	42,0	82,0
Sim	56,0 *	16,0
Não	2,0	2,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativa ao nível de 0,01 de significância.

Entre os produtores orientados pela RURECO, 46 % dizem ser a agricultura alternativa-sustentável uma opção definitiva. Embora seja baixo o índice relativo à estratégia temporária (4%), é alto o percentual de agricultores sem resposta (42%), isto é, daqueles que ou não se identificam como alternativos, ou não apresentam resposta. Considerando que 52 % dos produtores/RURECO se identificam como alternativos, é significativo o número de agricultores optantes de uma saída definitiva (46 %) quando se compara com OUTROS agricultores (10 %) - afirmação realizada com um grau de confiança de 99 %. Mesmo assim, é também expressivo que 10 % dos outros agricultores optem pela atividade como saída definitiva.

Ao optar pela agricultura alternativa o agricultor está privilegiando ao mesmo tempo a sua própria sobrevivência e a reprodutibilidade de suas condições ecossistêmicas. Nesse sentido, confirma-se a afirmação anterior, quando se dizia que o movimento ecológico ou

ambiental é em si um movimento relacionado principalmente com a reprodução das condições de vida dos agricultores, enquanto categoria social.

Conforme se observa na tabela 5, acima, 56 % dos orientados/RURECO e 16 % de OUTROS agricultores afirmam que a agricultura alternativa assegura melhores condições de sobrevivência no campo. A diferença nos permite afirmar que a proporção de agricultores/RURECO que associam a agricultura alternativa à sua sobrevivência é superior aos OUTROS agricultores a um grau de confiança de 99 %. Somente 2 % de ambas as categorias de agricultores não estabelecem a mesma relação.

Optar por uma via diferenciada ou alternativa de fazer a agricultura está relacionado a uma razão de ordem econômica mas não exclusiva, conforme demonstra a tabela 3. Há razões fortes para o agricultor construir um ambiente “saudável” em relação ao ambiente social e natural que optou para sobreviver: “transformar a propriedade em um ambiente gostoso” (Q 96). Segundo um agricultor, dentro da conjuntura atual, “aquele que vê a agricultura só como um meio econômico, não resiste muito tempo”; e completa, “o que gosta da natureza, resistirá mais” (Q.49). Observa-se que há claramente um sentimento de prazer, de gratificação, de realização pessoal pelo que se faz. Aqui não há uma distinção entre o sentimento de prazer que está no âmbito da subjetividade e a busca de realização econômica que está na esfera da racionalidade econômico-instrumental. Ambos, subjetividade e racionalidade são encontrados na esfera do trabalho, conforme já analisado anteriormente. Nessa visão o agricultor que opta pela agricultura alternativa, no sentido de fazer dela um projeto de vida, distingue-se de outros tipos de atores modernos (como o trabalhador dos centros urbanos industriais) que, embora procure realizar-se nas duas dimensões, o faz separadamente em momentos distintos.

Contudo, isto não significa dizer que agricultor alternativo não constitua um ator moderno como Touraine e Habermas definem. Ele é um ator moderno apenas, a articulação entre as dimensões da subjetividade e da racionalidade é que se realiza de forma particular.

A prática de uma agricultura alternativa encontra também suas exigências nas condições naturais, ou nas restrições que a natureza impõe às práticas convencionais. Segundo depoimento de uma liderança “nas áreas acidentadas onde vive a maioria das famílias, ...a agricultura orgânica ou alternativa é indispensável senão não sobrevive...(por outro lado) nesta situação não tem condições de desenvolver uma agricultura industrial ...o investimento é menor para a agricultura alternativa” (Q.48). E continua o agricultor na sua proposta: “nos terrenos mecanizados pode haver uma combinação. Dificilmente se consegue ser puro orgânico, a não ser por idealismo” (Q 48).

O que está sendo proposto pelo agricultor, nada mais é do que na linguagem técnica se denomina gestão adequada dos recursos naturais. Nas palavras do agricultor, «produzir com a ajuda da natureza». Nesse sentido, uma política adequada de gestão de recursos naturais, ou de uso racional do solo se faz necessário visando recuperar o potencial produtivo, que fora destruído com práticas irracionais de exploração do solo.

Optar pela agricultura alternativa é acima de tudo valorizar a vida no campo, a relação com a natureza, e o desenvolvimento de uma habilidade que ao invés de explorar os recursos naturais passa-se a geri-los. Esta mudança que se propõe à padronização instrumental, requer diversidade de meios e saberes, observação e criatividade que só a experiência do cotidiano pode fornecer. Nessa perspectiva praticar agricultura não é apenas desenvolver atos técnicos mas também cultivar uma arte.

2. O ÂMBITO DA SUBJETIVIDADE.

É da subjetividade, enquanto âmbito de uma cultura, de uma experiência vivida, de uma personalidade individual e de um saber cognitivo, que emergem as aspirações, os objetivos e projetos que dão sentido a realização pessoal e motivo para enfrentar desafios e atingir ideais de vida. A esfera da subjetividade é responsável por engendrar uma visão de mundo, um modo de ser e de viver, por isso mundo da vida -“Lebenswelt”- no sentido Habermaseano. A dimensão da subjetividade é individual, mas enquanto produto de uma cultura vivida socialmente, e de uma realidade intersubjetivamente compartilhada.

2.1. As condições de vida campo-cidade

A cultura, no sentido genérico do termo, sempre distinguiu o mundo agrário do mundo urbano e, nesse sentido, a vida social no campo produziu um estilo ou um modo de vida bastante particular. Modernamente, no entanto, as condições de vida campo-cidade parecem estar cada vez mais próximos. Como já mostrara Antonio Cândido, os padrões vitais e sociais do campo são redefinidos por normas e valores da vida urbana (CANDIDO, 1975). O processo de urbanização da sociedade atinge de várias formas o modo de agir, de pensar e de imaginar, dentre elas, um dos instrumentos mais poderoso dos meios de comunicação de massa: a TV,

conforme constatado no capítulo II . Mas esse processo de transformação não ocorre senão em meio a uma crise social. Não é apenas a cidade que vai ao campo através dos meios de comunicação de massa, mas é principalmente o campo que vai à cidade em busca de melhores condições de vida.

Nos centros industrializados ou urbanizados o descompasso entre a demanda e oferta de emprego gera núcleos de favelas e condições para proliferação da marginalidade, da violência, da miséria e da exclusão social. Esta situação faz com que muitos agricultores, desistam de tentar a vida na cidade e se voltem ao campo para continuar na atividade agrícola., lembrando o que ocorreu durante a revolução industrial na Inglaterra (POLANYI,1980). Daí a orientação para muitos agricultores de que, se a vida no campo é difícil, pior na cidade, principalmente para quem não possui outra qualificação, que não a de agricultor.

A situação de crise na agricultura parece crescente à medida que os anos passam, gerando um sentimento de desânimo, de desolação e de abandono por parte de um grande número de agricultores. Assim na sua percepção “para o pequeno ainda é mais difícil, o produtor está descapitalizado. O governo tirou recursos para investimentos, os juros são altos, o custo de produção é alto e o que produz não vale nada. O Mercosul é uma paulada para quem produz” (Q.70) -.

Nos últimos cinco anos, a conjuntura tem piorado a situação socioeconômica, na visão de 86 %, dos agricultores entrevistados.

2.2. A opção pela vida no campo e as aspirações imediatas dos agricultores.

Em meio a uma situação de crise, os agricultores que pretendem permanecer na atividade, lutam porque acreditam possuir uma “vocação” para trabalhar na agricultura ou avaliam que no campo ainda possuem maior condições de sobreviverem do que na cidade (Q.51). A vida no campo comparativamente a cidade, segundo os agricultores, encontra-se resumida na tabela seguinte.

Tabela 6. A vida no campo, segundo as categorias entrevistadas (%).

Situação socioeconômica dos agricultores nos		
últimos 5 anos	RURECO	OUTROS
Melhorou	-	2,0
Melhorou pouco	4,0	2,0
Permaneceu igual	10,0	10,0
Piorou	86,0	86,0
Ambiente onde se vive melhor		
No campo	86,0	72,0
Na cidade	8,0	18,0
Indiferente	2,0	6,0
Difícil de responder	4,0	4,0
Razões para se continuar a viver no campo		
Condição da atividade	70,0 *	46,0
Sem outra profissão	18,0	22,0
A cidade é melhor quando se tem emprego	4,0	20,0
Outros	2,0	6,0
Posição dos entrevistados em relação a hipótese de mudar para a cidade		
Nunca mudaria	54,0	50,0
Depende	44,0	40,0
Mudaria	2,0	10,0
Planos imediatos ou a curto prazo		
Investir na agricultura	72,0 **	56,0
Melhorar casa	8,0	18,0
Investir educação dos filhos	6,0	2,0
Comprar automóvel	8,0	4,0
Outros	6,0	14,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativa ao nível de 0,01 graus de significância.

** Diferença significativa ao nível de 0,05 graus de significância

Embora, na percepção da maioria dos entrevistados (86%), a situação socioeconômica dos agricultores tenha piorado nos últimos 5 anos, tanto os orientados/RURECO (86 %) como

dos OUTROS agricultores (72%), avaliam que na conjuntura atual, vive-se melhor no campo do que na cidade.

Há uma orientação forte, junto aos agricultores, de que nas circunstâncias atuais e face a sua habilidade profissional, “o agricultor sofre na cidade uma vez que foi criado e está acostumado na agricultura” (Q.55). Assim, “na cidade, quem não tem profissão [...] está condenado a viver na favela. Na roça planta-se de tudo e pode-se sobreviver” (Q62). Para outros “ninguém saiu (do campo) porque na cidade é melhor, mas porque foram expulsos. Procuram um jeito de viver, mas um dia a migração pode se tornar uma grande fábrica de assassinos” (Q.54). Para os melhores posicionados economicamente, hoje não há razão para ir para a cidade, pois “tudo que tem na cidade tem no campo” (Q.48).

Se por um lado os meios de comunicação e a economia de troca transformam estilos de vida e a organização da produção e do trabalho, por outro, projetam um mundo urbano cada vez mais competitivo, exigente em termos profissionais e violento em termos sociais. A cidade venerada pelo que pode proporcionar em relação às condições de vida, com base no moderno progresso tecnológico, também assusta pelo ritmo de vida que impõe e pelas oportunidades de emprego cada vez mais restritas aos novos emigrantes.

A cidade não é mais o local onde se pode encontrar emprego facilmente e, nestas condições, o campo é a única alternativa para quem não tem outra profissão - 18 % dos orientados/RURECO e 22 % dos OUTROS agricultores. O trabalho é na realidade o principal obstáculo para os que pensam na cidade como uma alternativa de vida, pois para estes (20 % dos OUTROS agricultores e 4 % dos orientados/RURECO), quando se tem emprego, a cidade oferece mais segurança. Para 70 % dos agricultores/RURECO, no entanto, a justificativa para a opção de viver no campo está relacionada com a natureza intrínseca da condição da agricultura familiar (mais liberdade, sem preocupação de perder emprego, vive-se mais, segurança alimentar, maior tranquilidade, vínculo com a atividade). Estas mesmas razões, que poderíamos considerar de ordem não econômica e que estão diretamente vinculadas com a natureza da agricultura, atinge o índice de 46 % para os OUTROS agricultores. A diferença entre as duas categorias é portanto significativa ao nível de 0.01 graus de significância

Sintetizando: com base na leitura da tabela 6, pode-se afirmar, segundo a verificação do teste de hipóteses, que há entre os orientados/RURECO uma maior proporção de agricultores vinculados à terra e à atividade agrícola, demonstrando maior preferência pela vida no campo do que os OUTROS agricultores.

Contudo, diante de uma questão mais contundente, as reações apresentadas por ambas as categorias de agricultores pesquisados não apresentaram grandes diferenças. Demandados a responder se nunca (em hipótese alguma, ou jamais) mudariam para a cidade, a resposta entre os orientados/RURECO e OUTROS agricultores atinge praticamente os mesmos índices, não havendo diferenças significativa entre as duas categorias.

O que os dados da tabela 6, tendem a mostrar é que, embora preferindo as condições de vida no campo, há um porém, ou um “depende” que poderia ser interpretado como depende da conjuntura ou da oportunidade, da política socioeconômica, de concretamente melhorar as condições de vida. Mesmo assim, na atual conjuntura, pode-se afirmar que a maior parte dos agricultores estão propensos a permanecer na agricultura. A ação de Instituições como a RURECO reforça este interesse, demonstrando que políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar certamente contribuiriam para solucionar os problemas sociais que agravam a integração societária e ameaçam a vida social, principalmente nos grandes centros metropolitanos.

A cidade não assusta o agricultor porque exige uma requalificação profissional, mas pelo que representa em termos de vida social, pela degradação das condições de vida que projeta. Não se trata de uma desmotivação para um processo de reajustamento cultural, mas de recear a perda de uma identidade e o temor de não poder reconstruir uma outra, segundo os princípios morais que orientam a vida social. São estas condições de degradação social do mundo da vida, a que se refere HABERMAS (1988) promovida pela expansão da racionalidade técnico-instrumental, que provocam reações em defesa da condição humana.

A opção de permanecer na agricultura e a partir dela, enquanto atividade, construir um projeto de vida, nasce em razão de bloqueios que são identificados na estrutura de oportunidade de novos empregos em outros setores produtivos da sociedade, mas também em razão de uma identificação com o mundo da vida na agricultura. Um mundo que realiza os atores não tanto pela sua prática enquanto uma atividade que proporciona rentabilidade econômica, mas mais pela identificação com a natureza desta prática. Como diz um dos entrevistados, é preciso encontrar na agricultura não apenas realização econômica mas “uma espécie de paixão pela terra e pelo que se faz” (Q 96).

Observa-se que a curto prazo não há planos para deixar a agricultura e buscar trabalho em outros setores da economia. Pelo contrário a maioria dos orientados/RURECO (72 %) e OUTROS agricultores (56%) pretende investir na agricultura, (considerando os itens investir na propriedade, pecuária de leite, terra, máquinas e equipamentos agrícolas). A diferença entre

as duas categorias, atesta índice de significância 0,05 capaz de dar superioridade proporcional a RURECO, quando se verifica o teste de hipóteses.

O indicativo de investir prioritariamente na atividade agrícola pode estar relacionado a uma necessidade que têm os agricultores de ver assegurado primeiramente as suas condições materiais de reprodução social. Talvez por isso que, de modo geral, os agricultores não explicitam outras aspirações. Não aparece, por exemplo, preocupações relacionadas com a ampliação do tempo para o lazer, ou de busca de outras formas além das tradicionais, como exemplo reserva de tempo para férias, ou mesmo de viagem (um agricultor, não orientado pela RURECO, chegou a manifestar que pretendia começar a conhecer outros lugares) típico das formas de lazer dos trabalhadores urbanos. Não se explicitam também, na forma como foi obtido estas informações, aqueles projetos que poderiam ser realizados coletivamente ou os planos de natureza política. Por isso, nesse nível, entende-se situar aqueles planos que ainda visam satisfazer interesses relacionados com as condições básicas de sobrevivência

3. A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA.

A construção de um projeto de vida na agricultura surge em meio a condições de crise e de transformação do mundo rural, da degradação de sua cultura e de sua colonização pelo mundo urbano-industrial.

Neste contexto a racionalização, através do processo de tecnificação e de agroindustrialização, ou do “substitucionismo” e “apropriacionismo” conforme demonstraram GOODMAN et alii (1990) avança sobre os processos produtivos no sentido de transformá-los e integrá-los à ordem social hegemônica. Contudo, o avanço da industrialização, na forma como se realiza, gera uma situação de crise, que favorece a formação de uma certa resistência a uma transformação unilateral do mundo agrícola, vivido pela agricultura familiar. A modernização capitalista não conduz à racionalização unilateral ou a uma “coisificação” de mundo da vida no campo, para usar a expressão de Habermas, porque os agricultores reagem buscando projetos alternativos de vida. Aplica-se, nestas condições, o paradoxo Habermaseano segundo o qual “a racionalização do mundo da vida permite ambas as coisas ao mesmo tempo: a coisificação sistematicamente induzida e a projeção de uma perspectiva utópica...” (HABERMAS, 1988, p. 466). Nesta perspectiva, se inserem os agricultores familiares que estamos analisando, principalmente os orientados/RURECO.

Trata-se de construir uma perspectiva de vida que possa garantir não apenas as condições de sobrevivência, mas de realização enquanto ator social. Nesse sentido, o plano de vida projetado em termos de um sonho a ser atingido constitui uma construção que caminha em direção à satisfação do agricultor, que se afirma como autor de seu projeto e, portanto, como sujeito. A sua realização (enquanto sujeito) implica na busca de realização de uma utopia, aqui traduzida como um projeto de vida, cujo ideal não encontra limites, porque construído a partir das condições sociais e porque o indivíduo jamais finaliza sua realização enquanto sujeito histórico social.

3.1. As aspirações básicas de um projeto de vida

A formulação de um projeto, no entanto, requer que a sociedade assegure condições materiais mínimas para assegurar a sobrevivência dos indivíduos ou que haja possibilidades de se obtê-las através de uma mobilização social. Assim, uma situação de crise extrema, próprio da unidimensionalização da sociedade, através da expansão unidirecional da racionalidade instrumental, leva o mundo da vida à “perda do sentido”, não havendo qualquer formulação de aspirações ou grandes sonhos. É preciso observar, nesse sentido, que há indicações, em alguns casos, deste fenômeno quando o agricultor indaga: “será que é possível algum sonho? talvez comprar uma roupa, mesmo assim tem que pensar”. Há, nesta situação, uma preocupação exclusiva com sobrevivência biológica e a condição de vida está abaixo dos níveis críticos ou atinge o que Antonio Cândido denomina de níveis vitais e sociais mínimos. Esta não é, felizmente, a situação da maioria dos agricultores entrevistados, principalmente dos agricultores com algum tipo de orientação, os quais conseguem formular planos e projetos de vida em termos de um ideal a ser alcançado, conforme analisaremos a partir da tabela 7.

Tabela 7. Aspirações fundamentais de um projeto de vida, segundo as categorias entrevistadas (%).

Aspirações ou planos a longo prazo	RURECO	OUTROS
Investir na propriedade e continuar na agricultura	62,0*	40,0
Investir na agricultura	12,0	12,0
Mudar de profissão	2,0	16,0
Investir na educação/formação dos filhos	4,0	12,0
Ajudar os filhos a se instalarem	2,0	4,0
Sem projeto	6,0	-
Outros	10,0	12,0
Tamanho ideal da propriedade		
Até 20 alqueires	74,0*	56,0
Até 40 alqueires	86,0*	62,0
Até 60 alqueires	-	12,0
De 60 a 500 alqueires	6,0	10,0
Sem limites	8,0	16,0
O melhor para o futuro dos filhos		
Ser agricultor	16,0	8,0
Estudar e continuar na agricultura	42,0	22,0
Estudar e buscar emprego na cidade	18,0	28,0
Trabalhar como empregado	4,0	-
Estudar (filho decide posteriormente)	12,0	20,0
Não sabe/decisão do filho	-	8,0
Outros	2,0	2,0
Expectativa em relação a profissão dos filhos		
Autônomo (motorista, marceneiro...)	7,5	2,0
Agricultor	24,3	11,3
Técnico agrícola/ agrônomo	12,1	15,4
Prof. liberal(advogado, engenheiro..)	6,2	3,1
Professor	3,7	5,1
Operário	-	3,1
Decisão do filho	43,9	56,7
Outros**	2,3	3,3

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativa ao nível de 0,05 de significância.

** Padre, Educação Física, Jogador de Futebol, Radialista, Bioquímico, Nutricionista.

A longo prazo, isto é, enquanto um projeto de vida, 62 % dos agricultores/RURECO e 40 % dos OUTROS agricultores aspiram continuar na agricultura investindo na melhoria da infra-estrutura da propriedade. É significativa a diferença entre as duas categorias, o que permite afirmar, com um grau de confiança de 95 %, que uma maior proporção de

agricultores/RURECO pretendem continuar na agricultura, quando verificado o teste de hipóteses. Entre os OUTROS agricultores, 16 % pretendem mudar de profissão, enquanto entre os orientados/RURECO apenas 2 % tem esse mesmo objetivo. Estas diferenças, contudo, bem como dos demais índices não assumem proporções significativas.

Os índices favorecem a atuação da RURECO enquanto entidade mobilizadora para a construção de um projeto de permanência na agricultura embora, como demonstrado anteriormente, a atividade agrícola não seja estimulante sob o ponto de vista econômico. Observa-se que além do investimento na propriedade, os agricultores têm como alvo a aquisição de terra, a formação e a instalação dos filhos, e a introdução da atividade de pecuária. Esta atividade, conforme indica a tabela 6, está nos planos dos agricultores que ainda não a praticam em razão da sua importância para o desenvolvimento de uma agricultura diversificada e sustentada. O desenvolvimento de uma propriedade que integre a agricultura e pecuária é considerada ideal na perspectiva de uma agricultura alternativa.

3.1.1.. Os limites da ambição material.

Se a terra é a base da sobrevivência do agricultor, o tamanho de sua propriedade ou os planos para a conquista de uma área numa determinada escala, reflete a dimensão de sua ambição. Ao analisarmos os dados da tabela 7 observa-se que 74 % e 86 % dos orientados/RURECO satisfazem-se com área até 20 e 40 alqueires, respectivamente. Isto significa que esses agricultores idealizam um empreendimento agrícola, cuja base material não ultrapassa esses limites. A diferença é significativa, quando submetido ao teste de hipóteses, podendo-se afirmar que a proporção dos orientados/RURECO que limitam a ambição material a uma área de terra até 20 e 40 alqueires é superior aos OUTROS agricultores.

Muito mais em relação aos orientados RURECO, os dados indicam que o agricultor familiar não contempla em seu projeto de vida uma expansão ilimitada de sua atividade e portanto da racionalidade econômico-instrumental. Aqui, como diz GORZ, entra em jogo a noção subjetiva-cultural de “suficiência”. A cultura cabocla, certamente tem a sua contribuição no sentido de impor limites a expansão da razão instrumental. O caboclo conforme se constatou no capítulo II, originalmente, vive de forma modesta, sem grandes ambições de ordem econômica desfruta ao seu modo os prazeres da vida, ao invés de privilegiar a racionalidade técnico-instrumental

Os elementos que compõe a esfera do mundo da vida, ou da cultura, impedem a expansão ilimitada da racionalidade instrumental, na medida em que comprometem a sua realização. O agricultor familiar planeja uma vida futura, cuja base não está fundamentada no que se poderia chamar de uma “reprodução ampliada de capital”, que privilegia a racionalidade econômico-instrumental, mas baseada num rendimento econômico que considera necessário e suficiente para atingir outros fins de caráter não-econômico. O direito de “tirar uns dias de folga” quando julgar necessário, de “tirar uns dias para fazer visita a parentes ou amigos”, para “ir a cidade tranqüilamente”, são desejos que aspiram realizar seu projeto futuro.

Embora o agricultor não tenha como meta uma reprodução ampliada do capital, no sentido do capital ser ele mesmo o sentido de sua realização, isto não significa que não planeje uma propriedade racionalmente organizada, e que contemple um processo de racionalização do processo produtivo no sentido de torná-lo mais eficiente. Apenas tornar-se mais eficiente não significa exclusivamente desejo de acumular mais bens, mas desejo de viver mais, ou seja, não se pretende subordinar a vida - ou o mundo da vida - ao trabalho e à expansão ilimitada da racionalidade econômica, mas ao contrário, subordinar o trabalho à vida. O ideal do agricultor é, através da organização do processo produtivo, inverter a posição em que hoje se encontra em relação ao trabalho, uma vez que trabalha cada vez mais para gozar de prazeres que mais lhe atraí. Por isso, a propriedade ideal deve ser organizada, em primeiro lugar, de modo racional. Entre os elementos que compõem o processo organizativo deve-se destacar a organização, a diversificação, o modelo de exploração que integra agricultura e pecuária e a noção de planejamento e gerenciamento de propriedade (Tabela 5-Anexo II). Todos esses itens indicam que os agricultores aspiram produzir sob o móvel crescente da racionalidade, tanto os orientados/RURECO como dos OUTROS agricultores.

Interessante observar que, de modo geral, os agricultores não usam a expressão “modernizada” para a sua propriedade ideal, o que não quer dizer que implicitamente não a estejam programando. Isto quer dizer que moderno não significa apenas a substituição de meios e instrumentos de trabalho tradicionais, por processos industriais. Outras noções, como as que citamos anteriormente, são as que servem para expressar o sentido a que se quer dar ao moderno, e não o que se entendeu até aqui convencionalmente denominado de mudança da base técnica.

A racionalidade econômico-instrumental como um móvel orientador do processo produtivo não se expande ilimitadamente no sentido de ocupar os âmbitos dimensionalizados

pelo elementos que constituem a vida no seu sentido cultural e subjetivo, como mencionamos acima, mas desenvolve-se, outrossim, na esfera que diz respeito ao trabalho e à produção. Assim, como em outros setores, a racionalidade avança nos sistemas integrados do mercado e do poder, também na agricultura de modo geral ocorre o mesmo. No entanto, no caso que analisamos, o agricultor familiar/RURECO, principalmente, se organiza de modo a construir um empreendimento onde a racionalidade se desenvolve nos âmbitos delimitados e circunscrito do trabalho e da produção, justamente para impedir que a racionalidade tome conta de sua vida. O agricultor quer preservar espaço do mundo da vida que caracteriza a condição de vida camponesa, e, ao mesmo tempo, viver a modernidade. É nisso que consiste a sua realização pessoal.

Existem aspectos da atividade agrícola-familiar que no caso aqui analisado, continuam sendo enaltecidos de modo positivo, embora seja inerente a uma condição camponesa e de um passado não muito distante. O vínculo com a terra, com a natureza, o prazer que é encontrado no trabalho são atributos do trabalho familiar e que são reafirmados quotidianamente. Assim, segundo um criador “trabalha com prazer, gosta da lida com vacas [...] trata(o animal) com afeto. Na hora de se tirar o leite deve se ter muita harmonia” (Q. 95). Modernamente, segundo um agricultor alternativo, não se pode pensar a propriedade apenas no sentido de transformá-la visando o rendimento econômico, é preciso também “transformá-la em um ambiente gostoso de se viver” (Q.96). O prazer é encontrado também na organização da produção, na medida em que a propriedade não é apenas o local em que se produz e se trabalha, acima de tudo é o lugar em que se vive quotidianamente. Sistema e mundo da vida, neste caso se interpenetram e não se encontram separados como na organização do trabalho urbano-industrial.

3.1.2. A expectativa em relação a juventude rural.

O agricultor familiar não possui apenas aspirações individuais. Como protagonista de uma organização coletiva de trabalho, aspira continuar trabalhando em conjunto com a família ou investir na formação dos filhos no sentido de prepará-lo para enfrentar o mundo do trabalho quer seja na agricultura, quer seja em outros setores da economia. Assim, sob o ponto de vista do agricultor/RURECO o melhor para o seu filho ainda seria a agricultura, conforme demonstra os dados da tabela 7.

Se depender da expectativa dos entrevistados, a futura geração de agricultores não terá a mesma formação que tiveram seus antecessores, que possuem apenas grau de instrução ao

nível de primeiro grau, tabela 25 capítulo II . Já não se concebe que o agricultor não tenha necessidade de estudar. Assim, para 42 % dos agricultores/RURECO o melhor para o futuro de seu filho seria estudar e continuar na agricultura, para outros 18 % seria estudar e encontrar emprego na cidade e para 12 % o importante seria dar condições aos filhos para estudarem, cabendo a eles decidirem o que fazer depois. Esta mesma proporção não é seguida pelos OUTROS agricultores, cujos 22 % 28 % e 20%, respectivamente, pensam ser melhor para os filhos estudar e continuar na agricultura, estudar e encontrar emprego na cidade e deixar a decisão para os filhos. Para esta categoria de agricultores, somente 22% acreditam que vale a pena continuar a desenvolver atividades agrícolas com certo grau de instrução formal. Somando os percentuais relativos aos que esperam que seus filhos estudem o índice chega a 72 % para os orientados/RURECO e 70 % para os OUTROS agricultores respectivamente.

Os dados acima correspondem a uma visão geral dos agricultores sobre seus filhos, sem especificar a expectativa de cada entrevistado em relação a cada filho em particular. Colocada a questão desta forma, o quadro da expectativa dos agricultores em relação a profissão de seus filhos se altera (tabela 7). Assim, é significativo que para praticamente a metade de seus filhos (43,9 % dos filhos de agricultores/RURECO e 56,7 % dos filhos de OUTROS agricultores) os agricultores não têm expectativa formada e remetem a decisão para os interessados. Se analisarmos os itens relativos a profissões relacionadas à agricultura (agricultor, técnico agrícola e agrônomo), pode-se afirmar ainda que os índices favorecem ligeiramente os filhos dos orientados/RURECO(24,3 % + 12,1 % = 36,4 %) em relação aos demais agricultores (11,3 % + 15,4 % = 26,7 %).

Os dados relativos ao que se imagina ser o melhor para o futuro dos filhos, e a expectativa em relação a profissão de cada filho em particular, apenas nos permitem concluir: primeiro, que os agricultores desejam que seus filhos estudem tanto os orientados/RURECO como os OUTROS agricultores e, segundo, que tendem a deixar para seus filhos a decisão sobre a profissão que pretendem abraçar. Observa-se, ainda, que os agricultores não desejam, segundo os dados da tabela 7, que seus filhos se tornem empregados desqualificados ou um simples operário sem qualquer formação profissional.

3.1.3. Os elementos básicos da identidade

Entre as diversas categorias sociais o agricultor familiar, enquanto um trabalhador de ofício, talvez seja uma das que mais resiste a mudanças na organização do trabalho para preservar um dos seus atributos mais caros: a autonomia. A importância dada a este fator foi

objeto de nossas análises no capítulo II quando tratamos da organização do trabalho familiar. No entanto, embora seja um elemento valorativo importante para o agricultor familiar, muitos estudos do meio rural ofuscaram esta dimensão à medida que fizeram uma análise que o reduziu à condição de “subordinado”. Se para muitos estudiosos a autonomia que se apresenta para o agricultor familiar é uma ilusão, esta não é a percepção que os agricultores possuem de sua condição, mesmo quando produzindo de forma integrada com a agroindústria. Segundo a interpretação dada por este trabalho, 78 % dos agricultores/RURECO e 84 % dos outros agricultores avaliam que, comparativamente a outros trabalhadores, possuem maior autonomia. Não há portanto diferença significativa entre as duas categorias, o que demonstra que de modo geral os agricultores têm a mesma representação.

Na luta para realizar o seu projeto, o agricultor se constrói enquanto sujeito social e se realiza enquanto ser individual. Nesse processo sobressaem valores universais relacionados com a condição do homem moderno, como o ideal de independência que se define pela sua luta contra a heteronomia (TOURAINÉ, 1994). Junto com a autonomia há outro valor prezado pelos agricultores e que constitui uma condição inerente ao trabalho que desenvolve: a liberdade. Os dados da tabela 6, demonstram que “mais liberdade” um dos elementos intrínsecos da atividade agrícola, contribui para justificar a sua opção pelo campo. Liberdade para os agricultores significa a sua realização no/e através do trabalho em contato com a natureza. Não se trata de uma liberdade moral, mas uma liberdade que está relacionada a sua condição de se realizar como sujeito. É nesse sentido que o trabalho se transforma num prazer, ou numa paixão.

“gosto de trabalhar (no campo); é uma espécie de paixão pela terra pelo que se faz..”(Q.96).

“É aquela história, chega na segunda feira, pro pessoal da cidade é o pior dia, pra gente é gostoso você gosta de recomeçar.” (Entr. 5).

O trabalho no campo também é capaz de possibilitar a realização de um interesse coletivo, “de atender a família quando necessário”, “de participar de reunião” ou até “de parar mais cedo para participar de uma roda de chimarrão”.

A liberdade que enaltece não é desprovida de qualquer disciplina que reconhece ser necessária. Não é, contudo, uma disciplina imposta exteriormente, mas uma autodisciplina que emerge em função dos objetivos de vida, e seus planos de trabalho.

Um terceiro elemento, imprescindível para afirmação do agricultor enquanto sujeito, é ser reconhecido pelos outros. Não há sujeito sem que sua identidade seja reconhecida. Assim sendo, a autonomia ou a resistência à dominação, a liberdade enquanto uma condição da realização da felicidade como objetivo central de vida, e o reconhecimento do outro e pelo outro, são três elementos indissociáveis da formação do sujeito (TOURAINÉ, 1994).

A afirmação do sujeito e de sua identidade, contudo, não é possível individualmente. O sujeito só se faz socialmente, de forma coletiva ou através de movimentos sociais. No caso presente o agricultor familiar enquanto sujeito se produz através do movimento animado e organizado pela RURECO. Este movimento nasce com um sentido de contestação, de crítica ao sistema, ao processo de marginalização e exclusão social, como se verificou no capítulo III. Por isso, no seu início é também criticado e muitas vezes não aceito pela comunidade. A ação dos militantes era vista com reservas, como questionadores da ordem e politicamente sectários. O seu reconhecimento constitui também uma conquista que se fez ao longo da sua trajetória.

“Foram muitos anos de luta,...(no início) era visto como comunista, só era aceito por um grupo. Hoje no Turvo não, a gente tem uma aceitação muito grande por parte dos outros segmentos. Um respeito,...] nós conseguimos impor um respeito no Turvo muito grande. A responsabilidade com isso aumenta bastante. Hoje, por exemplo, são coisas que acontece no dia a dia, tem alguns fazendeiros aqui que não tem nada a ver com o que agente faz., (mas) o pessoal tem assim uma confiança, eles falam assim: nós queremos fazer o ITR aqui no sindicato, nós queremos que você nos oriente a fazer ITR. São coisas que você adquiriu confiança e respeito até do outro lado...que no início queriam até botar fogo no sindicato. Hoje isso foi superado” (Entr.5).

O reconhecimento do agricultor “militante” ocorre simultaneamente ao reconhecimento da RURECO enquanto entidade representativa e de assessoria.

Na dimensão individual o sujeito-agricultor se afirma a medida que sua luta, sua ação prática e sua conduta resultam em conquistas objetivas. Os indicadores desse resultado se expressam nas conquistas materiais que o fazem igualar a uma mesma condição de outros agricultores conforme se verificou no capítulo II, e se expressam na sua percepção, no sentimento de respeito e de admiração que obtém dos outros. Na dimensão social, um dos indicadores mais significativos de sua afirmação, citado no capítulo III deste trabalho, ocorre quando representantes de vários segmentos da sociedade e de várias instituições outrora não reconhecidas como interlocutoras são convidados para participar do evento comemorativo dos 10 anos da RURECO, e aí se pronunciam.

Sujeito social e indivíduo estão intrinsecamente relacionados, um depende do outro. Não há, portanto, sujeito social sem indivíduo e nem indivíduo sem sujeito social. Reintegrando o indivíduo no sistema através da reafirmação de sua identidade, constrói-se assim uma nova cidadania. Não apenas uma cidadania reconhecida formalmente perante as leis que regem a relação indivíduo instituição social, mas uma cidadania social de fato, onde o indivíduo sente-se parte integrante da sociedade e construtor de seu próprio destino.

4. A EMERGÊNCIA DE UM OUTRO PERSONAGEM: ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE UM PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR ALTERNATIVO

A análise da contribuição da RURECO na construção de um projeto de permanência na agricultura, realizada anteriormente, segundo os âmbitos do sistema e mundo da vida rural dos agricultores familiares conduz-nos a identificar diversas variáveis que diferenciam significativamente os orientados/RURECO dos OUTROS agricultores, conforme mostram os resultados dos testes estatísticos envolvendo diferenças de proporções da tabela 8 a seguir.

Tabela 8. Proporção de agricultores orientados/RURECO e OUTROS, e, nível de significância do teste segundo diferentes variáveis.

Variáveis	RURECO	OUTROS	D > 1,64	D > 2,33
	P1	P2	0,05 sig.	0,01 sig.
Cursos profissionalizantes	0,52	0,22	—	3,48
Controle contábil: memória	0,12	0,30	2,20	-
Recursos próprios e diversificação na condução do estabelecimento agrícola	0,30	0,10	-	2,5
Prática da agricultura alternativa	0,52	0,16	-	4,0
Razão econômica para praticar agric. alternat.	0,26	0,04	-	3,08
Conhecimento sobre os efeitos de agroquím	0,76	0,56	2,02	-
Equipamento manual e tração animal	0,64	0,38	-	2,62
Adubação verde	0,76	0,46	-	4,10
Uso de esterco	0,64	0,38	-	2,62
Cultura combinada	0,52	0,32	2,02	-
Opção definitiva pela agricultura alternativa	0,46	0,10	-	4,0
Relação agricultura alternativa/sobrevivência	0,56	0,16	-	4,16
Vínculo com a atividade agrícola	0,70	0,46	-	2,43
Planos a curto prazo: investimentos na agricul.	0,72	0,56	1,48	-
Planos a longo prazo: continuidade na agricult	0,62	0,40	2,20	-
Limite de área da propriedade ideal: 40 alq	0,86	0,62	-	2,75
Participação política sindical	0,70	0,48	2,23	-
Participação política partidária	0,50	0,22	-	2,91
Militância ecológica	0,44	0,10	-	3,82

Fonte: Dados trabalhados da pesquisa de campo 95/95.

As proporções P1(RURECO) e P2 (OUTROS) acima, apresentados nas tabelas de 1 a 7, são estatisticamente diferentes considerando níveis de confiança que varia de 95 ou 99% para as seguintes variáveis: participação em cursos profissionalizantes, maior frequência de outras formas de controle contábil que através da memória, uso de recursos próprios e diversificação na condução do estabelecimento agrícola, índice de praticantes de agricultura alternativa, razões econômicas e de sobrevivência para a prática de agricultura alternativa,

conhecimento sobre efeitos de agrotóxico (saúde e natureza), força de tração manual e animal, práticas de adubação verde, uso de esterco, cultura combinada, agricultura alternativa como opção definitiva de vida, vínculo com a atividade agrícola, investimentos na agricultura como plano de curto prazo, continuidade na agricultura como plano de longo prazo, limite da área da propriedade ideal em 40 alqueires, participação política sindical, participação política partidária e militância.

As diferenças nas variáveis constatadas acima (com 0,05 e 0,01 de significância) permitem afirmar que **a RURECO enquanto entidade promotora e executora de projeto de agricultura alternativa-sustentável, contribui significativamente com a construção de um projeto de permanência no campo, levando os agricultores a optarem por viver na agricultura e nela desenvolver suas atividades de trabalho e produção.**

Em função dos orientados/RURECOS estarem idealizando e ao mesmo tempo realizando a construção de um projeto de vida no campo, tem-se como hipótese que a RURECO contribua com a formação de um agricultor alternativo aqueles que convencionalmente vivem da e na agricultura. Verificaremos através de quais variáveis se pode distinguir este personagem traçando o seu perfil ao comparar os que assumem a identidade de agricultores alternativos orientados/RURECO com OUTROS agricultores.

Antes, porém, de apresentarmos o perfil do agricultor alternativo é preciso reafirmar que existem 16 % de agricultores que se intitulam alternativos, mas que não são orientados pela RURECO. Há assim um grupo de agricultores que formam 34 % do total da amostra pesquisada que inclui os alternativos/RURECOS e os OUTROS agricultores. Tomamos as variáveis da tabela 8 e com auxílio do SPSS e do SAEG cruzamos com a variável “agricultor alternativo”, isto é, com aqueles agricultores que assumiram essa identidade. O cruzamento destas variáveis resultaram em valores sobre os quais aplicamos o teste de diferença de duas proporções, o mesmo aplicado para se analisar a atuação da RURECO. Assim foram analisadas as variáveis dos AGRICULTORES ALTERNATIVOS, incluindo os não atingidos pela RURECO e os OUTROS agricultores (não alternativos) para verificar se havia diferença significativa. Constatou-se que apenas duas variáveis se diferenciaram significativamente: a que relaciona a agricultura alternativa à **sobrevivência** e a que imputa a ela um **custo mais baixo**. Isolamos, então, o grupo agricultores alternativos/RURECO e os OUTROS agricultores não alternativos, para comparação, aplicando-se o teste de diferença de duas proporções. As proporções P1 (agricultores alternativos/RURECO) e P2 (OUTROS agricultores não alternativos), bem como o resultado dos testes encontram-se na tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Proporção de agricultores alternativos/RURECO e OUTROS agricultores não alternativos e nível de significância do teste segundo diferentes variáveis.

Variáveis	P1(1)	P2(2)	D < 1,28	D > 1,28 0,10 sig.
Força de tração manual e animal	0,56	0,33	-	1,40
Adubação verde	0,60	0,39	-	1,44
Uso de esterco	0,56	0,39	0,74	-
Cultura combinada	0,42	0,50	-	-
Conhecimento sobre os efeitos dos agroquímicos	0,60	0,60	-	-
Cursos profissionalizantes	0,56	0,33	-	1,45
Controle contábil	0,66	0,35	0,92	-
Recursos próprios e diversificação na gestão do estabelecimento agrícola.	0,66	0,16	-	2,08
Vínculo com a atividade agrícola	0,51	0,51	-	-
Opção definitiva pela agricultura alternativa.	0,86	0,14	-	1,50
Planos a curto prazo: investir na agricultura	0,51	0,51	-	-
Planos a longo prazo: continuar na agricultura	0,50	0,50	-	-
Limite de área da propriedade ideal:40 alqueires	0,53	0,51	0,70	-
Militância	0,90	0,07	-	3,31
Participação política	0,68	0,41	-	1,54
Razão econômica p/ prática da agric. alternativa	100*	-	-	-
Relação agricult alternativa/sobrevivência	0,89	0,11	-	3,71

Fonte: Dados trabalhados da pesquisa de campo 95/96

* A variável “Razão para a prática da agricultura alternativa”, não foi submetida ao teste de diferença de proporções uma vez que 100% dos orientados/RURECO justificam desenvolver a agricultura alternativa por motivos econômicos.

(1) P1 - alternativos/RURECO

(2) P2 - OUTROS/não alternativos

Desse modo, conseguimos distinguir algumas variáveis que apresentam diferenças estatísticas significantes entre os dois grupos de agricultores o que permite distinguir um agricultor dotado de um perfil alternativo ou diferenciado do agricultor convencional. Essas variáveis, conforme interpretação dada anteriormente, estão associadas com os recursos

instrumentais relacionados com a racionalidade técnico-econômico e com o universo simbólico da vida rural, que orienta a ação do ator em sua dimensão subjetiva.

Em relação ao sistema de produção, foram analisadas as variáveis força de tração, práticas agrícolas de adubação verde, uso de esterco, e cultura combinada. Comparando-se os dados referentes a estas variáveis com outros agricultores, verifica-se através do teste de hipótese uma diferença ao nível de significância de 0,10 em relação às duas primeiras. Isto significa dizer que o agricultor alternativo/RURECO privilegia significativamente, em maior proporção que os OUTROS agricultores, a **força de tração animal e manual** e a prática da **adubação verde**. Não se pode afirmar, no entanto, que entre esses agricultores não se implemente outras medidas de gestão de recursos naturais que possibilitem o equilíbrio ecossistêmico, apenas as diferenças entre as proporções das práticas analisadas, no estágio atual, não atingem significância estatisticamente admissível. A implementação de práticas agroecológicas certamente está relacionado, além de outros fatores, ao conhecimento que o agricultor alternativo detém *em relação às conseqüências do uso de agroquímicos*, embora a diferença que a proporção desta variável atinge em relação aos outros agricultores não seja significativo.

Os agricultores alternativos/RURECO também se distinguem em relação ao aperfeiçoamento técnico visando maior rentabilidade da produção agrícola. Assim, se tomarmos a variável **participação em cursos profissionalizantes** e submetemos ao teste de hipótese verifica-se diferença estatística significativa. Mas, o aperfeiçoamento técnico do sistema de produção não se limita às práticas de cultivo ou de exploração das atividades relacionadas aos cursos realizados pelos agricultores conforme tabela 1. Há um outro dado importante relacionado com a gestão do estabelecimento agrícola já abordado anteriormente. Os agricultores alternativos tendem a implementar *técnicas de controle contábil* para melhor planejar e avaliar as atividades agrícolas. Embora não significativo estatisticamente, é expressivo o percentual de agricultores (66%) que controlam os custos de produção através de notas fiscais e anotações em cadernos, em relação aos outros agricultores. Estas duas variáveis demonstram que o agricultor alternativo ao mesmo tempo que se profissionaliza tende a assumir uma conduta moderna sob o ponto de vista da racionalidade técnico-administrativa, primando pela eficiência do empreendimento agrícola. Esta constatação contraria a tese daqueles que sustentam que o agricultor alternativo tende a utilizar práticas agrícolas pouco eficientes. Ao privilegiar **recursos próprios, técnicas de manejo de recursos naturais e**

diversificação da atividade ele o faz justamente porque para o seu projeto, que inclui outros valores além da realização econômica estas são mais eficazes que outras.

É porque idealiza um projeto de vida no campo, não como um empresário agrícola capitalista, mas como um empreendedor familiar “alternativo” moderno⁵³ (LAMARCHE, 1992) que este agricultor elege a **agricultura alternativa como uma opção de vida**, como uma estratégia de sustentação da família, e não de enfrentamento de crise transitória. Na raiz desta posição está, segundo a expressão de um agricultor, “o gosto” pela vida no campo. Há até aqueles que dizem que adoeceriam se fossem morar na cidade. As diversas posições que traduzem o *vínculo com a atividade agrícola* são também atributos do agricultor alternativo, embora não o diferenciem significativamente dos outros agricultores. É por preservar esse interesse e *desejar continuar na agricultura* que, na medida do possível, procura investir na terra ou na melhoria da produção agrícola, visando a sustentação de sua família. Essa variável, se não apresenta diferença estatística significativa é porque reflete uma posição comum, expressiva, de ambas as categorias.

Se o agricultor alternativo atua no sentido de construir um projeto de permanência na agricultura, ele o faz idealizando uma base material de sobrevivência dentro de certos limites. *A propriedade ideal não ultrapassa os 40 alqueires*, embora a diferença nas proporções entre alternativos e não alternativos não seja significativa em razão de ser um atributo de ambas as categorias. Essa tendência reforça a tese de TAYLOR E MILLER(1978), citados por GUIVANT (1995), ao afirmarem que seriam os pequenos agricultores os mais suscetíveis a uma agricultura alternativa. Contudo, a partir da situação em que se desenvolveu esta investigação não se pode afirmar que o pequeno agricultor familiar é mais aberto à agricultura alternativa que os grandes agricultores ou empresários, uma vez que o universo de entrevistados envolveu uma categoria cuja exploração não pode ser definida como grande ou de natureza capitalista. O que se pode afirmar é que neste caso o agricultor familiar/RURECO tende a reorganizar sua produção e adotar uma postura de vida diferenciada dos outros agricultores convencionais.

A variável que distingue alternativos/RURECO em relação aos OUTROS agricultores é a **militância**. Pode-se afirmar a um grau de confiança de 95 % que a proporção do número de alternativos/RURECO é superior a dos OUTROS, quando da aplicação do teste de

⁵³ Hugues Lamarche, ao interpretar a exploração familiar moderna, dá uma interpretação original a esta categoria e identifica como o grupo mais importante da amostra brasileira. Nós interpretamos o agricultor alternativo moderno como uma subcategoria do agricultor familiar moderno

hipótese. Da mesma forma a **participação política** também constitui um outro atributo do perfil alternativo/RURECO, distinguindo-se dos OUTROS a um nível de 0,10 de significância. Estas duas variáveis podem ser consideradas variáveis chaves para a ampliação do projeto alternativo, à medida que são os alternativos/RURECO os mais politizados e os que mais atuam no sentido de convencer os demais produtores da viabilidade de se implementar uma agricultura que prioriza os recursos naturais. Desta forma, certamente estes agricultores interagindo com outros atores sociais através de contatos informais (34%) reuniões (26 %), e até meios de comunicação de massa como TV (2%) também contribuem positivamente na construção de um imaginário socioambiental ao nível da sociedade. Deve-se assinalar que o envolvimento dos agricultores na militância política lhes dá uma projeção e uma certa liderança na comunidade a ponto de participar de outras instâncias organizativas, que não estão diretamente relacionadas com a agricultura alternativa. É o caso da participação de várias lideranças nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento da Agricultura, que foram formados recentemente em todos os municípios da região, e que contam com a participação de representantes de todas as categorias de agricultores no município. Diríamos que uma das razões do sucesso da construção do projeto alternativo está relacionada a essas variáveis.

Assinalamos variáveis importantes que contribuem para implementar o projeto RURECO, como o vínculo com a terra e uma forte coesão social em torno do projeto, as quais poderiam ser traduzidas como uma certa “mística” que se reflete na militância e na participação política. Há outras razões fortes que também sustentam a mobilização deste núcleo promotor do projeto. Uma delas é de ordem econômica: todos os agricultores alternativos, independentemente de serem orientado pela RURECO, ou não, atribuem à agricultura alternativa um menor custo. Há assim uma **razão econômica**, relacionada a um outro fator que justifica a implementação de práticas ecologizantes: a **sobrevivência dos agricultores**. Estas duas variáveis são comuns aos agricultores alternativos de ambas as categorias. Se a variável “razão econômica” é atribuída a 100% dos agricultores, a variável “sobrevivência dos agricultores” apresenta diferença estatística significativa a um nível de confiança de 99%.

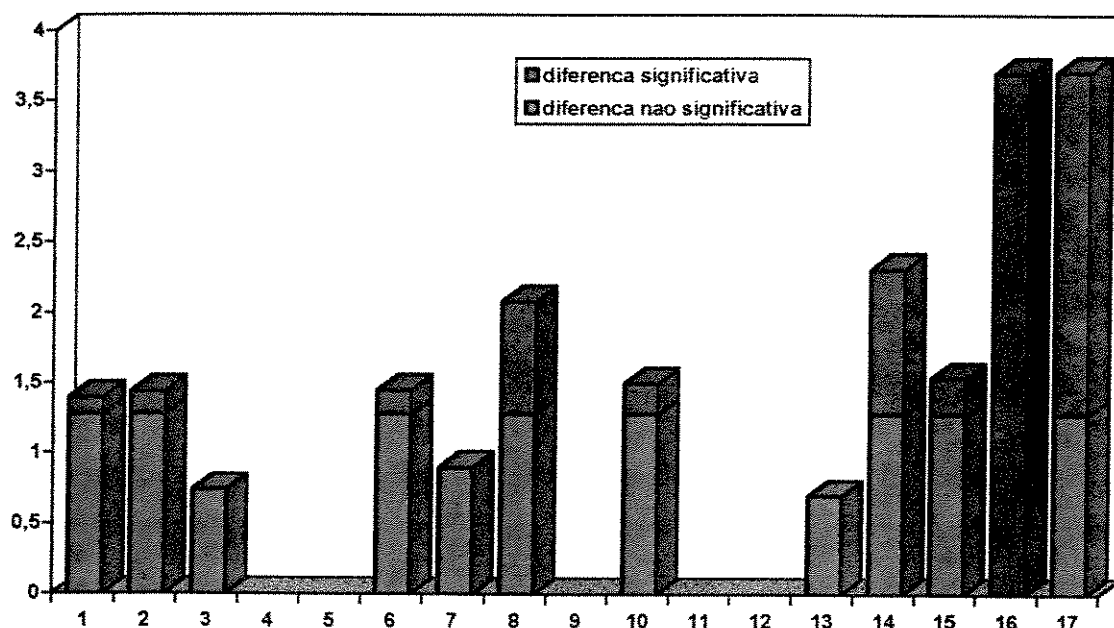
Se, contudo, a razão para a prática de uma agricultura mais condizente com o equilíbrio ecossistêmico é econômica, ela não é exclusiva. Quando se relaciona a base biofísica de sustentação à sobrevivência, está se interpretando como possibilidade de manter uma vida no campo no sentido amplo do termo e não apenas biológico: ou seja, sobreviver no

campo significa beneficiar-se do progresso conquistado pela sociedade moderna e ao mesmo tempo manter os atributos de uma condição camponesa, ou de uma agricultura familiar.

Resumindo, pode-se afirmar que nesta fase da trajetória de sua atuação **a RURECO contribui com a formação de um agricultor familiar-alternativo, cujo perfil se diferencia significativamente dos demais agricultores convencionais através das seguintes variáveis: força de tração animal e manual, prática de adubação verde, participação em cursos profissionalizantes, opção definitiva pela agricultura alternativa, militância alternativa, participação política, razão econômica e sobrevivência.**

As variáveis diferenciadoras que distinguem o agricultor alternativo/RURECO estão representadas no gráfico 1 a seguir

Gráfico 1. Variáveis definidoras do perfil dos agricultores alternativos e respectivos valores dos testes de diferenças e proporções.



Nota: as variáveis que apresentam valores do teste de diferença de proporções superior a 1,28 são estatisticamente diferentes entre as duas categorias de agricultores com um nível de confiança superior a 90% conforme tabela 9.

1. Força de tração manual e animal
2. Adubação verde
3. Uso de esterco.
4. Cultura combinada
5. Conhecimento sobre efeitos dos agroquímicos.
6. Cursos profissionalizantes
7. Controle contábil.
8. Recursos próprios e diversificação na gestão do estabelecimento agrícola.
9. Vínculo com a atividade agrícola.
10. Opção definitiva pela agricultura alternativa.
11. Planos a curto prazo: investir na agricultura
12. Planos a longo prazo: continuar na agricultura
13. Limite de área da propriedade ideal: 40 alqueires.
14. Militância.
15. Participação política.
16. Razão econômica p/ prática da agricultura alternativa
17. Relação agricultura alternativa/sobrevivência.

O que se deve apreender desta análise é que, ao se identificar o perfil dos agricultores alternativos/RURECO, revelamos ao mesmo tempo o núcleo gerador ou mobilizador do movimento alternativo, através de variáveis que mais se distinguem em relação à outra categoria de agricultores.

Finalmente, retornando ao que se evidenciou neste capítulo, poderíamos afirmar que este agricultor alternativo não privilegia exclusivamente a razão econômica. Também não releva primordialmente os princípios éticos da questão ambiental, como o agricultor alternativo do tipo orgânico, biodinâmico que é movido por valores éticos no sentido de fundamentar apenas um modo de vida naturalista, ou que se distancia da sociedade industrial. Trata-se de um agricultor com dupla orientação, que considera a razão técnico-econômico e ao mesmo tempo a questão ambiental, envolvendo outros elementos de ordem cultural ou subjetiva, isto é, **um agricultor que tende a construir um projeto de vida segundo uma razão socioambiental ou ecossocial**. Nesse sentido, as mudanças não tenderiam a reorganizar a agricultura segundo um novo paradigma de produção, mas uma forma de organização da produção que ao incluir elementos de um outro padrão técnico de produção forma um outro personagem na agricultura: *o agricultor familiar alternativo-sustentável*.

Constatar a emergência de um personagem diferenciado dos demais como resultado da ação da RURECO, contudo, não significa indicar a tendência de um movimento que se generaliza na agricultura, mas evidenciar a possibilidade de, através de uma política de desenvolvimento, construir uma organização social, cuja lógica favorece a formação de agricultores enquanto sujeitos socioambientais. A possibilidade de expansão desse movimento certamente está relacionada à direção das políticas públicas e principalmente de forças políticas de atores comprometidos com uma sociedade “sustentável”.

5. CONDIÇÕES OU ELEMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA UMA AGRICULTURA ALTERNATIVA-SUSTENTÁVEL

Após analisarmos a contribuição da RURECO na formação de um personagem distinto na agricultura, resumiremos algumas questões que nos parecem relevantes na condução de um trabalho com agricultores que pretendem reorientar sua forma de produzir

O desenvolvimento de uma agricultura que se diferencia da convencional não surge no vácuo, de forma espontânea e isoladamente. É preciso que haja condições objetivas para que isso se realize. De um lado, estas condições, como desequilíbrio ambiental, intoxicações, endividamento, perda de autonomia, rompimento nas relações comunitárias, êxodo rural, foram dadas pelo processo modernização, entendido como mudança da sua base técnica.. Há uma posição crítica sobre a agricultura convencional, sobre os efeitos perversos que resultaram muitas vezes na expropriação do agricultor e conseqüentemente na sua perda de identidade. Por outro lado, para se implementar uma proposta alternativa, há que se construir condições que possibilitem o seu desenvolvimento. A construção do projeto alternativo de agricultura, que só pode ser coletiva, é representada pela RURECO, agente promotor, organizador estratégico e ao mesmo tempo orientador dos agricultores. Dois são os âmbitos que compreendem a organização estratégica da entidade: um próximo aos agricultores, o comunitário, e outro situa-se na esfera dos sistemas organizados do mercado e poder.

No âmbito do mercado e do poder público ou político, a atuação se realiza através da instituição regulada juridicamente, representada pela direção e assessorada pelo quadro técnico. Nesse sentido a geração de uma infra-estrutura e a seleção de profissionais competentes são fundamentais para que se possa estabelecer relações com instâncias especializadas, formalmente organizadas na sociedade, visando assegurar e maximizar ganhos de caráter econômico e político. A organização para participar na esfera dos sistemas regulados pelo mercado e poder já foi explicitada no capítulo dois. Ela abrange especificamente a dimensão da racionalidade econômico-instrumental (HABERMAS,1988; TOURAINE,1992; GORZ,1988)

No âmbito comunitário, a atuação se dá nos grupos organizados informalmente. Há uma rede comunitária constituída de grupos de família de agricultores. Estes grupos, além de constituir um referencial para a atuação da entidade constituem o espaço social onde o agricultor compartilha sua vivência, seu projeto de vida, apoiando-se mutuamente, realizando intercâmbio técnico e nutrindo-se de informações. A esfera do cotidiano, ou do “mundo da vida”, a que se refere Habermas; é o espaço cultural que define a identidade e as realizações de caráter subjetivo (HABERMAS,1988; TOURAINE, 1992). A partir dessa inserção social surgem lideranças e militantes do projeto para participar nas esferas organizadas da sociedade.

A natureza heterogênea desses grupos tanto no que se refere aos interesses, quanto ao grau de domínio de informações e saber faz também surgir democraticamente os mais

“idealistas” ou “realistas” do projeto alternativo. Assim há entre os agricultores aqueles que talvez mais convictos com a proposta passam a defender a atividade junto a agricultores extra-grupos. Participam, então, da construção de um imaginário societal de meio ambiente e, ao mesmo tempo em que são reconhecidos por outros grupos, reforçam sua identidade e nutrem-se de informações que alimentam o processo reflexivo e crítico de sua atividade.

Tabela 10. Agrocultura alternativa e militância, segundo as categoria entrevistadas (%).

Militantes da agricultura alternativa	RURECO	OUTROS
Sem resposta	42,0	82,0
Sim	44,0*	10,0
Não	14,0	8,0
Forma de militância		
Sem resposta	56,0	90,0
Contatos informais/reuniões	42,0	3,0
Radio/TV	2,0	-

Fonte: pesquisa de campo 95/96

* Diferença significativo ao nível de 0,01 de significância

Entre os agricultores/RURECO, 44% participam de atividades que visam esclarecer os outros agricultores e disseminar idéias alternativas. As reuniões e contatos informais são as ocasiões mais freqüentes para os agricultores defenderem a atividade. A importância de uma entidade mobilizadora, no sentido de propiciar condições de reprodutibilidade de informações, fica clara na tabela 13, acima, uma vez que apenas 10 % dos OUTROS agricultores não atingidos pela RURECO defendem a atividade de forma a convencer outros agricultores a praticá-la. A diferença entre a militância das duas categorias é significativa a um grau de confiança de 99 %.

Contudo, a construção de um imaginário ambiental está relacionado ao significado dado à agricultura alternativa. Se verificarmos a tabela 3, a definição vai desde uma concepção mais orgânica de agricultura até uma agricultura de cultivares diferentes das tradicionais ou diversificada. Desta forma, se atribuirmos ao conceito “alternativo” o significado mais restrito dado pelos agricultores, como sendo unicamente uma agricultura de manejo de recursos naturais sem o uso de agroquímicos, teremos um número pequeno de

agricultores (18 % + 6 %, tab. 3) que terão optado pela agricultura como projeto de vida. Mas, se tomarmos o conceito de agricultura sustentável, o número de agricultores optantes certamente se ampliará. Os dados não nos permitem ir além da afirmação de que em torno da metade da população atingida pela RURECO (46 % a 52%, tabela 5 e 3) optou pela agricultura alternativa de forma definitiva, conforme a definição dada pelos agricultores. Mas, se considerarmos o conceito de agricultura sustentável, entendido como uma agricultura que minimiza o uso de insumos externos e maximiza os recursos internos da propriedade, que ultimamente está sendo atingida pela organização, o percentual certamente será ampliado.

Ousáramos afirmar, com base nas observações de campo, que de modo geral os agricultores praticam uma agricultura com elementos definidores de uma agricultura sustentável. Todavia, a dificuldade que têm em definir a posição em que se encontram em relação ao padrão de agricultura nos impossibilita classificá-los como agricultores que estejam em processo de conversão, conforme indica a linguagem técnica. Isso porque entendemos que o agricultor não tem um conhecimento completo do processo que está impulsionando. É significativo nesse sentido que 26% dos agricultores (tabela 3) não tenham informações para definir o tipo de agricultura que a entidade à qual estão filiados promove.

O processo de transição para uma agricultura alternativa-sustentável, entendemos, requer que seja elaborado em conjunto com os agricultores uma estratégia que permita levar os interessados a uma organização produtiva com rendimentos satisfatórios, combinada com uma gestão equilibrada dos recursos naturais e produtivos. Nesses termos, o primeiro passo consiste em realizar um diagnóstico da unidade produtiva, no sentido de conhecer a sua história, os seus sistemas técnicos, os interesses imediatos e os planos da família (GUIVANT, 1995). A partir daí, torna-se necessário distinguir uma estratégia para os agricultores tradicionais e os agricultores convencionais, porque, conforme constatado anteriormente, são justamente os agricultores tradicionais que mais oferecem resistência à prática de uma agricultura alternativa-sustentável. Os agricultores que já passaram pela experiência da agricultura convencional oferecem melhores condições para se realizar uma problematização das conseqüências do uso dos instrumentos agroquímicos e mecânico.

Um trabalho sistematizado de resgate de técnicas e práticas agrícolas tradicionais constitui um dos pontos fundamentais. Nesse sentido, as ações que vêm sendo desenvolvidas pela RURECO constituem exemplos de como fazer avançar um programa de conversão de uma agricultura tradicional ou convencional em uma agricultura sustentável. Nessa perspectiva ainda, os trabalhos coordenados por FASIABEN et alii (1995), que tratam de uma

pesquisa a partir da análise dos sistemas de produção de diferentes unidades referenciais - ou propriedades agrícolas - para a “construção de uma metodologia de apoio ao planejamento produtivo-organizativo de grupos de pequenos agricultores”, constituem iniciativas que devem ser valorizadas no plano institucional. Através desses trabalhos sistematizados é possível desenvolver uma maior aproximação e demandar os serviços de agências de pesquisa, que constituem outro fator importante para que se possa avançar em relação aos conhecimentos relacionados com a agricultura sustentável.

É sempre importante enfatizar que, em trabalhos de pesquisa que visam recuperar o equilíbrio de ecossistemas, deve-se incluir a participação dos agricultores, uma vez que são eles que detêm o domínio de um saber útil e necessário para uma agricultura alternativa. A erosão de um “saber camponês”, provocado pelos mecanismos de massificação da “ideologia da modernização” deve ser considerada nos trabalhos de pesquisa-desenvolvimento para se poder valorizar um conhecimento que se desenvolveu com base na experiência dos agricultores e que foi considerado por muito tempo como ultrapassado, tanto pelos técnicos do sistema de difusão de tecnologias de modo geral, como pelos pesquisadores do setor agrário. Apesar da disseminação dessa ideologia tecnicista, que ocultou dimensões importantes para a reprodução dos pequenos agricultores, não faltam pesquisas que demonstram a conveniência de se combinar saber tradicional com conhecimentos técnicos (WANDERLEY, 1989; BRANDENBURG e FERREIRA, 1995), e trabalhos que propõem metodologias de pesquisa em que o conhecimento prático e a experiência dos agricultores com sistemas de produção, ajustados a situações específicas, são centrais para a sistematização do conhecimento (PINTO, 1981; DUFUMIER e TREBUIL, 1983; DUPRÉ, 1991).

O conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável tem sido colocado como uma questão polêmica (GUIVANT, 1995). Há autores que dizem ser a agricultura sustentável muito mais exigente em conhecimento do que a agricultura convencional. Entretanto, essa é uma questão que pode ser relativizada quando se observa a prática do agricultor, que parece adotar atitudes pragmáticas diante das recomendações realizadas por técnicos. Mesmo quando se tratou de aplicar os conhecimentos da tecnologia agroquímica, os agricultores sempre souberam ajustar o uso de recursos técnicos ao custo de produção (BRANDENBURG, 1981). Nesse caso, a estratégia adotada pelos agricultores se revelou mais adequada do que a solução tecnicista apresentada pelos especialistas. Assim, uma estratégia de diálogo entre técnicos e agricultores parece ser mais prudente do que receitas técnicas unilaterais. O aperfeiçoamento técnico certamente se dará com o tempo e na

medida que a técnica se revelar adequada para a situação. É por isso que se deve adotar uma estratégia de trabalho considerando o tempo de transição de uma situação para outra.

Estudos realizados durante dez anos, ao se fazer um balanço de práticas da agricultura biológica muito mais exigente do que uma agricultura sustentável, recomendam uma combinação de exploração de cultivos agrícolas com a criação de animais para tornar a atividade mais competitiva, e a conversão menos abrupta. Mesmo assim, diz o autor, o início de um processo de conversão “exige esforços da família e sacrifícios econômicos” (SUTER,1992). O tempo para a conversão ou de transição de uma agricultura convencional para a alternativa-sustentável certamente está relacionado às condições particulares de cada agricultor ou grupo de agricultores; contudo, tem-se observado que, nas condições em que desenvolvemos o estudo, um período de 3 a 4 anos já é suficiente.

Resumindo: os elementos de conversibilidade para a agricultura sustentável, aqui apontados, compreendem duas ordens: uma de caráter social e político, que diz respeito a um suporte organizacional, que ao mesmo tempo articula apoio interno ao movimento e participa na sociedade no âmbito dos sistemas organizados; outra de caráter técnico organizativo, cuja estratégia deve ser organizada a partir de um diagnóstico da situação que permita combinar rendimentos econômicos e equilíbrio na gestão de recursos naturais.

CONCLUSÃO

Finalizaremos este trabalho distinguindo dois grupos de idéias relacionadas com o tema desta pesquisa. O primeiro diz respeito às principais conclusões, diretamente relacionadas com os objetivos estabelecidos no capítulo introdutório. Reuniremos na forma de síntese as principais conclusões que se encontram ao longo do texto e no final de cada capítulo. O segundo relaciona-se com o tema que inspira o projeto e que está sendo construído pela entidade que analisamos: o desenvolvimento. Pretendemos refletir sobre a noção de desenvolvimento da agricultura a partir das contribuições deste trabalho, e recolocar a idéia do sentido de modernidade para a agricultura familiar.

1. Sobre as conclusões desta pesquisa

Este trabalho teve como objetivo analisar a contribuição de uma organização não-governamental na construção de um projeto de permanência na agricultura, mediante sua relação com os agricultores orientados. Em função dessa análise tomou-se como universo empírico de pesquisa os agricultores dos municípios atendidos por mais de 5 anos, pela Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná-RURECO.

A região, que constitui um dos últimos pólos de atração de imigrantes procedentes de várias regiões do estado do Paraná e de outros estados brasileiros, é formada por uma estrutura fundiária heterogênea, embora predominem pequenas propriedades com área até 50 ha. Igualmente heterogêneas são as correntes de origem étnica, os sistemas de produção e o processo de organização social no campo. Um processo de transformação intenso vem ocorrendo nos últimos tempos, decorrente da mudança dos sistemas técnicos de produção e de uma modernização da infra-estrutura regional. Esta transformação conduz a um processo de expropriação e de exclusão de pequenos agricultores familiares e de trabalhadores rurais, dos benefícios da modernização, levando-os a migrarem em direção aos centros urbanos em busca de empregos.

A análise desta população, mais especificamente dos agricultores familiares, foi realizada segundo os âmbitos do mundo da vida rural e da racionalidade crescente do sistema

social agrícola, entendido como integrado nas esferas regulamentadas do mercado e do poder societário.

Constatou-se, em relação ao mundo rural, uma população identificada por uma cultura etnicamente diversa, embora os caboclos sejam majoritários e mantenham forte influência no modo de ser e de viver da população regional. Sobrevivem em área de terra de até 20 alqueires, em condições de vida que poderia ser caracterizadas como satisfatórias, à medida que não mais de 10% da amostra entrevistada ultrapassam os índices de precariedade em relação às condições de moradia, meios de comunicação, locomoção, grau de instrução, alimentação e acesso a serviços de saúde. Em relação à organização social, os agricultores participam de uma organização comunitária, ou núcleos, cuja infra-estrutura é principalmente constituída por igreja, escola e campos de lazer. Há, contudo, 29 % dos agricultores que além de conviverem com instituições consideradas fundamentais são beneficiados pelos serviços do posto de saúde e telefone. Além da participação em instituições de caráter comunitário (grupos religiosos, culturais e de lazer e solidariedade), 70 % dos agricultores são filiados a associações, sindicatos e partidos políticos. Esses dados indicam a existência da organização de uma vida rural capaz de reproduzir uma identidade própria de um mundo que, embora em transformação, mantém sua especificidade e se diferencia do mundo exterior: o mundo societário.

Considerando a esfera da racionalidade econômica-instrumental, o trabalho é organizado pelo núcleo familiar, porém este recorre a auxílio de vizinhos ou à troca de dias de serviço, ou ainda contrata mão-de-obra em caráter temporário. Quando necessário, vende força de trabalho, mas esta medida não significa mudança na sua condição de proprietário familiar, que trabalha de forma autônoma. A autonomia, constitui um dos valores mais prezados pelo agricultor familiar mesmo que isto signifique sacrifício ou aumento da penosidade no trabalho. Uma penosidade que pode ser traduzido por um aumento crescente na jornada de trabalho, visando uma diversificação de um sistema de produção destinado ao consumo interno e ao mercado.

A diversidade está assim diretamente relacionada com a família, à medida que não é apenas determinado economicamente mas, também, definido socialmente. Enquanto um grupo a ser mantido coletivamente, desenvolvem-se estratégias de sustentação que combina técnicas convencionais e agroecológicas de produção. Desta forma o sistema de produção familiar é altamente heterogêneo, mesmo aquele que integra sua produção à agroindústria. Esta heterogeneidade, tanto das explorações agrícolas, como dos implementos utilizados, e das

práticas produtivas, favorece a biodiversidade e a manutenção de um ecossistema agrícola mais equilibrado em relação ao ambiente físico e biológico.

A produção destinada ao mercado, da mesma forma, é comercializada através de vários atores, não havendo um domínio tecnológico sobre a unidade produtiva como se tem constatado nos produtos contratualizados. Mesmo havendo um processo crescente de racionalização dos meios de produção, esta racionalização não implica no uso exclusivo de meios industriais de produção, mas da combinação de técnicas industriais e de manejo de recursos tradicionais e naturais internos à propriedade.

As considerações acima resumem as condições através das quais os agricultores pesquisados se sustentam e caracterizam a base empírica de ação da Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-oeste do Paraná-RURECO. Esta organização não-governamental tem como proposta integrar socialmente agricultores familiares, através de um programa de desenvolvimento de uma agricultura alternativa no âmbito regional. Ao longo de sua trajetória de atuação, a definição de seu projeto sofreu influência de vários atores sociais, entre os quais, de modo especial, as ONGs do norte da Europa, responsáveis pela sua manutenção. A versão atual do projeto RURECO é definido como de desenvolvimento de uma agricultura sustentável, traduzido na forma de uma agricultura de insumos reduzidos que potencializa o uso dos recursos internos da propriedade. Não é portanto um projeto de cunho agroecológico, que dispensa o uso de insumos industriais na agricultura, nem um projeto convencional de modernização agrícola, conforme reproduzido pelos órgãos governamentais e entidades da iniciativa privada.

A continuidade de execução do projeto, no entanto, encontra desafios que deverão ser enfrentados pela organização a curto e a médio prazo, sob pena de comprometer todo um trabalho já realizado, que visa proporcionar através de um movimento social, talvez uma das últimas chances de integração do agricultor familiar na condição de um trabalhador proprietário autônomo na economia de mercado. Entre os principais desafios situa-se a questão da sustentação econômico-financeira da entidade, uma vez que as tradicionais mantenedoras indicam não mais priorizar projetos para o sul do país. Diante desse quadro, torna-se necessário construir novas relações com a sociedade em especial com atores que possam contribuir com a execução de projetos, seja através de parcerias ou de outras formas de apoio. Há, ainda, outras tensões internas na organização, tais como a definição da forma de assessoria dos técnicos, a carência de lideranças, a relação entre as associações e a RURECO. Os problemas relativos ao funcionamento da organização, embora constatados por este

trabalho, não mereceram um estudo mais aprofundado por não constituir objeto desta pesquisa.

Procuramos investigar, conforme os objetivos explicitados, a relação da RURECO com os agricultores alvos de sua atuação. Nessa perspectiva, analisamos a contribuição da RURECO enquanto entidade mobilizadora e de assessoria a vários programas regionais sob a rubrica de uma agricultura alternativa-sustentável. Considerando os sistema técnico-produtivo e a organização do trabalho, principais componentes da esfera da racionalidade econômico-instrumental, verificou-se que os índices dos agricultores orientados/RURECO obtiveram resultados significativos, diferenciando-se dos demais agricultores familiares, na gestão de sistemas de produção com uso de equipamentos de tração animal e manual, com práticas de adubação verde, uso de esterco e cultura combinada, na participação de cursos de profissionalização e no uso de meios de controle contábil, na gestão do estabelecimento agrícola.

A partir dos elementos componentes do mundo da vida rural, os orientados/RURECO constroem um projeto de vida, priorizando seus investimentos na agricultura e idealizando uma propriedade diversificada com atividades que se complementam entre agricultura e criações, cuja área para 81 % dos agricultores não ultrapassam o limite de 20 alqueires. Na projeção de sua vida futura embora os agricultores tenham como expectativa que seus filhos continuem na agricultura, não há indícios que este seja o interesse da maioria dos jovens. Há, sim, o desejo de estudar, mas a definição para se continuar ou não na agricultura é cada vez mais uma decisão que caberá ao jovem tomar posteriormente.

Considerando as variáveis acima referidas, conclui-se que os resultados da ação da RURECO, sem dúvida, contribui com uma diferença proporcional significativamente maior em relação ao conjunto de outras entidades, com um projeto que visa dar continuidade ao desenvolvimento de atividades econômico-produtivas e sociais, relacionadas com uma vida no campo. Contudo, o mérito do movimento coordenado pela RURECO não está exclusivamente nos resultados explicitados em relação ao seu objetivo estabelecido, mas no que está implícito ou ao que está no bojo de seu trabalho. Trata-se de um personagem que não é apenas um agricultor que desempenha um papel produtivo de forma passiva e alheio à definição das políticas que afetam os seus interesses diretamente. Muito mais do que isso, é um personagem que avança no sentido de buscar mecanismos coletivos que lhe possa dar sustentação à vida no campo, independente da ação de órgãos governamentais. É um personagem que se define como autor de seus projetos e, portanto, como sujeito gestor de um

movimento social propositivo. Nesta perspectiva, pode-se afirmar, constrói-se uma nova cidadania, representada pelo cidadão crítico, mas igualmente ativo, criativo e autor de seus próprios projetos, apesar de uma conjuntura social de crise e de pessimismo na agricultura.

Embora esse personagem coloque-se de forma emergente entre o universo dos produtores orientados, que se intitulam alternativos, situa-se como uma espécie de elite, neste momento da trajetória de atuação da entidade. Pode ser descrito como um agricultor, cujo perfil se destingue dos demais através de uma atividade de militância alternativa, de uma participação nos órgãos de representação político-partidária e nos cursos profissionalizantes. Além disso, diferencia-se por organizar um sistema de produção com práticas de adubação verde, força de tração animal e manual, e, optar por uma agricultura alternativa por razões econômicas e relacionadas a sua própria sobrevivência. É este personagem que forma o núcleo gerador e mobilizador do movimento.

A análise do agricultor na sua dupla dimensão, racionalidade e mundo da vida, permitiu compreender o agricultor familiar não somente como uma categoria moderna, mas como um personagem capaz de se adaptar neste sistema e até transcendê-lo. Trata-se de um personagem que se realiza e se produz socialmente, considerando as várias dimensões relacionadas com seu interesse pessoal e coletivo. Para melhor compreender este fato, nossa reflexão transitou entre três concepções de racionalidades: uma de racionalidade específica ao agricultor familiar, na versão de Chayanov, outra de racionalidade econômico-instrumental como sendo a racionalidade que universaliza o sistema, conforme a concepção de Habermas e Touraine; e, a terceira, a de racionalidade ecológica, conforme define Gorz. Podemos afirmar agora que o que se denomina *racionalidade específica* do agricultor familiar se revela como uma racionalidade de natureza eminentemente ecológica, uma vez que representa o equilíbrio entre a racionalidade econômico-instrumental e as expressões da subjetividade que se expressam culturalmente no mundo da vida. É o caso do camponês que, ao visar a manutenção de sua família, limita a expansão da racionalidade econômica através de uma racionalidade específica que visa ao equilíbrio produção/consumo. A racionalidade do agricultor familiar moderno, que expressa uma continuidade da racionalidade camponesa, projeta uma vida submetendo a racionalidade econômico-instrumental aos interesses do gozo da vida. Desta forma, o agricultor familiar restringe a expansão da racionalidade econômica à medida que preserva espaço para dar lugar a uma vida que se beneficia do progresso técnico e se reproduz culturalmente, nutrindo-se de um mundo rural ou de uma condição camponesa. É desta forma que constrói sustentabilidade ecossocial ou socioambiental.

Sob o ponto de vista da relação com a natureza, é esta mesma racionalidade que vai dar sustentação a uma relação mais equilibrada com os meios naturais. Conforme se constatou, a estrutura familiar oferece condições para o desenvolvimento de um sistema de produção mais diversificado e uma gestão de recursos naturais que, ao mesmo tempo, aumenta a rentabilidade favorecendo a biodiversidade e a preservação dos sistemas agrários.

2. Sobre a agricultura e o desenvolvimento

A sustentabilidade na agricultura só pode ser atingida uma vez obtido o equilíbrio ecossistema, entendido no sentido mais amplo que apenas o biológico. Não se constrói uma sociedade sustentável sem levar em conta a sustentabilidade social dos diversos grupos. Não se faz desenvolvimento sustentável sem construir uma sociedade sustentável. Contudo, ao se pensar desenvolvimento sustentável na agricultura no sentido macrossocial, a primeira questão a tratar refere-se aos desbloqueios dos potenciais de desenvolvimento. E no nosso caso em particular, o calcanhar de Aquiles deste desbloqueio, sem dúvida, é a reforma agrária.

O Brasil, desde a sua ocupação, é um país rico em recursos naturais entre os quais uma vasta área de terra agricultável. Poucos países no mundo possuem uma área de solo agrícola com a dimensão do nosso. No entanto, há quatro séculos carregamos a herança de sermos o país do latifúndio, que jamais conseguiu fazer uma reforma agrária. Todos os países da América Latina o fizeram, bem ou mal, menos o Brasil. Por quê? De um lado, poder-se-ia argumentar que não houve força política organizada suficientemente forte para pressionar o poder constituído legalmente; de outro, uma elite politicamente reacionária e socialmente conservadora bloqueou qualquer ação em direção à reforma da estrutura fundiária. Ocorre, ainda, uma outra razão que, freqüentemente, faz parte de argumentos a favor e contra a reforma agrária: a razão econômica.

Em alguns momentos da história política recente, a reforma agrária é tida como importante para o crescimento econômico, isto é, como condição para o desenvolvimento do capitalismo. Um dos primeiros momentos em que esta situação se apresenta é logo após o ciclo de crescimento econômico experimentado pelo desenvolvimentismo da década de 50. Com uma economia inflacionária em crise, a estrutura fundiária concentrada foi vista como um obstáculo ao desenvolvimento. A grande propriedade não tinha se mostrado capaz de

produzir alimentos a um custo suficientemente baixo para a reprodução da força de trabalho no setor urbano-industrial, daí a necessidade da reforma agrária (ROMEIRO:1994). Outro momento deveu-se não só a pressões políticas de movimentos internos pela reforma agrária mas, também, a pressões internacionais, especialmente dos estados Unidos que temendo a influência da revolução cubana nos países da América latina, via a reforma social como uma medida que poderia conter o avanço das forças populares. Assim, com o golpe militar de 1964, as elites conservadoras e progressistas viam na reforma agrária um instrumento de modernização das relações de produção no campo.

Recentemente, com o advento da “Nova República”, a elite mais progressista considerava a reforma agrária uma questão relevante para a sociedade, a ponto de incluí-la na agenda governamental (Programa do Governo Tancredo Neves e princípios do Governo José Sarney/1985-89). Era importante não apenas enquanto proposta que visava reformar a estrutura fundiária, tendo em vista objetivos sociais, mas, principalmente, como uma medida econômica, que viria contribuir com a dinamização e formação de um mercado interno. A tese da importância econômica, no entanto, foi perdendo força durante o período da nova república sendo, enfim, completamente extinta da agenda governamental. Os argumentos econômicos para a reforma agrária parecem estar, hoje, completamente fora de moda, uma vez que o mercado interno se confunde com um mercado internacional globalizado e os chamados complexos agroindustriais são, ao mesmo tempo, exportadores e importadores, produtores para mercado externo e interno (SILVA:1996). Na perspectiva do atual estilo de desenvolvimento não se justifica uma reforma agrária maciça, seja porque esta não aceleraria o crescimento econômico, seja porque é um projeto oneroso para os cofres públicos⁵⁴ ou, ainda, porque os custos fundiários representam apenas uma parcela de um custo total da reforma agrária, representado por infra-estrutura de saúde, educação, lazer assistência técnica etc. medidas estas que não atingem nem os pequenos agricultores hoje já instalados.

Oficialmente o governo reconhece a necessidade de reforma agrária por uma razão política que justifica desapropriações pontuais: “o funcionamento da máquina governamental⁵⁵”. Desta forma, cabe ao Movimento dos Sem-Terra - MST - protestar através da estratégia de invasão de terras e, ao governo, negociar a desapropriação das propriedades.

⁵⁴ Argumento questionável, segundo SILVA(1996) em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 13/09/96.

⁵⁵ Em recente entrevista no jornal a folha de São Paulo, o Presidente da República, manifesta-se dizendo que a reforma agrária é importante para o funcionamento da máquina do governo. Não realizar a reforma agrária é como “manter areia na engrenagem da máquina”.

invadidas, até a exaustão do movimento. Haverá ainda possibilidade de implementação de um “programa amplo de reforma agrária”? A idéia que se tem na conjuntura atual, diante das informações dos meios de comunicação é que se a oportunidade de se fazer a reforma agrária ainda não passou ela está passando⁵⁶.

Entendemos, contudo, que a reforma agrária, mais do que nunca coloca-se como uma das questões mais importantes na agenda social e política do momento. Não realizar reforma agrária significa manter os bloqueios à expansão de uma “forma social específica de produção”, como a agricultura familiar (WANDERLEY,1995); significa impedir a liberação de potenciais e energias criativas de um processo de avanço social, e não atrasar o desenvolvimento como indica a perspectiva do crescimento econômico (FURTADO,1983). Os argumentos contrários às modificações estruturais, na realidade, são argumentos que visam justificar posições políticas contrárias a um processo de transformação e portanto de desenvolvimento. Num país onde cresce o descompasso entre o crescimento de empregos no setor urbano-industrial e a liberação de mão-de-obra no campo, a reforma agrária tem não apenas um sentido social de proporcionar a população a oportunidade de satisfazer necessidades humanas fundamentais mas, também, um sentido econômico de criar empregos visando reduzir a pressão sobre a oferta de mão-de-obra (ROMEIRO,1994).

Se a reforma agrária deixa de existir enquanto uma questão que se impõe pela necessidade de dinamizar o funcionamento do sistema, continua como uma questão social e política. Nessa direção, não somente representa a possibilidade de proporcionar uma alternativa de sobrevivência a milhares de famílias como abre caminho para a construção de um projeto de sociedade que conjuga indústria e agricultura, mercado internacional com desenvolvimento local, universalismo e particularismo de identidade. É uma oportunidade de se replanejar a ocupação do espaço social e geográfico, de reorganizar a concepção de planejamento urbano e de construir uma sociedade que, ao seguir sua vocação natural, potencializa seus recursos mais abundantes em benefício da sua população.

A reforma agrária representa, ainda, a possibilidade de resgatar uma dívida histórica que é de construir uma “civilização” senão agrária agroindustrial, e portanto em sintonia com os recursos e com o potencial que a sociedade possui. É também uma contribuição com a formação de uma nova ética, uma ética de respeito a natureza da “subjetividade brasileira”, representado pela descontração, pela cordialidade, pelo liberalismo cultural, pela criatividade

⁵⁶ Em reportagem recente a Revista Veja mostra, por exemplo, que a reforma agrária já saiu fora de moda - Veja: Edição 1491- 16/abril/97.

musical, pelo espírito de luta que vem desde Canudos e Contestado e se renova no Movimento dos sem-terra. Portanto “reforma agrária” significa também contribuir com a revelação do há de “sui generis” na nossa cultura, conforme demonstrado por Gilberto Freire, Sérgio Buarque, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e tantos outros. Significa, acima de tudo, não apenas reproduzir experiências dos países industrializados mas construir uma sociedade a partir do que tem de mais original e expressivo.

2.1. Agricultura familiar: valores tradicionais-conservadores ou modernos-transformadores

Apesar da permanência de uma estrutura fundiária concentrada, a agricultura familiar subsiste e se organiza paralelamente a outras categorias, mesmo que pontualmente, em algumas regiões do país. O que apontam as forças sociais identificadas com um processo de mudança? Neste sentido, qual a contribuição que este trabalho tem a dar em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar, principalmente em direção ao que se entende por uma moderna condição de desenvolvimento social?

Diariamente, inúmeros pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra deixam o campo em direção às cidades. Segundo dados preliminares do censo agrícola, há indícios de um novo ciclo de êxodo rural, o que indica a reprodução do mesmo fenômeno ocorrido nos países mais industrializados. É a sina daqueles que hoje são a maior vítima do sistema social que ajudaram a implantar, como diz MOORE (1983). Teriam eles ainda condições de contribuir com a transformação desse sistema excludente e unidimensionalizador das relações sociais? Ao rever o desenvolvimento das revoluções modernas, Moore ressalta dois pontos que emergem de sua análise:

“1) as concepções utópicas de uma fase transforma-se em instituições aceitas e nos lugares-comuns filosóficos da seguinte; 2) as bases sociais principais do radicalismo tem sido os camponeses e os pequenos artesãos da sociedade. Desses fatos pode-se concluir que as molas vitais da liberdade humana se encontram não apenas onde Marx as viu, nas aspirações da escalada para tomar o poder, mas talvez ainda mais no lamento moribundo de uma classe sobre a qual a onda do progresso está prestes a abater-se” (MOORE, 1983 , p.497).

Ao analisarmos os dados de pesquisa, constatamos alguns padrões de orientação que resultam de uma “condição camponesa” e que continuam presentes na vida dos agricultores e

principalmente em termos de uma “utopia” ou um projeto a ser conquistado durante uma vida. Vejamos como esta utopia camponesa ainda se expressa.

Em primeiro lugar, dois atributos são os atributos mais valorizados pelos agricultores: a liberdade e a autonomia. Em segundo lugar, para o seu projeto de vida, os agricultores familiares planejam uma propriedade diversificada, uma organização da produção que explora a gestão equilibrada dos recursos naturais, mas ao mesmo tempo técnica e economicamente eficiente visando atender os interesses do bem estar da família. Apenas, aqui, o interesse familiar não está mais voltado a um equilíbrio da produção/consumo relacionado a uma sobrevivência reprodutiva como nos transmite o sentido biológico de reprodução, ou o sentido tradicional de reprisar a rotina de uma mesma condição de vida. É um interesse que inclui valores de uma racionalidade moderna, relacionado com o cognitivo-técnico-instrumental e ao mesmo tempo de uma subjetividade tradicional, relacionado com a condição camponesa. Aqui, os elementos culturais da vida camponesa arbitra a suficiência, o limite das atividades de produção e obtenção de bens materiais para se viver melhor. Isto significa que pretende-se limitar a expansão da racionalidade para preservar o espaço da expressão do prazer da vida, ou de outras dimensões relacionadas com o mundo da vida. Uma suficiência que, na prática, para 86 % dos orientados/RURECO circunscreve-se a limite de 40 alqueires.

Desta forma o projeto do agricultor familiar pode ser definido como um projeto de vida “moderno-camponês”. Então, planejar uma vida no campo é projetar um modo de viver que subordina a eficiência, a racionalidade econômico-instrumental ao gozo da vida, às aspirações do agricultor enquanto ser individual, e não o contrário. Quer dizer trabalhar não apenas pelo prazer de produzir, de modernizar, de consumir, de ampliar os meios de produção e de acumular bens, mas trabalhar ou produzir para se viver uma condição de vida em que a liberdade, a autonomia, o reconhecimento, as várias dimensões do indivíduo se expressem e se realizem. Ora, estes elementos identificados nesta pesquisa como componentes de um *devoir* desejável na vida no campo não se expressam segundo uma *racionalidade ecológica* GORZ (1991) ou da *economia ecológica*, conforme LIPIETZ (1993) ? Ou uma vida que inverte as orientações de um padrão de vida contemporâneo?

A reformulação do conceito de desenvolvimento conforme GORZ (1991) e MORIN (1977) aponta para uma transformação onde a razão econômica está subordinada ao interesse social. O sonho do agricultor em conquistar um modo de vida que não tem a primazia da racionalidade, mas que está subordinada aos interesses pessoais, neste caso, reencontra seu

referencial no modo de vida anterior a uma organização da produção em consonância com uma sociedade competitiva de mercado. No caso em questão, a razão cabocla tem um papel preponderante na construção de um projeto de vida futura, pois o agricultor familiar expressa uma certa atitude parcimoniosa em relação a sua conquista. Assim, enquanto luta pelo que busca construir, antes de tudo, é preciso “ir se vivendo”. O projeto de vida, como ele próprio afirma, é uma construção que não se realizará “de uma ora pra outra”, mas num ritmo que pode ocupar grande parte de sua vida ou quiçá de toda sua vida. Não é portando um projeto resultante da racionalidade da ciência e da técnica, mas da ação do ator onde a ciência e a técnica contribuem para a sua realização e por isso subordina técnica e ciência aos seus interesses.

É nessa concepção que a racionalidade e a subjetividade, enquanto duas instâncias de realização do indivíduo, fazem dele sujeito social e não apenas um objeto unidimensional da sociedade massificada. Dessa forma, uma sustentabilidade social estaria sendo atingida não apenas através da gestão equilibrada dos recursos da natureza, mas através da consideração da meio ambiente natural do qual o homem faz parte, isto é, através do equilíbrio ecossistêmico onde seus componentes são preservados, inclusive o homem em sua multidimensionalidade. Chegamos então ao ponto de poder se “redefinir” o que é o agricultor de uma condição moderna. Um agricultor moderno, ou neste caso um agricultor familiar moderno, não é aquele que apenas investe em inovações técnicas no sentido de substituir a base técnica visando obter maior produtividade na produção e maior eficiência na gestão administrativa da unidade familiar, mas o agricultor que se coloca na condição de autor de um projeto de vida e que ao lutar para construí-lo combina racionalidade e subjetividade. Nestas condições, o agricultor familiar é portanto uma categoria moderna, cujo projeto sem dúvida *se inscreve como uma continuidade* de uma “condição camponesa” (WANDERLEY,1996). Este caráter de sua modernidade, bem como a sua capacidade de adaptação aos diversos sistemas como demonstra SHANIN (1979), sugere que o agricultor familiar se afirme como uma categoria que transcenderá a própria modernidade à medida que sua utopia contribui para a construção de uma nova ordem ecológica, ou se quisermos uma sociedade sustentável.

No sentido que entendemos a construção de um sociedade “sustentável”, é necessário considerar que os agricultores familiares têm muito a contribuir na redefinição das relações que as modernas sociedades mantêm com a natureza (HERVIEU,1994). Constatamos, segundo a pesquisa que da interpretação que fazem de uma agricultura alternativa emerge uma atitude e uma orientação em relação aos recursos naturais que incluem valores éticos

relacionados com a saúde e com as condições da vida no campo. Ora, esta orientação que chamamos de *racionalidade ecológica*, embora não hegemônica, define um tipo de agricultor que não se coloca como um explorador unilateral dos recursos naturais, mas como um gestor desses recursos. Este procedimento dos agricultores pode resultar num referencial que resulta num conjunto de medidas mais equilibradas na relação sociedade-natureza.

O mundo agrícola está no centro das transformações que marcaram a segunda metade deste século. Mesmo sendo a agricultura a atividade humana mais próxima da natureza, por estar assentadas em *bases naturais*, tem sido analisada por muitos estudiosos como uma atividade prestes a ser transformada numa indústria. Não traria, porém, a “industrialização à agricultura” uma ambigüidade intrínseca a ponto de estabelecer um limite na expansão da racionalidade, à medida que o capitalismo encontraria dificuldades em superar os limites que a natureza impõe? Por mais que a indústria se “aproprie” de determinadas operações agrícolas e reduza o tempo de obtenção de um produto, haverá sempre um ritmo biológico que determinará a ordem das operações (ABRAMOVAY,1992). Não se pode iniciar a fabricação do fruto antes de fazer germinar a semente e desenvolver a planta, como na indústria. Esta, ao contrário, pode fabricar a carcaça do automóvel antes de fabricar o motor. A base natural que fundamenta a atividade agrícola tem profundas implicações na divisão social do trabalho, que não chegará a um grau de organização capaz de impor um ritmo semelhante ao da indústria.

A agricultura dependerá, assim, de uma base natural ou biológica, mesmo que muitos produtos agrícolas passem a ser “substituídos” por produtos industriais, como as fibras sintéticas. Haverá necessidade de produção de alimentos até que um dia o homem não dependa mais de fonte de energias sintetizadas por plantas e animais, uma vez que uma máquina jamais poderá substituir os processos biológicos, pois estes dependem de energia solar para transformação em alimentos (VEIGA,1991). Portanto, até que se encontre uma fonte energética para a vida, que dispense o consumo de alimentos naturais, a agricultura jamais se transformará em um sistema de produção que tenha como base exclusiva “as máquinas”. Supondo que conseguisse tal feito, quais as conseqüências dessa relação para a sociedade e para o homem, senão aquela abordada anteriormente ?

Se existem indicativos de que a agricultura caminha para indústria, também existem indicativos de uma demanda crescente da população para consumir alimentos naturais, de obter mais espaços para se viver segundo os designios que emergem da vontade individual, seja na forma de lazer, da arte, da religiosidade, da solidariedade, da busca do conhecimento, da subjetividade, enfim.

A construção de um projeto de vida que inclua valores éticos, subjetivos, racionalidades diversas e uma relação de convivência com os recursos naturais, que difere de um estilo de vida segundo os padrões do modernismo consumista, no entanto, não é um trabalho solitário. Acima de tudo é uma prática que avança através de vários movimentos sociais ou coletivos, capazes de reforçar a solidariedade e nutrir interesses comuns de sujeitos sociais diversos. É por isso que o (s) sujeito (s) somente se afirma (m) enquanto tal quando estiver ancorado num força que extrapole aos limites do indivíduo. Isto porque a lógica do sistema societário não favorece à realização do indivíduo como ator-sujeito, ao contrário subordina-o aos interesses econômicos, à racionalidade instrumental. A sociedade, entendido como um sistema social, somente beneficiará os indivíduo de modo geral, quando os interesses dos sujeitos coletivos ou dos movimentos sociais se transformarem em interesses hegemônicos, isto é, quando sua força política inverter a lógica do sistema vigente e os interesses econômicos, da técnica e da ciência operar em direção à satisfação crescente dos interesses do ator e da sociedade.

Poderá, então, o agricultor familiar concretizar seus projetos dentro do atual modelo de desenvolvimento econômico? A resposta a esta pergunta, sabe-se, está diretamente relacionada com a capacidade e força de mobilização política não apenas de sua categoria, como também de outros grupos. A possibilidade de realização e de sustentação do agricultor-sujeito equivale as conquistas do movimento operário na redução da jornada de trabalho. Somente uma redução do tempo de trabalho poderá levar à construção de uma sociedade de tempo livre, portando propícia à construção do indivíduo-sujeito (GORZ:1991). Enquanto o sistema societário não favorece à expressão de sua natureza, só resta ao agricultor lutar coletivamente, desenvolvendo estratégias de integração social, como as analisadas anteriormente. Certamente estas estratégias se colocam como desafios que deverão ser enfrentados a cada nova situação, ou mudança de conjuntura, uma vez que o sistema no sentido mais amplo não tende a favorecê-lo. Para solução da crise atual seriam necessárias medidas que afetassem a lógica do setor agrícola e do sistema no seu conjunto (GRYBOWSKI, 1994). Para que isso venha ocorrer, certamente haverá necessidade não apenas de manter a mobilização dos que hoje sentem-se excluídos como também aumentar o poder de pressão social por mudanças.

2.2. Política das ONGs e a agricultura familiar.

Na presente investigação, uma série de medidas e questão analisadas podem servir de referência e contribuir para a formulação de princípios ou de uma política de ação com agricultores familiares, ressaltando os contextos e as especificidades que assumem em função da heterogeneidade da formação socioeconômica das diferentes regiões do país.

Tomando como referência a perspectiva que orientou este trabalho diríamos que um dos primeiros princípios a ser observado é considerar os agricultores como atores-sujeitos da construção de um projeto de ação social⁵⁷. Isto significa animá-los para a construção de um movimento ou de uma organização social com um projeto definido, gerido, avaliado e reformulado pelos agricultores e seus representantes. Nesta perspectiva, este trabalho demonstrou ser factível um plano de ação que vise a construção de uma agricultura alternativa/sustentável. Identificou, contudo, também algumas questões que deveriam ser consideradas nos projetos das ONGs, além daquelas já enfrentadas ou até superadas por estas organizações.

De modo geral, diríamos que um dos principais desafios do agricultor familiar é superar o seu sentimento de inferioridade cultural, sair do isolamento que compromete a sua identidade e demonstrar à sociedade que desenvolve uma profissão que não é nem superior nem inferior às demais, mas igual a qualquer profissão na sociedade moderna. A superação deste preconceito, que atinge inclusive técnicos intelectuais, pesquisadores, depende da capacidade de se fazer reconhecer perante outros atores, conforme se constata no movimento articulado pela RURECO. No que se refere à incompreensão de alguns pesquisadores, é preciso afirmar que suas posições analíticas, em grande parte unidimensionalizadas, não permitem compreender o sentido ou a lógica que governa não apenas a gestão da produção agrícola mas também o universo em que vivem os agricultores.

As ONGs, neste caso representado pela rede RURECO, embora articuladas com outras instituições, desenvolvem um plano de ação que não abrange os principais elementos relacionados como os âmbitos sistema/mundo da vida dos agricultores. A ação da entidade privilegia, conforme pode-se constatar durante a trajetória de construção do seu projeto de ação, os elementos que dizem respeito à integração dos agricultores no sistema, portanto a dimensão técnico-econômica. As ações (socioantropológicas) relacionadas com a vida cultural que vise reforçar a dimensão da subjetividade, portanto a valorização da cultura entendida no sentido amplo do termo, além do saber técnico, não são contempladas. Não há

⁵⁷ Este mesmo princípio já orienta outras ONGs, como o Centro de Tecnologias Alternativas Populares/CETAP, no Rio Grande do Sul.

ações socio-culturais, por exemplo, que possam valorizar a identidade do agricultor, seja através de filhos de agricultores através de escolas, festas locais ou exposições. Os eventos comunitários parecem estar sendo cada vez mais urbanizados, e animados por modernos instrumentos de músicas, típicos da cidade. As manifestações folclóricas e as tradições dos agricultores embora pontualmente ainda ocorram, conforme demonstrado no capítulo II, com a mobilização de algumas comunidades, não recebem incentivos ou não são valorizadas através de um programa que poderia envolver instituições locais ou comunitárias. A ausência de ações nesta área deixa o movimento carente de uma “mística”, ou o torna frio na medida que é movido exclusivamente por uma racionalidade relacionada com a busca de um padrão de vida difundido pelo sistema.

No que tange à política, embora se constate uma alta participação dos orientados/RURECO em sindicatos e organizações político-partidárias, também não se constata a existência de um trabalho sistemático, por qualquer instituição que integra o Forum Regional das Entidades. Vale ressaltar que esta área, constitui um dos lados mais frágeis da entidade. Embora muitos agricultores, que hoje participam do comando das organizações locais, tenham participado de programas de formação e desenvolvam uma prática política quotidianamente ao desempenhar suas funções, não há nenhuma ação recente que vise a formação de novos representantes. O sentido dado à *formação política* dos agricultores está estreitamente relacionado com a sua identidade cultural e comunitária. Não se trata aqui de uma formação político-partidária mas de agentes mobilizadores, que identificados no seio dos agricultores, possam animá-los no sentido de participar da construção de um movimento articulado com os interesses da categoria. A formação política poderia também fazer parte da construção de uma estratégia de ação da entidade, como já existe em alguns programas, fazendo o papel de monitores, multiplicadores do trabalho ou de grupos de animação.

A *estratégia de ação da entidade* constitui outro fator importante e pouco sistematizado no caso das ONGs. O fato de não se refletir criticamente sobre essa questão pode resultar em desperdício de tempo e perda de eficiência no trabalho. Nesse sentido, considerando a heterogeneidade regional, especificidades locais e distâncias entre os municípios, parece apropriado trabalhar com programas de ação ou de *desenvolvimento local*. Merece atenção uma reflexão em relação à forma ou à *metodologia de ação* com os agricultores. A atenção aqui está dirigida para a forma de comunicação com os agricultores. Sabe-se que os técnicos selecionados para o trabalho de assessoria detêm um perfil profissional que se identifica com os movimentos populares. Porém, em razão de sua

formação escolar estar baseada em um currículo que prioriza a formação técnica, é necessário que os chamados agentes mediadores tomem conhecimento de teorias que os levem a refletir sobre sua conduta, ou seu modo de proceder ao orientar os agricultores, visando evitar procedimentos que ignorem sua “visão de mundo” ou saber relacionado com as diferentes realidades culturais (FREIRE: 1975). Isto nos remete à crítica realizada por Paulo Freire na década de 60, ao papel do agrônomo extensionista, em *Extensão ou Comunicação*⁵⁸.

A ação de um agente mediador, em consonância com a construção de um conhecimento apropriado aos interesses do agricultor, não nega o conhecimento técnico, mas também considera o saber tradicional. Resulta portanto de uma síntese de uma ação dialógica, onde ambos, saber técnico e tradicional, são submetidos a uma crítica dos universos culturais em questão.

A construção de uma agricultura sustentável está estreitamente relacionada com a conduta dos agentes mediadores, uma vez que o sucesso desse trabalho está relacionado com o resgate de práticas agrícolas praticamente excluídas da agricultura pela onda modernizante. A construção de uma agricultura sustentável, relacionada a práticas agrícolas adaptadas climaticamente e culturalmente identificadas com o domínio de conhecimento dos agricultores de cada região, não é tarefa fácil (ALTIERI e MASERA, 1997). Isto não quer dizer que não se possa introduzir técnicas e cultivares novos em um sistema de produção, mas é fundamental fazê-lo a partir do domínio e do conhecimento dos ecossistemas existentes.

Levando em conta esse princípio, esta pesquisa aponta para a necessidade de uma *formação do agricultor*, sob a orientação de um *plano de ação que considere o processo de transição de uma agricultura convencional para uma agricultura alternativa/sustentável*. Faz-se necessário construir uma identidade profissional, cujo perfil inclua um saber modernizador e racionalizador das atividades, mas igualmente hábil na sua relação com o ecossistema. Daí a importância da formação relacionada com as técnicas de produção, além de uma formação relacionada à *gestão do estabelecimento agrícola e de seus recursos naturais*. Nesse sentido, o desafio que se coloca é construir um referencial de conhecimento que esteja em sintonia com a lógica do funcionamento da unidade de produção familiar, e não apenas levar o agricultor a realizar um sistema de controle e gestão conforme a lógica empresarial capitalista. Observou-se neste trabalho que muitas unidades de produção de alguma forma já realizam o controle contábil, mesmo não sendo orientadas. Um trabalho de

⁵⁸ Neste trabalho a ação daquele que simplesmente transfere conhecimentos é interpretada como “invasão cultural”

pesquisa que vise a construir um sistema a partir da prática dos agricultores, portanto, seria fundamental.

A realização de pesquisa, contudo, exige um preparo teórico, sistematização de informações e capacidade de análise e interpretação, tarefa para a qual o agente mediador nem sempre está preparado. Além do mais é humanamente impossível e tecnicamente inviável um agente atender a todas as demandas que surgem de um programa de trabalho. É por isso que se faz necessário *articular-se com outras entidades*, para desenvolver um trabalho conjunto que atenda às demandas de um programa de ação de natureza diversa. As ONGs já têm alguns exemplos nesse sentido, como por exemplo o trabalho de experimentação agrícola, acompanhado por técnicos do IAPAR e EMBRAPA. Iniciativas dessa natureza poderiam envolver universidades, unidades assistenciais e de prestação de serviços, instituições públicas locais, etc. Os *trabalhos de gênero*, relacionados com *jovens e mulheres rurais*, embora não tenham sido objeto de análise deste trabalho, têm sido realizados pelas ONGs, por entidades como a pastoral ligada à Igreja e à assessoria da CUT. Portanto, são também exemplos de ações que poderão ser desenvolvidas conjuntamente ou em parceria.

O desenvolvimento de um projeto que extrapole a dimensão exclusivamente técnica requer ações em parceria com outros atores, quer sejam representantes da sociedade civil ou do estado, visando à construção de equipamentos, de serviços, de ação sociocultural e de políticas públicas, pilares fundamentais para uma política de desenvolvimento local (MARTIN, 1985). O contexto regional oferece possibilidades para se implementarem atividades relacionadas com pequenas indústrias ou indústrias artesanais de doces, frutas, legumes, serviços hoje em extinção que poderiam ser implementados com apoio de políticas governamentais de estímulo ao desenvolvimento regional. Por isso, um desafio que se impõe aos agricultores familiares e que foi constatado também no movimento organizado pela RURECO constitui a necessidade histórica de superar a dependência na sua relação com o estado. No caso do Brasil, a experiência recente com governos autoritários certamente contribui para dificultar essa superação. Assim, o estado, sem atender a demandas fundamentais dos agricultores e trabalhadores sem-terra, que apontam para reformas estruturais, como a reforma agrária por exemplo, sempre os coloca numa condição de “assistidos”, sem reconhecê-los enquanto sujeitos políticos. Essa situação dificulta o exercício de uma relação de parceria própria das sociedades democráticas e que se apresenta como uma condição para os movimentos organizados, constituindo um desafio a ser enfrentado, sob pena de se submeterem os agricultores a um processo de exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense. São Paulo: 1981. Dissertação de Mestrado, FFCLCH/USP.
- _____. Progresso técnico: a indústria é o caminho? Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília: Embrapa, v. 4. n.2, p. 233-245, 1985.
- _____. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.
- ALIER, Joan Martinez e SCHLUPMANN, Klaus. La ecología y la economía México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ALMEIDA, Jalcione Pereira de. Agriculteurs de la deuxième chance: um regard sur les (re)action contestataires et la mouvance alternative dans l'agriculture du Bresil meridional. Nanterre, 1993. These pour le Doctorat, Université de Paris X.
- ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander (org). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, Moacir J.C.P. O Desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA. Campinas; v.20, n 1,2,3, p. 13-23, abril/dez. 1990.
- ALPHANDERY, P e DUPONT, Y. Developpement local et société rurale dans l'isthme du cotentin: les aspects sociologiques de la valorisation energetique de la biomasse. Paris: INRA, 1985 (mimeo).
- ALPHANDERY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT Yves. O equívoco ecológico. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, Miguel e MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Alcione; NAVARRO, Zander (org). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997.
- ARAUJO, Silvia Maria Pereira de. Eles: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.

- BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. Separata de: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.12, maio/jun, 1969.
- BANCO DE DADOS COOPERATIVISTA . Curitiba: Emater/Pr, v.10,1986.
- _____. Curitiba: Emater/Pr, OCEPAR, v.15, 1991.
- _____. Curitiba: Emater/Pr, OCEPAR, v.20, 1996.
- BILLAUD, Jean Paul. Agricultura sustentável nos países desenvolvidos: conceito aceito e incerto. Agricultura Sustentável, Jaguariúna/SP: EMBRAPA-CNPMA, v.2, n.2, p. 23-33, 1995.
- BONIM, Anamaria Aimoré et al. Movimentos sociais no campo. Curitiba: Criar/Scientia et Labor, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRANDENBURG, Alfio. Sistema tradicional diante de novas alternativas. Piracicaba, 1981. Dissertação de Mestrado, ESALQ/USP.
- BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela. Os agricultores e suas estratégias: a relação contratual com as agroindústrias. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, v.33 n.3, p.63-82, jul/set. 1995.
- BRANDENBURG, Alfio; GAIFAMI, Andrea. Relatório de avaliação da RURECO. Guarapuava; dez/96.
- BUARQUE, Cristóvam. O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. O pensamento em um mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, Marcel. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BYE e FONTE, Vers des techniques agricoles fondées sur la science. In: Cahier d'Economie et Sociologie Ruralis. Paris: INRA n. 24-25,1992.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARVALHO, Horácio Martins. Tecnologia socialmente apropriada: muito além da semântica. Londrina: IAPAR. Doc. 4. 1982.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. Autogestão: o nascimento das ONGs. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CASTORIADIS, Cornelius et al. Le mithe du développement . Paris: Seuil, 1977.
- CEBEMO. Vastenaktie/Cebemo em América Latina: Documento de Política. Oegstgeest/Holanda, 1994.

- CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José ; STOLCKE, Verena. (org.) A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COLSON, F; MOUCHET, J.B. La promotion de la gestion auprès des agriulteurs ou l'histoire de la comptabilité simplifiée et de son atilisation em agriculture. Economie Rurale. Paris. n. 169, p.54-56, sept/octobre, 1985.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONTAG. 4. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais-Conclusões. Brasília, CONTAG, 1985
- CORADINI, Luiz Odacir; FREDERICQ, Antoniette. Agricultura , Cooperativas e Multinacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização política nacional. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1966.
- DUBET, François. Sociologie du sujet et sociologie de l'experience. In: DUBET, François et Wieviorka, Michel (direction) Penser le sujet: autour d'Alain Touraine . Colloque de Cerizy. France: Fayard, 1995.
- DUBET, François e WIEVIORKA, Michel. Penser le sujet: autour d'Alain Touraine. Colloque de Cerizy. France: Fayard, 1995.
- DUFUMIER, Marc. Environnement et développement rural. In: Revue Tiers Monde, t.XXXIII, n. 130 , avril/juin, 1992.
- DUFUMIER, Marc et TREBUIL, Guy. Repères méthodologiques pour la recherche- developpement en agriculture: application à l'initiation d'une opération au sud de la Thaïlande. Les Cahiers de la Recherche Développement. France, n.2, 1983.
- DUPRÉ, Georges. Savoir paysans et développement. Paris: Karthala/Orstom, 1991.
- EHLERS, Eduardo. Agricultua sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- EIZNER, Nicole. L'idéologie paysanne. In: L'Univers Politique des Paysans (Dans la France Contemporaine). Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1972
- _____. Les paradoxes de l'agriculture Française. Paris: L'Harmattan, 1985.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991.
- FASIABEN, Maria do Carmo Ramos, MAGALHÃES, Reginaldo Sales, MARQUES, Claudio Luiz Guimarães. Construção de uma metodologia de apoio ao planejamento produtivo-organizativo de grupo de pequenos agricultores. In: Anais do Workshop

O desenvolvimento de uma outra agricultura: acesso à terra e a meios de produção, a questão da fome e a integração social. Curitiba: 30 - 31 out, 01 de nov. 1995.

FEDERAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO BRASIL. Anais III encontro brasileiro de agricultura alternativa. Cuiabá: FEAB, 1987

FERREIRA, Angela Duarte D. *Agriculteurs et industries agro-alimentaires: strategies, adaptations et conflits.* Paris: 1995. These pour le Doctorat, Université de la Sorbonne Nouvelle, IHEAL, Paris.

FERREIRA, Leila da Costa. *Ambiente e cidades: em direção a uma nova agenda.* XX Encontro Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambú, 1996.

FERRY, Luc. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.

FLORIANI, Dimas. *A classe como ator coletivo e o indivíduo em carne e osso: síntese de um estudo de caso.* Cadernos de Pesquisa/Grupo de Estudos Agricultura e Sociedade/GEAS. Curitiba: UFPR, n. 01, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1974.

FRANCO, Mariana C. Pantoja. Xagu: de sem-terra a assentado (um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo). Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado, UFRJ.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Educação como prática de liberdade. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Ação cultural para a liberdade. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Pedagogia do oprimido. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FUNDAÇÃO RURECO. *Diagnóstico, avaliação e perspectivas do trabalho da RURECO para o desenvolvimento da agricultura familiar do Centro-Oeste do Paraná.* Guarapuava: RURECO, 1993.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

GARCIA Jr. Afranio Raul. Terra de trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: UNB; MCT- CNPq, 1989.

- GEHLEN, Ivaldo. Agricultura de subsistência-comercial como resistência a exclusão social e reprodução de identidade. In: Inais do Workshop "O desenvolvimento de uma outra agricultura: acesso à terra e a meios de produção, a questão da fome e a integração social". Curitiba, 30, 31/out. 01 nov. 1995.
- GERMER, Claus. Anotações sobre os resultados preliminares do censo agropecuário 1985. Análise Conjuntural. Curitiba: Ipardes, v.9, n.12, dez,1987.
- GIDDENS, Anthny. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar, 1986.
- _____. A recriação da vida como obra de arte no assentamento: a desconstrução/reconstrução da subjetividade. São Paulo, 1995. Tese de Doutorado, USP.
- GOODMANN, David, SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campos, 1990.
- GORZ, André. Metamorphoses du travail quête du sens. Paris: Galilée, 1988.
- _____. Capitalisme socialisme ecologie. Paris: Galilée, 1991.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro (coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- GUERRA, Mauri José e DONAIRE, Denis. Estatística indutiva: teoria e aplicações. São Paulo: Liv. Ciência e Tecnologia, 1982.
- GUIVANT, Julia Silvia. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. Técnica e ciência como ideologia. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- _____. Teoría de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1988. Tomo II.
- _____. Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos. Madrid: Catedra, 1994.
- HERCULANO, Selene Carvalho. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, Mirian (coord). Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HERVIEU, Bertrand. Les champs du futur. Paris: Editions Julliard, 1994.
- HOBSBAWM, Eric c. Os camponeses e a política. Ensaios de Opinião. [S.L] [S.D].
- HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.
- IANNI, Octávio. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ICCO. Agricultura sustentável: tema central da equipe para a América Latina e Caribe da ICCO 1995-1997. Zeist/Holanda: ICCO, março/1995.
- ILLICH, Ivan. La convivialité. Paris: Seuil, 1973.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: Produção familiar, processos e conflitos agrários. Cadernos de Sociologia/Programa Pós-Graduação em Sociologia, v. 6, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994.
- JOLLIVET, Marcel. Le développement local, mode ou mouvement social? Economie Rurale. Paris: Société Française d'Economie Rurale. n.166, p. 10-17, mars/avril, 1985.
- _____. Pour une agriculture diversifiée. Paris: L'Harmattan, 1988.
- _____. Agriculture et environnement: réflexions sociologiques. Economie Rurale. Paris: Société Française d'Economie Rurale, n. 209-209, p 5-11, mars/juin. 1992
- _____. Scientes de la nature Sciences de la société: les passeurs de frontières. Paris: CNRS, 1992.
- KAJEYAMA, Angela e Outros. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Icone/UNICAMP, 1985.
- KURZ, Robert. O colapso da modernização. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LAGRAVE, R. M. Diversité et fonctionnement des exploitations. In: JOLLIVET, Marcel. Pour une agriculture diversifiée. Paris: L'Harmattan, 1988.
- LAMARCHE, Hugues. L'agriculture fmiliale I: une réalité polymorphe. Paris: L'Harmattan, 1991.
- _____. L'agriculture familiale II: Du mythe à la réalité. Paris: L'Harmattan, 1992.
- LA ROVERE, Emilio Lebre. A sociedade tecnológica, a democracia e o planejamento. In: GOLDEMBERG, Miriam (coord). Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 5. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1975.

- LEFF, Enrique. Ecologia y capital: hacia una perspectiva ambiental del desarrollo. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.
- LEIS, Hector Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- LIPIETZ, Alain. Vert espérance. Paris:Éditions La Découverte, 1993.
- MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social.n.3, p. 3- 44, jun,1990.
- MARTIN, Samuel. L'aménagement rural à la resousse des exploitations familiales. Economie Rurale. Paris: Societé Francaise d'Economie Rurale. n.168, p. 5-10, juillet/août.1985.
- MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MEADOW, Donella H. e outros. Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOORE JR, Barrington.As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORIN, Edgar. Le developpement de la crise du développement. In:CASTORIADIS, Cornelius, et al. Le mythe du développement. Paris: Seuil, 1977.
- _____. O problema epistemológico da complexidade. Portugal: Europa-América, 1983.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. Terre-Patrie. Paris: Seuil, 1993.
- MORIN, Edgar. Le concept du sujet. In: DUBET, François et WIEVIORKA, Michel (direction). Penser le sujet: autour d'Alain Touraine Colloque de Cerisy. France. Fayard, 1995.
- MULLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, Educ, 1989.
- MULLER, Nice Lecoq. Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Boletim 132, Geografia n.7. 1951.
- NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e pequenos produtores de cana. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

- PALÁCIOS, Guilherme dos Santos. Campesinato e Escravidão; uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700- 1875. Dados, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: v.30, n.3, p.237-362. 1987.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização Estado e questão agrária. Estudos Avançados. São Paulo: USP. v.7 p. 87-108, 1989.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. Florianópolis: UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.
- PINTO, João Bosco Guedes. Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural. Doc. n. A-S. Recife:MINTER, SUDENE, POLONORDESTE, OEA, 1981.mimeo.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia . São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- QUEIRÓZ, Maria Izaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. Revista Brasiliense. Rio de Janeiro: V.5 , p. 85-97, janeiro/fevereiro. 1963.
- QUEIRÓZ, Maria Izaura Pereira de. O campesinato brasileiro. São Paulo: Vozes, Edusp, 1973.
- RASIA, José Miguel. O ofício do agricultor e a transformação do trabalho camponês. In: Agricultures e Paysanneries en Amérique Latine: Colloque International (1990:Toulouse). Toulouse/França: Université de Toulouse-Le Mirail, 1990. p.179-184
- REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, Alcione; NAVARRO, Zander (org). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- REGO, Ruben Murilo Leão. Terra de violência. São Paulo 1979.Dissertação de Mestrado,USP.
- REMY, Jacques. Le metier d'agriculteur: façon de produire et façons d'être des agriculteurs sarthois. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 1981 mimeo.
- RICHEY-VANCE, Marion. The art Association: NGOS and Civil Society in Colombia. Rosslyn: Inter-American Foundatio, 1991.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

- ROMEIRO, Ademar e Ribeiro e ABRANTES, Fernando José. Meio ambiente e modernização agrícola. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: v. 43 n.1, p 3-45, jan/mar.1981.
- ROMEIRO, Ademar. Agricultura e Ecodesenvolvimento. In: MAINON, Dalia (coord.). Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- _____. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro (coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994
- RUELAN, Alain. Quels projets de développement dans le Tiers-monde pour une agriculture respectueuse de l'environnement? Economie Rurale. Paris: Societé Française d'Economie Rurale, n.208-209, p. 24-27, mars/juin. 1992.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURZSZTYN, Marcel (org). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SALES, Teresa. Caminhos da cidadania. Revista da Associação Brasileira de Reforma grária-ABRA. Campinas: v.23, n.2, p. 45-58, 1993.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Matuchos exclusão e luta: do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes. 1993.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SHANIN, Teodor. El campesinato como factor político. In: SHANIN, Teodor(org.). Campesinos y sociedades campesinas. Mexico: Fundo de Cultura Econômica, 1979.
- SCHERER-WARREN, Ilze. Movimentos sociais rurais e o meio ambiente. Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente: textos basicos - IV. Florianópolis: UFSC. 1990.
- _____. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA e Outros. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.(org.) São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.
- SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SERRES, Michel. O contrato natural. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre:Editora Movimento/SAB, 1974.
- SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fundo de Cultura Econômica, 1979.

- SILVA, José Graziano. Perspectiva da agricultura alternativa. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília: EMBRAPA. V. 4, n 2, p. 117-128, 1987.
- _____. Entrevista. Agricultura Sustentável. Jaguariúna/SP: EMBRAPA-CNPMA, v.1, n.1, jan/abril, 1994.
- _____. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, IE, 1996.
- _____. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? in: ALMEIDA, Alcione e NAVARRO, Zander (org). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997.
- STEIN, Stanley. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SUTER, Henri. Les pratiques agricoles alternatives en Suisse. Bilan environnemental et économique. Economie Rurale. Paris: n.208-209, p. 37-38, mars/juin. 1992.
- TCHAYANOV, Alexandre. L'organisation de l'économie paysanne. Paris: Librairie du Regard, 1990.
- TEPICHT, Jerzy. Marxisme et agriculture: le paysan polonais. Paris: Armand Colin, 1973.
- TEYLOR, D e MILLER, W. The adoption process and environmental innovations: a case study of a government projet. Rural Sociology, v. 43 n.4, 1978.
- THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TOURAINE, Alain. Qu'est-ce que le développement? In: L'Année sociologique. Paris: vol. 42, 1992 pg 4.
- _____. Critique de la modernité. Paris: Fayard, 1992.
- _____. Qu'est-ce que la démocratie?. Paris: Fayard, 1994.
- _____. La formation du sujet. In: DUBET, François et WIEVIORKA, Michel (direction) Penser le sujet: autour d'Alain Touraine Colloque de Cerisy. France: Fayard, 1995.
- VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec, 1991.
- VIANA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Niteroi: Universidade Federal Fluminense, 1987.
- VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980- 1990). In: HOGAN, Joseph Daniel e VIEIRA, Paulo Freire.(org) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 1992.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável.

- In: GOLDEMBERG, Miriam(coord) Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- WACHOWICZ, Rui Christovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. Campinas: Cadernos IFCH /UNICAMP. 1989.
- _____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Texto apresentado no seminário: "Os Camponeses têm Futuro? Uma Homenagem a Alexander Chayanov. Campinas: Unicamp, Departamento de Ciências Sociais, 1989 mimeo.
- _____. Modernização da agricultura e legitimidade social. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: outubro 1992.
- _____. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Unicamp, 1995. mimeo.
- _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: outubro 1996.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.
- WEIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, v.19, n.2, abr/jun. 1949.
- WEID, Jean Mar von der. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. Proposta: experiência em educação popular. Rio de Janeiro: n.27, p. 9-3, novembro. 1985.
- _____. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. Proposta: experiência em educação popular. Rio de Janeiro: n.36, p. 2-4, janeiro. 1988.
- WESTPHALEN, Maria Cecilia; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pillati. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná/Departamento de História. Curitiba: n. 7, 1968.
- WILLEMS, Emilio. Assimilação e populações marginais no Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1940.
- _____. Aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1946.
- WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo/ Salvador: Hucitec/CEPA-BA, 1986.
- WOLF, Eric R. Sociedades camponesas. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ANEXOS

ANEXO I

- Dimensionamento da amostra e o teste de hipóteses-

1. Dimensionamento da amostra.

O primeiro elemento para o dimensionamento da amostra é o cálculo da variância do estimador que será utilizado, no caso presente, para população finita, dado por:

$$V(P) = \frac{p \times q}{n} \times \frac{N-n}{N-1} \quad (1)$$

onde:

P = estimador da proporção de famílias entre os agricultores orientados e não orientados e que sempre foram agricultores.

p = proporção verdadeira na população;

q = (1 - p);

n = número de elementos na amostra;

N = número de elementos da população, no caso N = 423.

Tomando a semi-amplitude do intervalo de confiança tem-se:

$$e = k \times \sqrt{V(P)}; \quad (2)$$

onde:

e = erro amostral permissível;

k = valor da tabela correspondente à área sob a distribuição normal padronizada para um determinado nível de confiança.

Substituindo (1) em (2) e isolando n tem-se:

$$n = \frac{\frac{k \times p \times q}{e^2}}{1 + \frac{1}{N} \left(\frac{k^2 \times p \times q}{e^2} - 1 \right)} \quad (3)$$

Para esta pesquisa, como não se conhecia a proporção verdadeira “p”, estimou-se a mesma através de uma amostra piloto de n = 40 famílias sendo 20 assistidas pelo programa e 20 não assistidas. Com base na amostra piloto obteve-se P = 0,875.

Conhecido o valor de P e fixando o nível de confiança da amostra em 95 %, procedeu-se a elaboração da tabela abaixo, onde se relacionam os tamanhos da amostra(n) e o correspondente erro amostral relativo.

Tabela 1 . Tamanho de amostra e respectivos erros amostrais

n	e (%)
200	3,33
100	5,67
50	8,62
30	11,42

Fonte: dados de pesquisa.

Dada a disponibilidade de tempo e de recursos, fixou-se em 50 o número de famílias orientadas pela RURECO a serem pesquisadas sendo o erro amostral calculado em 8,62 %. Para os OUTROS¹ agricultores, tomados como grupo de controle, adotou-se igual número ficando a amostra final definida em n = 100 famílias.

2. O teste de hipóteses.

Um teste de hipótese representa uma regra de decisão que permite aceitar ou rejeitar uma hipótese questionada, decisão tomada em função de valores obtidos com base na amostra. Assim, admite-se, inicialmente, um valor hipotético para um parâmetro populacional desconhecido e, a seguir, baseando-se em informações retiradas da amostra, aceita-se ou não esse valor. Tem-se, então, as duas seguintes hipóteses iniciais:

- Hipótese nula (H0): É aquela que será testada. Admite-se que a diferença observada entre o estimador amostral e o parâmetro populacional é devida apenas ao acaso, ou seja, essa diferença não é significativa ao nível de confiança pré-estabelecido;
- Hipótese alternativa (H1): É qualquer hipótese diferente da hipótese nula, isto é, é aquela que será aceita caso o teste indique que H0 deva ser rejeitada. Aceitando essa hipótese, conclui-se que a diferença citada é significativa.

¹ Incluem-se nessa categoria os não orientados e os orientados por outras entidades que não a RURECO

Para o estudo em questão desejava-se testar hipóteses referentes à diferença entre duas proporções populacionais, considerando a amostra de agricultores atendidos e não atendidos pela RURECO. Assim sendo, as hipóteses formuladas podem ser definidas da seguinte forma:

$$\begin{aligned} H_0: p_1 &= p_2 \\ H_1: p_1 &\neq p_2 \end{aligned} \quad (4)$$

$$\begin{aligned} H_0: p_1 &= p_2 \\ H_1: p_1 &> p_2 \end{aligned} \quad (5)$$

$$\begin{aligned} H_0: p_1 &= p_2 \\ H_1: p_1 &< p_2 \end{aligned} \quad (6)$$

onde: p_1 e p_2 são as proporções de casos favoráveis para a população de agricultores orientados e não orientados.

A formulação em (4) envolve um teste bilateral, enquanto que (5) e (6) envolve testes unilaterais, pois o interesse concentra-se em valores extremos à direita ou à esquerda. A região de rejeição encontra-se em apenas um dos extremos da variável de interesse.

A variável teste será, portanto, a diferença entre as frequências relativas das duas amostras disponíveis, $P_1 - P_2$. Sabe-se que, se $n_1 P_1 > ou = 5$, $n_1 (1 - P_1) > ou = 5$, $n_2 P_2 > ou = 5$ e $n_2 (1 - P_2) > ou = 5$, as distribuições por amostragem de P_1 e P_2 poderão ser aproximadas por distribuições normais de médias p_1 e p_2 e variâncias dadas por:

$$V(p_1) = \frac{p_1(1 - p_1)}{n_1} \quad (7)$$

$$V(p_2) = \frac{p_2(1 - p_2)}{n_2} \quad (8)$$

Nessas condições, sendo independentes as duas amostras, resultará que a distribuição da variável de teste $P_1 - P_2$ será também normal, com média $p_1 - p_1$ e variância:

$$V(P_1 - P_2) = \frac{p_1(1 - p_1)}{n_1} + \frac{p_2(1 - p_2)}{n_2} \quad (9)$$

logo, a hipótese H_0 pode ser testada através da fórmula estatística Z dada por

$$Z = \frac{(P_1 - P_2) - d_0}{\sqrt{V(P_1 - P_2)}}$$

$$\sqrt{\frac{p_1(1-p_1)}{n_1} + \frac{p_2(1-p_2)}{n_2}} \quad (10)$$

Como não se conhece os valores de p_1 e p_2 (apenas tem-se uma hipótese quanto a sua diferença), deve-se estimá-los pelas respectivas frequências relativas amostrais, obtendo, por aproximação, o valor:

$$Z = \frac{(P_1 - P_2) - d_0}{\sqrt{\frac{P_1(1-P_1)}{n_1} + \frac{P_2(1-P_2)}{n_2}}} \quad (11)$$

onde: $P_1 = \frac{f_1}{n_1}$ e $P_2 = \frac{f_2}{n_2}$, sendo f_1 e f_2

as frequências observadas nas duas amostras. A estatística obtida em (11) será utilizada para decidir sobre a aceitação ou rejeição da hipótese nula, baseando-se na seguinte regra:

a) se $|Z| > Z_{\frac{\alpha}{2}}$, rejeita-se H_0

b) se $Z > Z_{\frac{\alpha}{2}}$, rejeita-se H_0

c) se $Z < -Z_{\frac{\alpha}{2}}$, rejeita-se H_0

Um caso muito comum é aquele em que deseja-se testar a igualdade das duas proporções, ou seja, quando $d_0 = 0$. Nesse caso, por hipótese $p_1 = p_2 = p$. Portanto, a expressão (9) pode ser escrita:

$$V(P_1 - P_2) = P(1-p) \left(\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2} \right) \quad (12)$$

A expressão (11) pode, nesse caso, ser escrita na forma:

$$Z = \frac{P_1 - P_2}{\sqrt{P(1-P) \left(\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2} \right)}} \quad (13)$$

onde P é a estimativa, baseada na união das duas amostras, da proporção comum p . O cálculo da estimativa é dado por:

$$P = \frac{n_1 P_1 + n_2 P_2}{n_1 + n_2} = \frac{f_1 + f_2}{n_1 + n_2} \quad (14)$$

Portanto, na aplicação de um teste de hipótese para avaliar a diferença entre duas proporções populacionais deve-se:

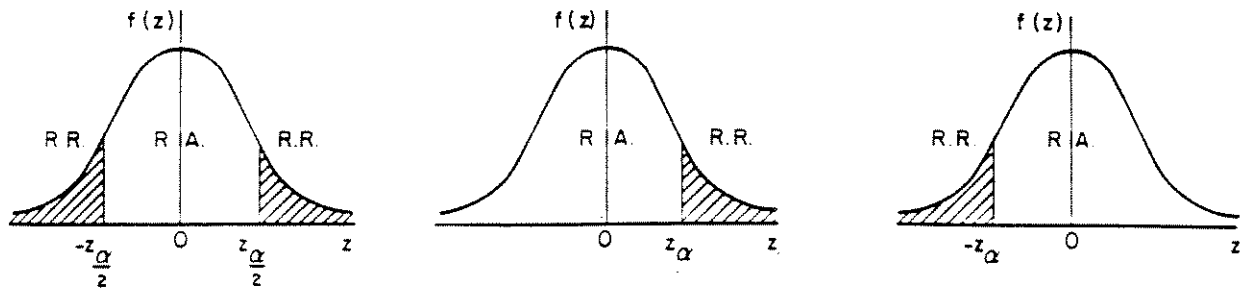
$$H_1: p_1 \neq p_2$$

$$p_1 > p_2$$

$$p_1 < p_2$$

Terceiro: fixar o nível de significância α . Na prática, é comum o uso dos níveis de significância de 0,10; 0,05 e 0,01;

Quarto: Determinar a região de rejeição da hipótese nula H_0 , dada por:



Quinto: Extrair as amostras e calcular o valor da estatística amostral, onde, para o caso em questão, é dada por:

$$Z = \frac{P_1 - P_2}{\sqrt{P(1-P)\left(\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2}\right)}}$$

Sexto: Rejeitar ou aceitar H_0 , conforme o valor da estatística amostral, cair na região de rejeição (R.R.) ou na região de aceitação (R.A.), conforme figura anterior.

ANEXO II

Tabelas e Quadros-

Este anexo trata de informações tabulares. Apresenta as tabelas 1,2,3, 4 e quadro I, citados nos no capítulo II e a tabela 5 citado no capítulo IV.

Tabela 1. Principais lavouras cultivadas na região de Guarapuava

Lavoura	Número de produtores	Área cultivada (ha)	Área mecanizada
Arroz de sequeiro	14820	8751	4801
Aveia branca	432	13080	12530
Cevada	217	18390	18290
Feijão	22439	62580	38326
Feijão das secas	1205	5025	4555
Mandioca	5005	597	477
Milho	27308	258860	172360
Milho safrinha	1898	10470	5370
Pastagem cultivada	11408	243313	60200
Pastagem natural	15395	163500	
Soja	1395	110530	110530
Trigo	340	9715	9715

Fonte: Emater/Realidade Regional

Tabela 2. Variação do número de estabelecimento agrícola com área até 50 ha - 93/96

Município	1993	1996	Variação
Laranjeiras do Sul	1940	1790	-150
Pinhão	2580	2580	
Turvo	1084	1275	+191
Nova Tebas	1680	1430	- 250
Guarapuava	2560	2345	- 215

Fonte: Emater/Realidade Municipal/Regional

Tabela 3. Avaliação das alterações na jornada de trabalho segundo mudanças no sistema de produção dos agricultores entrevistados.

	Diminuiu	Aumentou	Igual	Não sabe	S/ mudança*
RURECO	26,0	42,0	16,0	2,0	12,0
OUTROS	36,0	32,0	12,0	2,0	18,0
S/ ORIENT.	7,1	50,0	7,1	7,1	28,6
EMATER	37,2	30,2	14,0	2,3	16,3
AGROIND	38,1	42,9	19,0		
COOPER	64,3	25,0	10,7		
COAGRI	12,5	50,0	25,0	12,5	

* S/mudança: significa que não houve mudanças recentes no seu sistema de produção.

Fonte: pesquisa de campo 95/96.

Tabela 4. Grau de autonomia do agricultor familiar em relação a outras categorias de trabalhadores, segundo as categorias orientadas (%).

	Tem que outras	mais tem pouca	como empregado	trab + tem + auto	mas pior fábrica	que empregadoc/ +liberd.
RURE	32,0	10,0		46,0	4,0	2,0
OUTR	36,0	8,0	6,0	48,0	2,0	
T.Entrev.	34,0	9,0	3,0	47,0	3,0	

Fonte: pesquisa 95/96

Tabela 5. Funcionamento/organização da propriedade ideal, segundo os entrevistados(%)

	organizad/ diversific	div/integr agric e pec	ben plan e gerenciada	org/tecni e uma espec	pecuária confinada	tecnificad	*outros
RURECO	22,0	34,0	10,0	4,0	2,0	4,0	12,0
OUTROS	24,0	28,0	2,0	2,0	4,0	8,0	12,0

Fonte: pesquisa de campo 95/96

*produzir tudo o que precisa

-transformar-se em pequena empresa

-modernizada em termos alternativos

-silagem secagem para baixar custo de produção

-bem zelada

-organizada/diversificada/mecanizada

-modernizada/diversificada

-família produzindo junto

-mecanizado

Quadro I - Agroindustrialização na região de Guarapuava

Produtos artesanais	capacidade instalada	produção	número de unidades
Farinha de mandioca	300,00 (kg/dia)	18,00 (t/ano)	1
Açúcar mascavo	250,00 (kg/dia)	16,00 (t/ano)	51
Aguardente	970,00 (l/dia)	431.900,00 (l/ano)	9
Melado	302,00 (kg/dia)	5.017,22 (t/ano)	53
Vinhos	200,00 (l/dia)	21.000,00 (l/ano)	32
Doces	70,00 (kg/dia)	8,00 (t/ano)	2
Sucos e Licores	400,00 (l/dia)	10.000,00 (l/ano)	1
Farinha de milho	910,00 (kg/dia)	297,00 (t/ano)	3
Fubá	558,00 (kg/dia)	73,00 (t/ano)	8
Queijos	2.551,00 (kg/dia)	631,50 (t/ano)	76
Embutidos/ defumados	5,20 kg/dia	30,10 (t/ano)	2
Artesanato utilitário	72,00 (unid/dia)	2.264,00 (un/ano)	3
Lã	1.410,00 (kg/dia)	4.400,00 (t/ano)	2
Agroindustrializados			
Picles	5,00 (t/dia)	1,00 (t/dia)	0
Farinha de milho	7.313,70 (t/dia)	1.311,90 (t/dia)	11
Fubá	7.322,00 (t/dia)	122,70 (t/dia)	5
Queijos	666,10 (t/dia)	321,95 (t/dia)	53
Embutidos/defumados	7,20 (t/dia)	665,00 (t/dia)	5
Cangica	2,00 (t/dia)	1,30 (t/dia)	0
Quirera	5.512,00 (t/dia)	158,30 (t/dia)	2
Arroz descascado	14.113,50 (t/dia)	1.318,30 (t/dia)	13
Iogurtes	1,00 (t/dia)	1,00 (t/dia)	0
Carne verde	52,50 (t/dia)	2.317,20 (t/dia)	5
Curtume	17,00 (un./dia)	2.701,00 (un. dia)	0
Leite pasteurizado	41.000,00 (l/dia)	776.000,00 (l/dia)	1
Lã	0,00 (t/dia)	5,00 (t/dia)	0

Fonte: Emater/PR.

ANEXO III

Este anexo informa sobre as práticas difundidas pelos programas desenvolvidos pela RURECO, e apresenta uma descrição da trajetória da entidade, em relação aos objetivos, público, programas e princípios de ação, entre 1989 e 1996. As informações apresentadas são referências do capítulo III.

1) - Quadro I - Práticas difundidas segundo os programas orientados pela RURECO

1. Programa apicultura.

- Substituição de caixas rústicas por racionais.
- Uso da cera alveolada.
- Substituição de favos velhos anualmente.
- Centrifugação do mel.
- Localização do apiário em relação à moradia, água, ventos e sombra/sol.
- Uso de diferentes tipos de cavaletes.
- Prática de revisões periódicas.
- Prática de alimentar os enxames no período de escassez de nectar.
- Manejo da colmeia para produção de própolis.
- Uso de embalagens plásticas ao nível dos produtores.
- Uso de adubação verde de inverno como pasto agrícola.

2. Programa Sementes e Solos

- Adubação verde e cobertura do terreno no inverno.
- Eliminação das queimadas.
- Utilização do rolo-faca.
- Calagem para correção de acidez, utilização de fosfato natural de rocha.
- Autoprodução e troca informal de sementes de milho, feijão e adubos verdes.
- Utilização de variedades crioulas e diversificação das variedades cultivadas.
- Aprimoramento do sistema de seleção de espigas.
- Utilização de máquina classificadora para separação da semente.
- Plantio direto com tração animal.

3. Programa Produção Leiteira.

- Adoção de aveia, azevém, capins elefantes e Hermanthrias.
- Utilização da silagem.
- Diferenciação das espécies forrageiras na dieta (18 contra 7 utilizadas anteriormente)
- Vacinação contra Aftosa, Carbúnculos, Pasteurellose, Salmonelose.
- Controle rotineiro de mastite.
- Uso correto do sal mineral.
- Uso de técnicas simples para conservação do leite(resfrio com água, revolvimento)
- Técnicas de detecção do cio.
- Formas de melhoramento genético (matrizes/reprodutores, inseminação artificial)
- Pastoreio rotativo (piqueteamento, divisão do rebanho em lotes)
- Manejo do rebanho (bezerras, afastamento dos machinhos, fichas de controle)
- Cadernos de contabilidade simplificada para acompanhamento da propriedade.

Fonte: RURECO

2) - Objetivos , público, programas de trabalho e princípios de ação - RURECO 89/96

1) PÚBLICO

1995- Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná, setembro/95

O público é constituído de pequenos agricultores, organizados em suas entidades de base - Grupos informais, Associações e Sindicatos -, que se caracterizam pelo trabalho em regime de economia familiar, pouca disponibilidade de terra e de limitados recursos financeiros.

2) OBJETIVOS

1989 - Segundo Boletim da Rureco, abril/1989

A Rureco quer dar apoio para pequenos lavradores organizados: apoio econômico, estimular alternativas de produção e comercialização com base no associativismo.

A Rureco se define como entidade de assessoria a associações de trabalhadores rurais e sindicatos da região de Guarapuava .

1992 - Relatório de atividades da Fundação RURECO.

- Diverssificar a produção para a subsistência e o bem estar da família.
- Desenvolver linhas de produção para integração com o mercado.
- Estimular a criação de estruturas próprias nas entidades membros, como forma de agregar valor a produção e buscando a sua autosustentação.
- Assessorar as Entidades Membros, nas áreas de produção transformação e comercialização capacitando os lavradores para a gestão das pequenas propriedades e de suas organizações.
- Apoiar a construção de um Plano Regional de Desenvolvimento Rural, que integre os pequenos agricultores à sociedade.

1994 - A Fundação Rureco no contexto da região centro oeste do Paraná.

...o novo lugar da RURECO...A RURECO deve se afirmar como uma ONG de assessoria, preocupada com o desenvolvimento da agricultura familiar.

1995 - As diferenças entre as entidades no trabalho regional e local previsto nos projetos apresentados para a CEBEMO, Fax 13/09/95

O objetivo geral da RURECO é: prestar assessoria técnico-metodológica, buscando o fortalecimento da agricultura familiar e das organizações que dela participam, com base nos princípios da agricultura sustentável, visando o desenvolvimento do meio rural.

1996 - A Fundação Rureco no Contexto da Proposta Regional.

- Prestar assessoria técnico-metodológica, buscando o fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações, com base nos princípios da agricultura sustentável, visando o desenvolvimento do meio rural, enfocando especialmente a organização da produção, agroindustrialização e comercialização.

- Estimular o intercâmbio e articulação de experiências comunitárias;
- Efetuar pesquisas e experimentação no campo do desenvolvimento rural sustentável;
- Prestar serviços de assessoria e difusão na área da agroecologia, economia, sociologia, comercialização e administração rural;

- Divulgar tecnologia, políticas de desenvolvimento e formas de organização adaptadas à agricultura familiar;

- Fomentar um amplo programa de formação e capacitação profissional de agricultores e lideranças rurais;

- Promover a integração e ação conjunta dos trabalhos das associadas;

- Colaborar, relacionar-se e trocar experiências com outras entidades congêneres;

- Apoiar a autonomia, independência e liberdade de organização dos agricultores familiares e assalariados rurais.

3) PROJETOS/PROGRAMAS/ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA RURECO.

1989- 4 projetos, segundo Boletim da Rureco- abril/1989

1) Projeto de Horticultura: produção armazenagem e comercialização de alho, cebola e ervilha.

2) Projeto Tecnologias Alternativas: melhoramento da produção de milho, feijão e arroz, através da adubação verde, tração animal, da produção crioula de sementes e de aperfeiçoamento das experiências dos próprios produtores, etc.

3) Projeto de comercialização: ajudar as associações na região na parte administrativa na contabilidade, na parte jurídica, com o objetivo de estruturar compras e vendas em conjunto na região.

4) Projeto de leite: estímulo na produção de leite e estruturação do trabalho na área de criações.

1992 - Programas e atividades, segundo o “Relatório de Atividades da Fundação Rureco”.

1) Programa de Tecnologias Alternativas.

Este programa busca o resgate e sistematização e difusão de atividades de produção apropriadas às pequenas propriedades.

A partir das culturas tradicionais da região e com objetivo de otimizar o uso de recursos disponíveis nas pequenas propriedades o PTA passou a trabalhar com a produção comunitária de sementes, com o melhoramento e conservação de solos incluindo a seguir a exploração econômica da apicultura e da cultura da erva-mate.

2) Programa de Produção de leite.

Neste programa o objetivo principal é viabilizar economicamente a produção de leite na pequena propriedade. Esta atividade promove a integração da produção animal - vegetal e assegura uma entrada regular de renda. O programa atua via assistência técnica e a organização dos grupos aliado a criação das linhas de leite que garantem o transporte do produto das comunidades até os pontos de coleta das Cooperativas.

3) Programa de Assessoria Comercial e Administrativa.

Este programa criado em 1989, tem por objetivo assessorar e capacitar dirigentes das Entidades Membros da RURECO nos aspectos administrativos, gerenciais, financeiros e contábeis.

A partir de 1991 estas entidades iniciaram um processo de beneficiamento e comercialização. Com isso pretende-se melhorar a renda e a qualidade dos serviços prestados aos sócios, bem como alcançar a auto-sustentação das Entidades.

Fruto deste trabalho está em formação, em Guarapuava, a Central Regional de Comercialização.

4) Programa de Horticultura.

Este programa iniciado em Turvo em 1978 e posteriormente se expandido para Laranjeiras do Sul, Pinhão, Nova Tebas, Pitanga e Cantagalo. Trabalhando com a produção de olerícolas de maneira orgânica e em escala comercial a atividade é importante aos lavradores porque aproveita pequenas áreas, ocupa mão-de-obra e terrenos subutilizados no inverno e necessita de baixos investimentos. Atualmente principal cultura incentivada e a cebola.

O desenvolvimento do programa se dá através da organização de comissões dos produtores a assistência técnica no cultivo, na armazenagem e na comercialização da produção: são as suas prioridades.

5) Programa Apicultura.

1993 - Início de construção de um Plano de Desenvolvimento Regional, segundo Carta endereçada à Seção América Latina da Both Ends- 29/03/93.

Eixos básicos:

a) Um projeto político - que prevê o fortalecimento das entidades de representação dos lavradores, tanto na área sindical quanto na área do associativismo. Para este ponto atua-se no estímulo a organização formal e informal dos agricultores e na conscientização sobre a importância política do segmento dos pequenos agricultores na sociedade brasileira.

b) Uma proposta técnica - com ênfase na produção agropecuária dos produtores familiares e na sua comercialização. Este trabalho é desenvolvido através de grupos comunitários ligados às Entidades Membros da RURECO. Para dinamizar e viabilizar a proposta técnica foram estabelecidos alguns Programas (Produção leiteira, Apicultura, Horticultura, Comercialização e Tecnologias Alternativas). Estes programas procuram atuar dentro de um enfoque agroecológico.

1994 - Plano de Desenvolvimento Regional, segundo documento denominado “A Fundação Rureco no Contexto da Região Centro Oeste do Paraná”.

Com sua experiência acumulada, a RURECO vem aprimorando e construindo uma proposta de incentivo ao desenvolvimento de toda a região. Este plano deve contemplar a situação do meio rural, especialmente apontando soluções globais para o seu desenvolvimento,

a partir dos problemas sócio-econômicos existentes. Suas ações devem potencializar a agricultura familiar da região, tendo em vista a sua importância na geração de empregos, em proporcionar melhor qualidade de vida, ser capaz de desenvolver uma agricultura sustentável e por ocupar um papel importante no abastecimento alimentar.

A elaboração e discussão com a sociedade local, bem como a parceria na aplicação deste plano é um dos principais desafios que a RURECO está se propondo para os próximos anos. Temos claro que a tarefa de construir um plano eficaz só terá êxito se atribuirmos responsabilidades às entidades da sociedade civil - como a RURECO - e definir o papel do Estado, como gerador de políticas públicas.

1995 - Segundo documento denominado “Fundação RURECO”, - setembro /1995

Além das “atividades desenvolvidas que integram uma importante etapa da proposta de construção de um Plano de Desenvolvimento Rural””A Rureco vem trabalhando com a organização dos pequenos produtores, buscando o desenvolvimento de alternativas para a agricultura familiar com enfoque para o desenvolvimento rural sustentável - de acordo com as bases da agroecologia”.

1996 - Atividades, segundo “A fundação RURECO no contexto da proposta regional”, 1996

Programas técnicos e de assessoria (Produção Leiteira, Assessoria Administrativa e Comercial, Sementes e Solos, Apicultura, Fundo de Crédito Rotativo);

Formação e capacitação;

Estímulo para a organização na Produção, Agroindustrialização, e Comercialização(programas técnicos e de assessoria).

4) PRINCÍPIOS.

1989 - Boletim da RURECO - 1989

A RURECO procura estimular a independência e autonomia do lavrador e suas entidades organizadas. O lavrador tem que ficar menos dependente:

- dos bancos;
- dos adubos químicos e venenos caros;

- das sementes híbridas que tem que comprar todo ano de novo.

1995 -1) Doc. Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná, setembro/95.

A entidade foi constituída em 1986, tendo dentre outros, como princípio básico o respeito a autonomia das organizações que participavam de sua formação. É uma entidade de assessoria e apoio técnico de abrangência regional, ajudando na consolidação dos trabalhos desenvolvidos pelas entidades que a compõem. Busca a construção de alternativas tecnológicas, organizativas e comerciais que, atendendo aos interesses dos pequenos agricultores, reforça sua capacidade de: resistir na terra; melhorar sua organização; enfrentamento das forças econômicas e políticas adversas; melhorar o seu padrão de vida e segurança econômica, numa relação de respeito e colaboração mútua com a natureza.

2) As diferenças entre as entidades no trabalho regional e local previsto nos projetos apresentados para a CEBEMO, Fax 442/95 de 13.09.95.

A RURECO tem como princípio o respeito a autonomia das entidades locais que dela participam. Busca possibilitar a construção e consolidação de alternativas tecnológicas, organizativas e comerciais, atendendo aos interesses dos pequenos produtores, através da articulação dos trabalhos desenvolvidos.

As ações na área de assessoria desenvolvidas pela RURECO integram uma importante etapa da proposta da construção de um Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural, que por todos os aspectos (estruturais e conjunturais) e abrange em termos de área, de público e necessariamente de formas de intervenção, dada a complexidade da realidade regional. Priorizam-se, neste processo, projetos voltados para a geração de renda, mas que tenham, como contra-partida, o fortalecimento e autonomia das organizações beneficiárias.

1996- Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná
- RURECO(origem do Trabalho na Região).

-Estimular a organização formal e informal no nível comunitário, municipal e regional, procurando garantir a descentralização e a participação efetiva dos agricultores nas suas organizações.

-Incentivar a adoção do enfoque agroecológico na produção, bem como a criação de alternativas na área de comercialização, fortalecendo a agricultura familiar na região.

-Desenvolver seus programas junto aos lavradores através das entidades associadas, procurando aprimorar a análise sistêmica das propriedades, respeitando a cultura e costumes locais.

ANEXO IV

ONGS E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - QUESTIONÁRIO -

IDENTIFICAÇÃO

Nº da entrevista _____ Data _____ Entrevistador _____
Agricultor _____
Comunidade _____
Município _____

ATENÇÃO: Após a realização de uma pergunta, espere a resposta. Só leia a lista de alternativas quando a pergunta sugerir ou quando houver necessidade. Sempre anotar questões/respostas interessantes. Quando houver respostas que não constem da lista de alternativas anote-as.

I - POPULAÇÃO ASSISTIDA

1. Qual sua idade ?

ID _____

2. O Sr(a) estudou até quando

0. SR

1. Primeiro grau

2. Segundo grau

3. Superior

4. s/ escolaridade

ES _____

3. (Estado civil) : é casado, solteiro...

0: SR

1: solteiro

2: casado

3: viuvo

4. separado

EC _____

4. Tem filhos? quantos;

0: SR

1: 1

2: 2

.

.

10: 10

NF _____

5. Qual o local de seu nascimento: _____

0: SR

1: neste local

2: Estado

3: Fora do Estado

4: Exterior

LN

6. Tempo em que mora no local

0: SR

1: 1

;

;

10: 10

TL

11: sempre morou

7. Onde o Sr(a) morava antes -município(s) _____

0: sr

1: Estado

2: Fora do Estado

LA

8. Mudou quantas vezes antes de chegar a este local.

0: SR

1

2

3

5

MV

9. Qual sua profissão anterior _____

0: SR

1: ano agricultor

2: agricultor

3: agricultor e outra

PA

(Se agricultor passe a questão seguinte)

10. E agricultor à quanto tempo

0 SR

1.....

AT

12. O senhor é descendente de

0. SR

1. caboclo ou origem desconhecida

2. polonês

3. alemão

4. italiano

5. francês
6. Ucrânia
7. Uruguai
8. Árabe

ORI

13. Através de quais meios de comunicação o Sr(a) mantém-se informado.

0. SR
1. Radio
2. Televisao
3. Informativos agrícolas
4. Revistas e livros
5. Reuniões palestras
6. Radio e TV
7. Ra, TV, Revistas, Ia
8. Ra, TV, Re e Pal
9. Ra, TV, RV, Ia, Re e Pal
10. Ra, Re, Pal

MC

14. O senhor tem quanto de terra ? _____ alq

AT

15. O senhor é:

0. SR
1. proprietário _____ alq
2. arrendatario _____ alq
3. parceiro/agregado _____ alq
4. ocupante _____ alq
5. posseiro _____ alq _____ anos

PRO

ARR

PAR

OCU

POS

16. (Se proprietário) como adquiriu sua propriedade

0. SR
1. heranca _____ alq
2. compra _____ alq
3. ocupação individual _____ alq
4. ocup. / acamp. / MST _____ alq
5. posse _____ alq
6. herança e compra
7. compra e posse

AQP

17. O senhor comprou terra nos últimos anos?

0. SR
1. _____ ha ano _____
2. _____ ano _____
3. _____ ano _____
4. _____ ano _____

1- Produção/organização do trabalho

18. Área com floresta

AFL

18. Produção vegetal e seu destino (último ano agrícola) - T I

Culturas	A1 consum %	B1 assoc/coop	C1 integrado	D1 outro
2 milho				
3 feijão				
4 arroz				
5ervamat				
6 soja				
7hor/leg/f				
8 fumo				
9 outra				

19. Criações e destino da produção - T2

20.

criações	A2 consum %	B2 assoc/coop	C2 integrado	D2 outro
1 leite				
2 aves				
3 b,seda				
4 mel				
5 porcos				
6 ovelha				
7				
8				

20. Entre essas culturas ou criações qual(is) o senhor considera a(s) mais importante(s)?

21. Como o senhor faz, qual o seu sistema de plantação/criação (desde limpeza do terreno)

0,SR

1. manual

2. tração animal

3. motomecanizado

4. manual e tração animal

5. manual/tração animal/motomecanizado
 6. T. animal e mecanizado

SIS

23. Uso de insumos e praticas agrícolas

O Sr(a) usa/pratica :

0: SR

1: calcário

CA

2: adubo químico

AD

3: inseticida/fungicida

INS

4: herbicida

HER

5: adubação verde/adubo orgânico

ADV

6: esterco

EST

7: controle biológico

CBI

8. rotação de cultura

RC

9. silagem

SI

10. manejo/conservação do solo

MS

11. cultura combinada

CC

12. cultura solteira

CS

13. _____

24 Investimento - T3

A3

B3

	Ano agrícola	modo de financiamento
1. Benfeitorias		
2. Maquinas/equip		
3. Custeio		

código: 0: SR

1. recursos próprios

2. credito

3. rec. proprio + crédito

25. Pessoas que habitam na mesma residência e atividades - T4

	A4 sexo	B4 idade	C4 g. parentesco	D4 ativ agrícola	E4 rend c/m	F4 rend c/d
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						

codificação

SEXO 1.M

2.F

IDADE 1.....

PARENT 1.chefe

2.esposa chefe

3.filhos

4.parentes

5.outros

ATIVID 0.SR

1 agricultor

2 domestica

3.estudante

4.motorista

5.aposentado

6. agric/dom

7. agric/est

8. profess.

9. assalariado

10. comerc

11. carpinteiro

26. (se tem renda complementar) A renda que recebe com trabalho fora da propriedade e aplicada onde?

0: SR

1: na manutenção da família

2: na poupança

3. investe na propriedade

RCO

4. família e propriedade

27. A renda da agricultura é dividida entre os membros da família ou fica junto num só caixa?

0: SR

1: fica junto num só caixa

2: é dividida entre os casados

3. da uma parte para os filhos

RF

28. Para realizar os serviços da lavoura o Sr(a)

0: SR

- 1: faz com a família
- 2: troca dias de serviço com vizinhos ou parentes
- 3: contrata mão de obra
- 4: faz com família e troca dias
- 5: Faz com família e contrata mão de obra
- 6: Faz com família/troca dias/contrata mão de obra

SL

29. Mão de obra contratada .

Nº de trabalhadores permanentes: MP

Nº de trabalhadores temporários/dia: MT MOC

An	fev.	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez

codigo

1.1 empregado.....10.10 empregado

2. Organização social e política

31. Na comunidade existe

1. Igreja
2. Escola
3. Clube de lazer (esporte, dança)
4. Igreja/escola
5. Igreja/escola/lazer
6. Igreja/escola/lazer/posto saúde
7. Igreja/escola/lazer/p;saude/PS

OSR

32. Na comunidade existe alguma festa tradicional, grupo folclórico.....?

33. Organização social e política - T5

Participa nos eventos da comunidade, na associação, sindicato, cooperativa, partido político -

A5 B5 C5 D5 E5

Natureza part assoc.r/r/c asoc com cooperativa sindicato

Part:Pol

1.socio					
2.part.reun					
3.part.even					
4.m.diretoria					
5.compra atrav;ass/coo					

código 1.sim

2.nao

3. Infra-estrutura e acesso a serviços

34. Produção

1.Armazém

ARM

2.Transporte

TRN

código 1.proprio/carroça

2.proprio/caminhao

3.terceiros/intermediario

4.associação/cooperativa

35. Condições de vida/habitação

1.casa de madeira, moradia precária, sem eletrodomésticos

2.casa de madeira, moradia precária, com eletrodomésticos

3.casa de madeira, moradia razoável, sem eletrodomésticos

4.casa de madeira, moradia razoável, com eletrodomésticos

5.casa de madeira, boas condições de moradia, sem eletrodomésticos

6.casa de madeira, boas condições de moradia, com eletrodomésticos

7.casa de alvenaria sem eletrodomésticos

8.casa de alvenaria com eletrodomésticos

9.casa de.....

CVH

36. Meio de locomoção

1.veiculo motorizado próprio

2.bicicleta

3.carroça

4.ônibus

5.cavalo

6.bic/car/oni

7.car/oni/cav

8.oni/cav/

9.tudo

- 10.bic/oni
 11.car/oni
 12.bic/oni/cav
 13.bic/cav
 14.car/cav
 15.bic/car ML _____
37. Saúde
 1. medico: assistência publica/previdência
 2. dentista assistência publica/previdência
 3. medico e dentista
 4. sem assistência SAU _____

II - PROPOSTA DE UMA AGRICULTURA ECOLOGICA E OS GRUPOS ASSISTIDOS

1) Ação institucional

38. O Sr(a) recebe orientação para as atividades da agricultura de qual(is) entidades
 0:SR
 1.Nao é orientado NO _____
 2.RURECO/RURALS RUR _____
 3. EMATER EMA _____
 4. AGROINDUSTRIA/INTEGRADO _____ AGR _____
 5. COOPERATIVA _____ COP _____
 6. COAGRI COAG _____

Se ano for orientado pela RURECO/ASSOCIACOES passe para questão 45

- 39.Recebe orientação da a quanto tempo.
 0: Ano
 1..... OR _____
40. Que tipo de técnica o senhor utilizava antes de ser orientado pela RURECO ?
 0.SR
 1. sistema tradicional
 2. sistema agroquímico mecan:
 3. sistema orgânico UTA _____
41. Antes, recebia orientação de alguma outra entidade ?
 0: SR
 1: Sim
 2: Ano OOE _____

43.Quais as orientações dadas pela que foram ou estão sendo introduzidas na propriedade

1. Com relação a praticas agrícolas		
0. SR	SR	_____
1. Diverssificação da produção	DP	_____
2. Manejo erva mate	MAN	_____
5. manejo e conservação do solo	MCS	_____
6. silagem	SIL	_____
7. seleção de sementes	SS	_____
9. adubação verde	ADV	_____
10. uso de esterco	UE	_____
11. adubação química/calcário	AQ	_____
12. pastagem	PAST	_____

44. O Sr(a) introduziu alguma outra cultura/criação, diferente das que já havia na propriedade por orientação da

0. SR		
1. Nao		
2. Plantas medicinais		
3. Bovino de Leite		
4. Apicultura		
5. Leite e apicultura.....		
6. Plantas medi e apic		
7. Piscicultura	OCC	_____

45. O senhor faz ou pratica tudo o que o técnico lhe orienta ?

0. SR		
1. sim		
2. nao, porque o custo é muito alto/falta rec mat e finan		
3. nao, falta tempo		
4. nao, terreno desfavorável		
5. dificil, ano grava tudo		
6. sim, obrigatório p/integrado		
7. nao, ano tem estrutura adequada		
8. nao ha necessidade		
9. falta recurso e tempo	TOR	_____

3. Identidade profissional

48. Como os senhores se reconhecem e se sentem profissionalmente aqui. Como:

- 0. SR
- 1. colono
- 3. pequeno agricultor
- 4. lavrador
- 5. agricultor
- 7. peq. empresario
- 8. trabalhador
- 9. granjeiro/chaqueiro

IP

50. Na sua opinião, como deve ser um agricultor para ser um bom agricultor, ou um bom profissional.

(...espere responder...)

- 0. SR
- 1. ser trabalhador
- 2. saber lidar com a terra, plantas e criações/ter aptidão
- 3. aperfeiçoar-se tecnicamente
- 4. ser organizado
- 5. Cultivar para subsistência
- 6. Calcular gastos e ganhos
- 7. planejar propriedade e aperf. tecnicamente
- 8. diversificar a produção
- 9. ser trabalhador e aperf. tecnicam.
- 10. 2 e 3.
- 11. ser bom administrador
- 12. aperf. tec. e cult. subsistência.
- 13. saber produzir com qualidade
- 14. ser experiente e ger. custos
- 15. nao sabe definir
- 16. completar renda fora da propr.
- 17. nao possuir dividas.
- 18. nao existe bom/mau; ele foi muito explorado e nunca ouvido
- 19. ter boa produção
- 20. saber investir
- 21. gostar do que faz
- 22. trabalhar bem/com capricho
- 23. melhorar tec/ sem perder tec. antiga
- 24. caminhar com as próprias pernas
- 25. produzir bem e a baixo custo

BA

51. (Curso profissionalizante) O senhor já fez algum curso para melhorar conhecimento de sua atividade ?

- 0. SR
- 1. Sim
- 2. Ano

CP

52. Qual?

- 1. Técnico agrícola
- 2. Monitor agrícola
- 3. Produção de leite
- 4. Tratorista
- 5. Apicultura
- 6. Avicultura
- 7. Suinocultura
- 8. magisterio
- 9. política de assentamento
- 10. adm de propriedade
- 11. apicult e leite
- 12. piscicultura
- 13. manejo do solo
- 14. apicultura e tratorista
- 15. apic. e adm de propriedade
- 16. plantas potenciais
- 17. apicult. e pl. medicin.
- 18. tec de contab.
- 19. diversificação da produção

CPR

54. No seu entender doravante, como o agricultor que quizer manter-se no campo devera administrar - tocar - a sua propriedade ?

(...espere responder...registre....se precisar, leia as alternativas)

- 3. investir sempre na propriedade
- 4. fazer uso do credito
- 5. fazer uso dos recursos próprios
- 6. diversificar a produção
- 7. especializar a produção
- 8. controlar custos
- 9. planejar administrar bem a propriedade
- 10. usar recursos próprios e divers. a produção
- 11. 5/6/9/
- 12. especializar/diversificar/uso de recurso próprio
- 13. aumentar produtividade
- 14. usar calcário/prat. conservação de solo/aum produção
- 15. ter coragem e usar tecnologia/trab e técnica
- 16. plantar para subsistência
- 17. depender pouco do banco

18. diversificar e aperf; tecn.
19. diversificar e cons. solo
20. investir tecnicamente
21. produção integrada
22. impossível adm sem política agrícola
23. diversificar e controlar custos
24. cultivar para subsistência e reduzir custo
25. investir e controlar custos
26. investir e diversificar
27. uso de recursos prop e controlar custos
28. 3/5/6

ADP

55. Sua propriedade esta dando lucro?

0.SR

- 1.sim-lucro
2. não-prejuízo
3. da para sobreviver/manter

LP

56. Como o senhor sabe quando da lucro ou prejuízo

0:SR

1. sobra
2. controle gastos e ganhos - p/notas
3. controle de memória
4. anota gastos/ganhos e faz cálculos
5. ano pode pagar o que deve
6. qdo pode investir
7. qdo preço de venda é bom
8. qdo ano da boa colheita da prejuízo
9. qdo ano produz bem e ano tem preço

57. O senhor controle ou calcula os custos/despesas?

0. SR

1. Sim (passe para a questão 59)
2. nao: falta tempo/volta cansado
3. nao: por que desanima/ano dorme
4. nao: nao ha necessidade/complicado/vai levando assim mesmo
5. nao: anotar ou ano da no mesmo
6. ja decorou
7. nao: mas é necessário

CCPR

III - CONDICAÇÃO SOCIAL, PROJETO DE VIDA E AGRICULTURA ALTERNATIVA

60. O senhor já ouviu falar em agricultura alternativa, agricultura ecológica, ou agricultura orgânica?

0: SR

1.Sim

2.Nao (passe para a questão 66)

OUVA

61. O que o senhor(a) entende por agricultura alternativa, ou ecológica

0: SR

1. conforme as leis da natureza

2. diversificar/buscar outras opções

3. agric. sem uso de prod. químicos

4. ano tem informação/ tem pouca

5. usar recursos próprios

6. meios de preservação e conserv.da terra

7. aproveitar recursos naturais e buscar novas opções

8. agricultura orgânica

9. plantar na base da fertilidade natural

ENTA

62. O Sr(a) pratica a agricultura alternativa?

0: SR

1.Sim

2.Nao

ALT

63. Por que (sim ou nao)

0.SR

1.menor custo

2.mais saudável e nao agride a natureza

3.1/2

4. menor custo e conserva o solo

5.conserva a terra

6.nao é possível agricultura sem adubo

7.falta conhecimento

8.nao tem recur. mat/tec/financ.

9.nao tem esterco

10.falta recurso financ.esterqueira.

11.falta preparo do solo

12.ag: química mais fácil, libera mão de obra

13.terreno ainda nao precisa

14.deve-se ir fazendo aos poucos

15.soja tem muita praga

16.falta tempo

17.ainda nao esta preparado

18.mais barato e nao prejudica o meio ambiente

19.precisa sobreviver

20.diversificar sistema de plantio

21.difícil falta equipamento

22.sistema moderno é mais fácil

RAZA

66.O senhor conhece os efeitos do uso intensivo de adubos e agrotóxicos (venenos) na agricultura, tanto para o homem como para o meio ambiente?

0: SR

1.Sim

2.Nao - Passe para a questão 76

EA

(se sim)

67. Poderia dizer quais são estes efeitos?

0: SR

1.polue água alimentos (MA)

2.afeta a saúde e a natureza

3.acaba com os bichos naturais

4.prejudica a saúde

5.produz intoxicação dos animais

6.já foi intoxicado, ou alguém próximo

EFA

68.Conhece alguma prática de manejo do solo ou de controle biológico?

0.SR

1.sim

2.nao

PM

(Se agricultor não for alternativo passe para a questão 76)

70. No seu entender a agricultura alternativa poderá assegurar melhor a sobrevivência do agricultor do que a agricultura de produtos químicos?

0.SR

1.Sim

2.nao

SA

71.Por que

0:SR

1.menor custo

2.usa m.o; familiar

3.conserva mais a terra e não intoxica

4.dá mais vida, mais saúde, mais conservação do m a.

5.menor custo e mais saudável

6.nao: poucos fazem uso da a.a.

POA

72.No seu entender a agricultura alternativa, significa ou representa

0.SR

1.uma saída temporária para enfrentar a crise

2. uma saída definitiva para a sobrevivência do pequeno e médio agricultor
3. uma saída que ainda precisa ser melhor avaliada SIG
4. não sabe avaliar.

73. De modo geral, os agricultores irão continuar com agricultura alternativa ou mudarão para agricultura química se houver boas condições de mercado para produtos a base de adubos e agrotóxicos? ...espere responder....

0. SR
1. de modo geral irão continuar com agricultura alternativa
2. somente alguns agricultores continuarão
3. muitos estão esperando para ver se vai dar certo
4. os agricultores mudarão para agricultura química passado a crise
5. não sabe avaliar CON
6. somente os pequenos irão continuar

74. O senhor participa de atividades de divulgação da agricultura alternativa?

0. SR
1. sim
2. não CAO

(se sim)

75. Qual a forma de sua participação

...deixe responder...

1. conversas informais com vizinhos
2. reuniões
3. manifestações públicas
4. entrevistas rádio, tv..... FP
5. 1/2

76. A situação dos agricultores de modo geral mudou?

0. SR
1. para melhor
2. para um pouco melhor
3. permaneceu na mesma
4. piorou SIT

78. No seu entender vive-se melhor no campo ou na cidade

0. SR
1. No campo
2. na cidade
3. não há diferença VM
4. difícil de responder
5. depende; se tiver estudo: cidade

79. Por que

0. SR

- 1.gosta mais do campo/acostumado
- 2.mais tranquilo no campo
- 3.produz o que come, o que precisa
- 4.nao tem outra profissão
- 5.mais liberdade, sem preocupação de perder emprego,vive-se mais.
- 6.na cidade mais seguro qdo se tem emprego
- 7.cidade tem mais conforto, e mais favorecida
- 8.menos poluição, segurança alimentar
- 9.e a área que tem mais conhecimento, ajuda na atividade
10. tudo o que tem no campo tem na cidade
11. mais tempo, segurança alimentar
- 12.ganha-se mais dinheiro na cidade
- 13.tendo-se bom ordenado, indiferente cidade/campo
- 14.foi criado no campo já tem estrutura
- 15.na cidade falta emprego
- 16,mais tranquilidade, seg.alimentar, mais saúde
- 17.produto agrícola ano tem valor
- 18.custo de vida é mais baixo no campo.

PCC

(Se no campo)

80. O senhor nunca mudaria para a cidade?

0:SR

1: nunca

2.depnde da situação, ultimo caso, dificil, mudaria

3.mudaria

4.mudaria só para morar e trabalhar no campo

NM

81. Comparando com outras atividades ou serviço o senhor considera que na agricultura

1.o agricultor tem mais autonomia/liberdade do que em outros serviços

2.o agricultor tem pouca autonomia, mas ainda tem

4.o agricultor, hoje trabalha como um empregado de fabrica - é um empregado disfarçado

5.o agricultor trabalha mais, mas tem mais autonomia

AUT

6.pior que trabalhador de fabrica, mais preso, ano tem folga

7.empregado com um pouco mais de liberdade

82.Com relação ao tempo de trabalho: com as mudanças que o senhor vem fazendo na propriedade o senhor acha

0.SR

1. que o tempo de trabalho diminuiu e assim tem mais tempo disponível para outras atividades

2. que o tempo de trabalho aumentou

3. que o tempo de trabalho continua na mesma

4. ano tem idéia

83. Qual seu plano como agricultor, de imediato ou a curto prazo, na hipótese de dispor de algum dinheiro. (.....deixe responder)

0.SR

- 1.melhorar a casa e condição de moradia
- 2.ajudar os filhos a se instalarem
- 3.ajudar os filhos a estudarem
- 4.comprar maquinas/equipamentos agrícola
- 5.comprar um carro
- 6.comprar terra
- 7.comprar gado/investir pecuária de leite
- 8.pagar dividas
- 9.investir na terra/propriedade
- 10.instalar oficina rural
- 11.poupar
- 12.viajar para EUA
- 13.1/9
- 14.Org. sistema venda hortaliças
- 15.comprar terra e investir

PCP

84...e a longo prazo qual seu projeto de vida, ou seu ideal, seu sonho. (...deixe responder...)

0.SR

- 1.sair da agricultura e mudar de profissão
- 2.investir na propriedade e continuar na agricultura
- 3.ajudar os filhos na aquisição de terra ou na instalação
- 4.investir na educação/estudo dos filhos
- 5.2/3
- 6.tem pouca terra, quer mais terreno
- 7.continuar agricultura e montar pequena industria.
- 8.trabalhar com gado
- 9.nao tem projeto; hoje ano se pode sonhar; depende da situação
- 10.modernizar a propriedade.
- 11.4/2
- 12.Hortigrangeiro e morar perto da cidade.
13. aumentar área
- 14.conf: situação muda de profissão e vai para cidade.

PLP

85. Qual seria o tamanho ideal de propriedade, para realizar os seu projeto de vida espere responder.....

0: SR				
1. depende do tamanho da família e atividade				
2. quanto mais terra melhor				
3. ate 5 alq.				
4. 10	13. 80			TIP
5. 15	14. 90			
6. 20	15. 100			
7. nao tem idéia	16. 150			
8. 30	17. 200			
9. 40	18. 250			
10. 50	19. 300			
11. 60	20. 350	22. 450		
12. 70	21. 400	23. 500		

86. Como deveria funcionar, ou ser organizada esta propriedade (ideal)

- 0:SR
- 1.bem organizada/diversificada
- 2.diversificada/integração agricultura e pecuária
- 3.
- 4.bem planejada e bem gerenciada.
- 5 bem zelada
- 6.organizada, tecnificada e uma atividade especializada.
- 7.pecuaria confinada
- 8.organizada/diversificada/mecanizada.
- 9.pequena empresa
- 10.modernizada em termos alternativos
- 11.tecnificada
- 12.silagem/secagem p/ reduzir custos
- 13.familia produzindo juntos
- 14.mecanizado
- 15.modernizado/diversificado

FPI

87. No seu entender o que seria melhor para o futuro de seu filho

- 0. SR
- 1.ser agricultor
- 2.estudar e continuar na agricultura
- 3.estudar e encontrar um emprego no campo
- 4.estudar e encontrar um emprego na cidade
- 5.estudar e encontrar um emprego
- 6.encontrar um emprego
- 7.Estudar e decidir por conta própria
- 8.decisão do(s) filho(s)

FF

88. Qual a expectativa que o senhor tem em relação a profissão de seus filhos

Filho idade sexo profissão decisão

Profissão

- 0: Sr
- 1. profissional autônomo ou comerciante
- 2: agricultor
- 3. técnico agrícola/agrônomo
- 4. profissional liberal (adv, engen....)
- 5. professor/funcionário publico
- 6. assalariado
- 7. padre, pastor, militar
- 8. decisao do filho
- 9. ed: fisica
- 10. jogador de futebol
- 11. radialista
- 12. bioquimico
- 13. nutricionista